

---

# **Relatório Anual • 2010**

## **A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências**

### **Anexo**

**Parte A - Caracterização e Evolução da Situação**  
**Parte B - Respostas e Intervenções**



## **FICHA TÉCNICA**

**Título: Relatório Anual • 2010 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências**

**Anexo: Parte A - Caracterização e Evolução da Situação; Parte B - Respostas e Intervenções**

**Autor:** Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. - Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais - Núcleo de Estatística / Núcleo de Publicações e Documentação

**Editor:** Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

**Morada:** Praça de Alvalade n.º 7, 5.º-13.º, 1700-036 Lisboa

**Edição:** 2011

**ISSN:** 1645-5630

**Tiragem:** 1000 exemplares

Esta informação está disponível no sítio *web* do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

<http://www.idt.pt>



## Nota Prévia

O presente volume, Anexo ao Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências integra informação mais pormenorizada relativa às duas componentes do Relatório: *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação* e *Parte B - Respostas e Intervenções*.

A *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação*, segue a estrutura da apresentação do Relatório e contém os quadros-fonte que suportam a análise aí feita bem como quadros e gráficos adicionais, abrangendo um maior período temporal e uma maior desagregação geográfica da informação. A quantidade, qualidade e harmonização da informação aqui compilada reflete o esforço desenvolvido ao longo da última década pelos Serviços-fonte dos dados que, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT), procuraram proporcionar um retrato da situação e da evolução do fenómeno em Portugal cada vez mais pormenorizado, fiável e comparável nos contextos nacional e internacional.

A *Parte B - Respostas e Intervenções*, integra os contributos dos diferentes organismos, tendo por base a execução do Plano de Ação Contra as Drogas e as Toxicodependências 2009-2012, sendo que, o registo das atividades desenvolvidas, sempre que possível, inscreve-se na estrutura e na “grelha” estabelecida para aquele Plano de Ação.

Dá-se um especial destaque ao PORI - *Plano Operacional de Respostas Integradas* - autonomizando-o em capítulo próprio, pela sua importância, enquanto medida estruturante ao nível da Intervenção Integrada no âmbito da Redução da Procura. Este, operacionalizado através da implementação de PRI - *Programas de Respostas Integradas* -, pressupõe uma profunda mudança de paradigma na abordagem territorial e na estratégia de intervenção.



As Equipas do Núcleo de Estatística e do Núcleo de Publicações e Documentação agradecem aos colegas de outros Núcleos e Departamentos do IDT, I.P., bem como às Equipas Técnicas dos Serviços fontes, a excelente articulação institucional e contributos para esta publicação. Estamos certos que o esforço continuado de todos os intervenientes para a disponibilização de melhor informação contribuirá para uma cidadania esclarecida.

---

### **Núcleo de Estatística do IDT, I.P.**

Carla Ribeiro (Coordenação)

Catarina Guerreiro

Adélia Salgado

Helena Neto

Rosário Mendes

Anabela Bento

### **Núcleo de Publicações e Documentação do IDT, I.P.**

Paula Graça (Coordenação)

Filipa Cunha

Irene Conduto

Radovan Miletic

Rosa Sousa

Francisco Marques

---



# ÍNDICE

<b>Parte A - Caracterização e Evolução da Situação</b>	13
<b>Alguns Resultados de Estudos</b>	15
Quadro 1 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	17
Quadro 2 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 12 meses, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	18
Quadro 3 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	19
Quadro 4 População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo o grupo etário e género, por tipo de droga (2001 e 2007)	20
Quadro 5 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	21
Quadro 6 População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	22
Quadro 7 População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	23
Quadro 8 População escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): prevalências de consumo ao longo da vida e consumos nos últimos 30 dias, por tipo de droga (2002, 2006 e 2010)	24
Quadro 9 População escolar - INME (3.º ciclo): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001 e 2006)	24
Quadro 10 População escolar - INME (secundário): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001 e 2006)	24
Quadro 11 População escolar - ESPAD (alunos 16 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003 e 2007)	25
Quadro 12 População escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003 e 2007)	25
Quadro 13 População reclusa nacional: prevalências de consumo segundo o momento face à reclusão, por tipo de droga (2001 e 2007)	26
Quadro 14 População reclusa nacional: prevalências de consumo ao longo da vida, por género e grupo etário (2001 e 2007)	26
Quadro 15 População reclusa nacional - consumos em reclusão: prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses, nos últimos 30 dias e consumo regular (2001 e 2007)	26
Quadro 16 População reclusa nacional: prevalências de consumo, por via endovenosa segundo o momento face à reclusão (2001 e 2007)	27
Quadro 17 Estimativas da prevalência de consumidores problemáticos de drogas em Portugal (2000 e 2005)	27

## Indicadores Indiretos Relacionados com o Consumo

<b>Tratamento</b>	29
Quadro 18 Estruturas especializadas de tratamento, segundo o ano (2002-2010)	31
Figura 1 Estruturas especializadas de tratamento, por distrito rede pública e licenciada (2010)	31
Quadro 19 Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2002-2010)	32
Figura 2 Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2002-2010)	32
Figura 3 Utentes em tratamento no ano, por distrito rede pública (2010)	32
Quadro 20 Utentes em unidades de desabituação e comunidades terapêuticas, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2002-2010)	33
Quadro 21 Utentes em centros de dia, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2002-2010)	33
Quadro 22 Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional rede pública (2002-2010)	34
Figura 4 Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional (2002-2010)	34
Figura 5 Utentes em primeiras consultas, por distrito rede pública (2010)	34
Quadro 23 Programas de tratamento orientados para a abstinência nos estabelecimentos prisionais; capacidade e utentes, segundo o ano, por estabelecimento prisional (2002-2010)	35
Quadro 24 Utentes em programas farmacológicos em estruturas dos estabelecimentos prisionais, segundo o ano, por tipo de programa e estabelecimento prisional situação a 31/12 de cada ano (2002-2010)	35
Quadro 25 Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional rede pública (2002-2010)	36
Figura 6 Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional (2002-2010)	36

Figura 7	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, por distrito rede pública (2010) .....	36
Quadro 26	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo a substância administrada, por delegação regional (situação em 31/12/2010) .....	37
Quadro 27	Utentes na rede de administração de metadona, segundo local da toma, por delegação regional (situação em 31/12/2010) .....	37
Quadro 28	Consumos dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2010) .....	38
Figura 8	Substância principal dos utentes em primeiras consultas, segundo o ano (2003-2010) .....	39
Figura 9	Consumo endovenoso nos 30 dias anteriores à primeira consulta dos novos utentes na rede pública, segundo o ano (2002-2010) .....	39
Quadro 29	Caracterização sociodemográfica dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2010) .....	40
Quadro 30	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário e género rede pública (2002-2010) .....	41
Figura 10	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por género (2002-2010) .....	42
Figura 11	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010) .....	42
Quadro 31	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por estado civil (rede pública 2003-2010) .....	43
Quadro 32	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação de coabitação (rede pública 2003-2010) .....	43
Quadro 33	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação profissional (2003-2010) .....	43
<b>Doenças Infecciosas</b> .....		45
Quadro 34	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático não-SIDA e portadores assintomáticos), por ano de diagnóstico (01/01/1983-31/12/2010) .....	47
Figura 12	Notificações de Casos de VIH: Associados à Toxicodependência e Não Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico (2010) .....	47
Quadro 35	Notificações dos casos de SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2010) .....	48
Quadro 36	Notificações dos casos sintomáticos não-SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2010) .....	48
Quadro 37	Notificações dos casos de portadores assintomáticos: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o género, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2010) .....	49
Quadro 38	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital, por patologia observada à data do diagnóstico (01/01/1983-31/12/2010) .....	49
Quadro 39	Notificações dos casos de sintomáticos Não-SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, por categoria da doença oportunista observada à data do diagnóstico (01/01/1983-31/12/2010) .....	50
Quadro 40	Casos de infeção pelo VIH diagnosticados em 2010: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por ano provável de infeção (2010) .....	50
Quadro 41	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2010) .....	51
Figura 13	Notificações de casos de infeção pelo VIH associados à toxicodependência, por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2010) .....	51
Quadro 42	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital e género por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2010) .....	52
Quadro 43	Utentes rastreados para o VIH, segundo o ano, por tipo de estrutura (2002-2010) .....	53
Quadro 44	Utentes rastreados para a Hepatite B, segundo o ano, por tipo de estrutura (2002-2010) .....	54
Quadro 45	Utentes rastreados para a Hepatite C, segundo o ano, por tipo de estrutura (2002-2010) .....	55
Quadro 46	Utentes rastreados para a Tuberculose, segundo o ano, por tipo de estrutura (2002-2010) .....	56
<b>Mortes</b> .....		57
Quadro 47	Óbitos gerais relacionados com o consumo de drogas (2002-2009) .....	59
Quadro 48	Óbitos gerais relacionados com o consumo de drogas, segundo o grupo etário, por causa de morte e género (2009) .....	59
Figura 14	Autópsias, exames toxicológicos e resultados positivos <i>post-mortem</i> , segundo o ano (2002-2010) .....	60
Quadro 49	Pedidos de exames toxicológicos e resultados positivos <i>post-mortem</i> , segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal (2002-2010) .....	60
Quadro 50	Causa de morte dos casos com resultados toxicológicos positivos, segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal (2008-2010) .....	60
Quadro 51	Mortes por overdose, segundo o ano, por grupo etário e género (2008-2010) .....	61
Quadro 52	Mortes por overdose, segundo o grupo etário e género, por tipo de substância (2009-2010) .....	62

<b>Contraordenações</b> .....	63
Quadro 53 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por distrito (2002-2010) .....	65
Figura 15 Distribuição dos processos de contraordenação, por distrito (2010) .....	65
Figura 16 Processos de contraordenação, segundo o ano (2002-2010) .....	66
Quadro 54 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por mês de ocorrência (2002-2010) .....	66
Quadro 55 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo a sua origem, por distrito (2010) .....	67
Quadro 56 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por origem (2002-2010) .....	67
Quadro 57 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o estado do processo, por distrito (2010) .....	68
Quadro 58 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por estado do processo (2002-2010) .....	68
Figura 17 Processos de contraordenação, segundo o ano, por estado do processo (2002-2010) .....	69
Quadro 59 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o tipo de decisão, por distrito (2010) .....	69
Quadro 60 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de decisão (2002-2010) .....	70
Figura 18 Processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de decisão (2002-2010) .....	70
Quadro 61 Distribuição dos processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o tipo de sanção, por distrito (2010) .....	71
Quadro 62 Distribuição dos processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção (2002-2010) .....	72
Figura 19 Processos de contraordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção (2002-2010) .....	72
Quadro 63 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o tipo de droga, por distrito (2010) .....	73
Quadro 64 Distribuição dos processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	73
Figura 20 Processos de contraordenação, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	74
Figura 21 Percentagens intradistritais de processos de contraordenação, por tipo de droga (2010) .....	74
Quadro 65 Distribuição dos processos de contraordenação com polidrogas, segundo as drogas envolvidas, por distrito (2010) .....	76
Quadro 66 Distribuição dos processos de contraordenação com polidrogas, segundo o ano, por drogas envolvidas (2002-2010) .....	76
Quadro 67 Indivíduos primários e reincidentes em processos de contraordenação, segundo o ano (2002-2010) .....	77
Quadro 68 Indivíduos reincidentes em processos de contraordenação, segundo o ano, por número de reincidências (2002-2010) .....	77
Figura 22 Indivíduos reincidentes em processos de contraordenação, por distrito (2010) .....	77
Quadro 69 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o grupo etário e género, por distrito (2010) .....	78
Quadro 70 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo etário e género (2002-2010) .....	79
Figura 23 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por género (2002-2010) .....	80
Figura 24 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010) .....	80
Quadro 71 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por país da nacionalidade (2002-2010) .....	81
Quadro 72 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por estado civil (2002-2010) .....	82
Quadro 73 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação de coabitação (2002-2010) .....	82
Quadro 74 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por nível de ensino (2002-2010) .....	83
Figura 25 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por nível de ensino (2002-2010) .....	83
Quadro 75 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação profissional (2002-2010) .....	84
Figura 26 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por situação profissional (2002-2010) .....	84
Quadro 76 Indivíduos em processos de contraordenação, segundo o ano, por grupo profissional (2002-2010) .....	85

## Indicadores Indiretos Relacionados com o Tráfico

<b>Apreensões Policiais</b> .....	87
Quadro 77 Droga apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	89
Quadro 78 Quantidade de heroína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	90
Figura 27 Heroína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	90
Quadro 79 Quantidade de cocaína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	90
Figura 28 Cocaína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	90
Quadro 80 Quantidade de haxixe apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	91
Figura 29 Haxixe: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	91
Quadro 81 Quantidade de liamba apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	91
Figura 30 Liamba: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	91
Quadro 82 Quantidade de ecstasy apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	92
Figura 31 Ecstasy: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2002-2010) .....	92
Figura 32 Quantidades de droga apreendida, por distrito e região autónoma (2010) .....	93
Quadro 83 Quantidade apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	94

Figura 33	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga por Distrito e Região Autónoma	95
Quadro 84	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga e quantidade apreendida (2002-2010)	96
Quadro 85	Preço médio das drogas, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010)	96
Quadro 86	Droga apreendida, por país de proveniência e destino (2010)	97
Quadro 87	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga e género (2002-2010)	98
Figura 34	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga (2002-2010)	98
Figura 35	Presumíveis infratores, segundo o ano, por género (2002-2010)	98
Figura 36	Total de presumíveis infratores, por zona geográfica de ocorrência da infração (2010)	99
Figura 37	Presumíveis traficantes, por zona geográfica de ocorrência da infração (2010)	99
Figura 38	Presumíveis traficantes-consumidores, por zona geográfica de ocorrência da infração (2010)	100
Quadro 88	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por zona geográfica de ocorrência da infração (2010)	101
Quadro 89	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2010)	105
Quadro 90	Presumíveis infratores identificados na posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2010)	105
Quadro 91	Presumíveis infratores, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010)	106
Figura 39	Presumíveis infratores, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010)	106
Quadro 92	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2010)	107
Quadro 93	Presumíveis infratores, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010)	107
Figura 40	Presumíveis infratores, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010)	107
Quadro 94	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2010)	108
Quadro 95	Presumíveis infratores, segundo o ano, por país da nacionalidade (2002-2010)	109
Quadro 96	Presumíveis infratores nacionais e estrangeiros, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2010)	109
Quadro 97	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação face à droga e nacionalidade (2002-2010)	110
Quadro 98	Presumíveis infratores, segundo situação face à droga, por estado civil (2010)	110
Quadro 99	Presumíveis infratores, segundo o ano, por estado civil (2003-2010)	110
Quadro 100	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2010)	111
Quadro 101	Presumíveis infratores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2010)	111
Figura 41	Presumíveis infratores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2010)	111
Quadro 102	Presumíveis infratores, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2010)	112
Quadro 103	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2010)	112
Figura 42	Presumíveis infratores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2010)	112
<b>Decisões Judiciais</b>		<b>113</b>
Quadro 104	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2002-2010)	115
Figura 43	Processos “findos”, segundo o ano (2002-2010)	115
Quadro 105	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tribunal (2002-2010)	115
Quadro 106	Indivíduos acusados, segundo a situação face à droga, por situação judicial (2010)	119
Quadro 107	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2002-2010)	119
Figura 44	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2002-2010)	120
Quadro 108	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2002-2010)	120
Figura 45	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2002-2010)	120
Quadro 109	Indivíduos condenados, segundo o ano (2002-2010)	121
Figura 46	Indivíduos condenados, segundo o ano (2002-2010)	121
Quadro 110	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tribunal (2002-2010)	121
Quadro 111	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga e género (2002-2010)	125
Figura 47	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga (2002-2010)	125
Figura 48	Indivíduos condenados, segundo o ano, por género (2002-2010)	125
Figura 49	Total de indivíduos condenados, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2010)	126
Figura 50	Indivíduos condenados por tráfico, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2010)	126
Figura 51	Indivíduos condenados por consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2010)	127
Figura 52	Indivíduos condenados por tráfico-consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2010)	127
Quadro 112	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga e género, por círculo judicial e comarca (2010)	128
Quadro 113	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de pena (2010)	131
Quadro 114	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de pena (2002-2010)	131
Quadro 115	Frequência de aplicação das disposições da Lei da Droga, segundo o ano, por normativo (2002-2010)	132

Quadro 116	Circunstâncias agravantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infratores face à droga (2010) .....	133
Quadro 117	Circunstâncias atenuantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infratores face à droga (2010) .....	134
Quadro 118	Crimes constantes das sentenças que fixam penas em cúmulo jurídico, segundo a situação dos infratores face à droga (2010) .....	135
Quadro 119	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2010) .....	136
Quadro 120	Indivíduos condenados por posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2010) .....	136
Quadro 121	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	137
Figura 53	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2002-2010) .....	137
Quadro 122	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2010) .....	138
Quadro 123	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010) .....	138
Figura 54	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2002-2010) .....	138
Quadro 124	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2010) .....	139
Quadro 125	Indivíduos condenados, segundo o ano, por país da nacionalidade (2002-2010) .....	140
Quadro 126	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por estado civil (2010) .....	141
Quadro 127	Indivíduos condenados, segundo o ano, por estado civil (2002-2010) .....	141
Quadro 128	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação de coabitação (2010) .....	142
Quadro 129	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação de coabitação (2002-2010) .....	142
Quadro 130	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2010) .....	143
Quadro 131	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2002-2010) .....	143
Figura 55	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2002-2010) .....	143
Quadro 132	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2010) .....	144
Quadro 133	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2002-2010) .....	144
Figura 56	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2002-2010) .....	144
Quadro 134	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo profissional (2010) .....	145
<b>Reclusões</b>	.....	147
Quadro 135	Total de reclusos condenados e reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2002-2010; situação a 31/12 de cada ano) .....	149
Quadro 136	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tipo de crime (2002-2010; situação a 31/12 de cada ano) .....	149
Figura 57	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2002-2010; situação a 31/12 de cada ano) .....	149
Quadro 137	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o género e grupo etário, por tipo de crime e nacionalidade (situação em 31/12/2010) .....	150
Quadro 138	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por género e grupo etário (2002-2010; situação a 31/12 de cada ano) .....	151

## **Parte B – Respostas e Intervenções** ..... 153

### **Áreas Transversais**

#### **Coordenação** ..... 157

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. .... 158

#### **Cooperação Internacional** ..... 159

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. .... 167

Direcção Geral de Política Externa ..... 170

Policia Judiciária ..... 171

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo ..... 174

#### **Informação, Investigação, Formação e Avaliação** ..... 175

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. .... 180

Guarda Nacional Republicana ..... 185

Policia Judiciária ..... 186

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar ..... 187

## Áreas de Missão

### Redução da Procura

Plano Operacional de Respostas Integradas, PORI .....	193
---	-----

<b>Prevenção</b> .....	205
------------------------	-----

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	208
---	-----

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular .....	212
---	-----

Guarda Nacional Republicana .....	215
-----------------------------------	-----

Polícia de Segurança Pública .....	216
------------------------------------	-----

Instituto Português da Juventude, I. P. ....	218
--	-----

<b>Dissuasão</b> .....	219
------------------------	-----

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	221
---	-----

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar .....	224
--	-----

<b>Redução de Riscos e Minimização de Danos</b> .....	229
---	-----

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	232
---	-----

Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA .....	245
--	-----

Direcção Geral dos Serviços Prisionais .....	249
--	-----

<b>Tratamento</b> .....	251
-------------------------	-----

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	256
---	-----

Direcção Geral dos Serviços Prisionais .....	264
--	-----

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar .....	265
--	-----

<b>Reinserção</b> .....	267
-------------------------	-----

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	272
---	-----

Instituto de Segurança Social, I. P. ....	279
---	-----

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. ....	285
--	-----

Direcção Geral de Reinserção Social .....	288
---	-----

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar .....	289
--	-----

Direcção Geral dos Serviços Prisionais .....	290
--	-----

<b>Redução da Oferta</b> .....	293
--------------------------------	-----

Polícia Judiciária .....	301
--------------------------	-----

Guarda Nacional Republicana .....	307
-----------------------------------	-----

Polícia de Segurança Pública .....	308
------------------------------------	-----

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo .....	309
--	-----

Direcção Geral de Autoridade Marítima .....	310
---	-----

Serviço de Informações de Segurança .....	312
---	-----

<b>Dotação Orçamental do IDT, I.P.</b> .....	313
--	-----

Índice de Quadros - Parte B .....	317
-----------------------------------	-----

Índice de Figuras - Parte B .....	319
-----------------------------------	-----

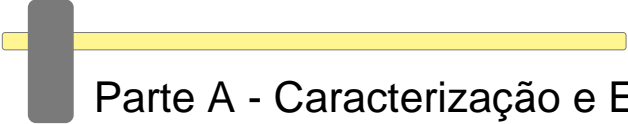
Fontes .....	323
--------------	-----

Referências Bibliográficas .....	325
----------------------------------	-----

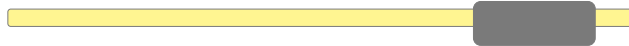
Sinais Convencionais .....	327
----------------------------	-----

Lista de Siglas e Abreviaturas .....	329
--------------------------------------	-----

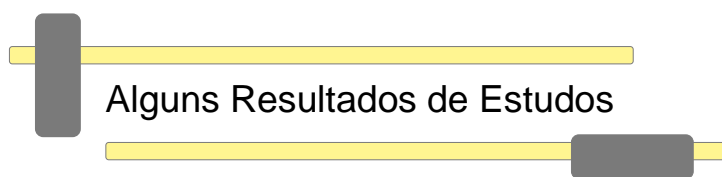
Definição de Termos .....	333
---------------------------	-----



## Parte A - Caracterização e Evolução da Situação







Alguns Resultados de Estudos



**Quadro 1 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total 15-64		Pop. Jovem Adulta 15-34		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	7,8	12,0	12,6	17,4	12,4	15,5	12,9	19,0	7,7	14,9	2,2	6,1	0,4	1,5
	Masculino	11,7	18,6	18,2	25,6	17,5	21,2	18,7	29,0	12,1	23,9	3,7	10,7	0,6	2,9
	Feminino	4,0	5,4	7,0	9,1	7,1	9,6	7,0	8,8	3,5	6,2	0,8	1,8	0,3	0,3
Cannabis	Total	7,6	11,7	12,4	17,0	12,2	15,1	12,7	18,5	7,6	14,8	2,1	6,1	0,4	1,4
	Masculino	11,5	18,4	17,9	25,1	17,3	21,0	18,4	28,4	12,0	23,6	3,7	10,7	0,6	2,7
	Feminino	3,9	5,2	6,9	8,7	6,8	8,9	6,9	8,6	3,4	6,2	0,6	1,7	0,2	0,3
Heroína	Total	0,7	1,1	1,1	1,1	0,5	0,4	1,6	1,7	1,1	1,9	0,0	0,8	0,0	0,1
	Masculino	1,2	1,8	1,7	1,8	0,7	0,6	2,7	2,7	2,0	3,2	0,1	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,6	0,6	0,2	0,7	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,9	1,9	1,3	2,8	1,1	1,4	1,5	3,8	1,3	2,6	0,2	1,0	0,0	0,1
	Masculino	1,5	3,2	2,2	4,4	1,6	1,9	2,7	6,4	2,2	4,4	0,4	1,8	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,7	0,4	1,1	0,5	0,9	0,4	1,2	0,4	0,8	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,5	0,9	0,6	1,3	0,4	0,8	0,7	1,7	0,8	0,9	0,2	0,7	0,1	0,2
	Masculino	0,7	1,5	0,9	2,2	0,5	1,4	1,1	2,7	1,3	1,3	0,3	1,4	0,0	0,4
	Feminino	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,5	0,2	0,1	0,1	0,0
Ecstasy	Total	0,7	1,3	1,4	2,6	1,8	2,1	1,0	3,0	0,4	0,7	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	1,1	2,1	2,0	4,3	2,5	2,9	1,4	5,4	0,6	1,1	0,1	0,2	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,4	0,7	0,8	1,0	1,2	0,5	0,6	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
LSD	Total	0,4	0,6	0,6	0,9	0,7	0,6	0,5	1,1	0,4	0,5	0,2	0,5	0,0	0,2
	Masculino	0,7	1,1	1,0	1,6	1,0	1,0	1,0	2,1	0,7	0,8	0,4	1,0	0,0	0,5
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	0,8	-	1,4	-	1,0	-	1,8	-	0,5	-	0,2	-	0,0
	Masculino	-	1,3	-	2,3	-	1,5	-	3,0	-	1,0	-	0,4	-	0,0
	Feminino	-	0,2	-	0,5	-	0,6	-	0,6	-	0,1	-	0,1	-	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 2 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 12 Meses, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	3,4	3,7	6,5	7,0	8,3	7,0	4,9	7,0	2,0	3,0	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,6	6,5	10,1	11,7	12,1	10,9	8,3	12,4	3,5	5,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,4	1,0	2,9	2,2	4,4	3,0	1,5	1,5	0,4	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0
Cannabis	Total	3,3	3,6	6,3	6,7	8,0	6,6	4,6	6,8	1,9	2,8	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,4	6,4	9,8	11,5	11,8	10,7	7,8	12,1	3,4	5,3	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,3	0,9	2,7	1,8	4,1	2,4	1,4	1,4	0,4	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0
Heroína	Total	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,1	0,5	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,4	0,3	0,6	0,5	0,2	0,2	0,9	0,8	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,3	0,6	0,6	1,2	0,7	0,7	0,5	1,5	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,9	1,0	1,8	1,1	0,8	0,9	2,5	0,3	0,8	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,3	0,2	0,5	0,4	0,6	0,1	0,5	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,3	0,2	0,6	0,2	0,6	0,1	0,6	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,4	0,4	0,8	0,9	1,2	1,0	0,4	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,6	1,1	1,3	1,7	1,2	0,6	1,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,2	0,5	0,6	0,8	0,9	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,5	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	0,1	-	0,3	-	0,1	-	0,5	-	0,1	-	0,0	-	0,0
	Masculino	-	0,2	-	0,4	-	0,0	-	0,8	-	0,1	-	0,0	-	0,0
	Feminino	-	0,1	-	0,2	-	0,2	-	0,2	-	0,1	-	0,0	-	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 3 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	2,5	2,5	4,6	4,8	5,7	4,1	3,5	5,1	1,6	1,9	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,2	4,6	7,6	8,3	9,0	6,9	6,2	9,4	2,8	3,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,5	1,0	2,3	1,2	0,8	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	2,4	2,4	4,4	4,7	5,5	4,1	3,4	4,8	1,4	1,7	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,1	4,6	7,4	8,0	8,8	6,9	6,1	8,8	2,5	3,1	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,4	1,0	2,2	1,2	0,7	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Heroína	Total	0,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,3	0,2	0,5	0,1	0,1	0,4	0,8	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,1	0,3	0,3	0,7	0,5	0,2	0,1	0,9	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,6	0,4	1,1	0,6	0,3	0,1	1,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,6	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6	0,4	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,3	0,3	0,6	0,6	0,9	0,5	0,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	0,1	-	0,2	-	0,0	-	0,3	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Masculino	-	0,1	-	0,2	-	0,0	-	0,4	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Feminino	-	0,0	-	0,1	-	0,0	-	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 4 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade\* do Consumo, Segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga/Género		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	44,2	31,2	51,7	40,0	67,1	45,3	37,9	36,8	25,8	19,9	17,9	14,2	0,0	6,5
	Masculino	47,7	34,8	55,7	45,9	69,1	51,3	43,9	42,7	29,5	23,0	21,7	13,5	0,0	7,1
	Feminino	33,7	19,0	41,1	23,8	62,0	31,7	21,6	16,9	13,5	8,3	0,0	18,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	43,2	30,5	50,3	39,4	65,6	44,0	36,4	36,5	24,8	19,1	18,5	14,3	0,0	6,9
	Masculino	46,6	34,6	54,6	45,9	67,8	51,1	42,6	42,7	27,9	22,3	21,7	13,5	0,0	7,7
	Feminino	33,2	16,7	39,7	20,3	60,0	26,8	20,0	15,8	14,0	7,1	0,0	19,0	0,0	0,0
Heroína	Total	26,0	24,0	28,2	34,6	31,3	37,5	27,8	31,9	22,6	13,5	0,0	10,5	0,0	100,0
	Masculino	30,2	19,8	33,9	31,1	36,4	28,6	33,3	31,6	24,1	11,9	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	5,9	39,1	6,7	50,0	20,0	100,0	0,0	33,3	0,0	20,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Cocaína	Total	34,1	32,2	46,4	41,4	69,7	46,9	31,4	39,8	10,8	20,3	0,0	8,3	0,0	100,0
	Masculino	33,6	28,9	45,7	39,8	65,4	40,9	34,1	39,6	12,9	17,2	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	35,0	47,6	50,0	48,1	85,7	60,0	14,3	41,2	0,0	36,4	0,0	66,7	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	13,2	20,0	19,4	29,2	30,8	44,4	8,3	23,4	8,3	4,2	16,7	0,0	0,0	50,0
	Masculino	14,0	20,7	17,9	29,1	33,3	43,8	10,5	23,1	5,3	5,9	25,0	0,0	0,0	50,0
	Feminino	16,7	16,7	11,1	30,0	25,0	50,0	0,0	25,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	53,5	32,7	59,8	35,1	69,1	50,0	43,8	25,9	9,1	11,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Masculino	51,4	27,3	57,8	29,1	65,0	39,4	41,7	24,7	11,1	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	64,0	57,7	69,6	66,7	80,0	76,9	50,0	37,5	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	27,8	20,5	40,5	28,3	61,9	61,5	12,5	18,8	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	40,0
	Masculino	23,9	20,3	34,4	28,6	56,3	54,5	12,5	20,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	40,0
	Feminino	50,0	22,2	80,0	50,0	80,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	-	19,6	-	20,8	-	8,7	-	27,5	-	14,3	-	0,0	-	0,0
	Masculino	-	15,6	-	18,6	-	0,0	-	25,6	-	7,7	-	0,0	-	0,0
	Feminino	-	40,0	-	30,8	-	33,3	-	37,5	-	100,0	-	0,0	-	0,0

\* A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 5 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo a Região (NUTS II\*), por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	8,0	10,0	7,0	10,9	8,4	16,0	6,1	10,6	9,1	16,0	5,8	9,9	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	12,1	15,0	11,7	17,1	14,7	21,4	11,2	16,8	15,4	25,7	9,5	14,9	13,6	8,2
Cannabis	População Total (15-64)	7,9	9,8	6,7	10,7	8,3	15,7	6,1	10,2	9,1	16,0	5,7	9,2	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	11,8	14,4	11,2	16,9	14,7	20,9	11,2	16,7	15,4	25,7	9,5	13,4	13,4	8,2
Heroína	População Total (15-64)	0,8	0,5	0,5	0,8	1,0	1,6	0,4	1,9	0,3	2,7	0,5	0,7	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	0,4	1,0	1,1	1,5	1,4	0,7	2,4	1,1	4,3	1,3	0,7	1,2	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,6	1,3	0,9	1,5	1,4	3,3	0,5	1,4	0,7	3,2	0,7	1,4	0,8	0,7
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,8	1,9	1,6	2,8	2,0	4,0	0,8	1,5	1,1	5,9	1,3	2,2	1,2	1,5
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,3	0,6	0,4	0,8	0,8	1,4	0,4	0,7	0,6	1,9	0,9	1,4	0,8	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	1,1	0,6	1,3	0,9	1,8	0,5	0,9	1,0	1,1	1,7	2,2	1,1	0,7
Ecstasy	População Total (15-64)	0,6	1,0	0,5	1,2	1,0	1,8	0,3	0,7	0,8	2,1	0,5	0,0	1,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	2,3	1,1	2,8	2,0	3,2	0,7	1,5	1,8	5,3	1,0	0,0	2,7	0,7
LSD	População Total (15-64)	0,2	0,5	0,4	0,4	0,7	1,1	0,3	0,7	0,3	0,8	0,0	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	0,8	0,7	0,7	0,9	1,3	0,8	1,2	0,8	1,6	0,0	0,0	1,3	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	–	0,6	–	0,8	–	1,0	–	0,6	–	1,3	–	0,0	–	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	–	1,2	–	1,8	–	1,8	–	0,6	–	2,7	–	0,0	–	0,0

\* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 6 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo a Região (NUTS II\*), por Tipo de Droga (%)**  
2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	2,7	1,5	1,7	2,4	2,8	3,9	1,7	2,0	2,7	6,1	1,3	1,4	4,4	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,7	2,7	3,2	5,0	5,8	6,6	3,4	4,5	4,3	12,3	2,6	3,0	7,8	2,2
Cannabis	População Total (15-64)	2,6	1,5	1,6	2,2	2,7	3,7	1,7	1,9	2,7	5,9	1,3	1,4	4,1	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,6	2,6	2,9	4,6	5,7	6,6	3,4	4,2	4,3	12,3	2,6	3,0	7,2	2,2
Heroína	População Total (15-64)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,5	0,2	1,1	0,0	0,0	0,2	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,9	0,4	1,6	0,0	0,0	0,4	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,0	0,2	0,1	0,3	0,3	0,5	0,0	0,2	0,0	0,8	0,3	0,0	0,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,4	0,3	0,8	0,6	0,5	0,0	0,6	0,0	2,1	0,6	0,0	0,6	0,7
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	0,1	0,0	0,2	0,3	0,5	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,2	0,3	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,5	0,0	0,6	0,7	0,0	0,4	0,0	1,2	0,0
LSD	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	–	0,0	–	0,0	–	0,1	–	0,1	–	0,2	–	0,0	–	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	–	0,1	–	0,1	–	0,3	–	0,3	–	0,5	–	0,0	–	0,0

\* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: DMFRI - NE

**Quadro 7 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade\* do Consumo, Segundo a Região (NUTS II\*\*), por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	44,5	34,7	42,2	40,1	45,1	43,2	35,5	33,9	47,3	64,6	43,1	35,0	57,0	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	52,1	34,7	50,6	40,4	52,2	43,5	39,6	32,5	53,2	63,8	54,7	30,0	64,7	40,0
Cannabis	População Total (15-64)	43,8	34,2	41,0	39,1	44,1	41,3	33,9	32,1	47,3	62,5	43,9	38,9	53,5	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	51,7	34,0	48,7	39,6	50,9	42,1	37,5	32,5	53,2	63,4	54,7	33,1	61,2	40,0
Heroína	População Total (15-64)	17,1	87,5	25,0	25,0	28,9	16,7	0,0	37,5	66,7	50,0	100,0	0,0	66,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	22,2	100,0	28,6	27,3	26,1	14,3	0,0	42,9	50,0	51,2	100,0	0,0	100,0	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	19,4	55,6	32,1	45,2	43,4	23,1	20,0	80,0	28,6	54,5	42,9	33,3	75,0	50,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	30,0	57,9	36,4	44,8	62,5	22,5	25,0	80,0	36,4	54,2	46,2	53,3	100,0	53,3
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	33,3	27,3	35,7	13,3	26,1	25,0	33,3	33,3	50,0	0,0	0,0	12,5	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	27,3	11,1	38,5	28,6	29,4	0,0	33,3	40,0	44,5	0,0	0,0	27,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	45,5	31,0	76,5	25,8	55,6	61,5	33,3	60,0	37,5	40,0	40,0	0,0	46,2	100,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	57,7	30,4	86,7	24,1	59,4	40,6	33,3	40,0	38,9	40,7	40,0	0,0	51,9	100,0
LSD	População Total (15-64)	36,4	26,7	45,5	37,5	16,7	29,4	33,3	50,0	66,7	33,3	0,0	0,0	16,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	66,7	25,0	50,0	42,9	28,6	30,8	33,3	33,3	50,0	31,3	0,0	0,0	23,1	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	-	9,1	-	25,0	-	26,1	-	40,0	-	20,0	-	0,0	-	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	-	9,1	-	26,3	-	27,8	-	100,0	-	18,5	-	0,0	-	0,0

\*A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

\*\* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: DMFRI - NE

**Quadro 8 - População Escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida e Consumos nos Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)**

2002, 2006 e 2010

Tipo de Droga	Ano		
	2002	2006	2010
<b>Consumo ao Longo da Vida</b>			
Cannabis	9,2	8,2	8,8
Heroína	1,2	1,4	1,4
Cocaína	1,7	1,6	1,9
Estimulantes	3,5	3,5	3,4
Ecstasy	2,2	1,6	1,8
LSD	1,7	1,8	2,0
<b>Consumo nos Últimos 30 Dias</b>			
Sim	6,6	4,5	6,1

Fonte: Matos et al., 2003; Matos et al., 2006, Matos et al., 2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 9 - População Escolar - INME (3.º Ciclo): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2006

Tipo de Droga	Prevalências					
	Ao Longo da Vida		Últimos 12 Meses		Últimos 30 Dias	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Qualquer Droga	14,2	8,4	9,8	5,7	6,0	4,0
Cannabis	10,4	6,6	8,3	4,6	4,7	3,3
Qualquer Droga s/ Cannabis	7,9	3,9	4,7	2,5	2,8	1,8
Heroína	3,4	1,7	1,8	1,2	1,3	0,9
Cocaína	4,4	2,1	2,0	1,4	1,6	1,1
Anfetaminas	3,3	1,8	2,5	1,3	1,1	1,0
Ecstasy	4,1	2,1	3,1	1,4	1,5	1,0
LSD	2,7	1,6	2,0	1,1	1,0	0,8
Cogumelos Mágicos	2,7	1,5	2,2	1,1	1,0	0,8

Fonte: Feijão & Lavado, 2002; Feijão, 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 10 - População Escolar - INME (Secundário): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2006

Tipo de Droga	Prevalências					
	Ao Longo da Vida		Últimos 12 Meses		Últimos 30 Dias	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Qualquer Droga	27,9	19,9	21,7	15,4	12,1	9,3
Cannabis	25,6	18,7	20,2	14,5	11,1	8,9
Qualquer Droga s/ Cannabis	8,3	4,3	5,4	3,1	2,5	1,6
Heroína	2,2	1,2	1,1	0,9	0,6	0,6
Cocaína	3,6	1,7	1,7	1,3	0,9	0,9
Anfetaminas	3,5	2,0	2,4	1,6	0,9	1,0
Ecstasy	4,6	2,1	3,6	1,5	1,5	0,9
LSD	3,1	1,6	2,2	1,2	0,7	0,8
Cogumelos Mágicos	2,5	1,6	1,8	1,2	0,7	0,7

Fonte: Feijão & Lavado, 2002; Feijão, 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 11** - População Escolar - ESPAD (alunos 16 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003 e 2007

Tipo de Droga	Ano	2003	2007
	<b>Consumo ao Longo da Vida</b>		
Qualquer Droga		18	14
Cannabis		15	13
Qualquer Droga s/ Cannabis		7	6
Heroína		2	2
Cocaína		3	2
Anfetaminas		3	2
Ecstasy		4	2
Cogumelos Alucinogénios		3	2
LSD ou Outros Alucinogénios		2	1
<b>Consumo nos Últimos 30 Dias</b>			
Cannabis		8	6

Fonte: Hibell et al., 2004, Hibell et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 12** - População Escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003 e 2007

Tipo de Droga	13 anos		14 anos		15 anos		16 anos		17 anos		18 anos	
	Idade/Ano		Idade/Ano		Idade/Ano		Idade/Ano		Idade/Ano		Idade/Ano	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
<b>Consumo ao Longo da Vida</b>												
Qualquer Droga	4,6	3,6	8,6	6,4	13,6	10,1	20,0	16,0	25,3	21,4	30,2	27,3
Cannabis	2,3	2,3	6,5	4,8	11,0	8,3	17,3	14,1	23,6	19,6	29,1	26,1
Heroína	0,8	1,1	2,2	1,4	1,7	1,8	1,4	2,3	1,0	2,5	0,8	2,0
Cocaína	1,5	1,6	2,4	2,5	2,4	3,3	2,5	3,3	1,6	3,9	1,4	3,8
Anfetaminas	2,2	1,1	2,4	2,2	3,0	2,5	2,6	2,5	2,4	3,3	1,5	3,3
Ecstasy	1,5	0,9	3,1	1,5	2,5	2,5	3,7	2,3	3,5	3,3	4,3	4,0
LSD	0,6	0,8	1,6	1,3	1,3	1,5	1,9	1,3	2,2	2,5	2,0	2,5
Cogumelos Alucinogénios	0,6	-	1,8	-	1,8	-	2,9	-	3,1	-	3,7	-
<b>Consumo nos Últimos 30 Dias</b>												
Cannabis	1,1	1,3	3,0	1,8	4,7	3,4	7,6	6,5	10,2	8,7	11,1	11,2

Fonte: Feijão &amp; Lavado, 2006, Feijão, 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 13 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo segundo o Momento Face à Reclusão, por Tipo de Droga (%)**  
2001 e 2007

Momento de Consumo Tipo de Droga	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	62,3	59,3	60,6	55,0	47,4	35,7	48,2	27,8
Cannabis	56,5	55,2	53,9	48,4	38,7	29,8	41,2	23,9
Heroína	46,9	34,4	44,1	29,9	27,0	13,5	23,9	10,0
Cocaína	45,6	40,2	43,9	35,3	20,1	9,9	29,4	6,7
Anfetaminas	19,2	15,7	18,4	14,9	7,0	2,3	9,0	2,0
Ecstasy	17,0	19,9	16,4	18,2	6,4	2,7	8,6	2,2
Outros	8,5	5,9	7,5	5,2	4,5	1,5	4,6	1,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 14 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Género e Grupo Etário (%)**  
2001 e 2007

Consumo ao Longo da Vida Género/Grupo Etário	Qualquer Tipo de Droga	
	2001	2007
<b>Total</b>	<b>62,3</b>	<b>59,3</b>
Masculino	67,0	66,2
Feminino	31,3	37,4
16-25 anos	72,3	65,9
26-35 anos	73,0	65,4
36-45 anos	59,5	64,8
46-55 anos	29,9	57,1
≥ 56 anos	11,1	51,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 15 - População Reclusa Nacional - Consumos em Reclusão: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, nos Últimos 12 Meses, nos Últimos 30 Dias e Consumo Regular\* (%)**  
2001 e 2007

Consumo na Prisão Tipo de Droga	Ao Longo da Vida		Último 12 Meses		Últimos 30 Dias		Consumo Regular <sup>a)</sup>	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	47,4	35,7	51,6	40,5	30,1	27,4	10,0	11,8
Cannabis	38,7	29,8	43,8	29,0	24,0	23,3	5,5	7,0
Heroína	27,0	13,5	33,0	11,5	15,5	7,3	5,3	2,7
Cocaína	20,1	9,9	26,3	7,6	7,2	3,8	1,9	0,8
Anfetaminas	7,0	2,3	9,7	2,1	1,5	0,7	<0,1	0,3
Ecstasy	6,4	2,7	9,6	2,1	1,3	0,8	<0,1	0,3
Outros	4,5	1,5	5,1	1,0	0,9	0,4	<0,1	0,2

\* Todos os dias no último mês na prisão.

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 16 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo por Via Endovenosa segundo o Momento Face à Reclusão (%)**  
2001 e 2007

Momento de Consumo Via de Administração	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Via Endovenosa	32,3	20,6	27,0	18,2	11,4	3,1	8,8	3,0

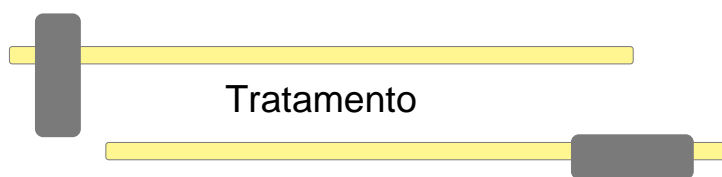
Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 17 - Estimativas da Prevalência de Consumidores Problemáticos de Drogas em Portugal**  
2000 e 2005

Definição de Caso	Ano	2000		2005			
		Método	Estimativa da Prevalência	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos	Método	Estimativa da Prevalência	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos
Consumidores de opiáceos, cocaína e/ou anfetaminas	Método	Multiplicador Tratamento	48 673 - 73 010	6,4 - 10,7	Multiplicador Tratamento	44 653 - 53 240	6,2 - 7,4
	Estimativa da Prevalência						
Consumidores de longa duração/uso regular de opiáceos, cocaína, e/ou anfetaminas	Método	"Back-calculation"	29 620 - 43 966	4,3 - 6,4	Multiplicador Equipas de Rua	30 833 - 35 576	4,3 - 5,0
	Estimativa da Prevalência						
Consumidores (actuais ou recentes) de drogas por via endovenosa	Método	Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas	15 900 - 31 800	2,3 - 4,7	Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas	10 950 - 21 900	1,5 - 3,0
	Estimativa da Prevalência						
	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos				Multiplicador Tratamento	13 183 - 16 285	1,8 - 2,2

Fonte: Negreiros et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE







**Quadro 18 - Estruturas Especializadas de Tratamento, segundo o Ano**

Rede Pública e Licenciada  
2002 - 2010

Estrutura / Rede	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Ambulatório / Rede Pública</b>										
<b>CAT / ET</b>	45	45	45	45	45	45	46 <sup>a)</sup>	47 <sup>a)</sup>	47 <sup>a)</sup>	
<b>Extensões</b>	9	9	11	11	10	10	28 <sup>c)</sup>	32 <sup>c)</sup>	32 <sup>c)</sup>	
<b>Outros Locais de Consulta</b>	17 <sup>b)</sup>	16 <sup>b)</sup>	19 <sup>b)</sup>	21 <sup>b)</sup>	23 <sup>c)</sup>	23 <sup>c)</sup>				
<b>Unidades de Desabilitação</b>	16	15	14	14	15	16	14	13	10	
Rede Pública	5	5	5	5	5	5	4	4	4	
Rede Licenciada	11	10	9	9	10	11	10	9	6	
C/ Convenção	7	6	5	6	6	5	5	5	4	
S/ Convenção	4	4	4	3	4	6	5	4	2	
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	79	75	73	72	73	76	70	70	69	
Rede Pública	2	2	2	2	3	3	3	3	3	
Rede Licenciada	77	73	71	70	70	73	67 <sup>d)</sup>	67	66	
C/ Convenção	64	63	61	62	64	60	62	62	62	
S/ Convenção	13	10	10	8	6	13	5	5	4	
<b>Centros de Dia</b>	13	13	11	10	10	10	10	9	8	
Rede Pública	4	4	3	2	2	2	2	2	2	
Rede Licenciada	9	9	8	8	8	8	8	7	6	
C/ Convenção	5	5	4	4	4	4	5	5	5	
S/ Convenção	4	4	4	4	4	4	3	2	1	

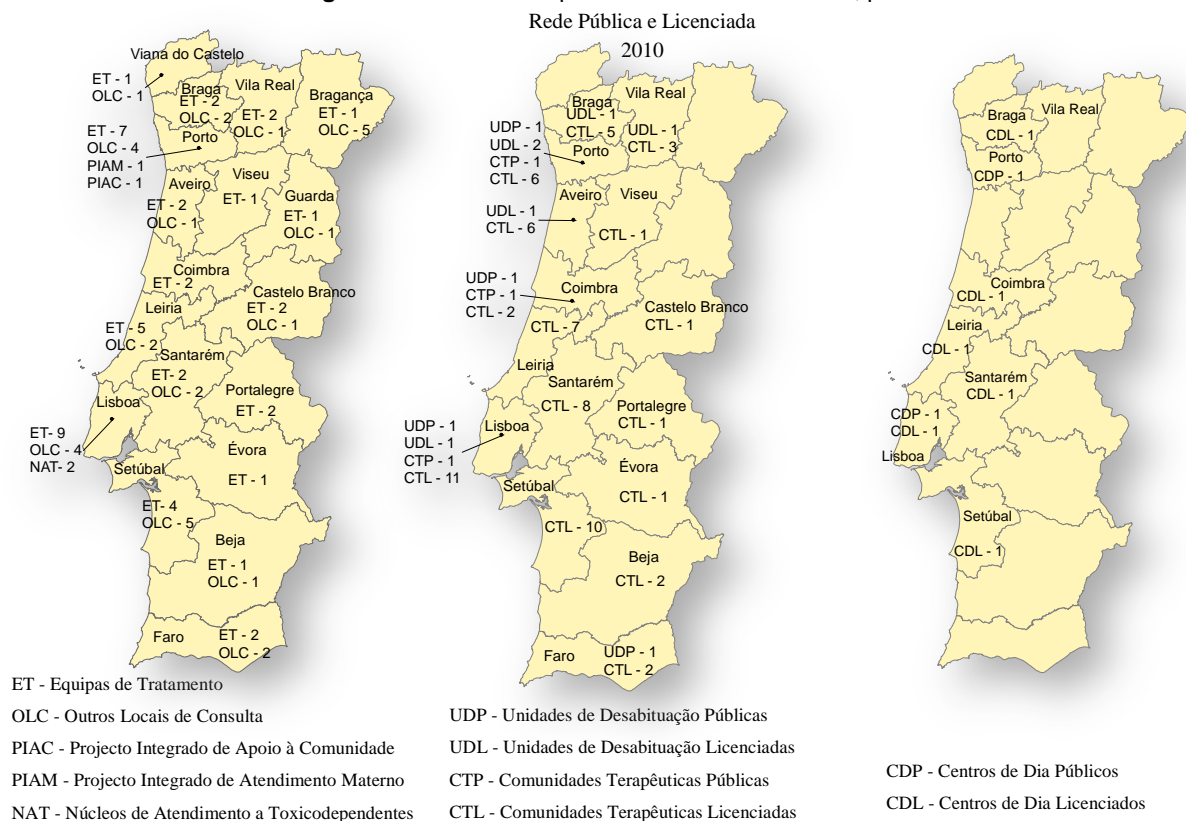
a) Mais o Projecto Integrado de Atendimento Materno (PIAM) e o Projecto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC).

b) Mais 3 NAT (Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes) no distrito de Lisboa.

c) Mais 2 NAT no distrito de Lisboa.

d) A alteração do número de estruturas em relação ao ano anterior deve-se apenas a reajustamentos feitos a nível de algumas Unidades Privadas, não refletindo uma real diminuição da oferta neste contexto uma vez que até aumentou o número de camas disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

**Figura 1 - Estruturas Especializadas de Tratamento, por Distrito**

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 19 - Utentes em Tratamento no Ano\*, segundo o Ano, por Delegação Regional**

Rede Pública  
2002 - 2010

Delegação Regional	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>31 835</b>	<b>29 596</b>	<b>30 266</b>	<b>31 822</b>	<b>32 460</b>	<b>34 266<sup>a)</sup></b>	<b>38 532</b>	<b>38 875</b>	<b>37 983</b>	
Norte	10 464	9 685	9 786	10 887	10 539	11 903	13 947	15 103	15 168	
Centro	5 610	5 371	5 655	5 903	6 592	6 809	6 828	5 643	5 376	
Lisboa e Vale do Tejo	11 611	10 711	10 739	10 878	11 169	11 818	12 720	12 707	12 032	
Alentejo	1 397	1 373	1 342	1 307	1 234	1 541	1 788	1 959	2 038	
Algarve	2 753	2 456	2 744	2 847	2 926	3 095	3 249	3 463	3 369	

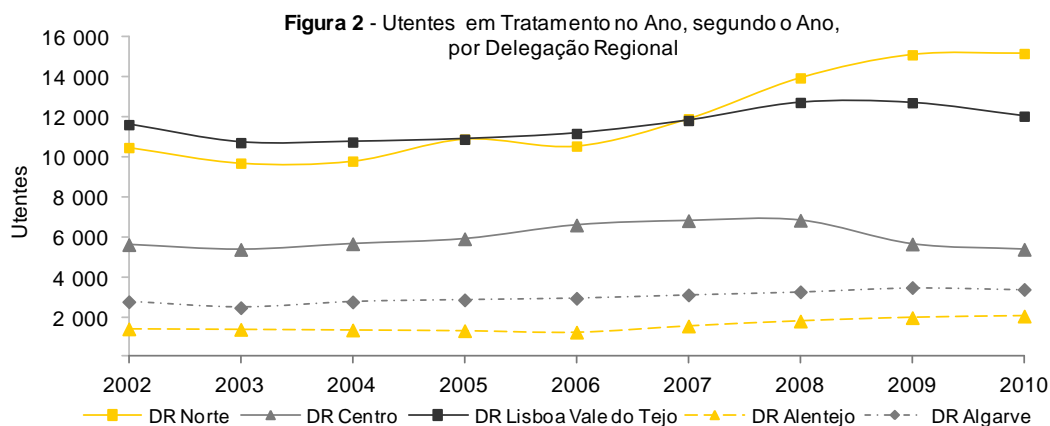
\* Utentes que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Devido aos reajustamentos na dependência funcional das Equipas de Tratamento (ET) de alguns Centros de Respostas Integradas (CRI) ocorridos em meados de 2007, impõem-se algumas cautelas na leitura comparativa dos dados regionais com anos anteriores a 2008.

a) O Total de Utentes em Tratamento no Ano não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

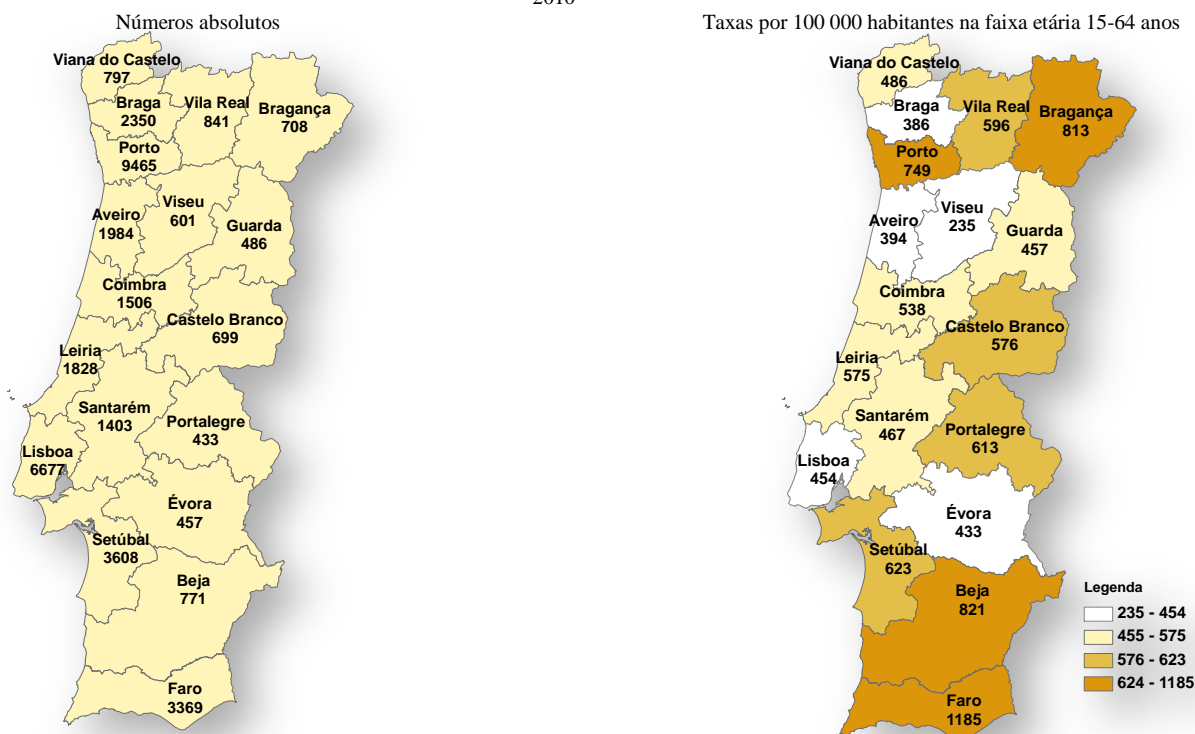
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Fonte: Quadro 19

**Figura 3 - Utentes em Tratamento no Ano, por Distrito**

Rede Pública  
2010



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 20 - Utentes em Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano**  
2002 - 2010

Estrutura / Rede	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Unidades de Desabilitação</b>	<b>3 550</b>	<b>3 366</b>	<b>3 371</b>	<b>3 821</b>	<b>3 059</b>	<b>3 196</b>	<b>3 161</b>	<b>2 676</b>	<b>2 446</b>	
Rede Pública	1 840	1 873	1 792	1 766	1 466 <sup>a)</sup>	1 599	1 856	1 644	1 489	
Rede Licenciada	1 710	1 493	1 579	2 055	1 593	1 597	1 305	1 032	957	
C/ Convenção	1 304	1 072	1 183	1 471	1 205	1 378	1 153	953	935	
S/ Convenção	406	421	396	584	388	219	152	79	22	
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	<b>4 189</b>	<b>4 138</b>	<b>4 254</b>	<b>4 161</b>	<b>4 228</b>	<b>4 557</b>	<b>4 698</b>	<b>4 578</b>	<b>4 499</b>	
Rede Pública	66	57	75	68	110	134	131	127	124	
Rede Licenciada	4 123	4 081	4 179	4 093	4 118	4 423	4 567	4 451	4 375	
C/ Convenção	2 877	2 891	2 900	2 944	3 036	3 033	3 254	3 474	3 502	
S/ Convenção	1 246	1 190	1 279	1 149	1 082	1 390	1 313	977	873	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) A diminuição do número de internamentos entre 2005 e 2006 pode ser atribuída ao aumento de casos de co morbilidade que implicam maior tempo de internamento, assim como à mudança de instalações da UD de Coimbra e da UD Taipas.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 21 - Utentes em Centros de Dia, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano**  
2002 - 2010

Estrutura / Rede	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Centros de Dia</b>	<b>579</b>	<b>617</b>	<b>611</b>	<b>634</b>	<b>608</b>	<b>531</b>	<b>495</b>	<b>477</b>	<b>354</b>	
Rede Pública	89	73	83	74	77	82	80	70	78	
Rede Licenciada	490	544	528	560	531	449	415	407	276	
C/ Convenção	340	338	317	351	323	218	201	232	189	
S/ Convenção	150	206	211	209	208	231	214	175	87	

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 22 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional**

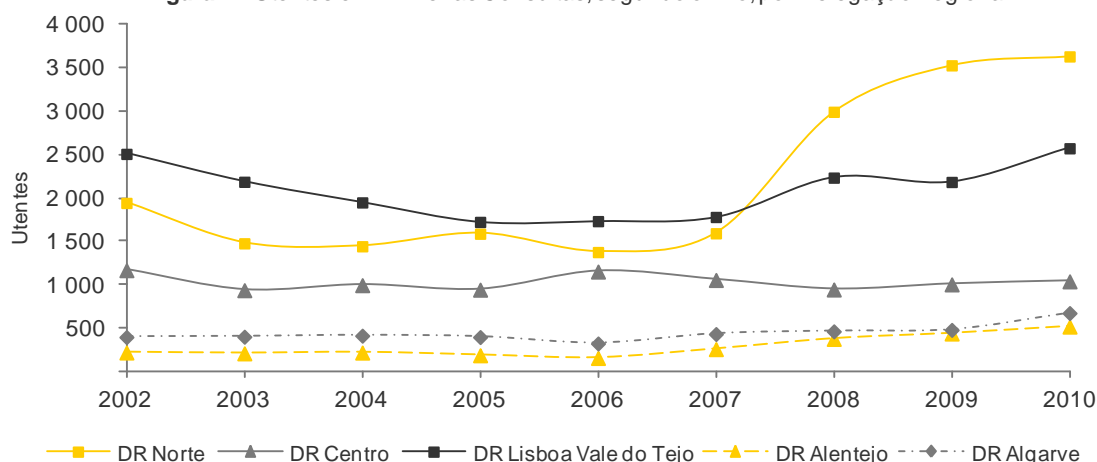
Rede Pública  
2002 - 2010

Delegação Regional	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>6 241</b>	<b>5 216</b>	<b>5 023</b>	<b>4 844</b>	<b>4 745</b>	<b>5 124</b>	<b>7 019</b>	<b>7 643</b>	<b>8 444</b>
Norte	1 945	1 479	1 445	1 590	1 378	1 595	2 997	3 533	3 636
Centro	1 169	938	996	944	1 153	1 056	946	1 005	1 040
Lisboa e Vale do Tejo	2 511	2 189	1 951	1 726	1 735	1 783	2 237	2 187	2 576
Alentejo	219	209	218	187	156	258	376	438	518
Algarve	397	401	413	397	323	432	463	480	674

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool. Devido aos reajustamentos na dependência funcional das Equipas de Tratamento (ET) de alguns Centros de Respostas Integradas (CRI) ocorridos em meados de 2007, impõem-se algumas cautelas na leitura comparativa dos dados regionais com anos anteriores a 2008.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

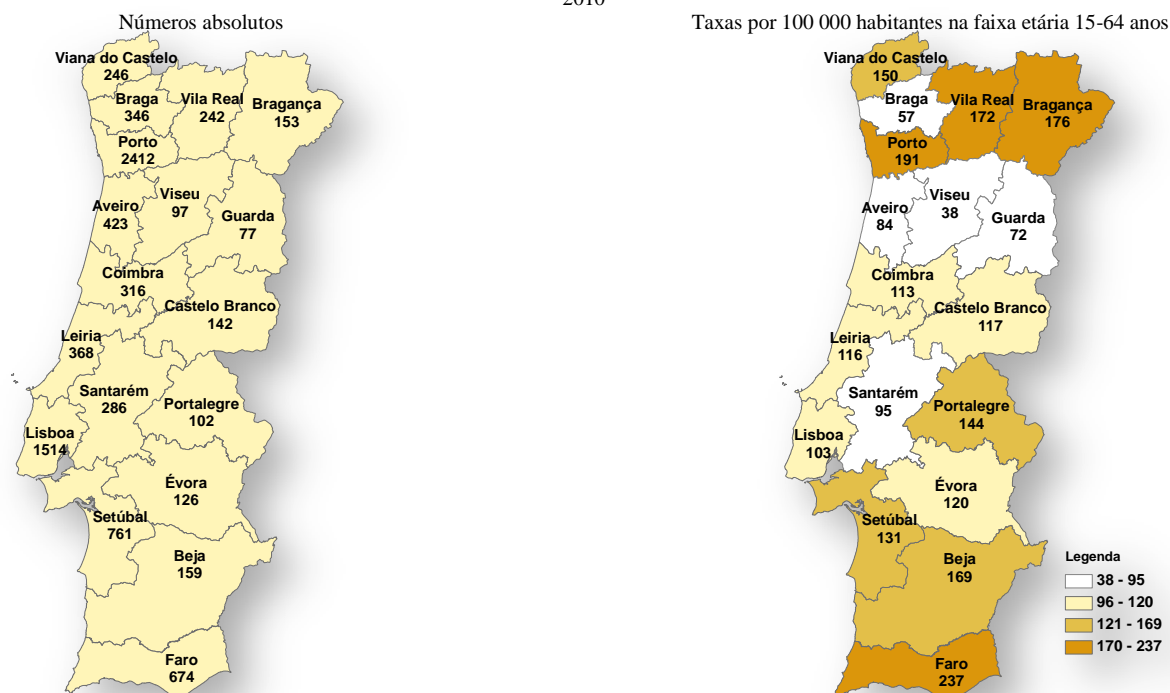
**Figura 4 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional**



Fonte: Quadro 22

**Figura 5 - Utentes em Primeiras Consultas, por Distrito**

Rede Pública  
2010



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 23 - Programas de Tratamento Orientados para a Abstinência nos Estabelecimentos Prisionais**  
Capacidade e Utentes, segundo o Ano, por Estabelecimento Prisional  
2002- 2010

Capacidade e Utentes/ Estab. Prisional	Capacidade (camas)										Utentes									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010		
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>229</b>	<b>229</b>	<b>236</b>	<b>257</b>	<b>238</b>	<b>212</b>	<b>217</b>	<b>217</b>	<b>278</b>	<b>405</b>	<b>297</b>	<b>307</b>	<b>356</b>	<b>332</b>	<b>297</b>	<b>274</b>	<b>219</b>		
<b>Unidades Livres de Drogas</b>																				
EP de Lisboa: Ala G (CT)	45	45	45	45	45	45	43	45	45	49	64	67	49	74	60	80	47	50		
Ala A	75	75	75	75	75	70	67	70	70	100	113	121	105	106	115	51	91	66		
EP de Tires	28	28	28	27	21	21	21	21	21	21	43	17	35	26	52	51	27	26		
EP de Leiria	29	29	29	29	29	29	29	29	29	33	113	38	45	36	24	42	22	28		
EP do Porto	20	20	20	16	18	16	20	20	20	32	34	20	30	34	26	32	45	20		
EP de St.ª Cruz do Bispo	20	20	20	20	20	20	20	20	20	23	21	20	20	22	26	26	29	20		
EP de Caxias	-	-	-	12	12	-	-	-	-	-	-	-	9	7	-	-	-	-		
EP de Sintra	-	-	-	-	25	25	-	-	-	-	-	-	-	32	19	-	-	-		
<b>Casa de Saída</b>																				
EPR das Caldas da Rainha	12	12	12	12	12	12	12	12	12	20	17	14	14	19	10	15	13	9 <sup>b)</sup>		

a) A aplicação do novo Código Penal, bem como a alteração do perfil da população reclusa estão na causa das oscilações verificadas em alguns EP relativamente a anos anteriores.

b) A Casa de Saída esteve encerrada a partir de 20/09/2010.

Fonte: Direção-Geral dos Serviços Prisionais

**Quadro 24 - Utentes em Programas Farmacológicos em Estruturas dos Estabelecimentos Prisionais\*,**  
segundo o Ano, por Tipo de Programa e Estabelecimento Prisional  
Situação a 31/12 de cada ano

Estabelecimento Prisional	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>410</b>	<b>330</b>	<b>329</b>	<b>324</b>	<b>397</b>	<b>382</b>	<b>472</b>	<b>565</b>	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	280	370	330	287	276	306	286	407	505	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	40	..	42	48	91	96	65	60	
EP de Alcoentre	-	-	-	-	-	-	-	18	14	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	18	14	
EP de Caxias	-	63	15	10	8	9	7	..	..	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	25	15	10	8	9	7	..	..	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	38	..	..	..	..	..	..	..	
EP do Linho	-	-	-	38	40	63	72	11	4	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	6	10	7	10	..	..	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	32	30	56	62	11	4	
EP de Lisboa	100	105	114	32	20	27	33	41	51	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	100	105	114	32	20	27	33	41	51 (M/B)	
EP do Paços de Ferreira	-	-	-	101	126	143	127	91	84	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	96	111	119	97	85	72 (M/B)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	5	15	24	30	6	12	
EP de Pinheiro da Cruz	-	-	-	-	-	-	-	8	2	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	1	..	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	7	2	
EP do Porto	150	214	185	127	110	120	116	128	118	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	150	212	185	122	107	117	112	128	116 (M)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	2	..	5	3	3	4	..	2	
EP de Santa Cruz do Bispo	-	-	-	-	-	-	-	57	59	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	49	57 (M/B)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	8	2	
EP de Tires	30	28	16	21	20	10	9	15	15	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	30	28	16	21	20	10	9	15	14 (M)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	..	..	..	..	..	..	..	1	
EP de Vale Judeus	-	-	-	-	-	-	-	12	16	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	12	16	
EPR de Coimbra	-	-	-	-	-	25	18	-	112	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	17	18	-	112 (M/B)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	8	..	-	..	
EPR de Ponta Delgada	-	-	-	-	-	-	-	43	42	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	40	41 (B)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	3	1	
EPR de Vale de Sousa	-	-	-	-	-	-	-	48	48	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	48	42 (M/B)	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	..	6	

M – Metadona, B – Buprenorfina.

\* Para além dos dados apresentados neste quadro, ao longo destes anos estiveram em programas farmacológicos em articulação com o IDT, I.P. (prescrição e acompanhamento pelos técnicos das ET): a 31/12/2002, 556 reclusos, a 31/12/2003, 522 reclusos, a 31/12/2004, 500 reclusos, a 31/12/2005, 524 reclusos, a 31/12/2006, 568 reclusos, a 31/12/2007, 669 reclusos, a 31/12/2008, 652 reclusos, a 31/12/2009, 659 reclusos, e a 31/12/2010 623 (612 em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos e 11 em Programas Terapêuticos com Antagonistas Opiáceos). Em 2010 estiveram também 73 reclusos em programas farmacológicos noutras estruturas da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, 64 em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos e 9 em Programas Terapêuticos com Antagonistas Opiáceos).

Fonte: Direção-Geral dos Serviços Prisionais

**Quadro 25 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional**

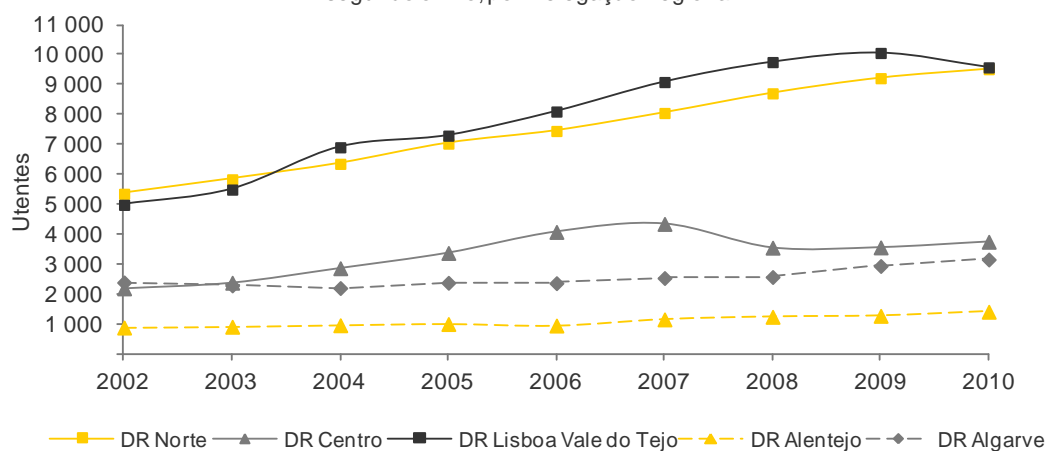
Rede Pública  
2002 - 2010

Delegação Regional	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>15 768</b>	<b>16 877</b>	<b>19 260</b>	<b>21 054</b>	<b>22 922</b>	<b>24 312</b> <sup>a)</sup>	<b>25 808</b>	<b>27 031</b>	<b>27 392</b>	
Norte	5 348	5 832	6 352	7 029	7 450	8 052	8 710	9 217	9 519	
Centro	2 184	2 373	2 858	3 369	4 073	4 341	3 546	3 555	3 743	
Lisboa e Vale do Tejo	4 980	5 489	6 905	7 294	8 101	9 088	9 756	10 061	9 578	
Alentejo	873	900	950	991	940	1 146	1 232	1 265	1 402	
Algarve	2 383	2 283	2 195	2 371	2 358	2 530	2 564	2 933	3 150	

a) O Total de Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

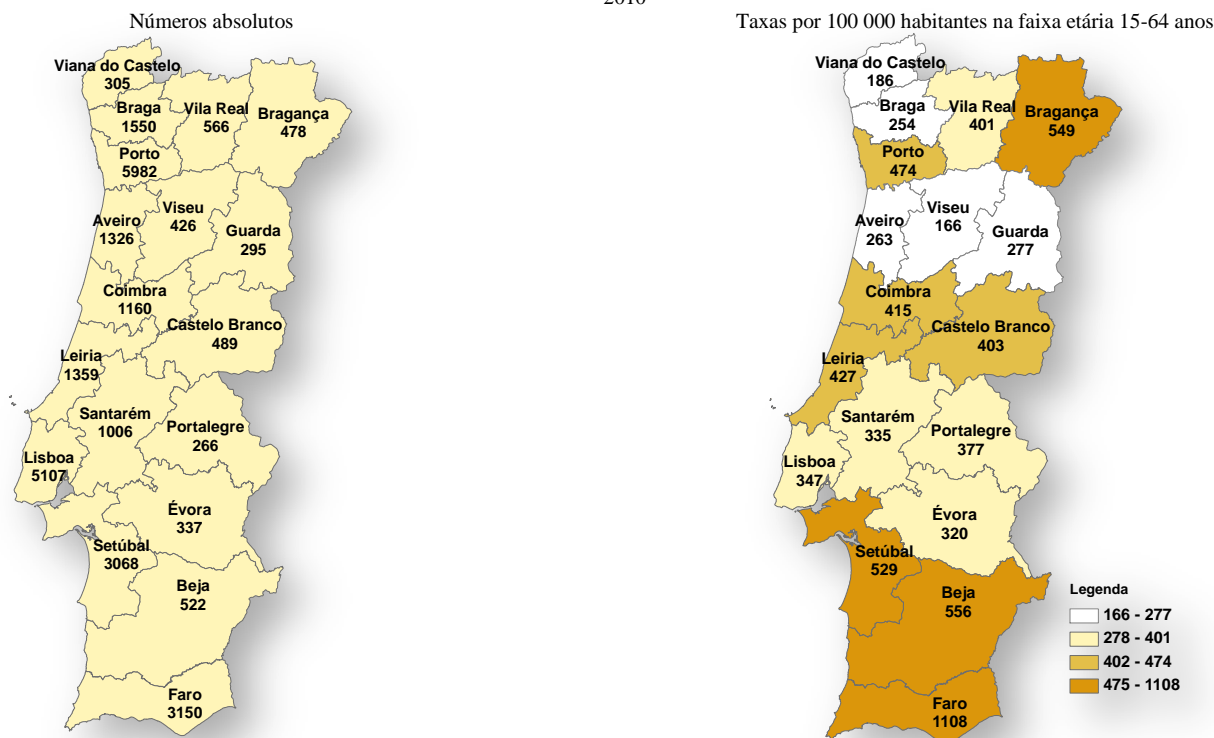
**Figura 6 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional**



Fonte: Quadro 25

**Figura 7 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, por Distrito**

Rede Pública  
2010



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 26 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo a Substância Administrada, por Delegação Regional**

Rede Pública  
Situação em 31/12/2010

Delegação Regional \ Substância	Total	Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos	
		Com Metadona	Com Buprenorfina
Situação em 31/12/2009	20 729	15 823	4 906
<b>Total</b>			
Situação em 31/12/2010	<b>21 110</b>	<b>16 287</b>	<b>4 823</b>
Norte	<b>7 949</b>	5 941	2 008
Centro	<b>2 583</b>	1 897	686
Lisboa e Vale do Tejo	<b>7 168</b>	5 529	1 639
Alentejo	<b>990</b>	864	126
Algarve	<b>2 420</b>	2 056	364

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 27 - Utentes na Rede de Administração de Metadona, segundo o Local da Toma, por Delegação Regional**

Situação em 31/12/2010

Delegação Regional \ Estruturas	Total	Equipas	Centros	Estabelecimentos Prisionais	Hospitais	Farmácias	Outras Estruturas <sup>a)</sup>
		Técnicas de Tratamento	de Saúde				
Situação em 31/12/2009	15 823	10 976	2 665	672	285	500	725
<b>Total</b>							
Situação em 31/12/2010	<b>16 287</b>	<b>10 941</b>	<b>2 591</b>	<b>789</b>	<b>312</b>	<b>594</b>	<b>1 060</b>
Norte	<b>5 941</b>	3 689	929	190	263	168	702
Centro	<b>1 897</b>	1 339	248	171	22	76	41
Lisboa e Vale do Tejo	<b>5 529</b>	4 315	362	261	22	340	229
Alentejo	<b>864</b>	525	224	104	..	2	9
Algarve	<b>2 056</b>	1 073	828	63	5	8	79

a) Centros de Diagnóstico Pneumológico e outras instituições locais.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 28 - Consumos dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada

2010

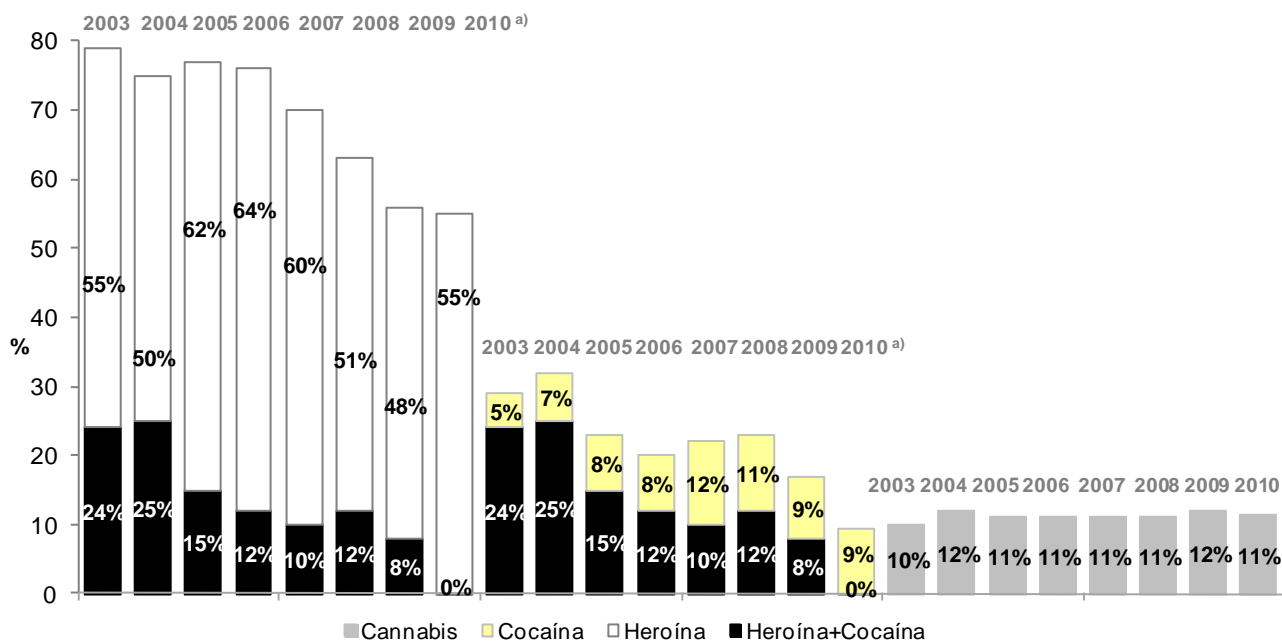
Consumos	Estrutura/Rede	Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabilitação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1. <sup>as</sup> Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicos	Licenciadas
	<b>UTENTES</b>	<b>37 983</b>	<b>8 444</b>	<b>1 489</b>	<b>957</b>	<b>124</b>	<b>4 375</b>	<b>78</b>	<b>276</b>
<b>Substância Principal</b>	Heroína	18 157 <sup>a)</sup>	2 425 <sup>a)</sup>	974	444	52	1 841	24	102
	Outros Opiáceos	113	61	2	7	..	6	..	2
	Heroína e Cocaína	35 <sup>a)</sup>	6 <sup>a)</sup>	44	4	2	107	3	3
	Cocaína	1 433	404	133	46	43	739	21	47
	Cannabis	1 245	505	10	1	6	345	6	33
	Álcool	1 979	940	271	110	20	778	20	56
	Alucinogénios	19	2	..	..	..	8	..	..
	Estimulantes	25	6	..	1	..	19	1	..
	Hipnóticos / Sedativos	20	13	41	6	1	79	2	6
	Outra	516	64	7	4	..	42	1	17
	Desconhecida	14 441	4 018	7 <sup>b)</sup>	334	..	411	..	10
<b>Via de Administração da Substância Principal</b>	Injectada	4 656	512	322	105	23	879	18	58
	Fumada / Inalada	15 104	2 923	850	392	79	2 056	37	134
	Oral	2 108	1 000	305	124	21	887	23	63
	Outra	339	99	5	2	1	142	..	11
	Desconhecida	15 776	3 910	7 <sup>b)</sup>	334	..	411	..	10
<b>Consumo Endovenoso Longo da Vida</b>	Sim	5 629	627	784	299	54	1 613	37	133
	Não	29 128	6 584	698	326	68	2 352	41	141
	Desconhecido	3 226	1 233	7	332	2	410	..	2
<b>Consumo Endovenoso Últimos 30 dias</b>	Sim	399	199	315	121	17	725	13	49
	Não	5 042	3 519	1 167	504	105	3 240	65	225
	Desconhecido	32 542	4 726	7	332	2	410	..	2
<b>Partilha de Material de Consumo Longo da Vida</b>	<b>Qualquer Mat. Cons. Endovenoso</b>								
	Sim	..	..	422	124	21	923	19	76
	Não	..	..	1 027	478	98	2 920	57	198
	Desconhecido	..	..	40	355	5	532	2	2
	<b>Material Cons. não Endovenoso</b>								
	Sim	..	..	823	259	51	1 670	40	83
Não	..	..	610	285	65	1 728	36	189	
Desconhecido	..	..	56	413	8	977	2	4	
<b>Partilha de Material de Consumo Últimos 30 dias</b>	<b>Qualquer Mat. Cons. Endovenoso</b>								
	Sim	..	..	37	28	2	215	2	9
	Não	..	..	1 417	559	119	3 557	65	205
	Desconhecido	..	..	35	370	3	603	11	62
	<b>Material Cons. não Endovenoso</b>								
	Sim	..	..	222	147	15	739	4	45
Não	..	..	1 213	372	102	2 536	67	168	
Desconhecido	..	..	54	438	7	1 100	7	63	

a) Em 2010, a categoria *Heroína e Cocaína* não esteve inicialmente prevista no Sistema de Informação Multidisciplinar e os casos com *Heroína e Cocaína* enquanto substância principal foram registados na categoria *Heroína*.

b) Nesta categoria está incluído 7 utentes cujo motivo de internamento está relacionado com Patologia Psiquiátrica, não apresentando à data do internamento consumos de substâncias.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

**Figura 8 - Substância Principal dos Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano**

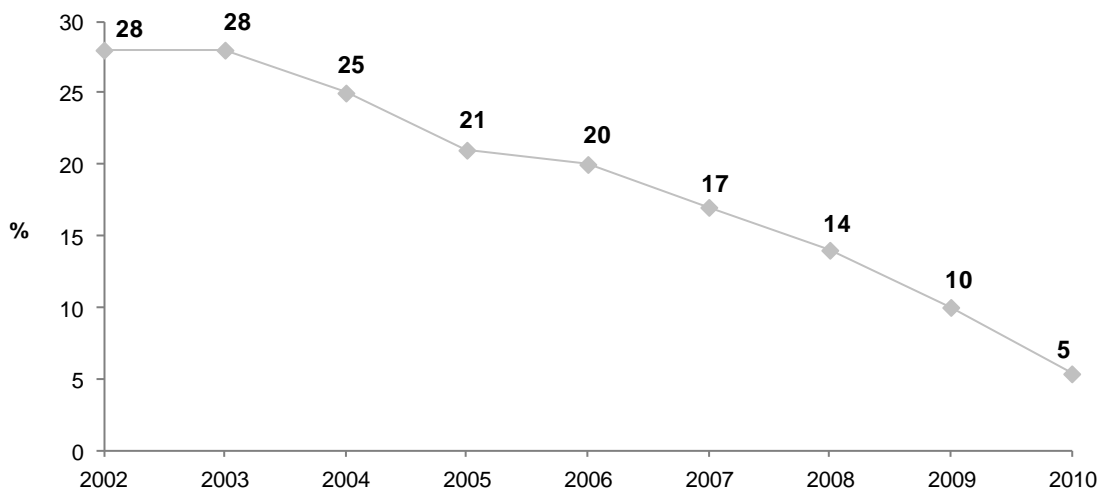


A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) Em 2010, a categoria *Heroína e Cocaína* não esteve inicialmente prevista no Sistema de Informação Multidisciplinar e os casos com *Heroína e Cocaína* enquanto substância principal foram registados na categoria *Heroína*.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

**Figura 9 - Consumo Endovenoso nos 30 Dias Anteriores à Primeira Consulta dos Novos Utentes na Rede Pública, segundo o Ano**



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

**Quadro 29 - Caracterização Sociodemográfica dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada**

2010

Estrutura/Rede		Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabilitação		Utentes das Unidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1.ª Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicos	Licenciadas
<b>Caracterização Sociodemográfica</b>		<b>37 983</b>	<b>8 444</b>	<b>1 489</b>	<b>957</b>	<b>124</b>	<b>4 375</b>	<b>78</b>	<b>276</b>
<b>Sexo</b>	<b>UTENTES</b>								
	Masculino	31 447	6 651	1 263	544	96	3 368	58	225
	Feminino	6 536	1 793	226	83	28	620	20	49
	Desconhecido	..	..	..	330	..	387	..	2
<b>Grupo Etário</b>	≤ 24 anos	3 188	1 578	76	45	12	537	1	24
	25-29 anos	3 079	903	173	81	14	454	5	26
	30-34 anos	5 889	1 207	292	106	24	715	9	45
	35-39 anos	8 801	1 497	387	171	40	861	22	49
	40-44 anos	7 781	1 263	293	115	13	615	18	49
	≥ 45 anos	9 245	1 996	268	109	21	805	23	81
	Desconhecido	..	..	..	330	..	388	..	2
	Idade Média	<b>38</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>41</b>	<b>39</b>
<b>Nacionalidade</b>	Portuguesa	32 769	7 494	1 445	584	122	3 722	71	254
	Estrangeira	2 023	588	44	43	2	254	7	20
	Desconhecida	3 191	362	..	330	..	399	..	2
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	21 097	4 332	777	389	60	2 558	47	159
	Casado / União de Facto	10 341	2 467	437	133	29	631	12	53
	Divorciado / Separado	4 408	1 080	265	99	33	754	17	56
	Viúvo	312	99	10	6	2	32	2	6
	Desconhecido	1 825	466	..	330	..	400	..	2
<b>Situação Coabitación</b>	Familiares (ascendentes/irmãos)	14 935	3 195	638	290	66	1 635	34	81
	Só c/ companheiro	3 547	915	157	98	11	301	5	36
	Sozinho	3 752	1 090	265	86	19	931	18	90
	Só c/ companheiro e filhos	4 212	1 162	199	63	9	264	4	20
	Outro	4 407	1 315	229	80	18	795	17	43
	Desconhecida	7 130	767	1	340	1	449	..	6
<b>Nível Ensino</b>	< 3.º Ciclo	21 835	4 762	587	305	41	1 428	22	105
	3.º Ciclo	8 642	1 814	549	206	41	1 352	24	82
	> 3.º Ciclo	5 090	1 267	352	110	42	1 146	32	84
	Desconhecido	2 416	601	1	336	..	449	..	5
<b>Situação Profissional</b>	Empregado	14 247	2 716	472	195	32	958	3	72
	Desempregado	16 169	3 398	928	385	79	2 383	70	143
	Estudante / Formação Profissional	2 354	927	19	9	3	317	..	15
	Outro	2 561	832	69	35	10	276	5	42
	Desconhecida	2 652	571	1	333	..	441	..	4

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

**Quadro 30 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário e Género**

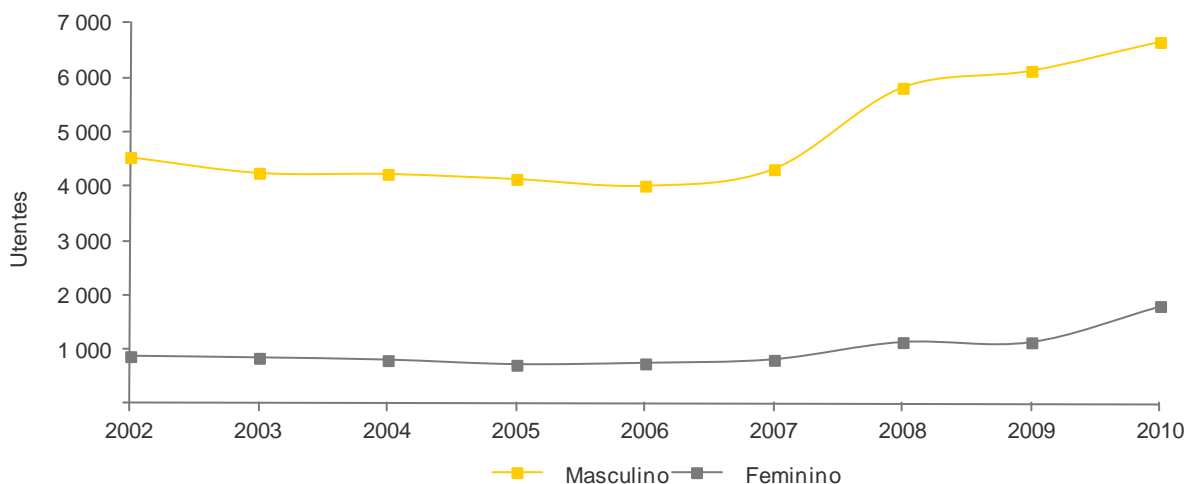
Rede Pública  
2002 - 2010

Grupo Etário/Género	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>6 241</b>	<b>5 216</b>	<b>5 023</b>	<b>4 844</b>	<b>4 745</b>	<b>5 124</b>	<b>7 019</b>	<b>7 643</b>	<b>8 444</b>
Masculino	4 534	4 245	4 225	4 132	4 008	4 311	5 807	6 120	6 651
Feminino	871	840	798	712	737	803	1 129	1 125	1 793
Desconhecido	836	131	..	..	..	10	83	398	..
<b>≤ 14 anos</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>65</b>	<b>85</b>	<b>305</b>	<b>432</b>	<b>329</b>
Masculino	–	22	29	45	54	64	220	334	200
Feminino	–	3	6	6	11	21	85	98	129
<b>15-19 anos</b>	<b>226</b>	<b>234</b>	<b>230</b>	<b>259</b>	<b>251</b>	<b>277</b>	<b>524</b>	<b>511</b>	<b>602</b>
Masculino	–	187	174	203	199	207	418	413	427
Feminino	–	47	56	56	52	70	106	98	175
<b>20-24 anos</b>	<b>786</b>	<b>729</b>	<b>692</b>	<b>694</b>	<b>618</b>	<b>610</b>	<b>668</b>	<b>636</b>	<b>647</b>
Masculino	–	582	556	580	502	487	541	552	544
Feminino	–	147	136	114	116	123	127	84	103
<b>25-29 anos</b>	<b>1 398</b>	<b>1 252</b>	<b>1 056</b>	<b>986</b>	<b>912</b>	<b>925</b>	<b>963</b>	<b>907</b>	<b>903</b>
Masculino	–	1 033	902	833	760	782	813	773	718
Feminino	–	219	154	153	152	143	150	134	185
<b>30-34 anos</b>	<b>1 333</b>	<b>1 260</b>	<b>1 215</b>	<b>1 106</b>	<b>1 080</b>	<b>1 096</b>	<b>1 241</b>	<b>1 172</b>	<b>1 207</b>
Masculino	–	1 056	1 032	950	918	942	1 060	964	969
Feminino	–	204	183	156	162	154	181	208	238
<b>35-39 anos</b>	<b>945</b>	<b>847</b>	<b>904</b>	<b>861</b>	<b>855</b>	<b>960</b>	<b>1 274</b>	<b>1 257</b>	<b>1 497</b>
Masculino	–	715	775	753	731	813	1 099	1 077	1 235
Feminino	–	132	129	108	124	147	175	180	262
<b>40-44 anos</b>	<b>471</b>	<b>475</b>	<b>501</b>	<b>551</b>	<b>534</b>	<b>654</b>	<b>889</b>	<b>951</b>	<b>1 263</b>
Masculino	–	425	434	482	483	574	760	826	1 002
Feminino	–	50	67	69	51	80	129	125	261
<b>≥ 45 anos</b>	<b>213</b>	<b>255</b>	<b>282</b>	<b>333</b>	<b>426</b>	<b>498</b>	<b>1 041</b>	<b>1 358</b>	<b>1 996</b>
Masculino	–	217	238	284	357	435	877	1 161	1 556
Feminino	–	38	44	49	69	63	164	197	440
<b>Desconhecido</b>	<b>841</b>	<b>139</b>	<b>108</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>114</b>	<b>419</b>	<b>..</b>
Masculino	–	8	85	2	4	7	19	19	..
Feminino	–	..	23	1	..	2	12	2	..
Desconhecido	–	131	..	..	..	10	83	398	..

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

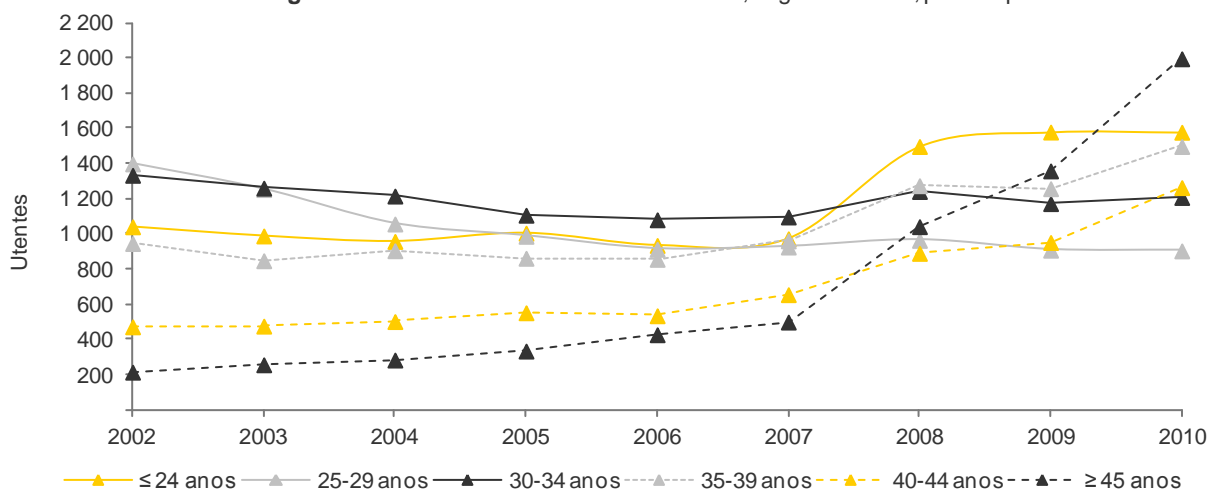
**Figura 10 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Género**



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Quadro 30

**Figura 11 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário**



A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicodependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

Fonte: Quadro 30

**Quadro 31 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Estado Civil**

Rede Pública  
2003 - 2010

Estado Civil \ Ano	Ano							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>5 216</b>	<b>5 023</b>	<b>4 844</b>	<b>4 745</b>	<b>5 124</b>	<b>7 019</b>	<b>7 643</b>	<b>8 444</b>
Solteiro	2 812	2 739	2 781	2 784	2 874	3 677	3777	4332
Casado/União de Facto	1 282	1 206	1 215	1 190	1 357	1 908	2032	2467
Divorciado/Separado	595	553	560	509	606	937	1009	1080
Viúvo	35	31	34	33	40	65	81	99
Desconhecido	492	494	254	229	247	432	744	466

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

**Quadro 32 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação de Coabituação**

Rede Pública  
2003 - 2010

Situação de Coabituação \ Ano	Ano							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>5 216</b>	<b>5 023</b>	<b>4 844</b>	<b>4 745</b>	<b>5 124</b>	<b>7 019</b>	<b>7 643</b>	<b>8 444</b>
Só com Ascendentes <sup>a)</sup>	1 954	1 926	2 015	1 870	1 936	2 572	2 428	3 195
Com Ascendentes <sup>a)</sup> + Companheiro ou Filho(s)	360	349	355	311	358	480	514	538
Só com Companheiro + Filho(s)	418	519	501	496	557	879	948	1 162
Só com Companheiro	521	493	535	559	575	755	804	915
Só com Filho(s)	40	52	42	52	58	129	176	277
Só com Amigos	95	101	116	84	98	141	135	122
Sozinho(a)	425	509	522	536	655	843	955	1 090
Outra Situação	482	402	388	476	569	688	816	378
Desconhecida	921	672	370	361	318	532	867	767

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

**Quadro 33 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação Profissional**

Rede Pública  
2003 - 2010

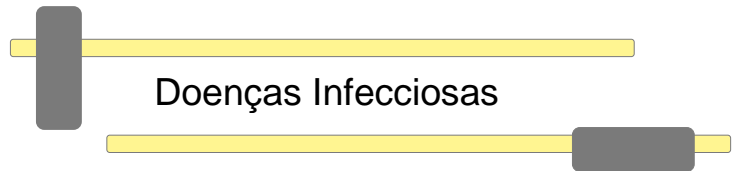
Situação Profissional \ Ano	Ano							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>5 216</b>	<b>5 023</b>	<b>4 844</b>	<b>4 745</b>	<b>5 124</b>	<b>7 019</b>	<b>7 643</b>	<b>8 444</b>
Empregado (Tempo inteiro ou parcial)	1 627	1 660	1 648	1 661	1 815	2 228	2 075	2 716
Desempregado	2 432	2 303	2 339	2 257	2 323	3 000	3 222	3 398
Estudante / Formação Profissional	247	261	274	272	293	669	834	927
Outra Situação <sup>a)</sup>	351	261	244	266	417	560	689	832
Desconhecida	559	538	339	289	276	562	823	571

A partir de 2008, passaram a recorrer às estruturas tradicionais de tratamento da toxicod dependência também utentes por problemas relacionados com o consumo de álcool.

a) Inclui casos como reformado, inválido, doméstica, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.







**Quadro 34** - Notificações dos Casos de Infecção pelo VIH: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano de Diagnóstico

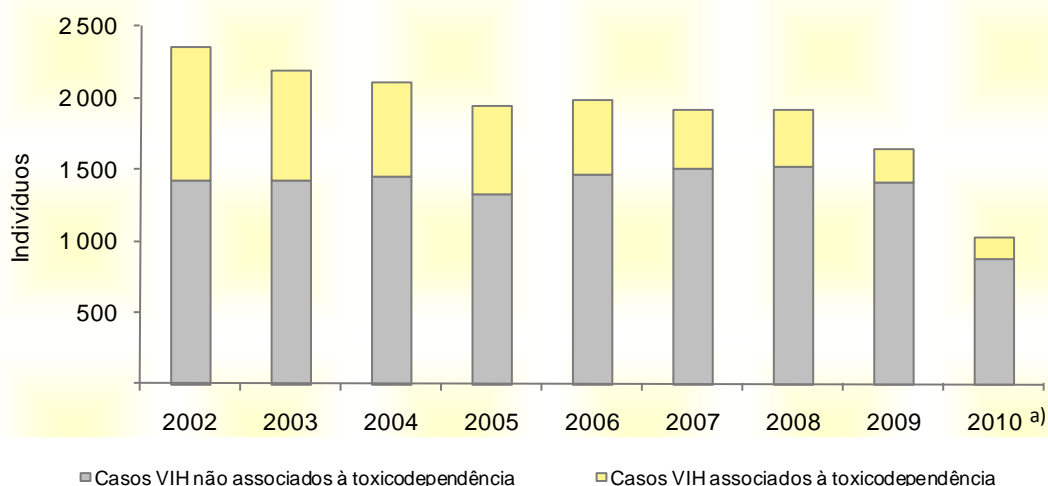
01/01/1983 - 31/12/2010

Ano de Diagnóstico	Casos							
	Notificações de VIH							
	Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
<b>Total</b>	<b>39.347</b>	<b>16.370</b>	<b>3.923</b>	<b>19.054</b>	<b>15.939</b>	<b>7.565</b>	<b>1.345</b>	<b>7.029</b>
1983	3	1	..	2	..	..	..	..
1984	6	4	..	2	1	..	..	1
1985	41	29	5	7	6	1	1	4
1986	78	41	17	20	17	3	8	6
1987	157	82	18	57	23	10	2	11
1988	258	142	52	64	42	11	14	17
1989	371	202	61	108	73	36	10	27
1990	523	264	82	177	130	50	21	59
1991	661	306	108	247	213	78	43	92
1992	948	443	129	376	400	165	70	165
1993	1.041	571	122	348	504	255	69	180
1994	1.313	698	119	496	641	362	57	222
1995	1.659	832	136	691	897	455	65	377
1996	2.131	999	190	942	1.230	572	113	545
1997	2.442	1.024	192	1.226	1.442	610	96	736
1998	2.638	1.070	210	1.358	1.510	651	104	755
1999	2.775	1.168	245	1.362	1.551	680	121	750
2000	2.781	1.058	221	1.502	1.440	595	96	749
2001	2.444	1.048	223	1.173	1.121	568	93	460
2002	2.359	1.061	212	1.086	939	517	61	361
2003	2.187	968	199	1.020	760	421	51	288
2004	2.108	848	209	1.051	662	341	59	262
2005	1.945	817	168	960	625	363	38	224
2006	1.981	710	215	1.056	521	268	52	201
2007	1.919	605	254	1.060	413	190	41	182
2008	1.911	581	233	1.097	387	164	32	191
2009	1.647	448	194	1.005	242	111	20	111
2010 <sup>a)</sup>	1.020	350	109	561	149	88	8	53

a) A atualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 12** - Notificações de Casos de VIH: Associados à Toxicodependência e Não Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico



a) A atualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Quadro 34

**Quadro 35** - Notificações dos Casos de SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/12/2010

Casos/Género Grupo Etário	Casos de SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	
<b>Total</b>	<b>16 370</b>	<b>13 279</b>	<b>3 090</b>	<b>1</b>	<b>7 565</b>	<b>6 446</b>	<b>1 119</b>	
≤ 14 anos	131	70	61	..	2	2	..	
15-19 anos	172	110	62	..	98	72	26	
20-24 anos	1 249	927	322	..	889	696	193	
25-29 anos	2 931	2 327	603	1	2 040	1 696	344	
30-34 anos	3 339	2 794	545	..	2 117	1 838	279	
35-39 anos	2 818	2 359	459	..	1 438	1 263	175	
40-44 anos	1 974	1 658	316	..	669	589	80	
45-49 anos	1 274	1 046	228	..	209	197	12	
50-54 anos	899	734	165	..	56	50	6	
55-59 anos	575	454	121	..	12	11	1	
60-64 anos	445	343	102	..	1	..	1	
≥ 65 anos	499	401	98	..	1	1	..	
Desconhecido	64	56	8	..	33	31	2	

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 36** - Notificações dos Casos Sintomáticos Não-SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/12/2010

Casos/Género Grupo Etário	Casos Sintomáticos Não-SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
<b>Total</b>	<b>3 677</b>	<b>2 731</b>	<b>944</b>	<b>2</b>	<b>1 297</b>	<b>1 051</b>	<b>244</b>	<b>2</b>
≤ 14 anos	75	37	38	..	1	1	..	..
15-19 anos	86	52	34	..	36	24	12	..
20-24 anos	357	257	100	..	212	168	44	..
25-29 anos	633	463	168	2	351	279	70	2
30-34 anos	685	530	155	..	338	290	48	..
35-39 anos	538	403	135	..	222	178	44	..
40-44 anos	354	281	73	..	89	74	15	..
45-49 anos	280	216	64	..	24	20	4	..
50-54 anos	193	136	57	..	5	2	3	..
55-59 anos	178	133	45	..	..	..	..	..
60-64 anos	124	88	36	..	1	1	..	..
≥ 65 anos	135	103	32	..	2	..	2	..
Desconhecido	39	32	7	..	16	14	2	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 37 - Notificações dos Casos de Portadores Assintomáticos: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Género, por Grupo Etário**  
01/01/1983 - 31/12/2010

Casos/Género Grupo Etário	Casos de PA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
<b>Total</b>	<b>19 054</b>	<b>12 865</b>	<b>6 177</b>	<b>12</b>	<b>7 029</b>	<b>5 771</b>	<b>1 255</b>	<b>3</b>
≤14 anos	176	90	84	2	5	4	1	..
15-19 anos	662	314	348	..	268	199	69	..
20-24 anos	2 643	1 737	905	1	1 332	1 057	274	1
25-29 anos	4 067	2 737	1 329	1	2 053	1 656	397	..
30-34 anos	3 662	2 532	1 129	1	1 721	1 429	291	1
35-39 anos	2 693	1 939	752	2	1 032	896	135	1
40-44 anos	1 690	1 214	474	2	384	336	48	..
45-49 anos	1 179	803	375	1	141	119	22	..
50-54 anos	806	542	264	..	29	25	4	..
55-59 anos	558	353	205	..	7	6	1	..
60-64 anos	365	220	145	..	5	5	..	..
≥ 65 anos	372	252	120	..	2	2	..	..
Desconhecido	181	132	47	2	50	37	13	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

**Quadro 38 - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Estado Vital, por Patologia Observada à Data do Diagnóstico**  
01/01/1983 - 31/12/2010

Casos/ Estado Vital Tipo de Patologia Observada à Data de Diagnóstico	Notificações de SIDA					
	Total de Casos			Total Casos Assoc. à Toxicodependência		
	Total	Vivos	Mortos	Total	Vivos	Mortos
<b>Total</b>	<b>16 370</b>	<b>8 676</b>	<b>7 694</b>	<b>7 565</b>	<b>3 621</b>	<b>3 944</b>
Tuberculose	6 948	3 784	3 164	4 340	2 171	2 169
Pneumonia <i>P. jirovecci</i>	2 660	1 438	1 222	807	376	431
Tuberculose + Pneumonia <i>P. jirovecci</i>	760	264	496	415	126	289
Outras Infeções Oportunistas	4 440	2 434	2 006	1 618	791	827
Sarcoma de Kaposi	586	307	279	127	53	74
Outras Infeções Oport.+ Sarcoma de Kaposi	143	45	98	22	11	11
Linfoma	363	154	209	84	28	56
Encefalopatia	178	91	87	50	19	31
Síndrome de Emaciação	200	84	116	87	37	50
Pneumonia Intersticial Linfóide	21	18	3	..	..	..
Carcinoma Invasivo do Colo do Útero	71	57	14	15	9	6

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 39** - Notificações dos Casos de Sintomáticos Não-SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, por Categoria da Doença Oportunista Observada à Data do Diagnóstico

01/01/1983 - 31/12/2010

Cat. Doença Oportunista Observada à Data de Diagnóstico	Casos	
	Notificações de Sintomáticos-Não SIDA	
	Total de Casos	Total de Casos Assoc. à Toxicodependência
<b>Total</b>	<b>3 923</b>	<b>1 345</b>
Infeção Oportunista <sup>a)</sup>	44	11
Sintomas Constitucionais	3 879	1 334

a) Outras infeções oportunistas não incluídas na classificação epidemiológica para os casos de SIDA.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 40** - Casos de Infeção pelo VIH Diagnosticados em 2010: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano Provável de Infeção

2010

Ano Provável de Infeção	Casos					
	Diagnosticados em 2010					
	Casos de SIDA		Casos Sintomáticos Não-SIDA		Casos de PA	
	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>88</b>	<b>109</b>	<b>8</b>	<b>561</b>	<b>53</b>
Antes de 2001	21	10	2	..	7	2
2001 - 2005	21	5	5	..	12	1
2006 - 2010	18	1	33	3	192	22
Desconhecido	290	72	69	5	350	28

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 41 - Notificações dos Casos de Infeção pelo VIH: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Zona Geográfica de Residência**

01/01/1983 - 31/12/2010

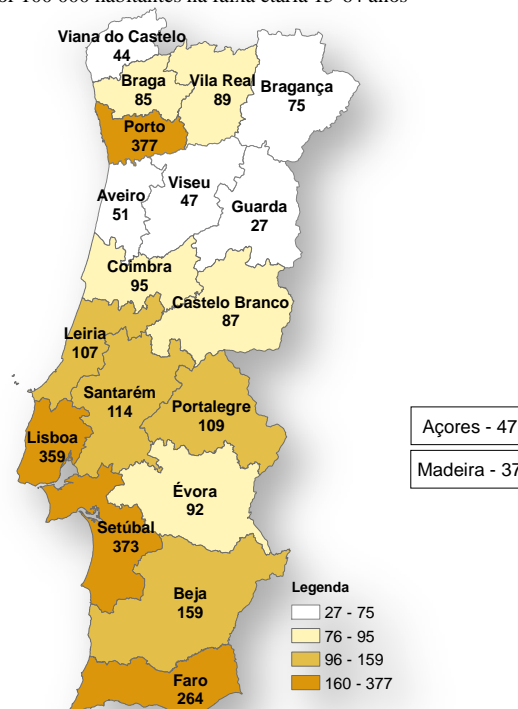
Zona Geog. de Residência	Casos	Notificações de VIH							
		Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
		Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
<b>Total</b>		<b>39 347</b>	<b>16 370</b>	<b>3 923</b>	<b>19 054</b>	<b>15 939</b>	<b>7 565</b>	<b>1 345</b>	<b>7 029</b>
<b>Portugal</b>		<b>38 115</b>	<b>15 947</b>	<b>3 819</b>	<b>18 349</b>	<b>15 662</b>	<b>7 454</b>	<b>1 316</b>	<b>6 892</b>
Aveiro		1 078	368	109	601	255	93	20	142
Beja		267	86	38	143	149	45	21	83
Braga		1 182	392	99	691	517	154	37	326
Bragança		159	64	17	78	65	19	5	41
Castelo Branco		227	88	31	108	106	35	12	59
Coimbra		779	263	112	404	265	108	28	129
Évora		235	106	14	115	97	35	6	56
Faro		1 987	603	195	1 189	750	213	42	495
Guarda		129	59	14	56	29	15	1	13
Leiria		979	345	163	471	339	118	61	160
Lisboa		15 156	6 652	1 618	6 886	5 283	2 898	472	1 913
Portalegre		140	43	14	83	77	18	9	50
Porto		8 258	3 715	644	3 899	4 766	2 377	356	2 033
Santarém		871	348	71	452	343	152	30	161
Setúbal		4 904	2 149	401	2 354	2 159	1 006	142	1 011
Viana do Castelo		249	111	29	109	72	33	12	27
Vila Real		263	94	51	118	126	46	20	60
Viseu		451	197	41	213	120	52	10	58
Açores		306	103	45	158	80	24	12	44
Madeira		495	161	113	221	64	13	20	31
<b>Estrangeiro</b>		<b>218</b>	<b>118</b>	<b>26</b>	<b>74</b>	<b>21</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
Desconhecido		1 014	305	78	631	256	100	25	131

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

**Figura 13 - Notificações de Casos de Infeção pelo VIH Associados à Toxicodependência, por Zona Geográfica de Residência**

01/01/1983 - 31/12/2010

Taxas por 100 000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI - URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 42** - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodpendência, segundo o Estado Vital e Género, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2010

Casos/Género Zona Geog. de Residência	Notificações SIDA: Total de Casos							Notificações SIDA: Total Casos Assoc. à Toxicodpendência					
	Total <sup>a)</sup>				N.º de Casos Mortos			Total <sup>a)</sup>			N.º de Casos Mortos		
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
<b>Total</b>	<b>16 370</b>	<b>13 279</b>	<b>3 090</b>	<b>1</b>	<b>7 694</b>	<b>6 463</b>	<b>1 231</b>	<b>7 565</b>	<b>6 446</b>	<b>1 119</b>	<b>3 944</b>	<b>3 402</b>	<b>542</b>
<b>Portugal</b>	<b>15 947</b>	<b>12 944</b>	<b>3 002</b>	<b>1</b>	<b>7 539</b>	<b>6 333</b>	<b>1 206</b>	<b>7 454</b>	<b>6 357</b>	<b>1 097</b>	<b>3 903</b>	<b>3 371</b>	<b>532</b>
Aveiro	368	296	72	..	184	152	32	93	78	15	48	41	7
Beja	86	69	17	..	35	30	5	45	36	9	19	14	5
Braga	392	316	76	..	176	142	34	154	134	20	76	68	8
Bragança	64	45	19	..	24	14	10	19	17	2	4	4	..
Castelo Branco	88	70	18	..	48	39	9	35	30	5	17	14	3
Coimbra	263	216	47	..	133	105	28	108	92	16	54	42	12
Évora	106	85	21	..	46	39	7	35	28	7	13	12	1
Faro	603	477	126	..	271	221	50	213	169	44	102	78	24
Guarda	59	47	12	..	32	27	5	15	13	2	8	8	..
Leiria	345	291	54	..	172	140	32	118	104	14	60	50	10
Lisboa	6 652	5 332	1 319	1	3 112	2 615	497	2 898	2 415	483	1 523	1 299	224
Portalegre	43	35	8	..	14	11	3	18	14	4	6	5	1
Porto	3 715	3 072	643	..	1 957	1 660	297	2 377	2 092	285	1 402	1 235	167
Santarém	348	285	63	..	131	118	13	152	123	29	62	56	6
Setúbal	2 149	1 747	402	..	918	775	143	1 006	870	136	440	389	51
Viana do Castelo	111	98	13	..	57	51	6	33	30	3	12	11	1
Vila Real	94	77	17	..	38	29	9	46	38	8	15	11	4
Viseu	197	161	36	..	81	68	13	52	42	10	28	21	7
Açores	103	84	19	..	47	43	4	24	20	4	9	8	1
Madeira	161	141	20	..	63	54	9	13	12	1	5	5	..
<b>Estrangeiro</b>	<b>118</b>	<b>93</b>	<b>25</b>	<b>..</b>	<b>64</b>	<b>53</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Desconhecido</b>	<b>305</b>	<b>242</b>	<b>63</b>	<b>..</b>	<b>91</b>	<b>77</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>79</b>	<b>21</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	<b>9</b>

a) Vivos e mortos.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): DDI-URVE / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2010 / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI-NE

**Quadro 43 - Utentes Rastreados para o VIH, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura**  
2002 - 2010

Estrutura/Rede	VIH/ Ano		Utentes Testados <sup>a)</sup>								Utentes com VIH+								Utentes em Trat. c/ Antirretrovirais									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Ambulatório/Rede Pública</b>																												
Utentes em Tratamento no Ano	-	7 466	6 516	7 548	13 048	16 662	17 596	17 189	18 971	-	1 216	1 070	1 144	1 922	2 023	2 034	1 865	1 978	-	409	382	456	834	798	733	748	1 037	
Utentes em Primeiras Consultas	1 688	1 443	1 154	917	1 520	1 845	2 381	2 512	5 665	182	219	141	114	165	167	220	168	196	60	62	27	33	45	58	35	39	59	
<b>Unidades de Desabituação</b>	<b>2 764</b>	<b>2 767</b>	<b>2 824</b>	<b>3 274</b>	<b>2 619</b>	<b>2 664</b>	<b>2 648</b>	<b>2 371</b>	<b>1 901</b>	<b>367</b>	<b>440</b>	<b>372</b>	<b>419</b>	<b>353</b>	<b>340</b>	<b>323</b>	<b>256</b>	<b>202</b>	<b>139</b>	<b>178</b>	<b>134</b>	<b>120</b>	<b>118</b>	<b>127</b>	<b>161</b>	<b>129</b>	<b>74</b>	
Rede Pública	1 840	1 812	1 641	1 696	1 430	1 466	1 703	1 566	1 382	245	289	225	236	203	205	206	175	140	76	98	71	69	60	65	88	82	52	
Rede Licenciada	924	955	1 183	1 578	1 189	1 198	945	805	519	122	151	147	183	150	135	117	81	62	63	80	63	51	58	62	73	47	22	
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	<b>3 930</b>	<b>3 966</b>	<b>3 993</b>	<b>3 962</b>	<b>4 128</b>	<b>4 232</b>	<b>4 436</b>	<b>3 778</b>	<b>3 709</b>	<b>630</b>	<b>637</b>	<b>665</b>	<b>637</b>	<b>664</b>	<b>659</b>	<b>617</b>	<b>448</b>	<b>419</b>	<b>433</b>	<b>441</b>	<b>450</b>	<b>379</b>	<b>420</b>	<b>398</b>	<b>408</b>	<b>304</b>	<b>248</b>	
Rede Pública	66	57	75	68	110	132	128	104	108	14	8	5	7	18	18	12	10	14	8	7	4	2	14	18	9	5	8	
Rede Licenciada	3 864	3 909	3 918	3 894	4 018	4 100	4 308	3 674	3 601	616	629	660	630	646	641	605	438	405	425	434	446	377	406	380	399	299	240	
<b>Centros de Dia</b>	<b>486</b>	<b>582</b>	<b>579</b>	<b>530</b>	<b>585</b>	<b>479</b>	<b>475</b>	<b>352</b>	<b>322</b>	<b>102</b>	<b>144</b>	<b>162</b>	<b>116</b>	<b>129</b>	<b>137</b>	<b>118</b>	<b>68</b>	<b>70</b>	<b>78</b>	<b>111</b>	<b>100</b>	<b>76</b>	<b>98</b>	<b>94</b>	<b>87</b>	<b>47</b>	<b>46</b>	
Rede Pública	43	73	83	73	76	82	80	70	78	23	30	33	30	28	28	26	16	14	10	21	21	21	15	16	23	16	11	
Rede Licenciada	443	509	496	457	509	397	395	282	244	79	114	129	86	101	109	92	52	56	68	90	79	55	83	78	64	31	35	

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

**Quadro 44 - Utentes Rastreados para a Hepatite B, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura**  
2002 - 2010

Hepatite B / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados <sup>a)</sup>									Utentes com AgHBs+								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Ambulatório/Rede Pública</b>																		
Utentes em Tratamento no Ano	–	6 889	5 941	6 924	11 727	13 194	13 513	13 296	12 601	–	266	207	238	403	469	452	394	365
Utentes em Primeiras Consultas	1 809	1 373	1 024	891	1 355	1 395	1 441	1 520	1 163	139	42	27	16	39	41	39	30	22
<b>Unidades de Desabituação</b>	<b>2 580</b>	<b>2 726</b>	<b>2 739</b>	<b>3 202</b>	<b>2 527</b>	<b>2 628</b>	<b>2 680</b>	<b>2 402</b>	<b>1 944</b>	<b>262</b>	<b>179</b>	<b>252</b>	<b>150</b>	<b>218</b>	<b>263</b>	<b>55</b>	<b>63</b>	<b>32</b>
Rede Pública	1 840	1 755	1 561	1 607	1 338	1 423	1 732	1 510	1 398	57	52	62	47	31	38	43	35	23
Rede Licenciada	740	971	1 178	1 595	1 189	1 205	948	892	546	205	127	190	103	187	225	12	28	9
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	<b>4 000</b>	<b>4 011</b>	<b>4 094</b>	<b>3 987</b>	<b>4 041</b>	<b>4 267</b>	<b>4 478</b>	<b>3 742</b>	<b>3 643</b>	<b>387</b>	<b>316</b>	<b>305</b>	<b>298</b>	<b>227</b>	<b>296</b>	<b>271</b>	<b>127</b>	<b>136</b>
Rede Pública	66	57	75	68	110	129	131	96	107	1	4	7	1	5	12	17	3	4
Rede Licenciada	3 934	3 954	4 019	3 919	3 931	4 138	4 347	3 646	3 536	386	312	298	297	222	284	254	124	132
<b>Centros de Dia</b>	<b>484</b>	<b>579</b>	<b>567</b>	<b>529</b>	<b>593</b>	<b>440</b>	<b>427</b>	<b>317</b>	<b>287</b>	<b>42</b>	<b>60</b>	<b>45</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>12</b>
Rede Pública	43	73	79	73	77	82	80	43	61	1	1	1	3	5	5	12	6	7
Rede Licenciada	441	506	488	456	516	358	347	274	226	41	59	44	33	25	25	2	4	5

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

**Quadro 45 - Utentes Rastreados para a Hepatite C, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura**  
2002 - 2010

Hepatite C / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados <sup>a)</sup>									Utentes com VHC+								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Ambulatório/Rede Pública</b>																		
Utentes em Tratamento no Ano	–	6 963	6 206	7 111	12 723	14 106	14 283	13 836	15 232	–	4 040	3 577	3 780	6 910	7 318	7 177	6 300	5 774
Utentes em Primeiras Consultas	1 809	1 367	1 043	897	1 524	1 440	1 476	1 562	1 139	1 157	617	464	348	636	557	494	448	320
<b>Unidades de Desabitação</b>	<b>2 824</b>	<b>2 731</b>	<b>2 766</b>	<b>3 219</b>	<b>2 555</b>	<b>2 691</b>	<b>2 728</b>	<b>2 469</b>	<b>2 006</b>	<b>1 660</b>	<b>1 693</b>	<b>1 720</b>	<b>1 736</b>	<b>1 235</b>	<b>1 280</b>	<b>1 663</b>	<b>1 233</b>	<b>923</b>
Rede Pública	1 840	1 763	1 590	1 623	1 366	1 483	1 776	1 561	1 424	1 042	1 103	1 017	964	844	856	1 008	836	715
Rede Licenciada	984	968	1 176	1 596	1 189	1 208	952	908	582	618	590	703	772	391	424	655	397	208
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	<b>4 000</b>	<b>4 011</b>	<b>4 094</b>	<b>3 984</b>	<b>4 106</b>	<b>4 185</b>	<b>4 464</b>	<b>3 748</b>	<b>3 657</b>	<b>2 052</b>	<b>1 940</b>	<b>2 030</b>	<b>1 824</b>	<b>1 774</b>	<b>1 829</b>	<b>1 829</b>	<b>1 497</b>	<b>1 302</b>
Rede Pública	66	57	75	68	110	120	131	104	111	26	30	41	23	66	50	51	47	46
Rede Licenciada	3 934	3 954	4 019	3 916	3 996	4 065	4 333	3 644	3 546	2 026	1 910	1 989	1 801	1 708	1 779	1 778	1 450	1 256
<b>Centros de Dia</b>	<b>484</b>	<b>579</b>	<b>567</b>	<b>529</b>	<b>592</b>	<b>463</b>	<b>455</b>	<b>343</b>	<b>307</b>	<b>216</b>	<b>254</b>	<b>296</b>	<b>233</b>	<b>246</b>	<b>243</b>	<b>203</b>	<b>153</b>	<b>143</b>
Rede Pública	43	73	79	73	76	82	80	66	73	23	40	34	46	36	45	43	38	39
Rede Licenciada	441	506	488	456	516	381	375	277	234	193	214	262	187	210	198	160	115	104

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.

**Quadro 46 - Utentes Rastreados para a Tuberculose, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura**  
2002 - 2010

Tuberculose / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados <sup>a)</sup>										Utentes Positivos										Utentes em Tratamento									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010			
<b>Ambulatório/Rede Pública</b>																														
Utentes em Tratamento no Ano	-	3 901	2 726	3 282	5 317	6 338	6 488	6 645	1 793	-	124	107	88	164	170	159	155	23	-	124	107	88	164	170	159	155	23			
Utentes em Primeiras Consultas	945	878	551	462	661	679	765	893	540	38	26	22	12	13	11	15	21	8	38	23	22	12	13	11	15	21	8			
<b>Unidades de Desabituação</b>	<b>2 293</b> <sup>b)</sup>	<b>2 413</b> <sup>b)</sup>	<b>2 856</b>	<b>3 323</b>	<b>2 639</b>	<b>2 684</b>	<b>2 620</b>	<b>2 214</b>	<b>1 736</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>19</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>26</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>26</b>	<b>12</b>	<b>1</b>			
Rede Pública	1 448 <sup>b)</sup>	1 399 <sup>b)</sup>	1 669	1 729	1 451	1 476	1 678	1 619	1 460	21	3	15	11	7	12	7	11	1	21	2	15	11	7	12	7	11	1			
Rede Licenciada	845	1 014	1 187	1 594	1 188	1 208	942	595	276	2	31	4	14	4	..	19	1	..	2	31	3	11	3	..	19	1	..			
<b>Comunidades Terapêuticas</b>	<b>4 055</b>	<b>4 042</b>	<b>4 002</b>	<b>3 854</b>	<b>4 024</b>	<b>4 184</b>	<b>4 466</b>	<b>3 721</b>	<b>3 598</b>	<b>57</b>	<b>87</b>	<b>73</b>	<b>34</b>	<b>76</b>	<b>132</b>	<b>36</b>	<b>53</b>	<b>64</b>	<b>57</b>	<b>83</b>	<b>73</b>	<b>34</b>	<b>76</b>	<b>59</b>	<b>34</b>	<b>53</b>	<b>64</b>			
Rede Pública	66	57	75	68	110	130	131	112	115	..	3	1	..	1	..	..	1	..	..	3	1	..	1	..	..	1	..			
Rede Licenciada	3 989	3 985	3 927	3 786	3 914	4 054	4 335	3 609	3 483	57	84	72	34	75	132	36	52	64	57	80	72	34	75	59	34	52	64			
<b>Centros de Dia</b>	<b>407</b>	<b>514</b>	<b>543</b>	<b>527</b>	<b>571</b>	<b>449</b>	<b>410</b>	<b>284</b>	<b>231</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>3</b>			
Rede Pública	26	73	83	73	77	81	80	68	78	..	1	2	3	4	10	9	2	..	..	1	2	2	4	10	9	2	..			
Rede Licenciada	381	441	460	454	494	368	330	216	153	15	15	10	8	2	5	2	3	3	15	14	8	5	2	5	2	3	3			

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

b) Devido a problemas surgidos com alguns resultados dos testes da Tuberculose, a opção técnica foi não considerar os casos testados relacionados com esses resultados, o que subestima a cobertura real realizada nestas estruturas, mas, em contrapartida, contextualiza melhor os resultados de positividade disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.





**Quadro 47 - Óbitos Gerais Relacionados com o Consumo de Drogas**  
2002 - 2009

Critério <sup>a)</sup>	Ano							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Lista Sucinta Europeia	21	14	9	6	8	11	16	19
Protocolo OEDT	34	23	20	9	12	14	20	27

a) A causa de morte *Dependência de drogas, toxicomania*, CID 10 - Lista Sucinta Europeia, inclui todos os códigos F11 a F16 e F18 a F19 a quatro dígitos. O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência utiliza para a sua definição de *mortes relacionadas com drogas (mortes causadas diretamente pelo consumo de drogas de abuso)*, os seguintes códigos da CID 10: F11 a F12, F14 a F16, F19, e, X42, X62, Y12 (combinando estes últimos três códigos com os códigos T 40.0-9) e X41, X61 e Y11 Y12 (combinando estes últimos três códigos com o código T 43.6).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

**Quadro 48 - Óbitos Gerais Relacionados com o Consumo de Drogas,**  
segundo o Grupo Etário, por Causa de Morte e Género\*  
2009

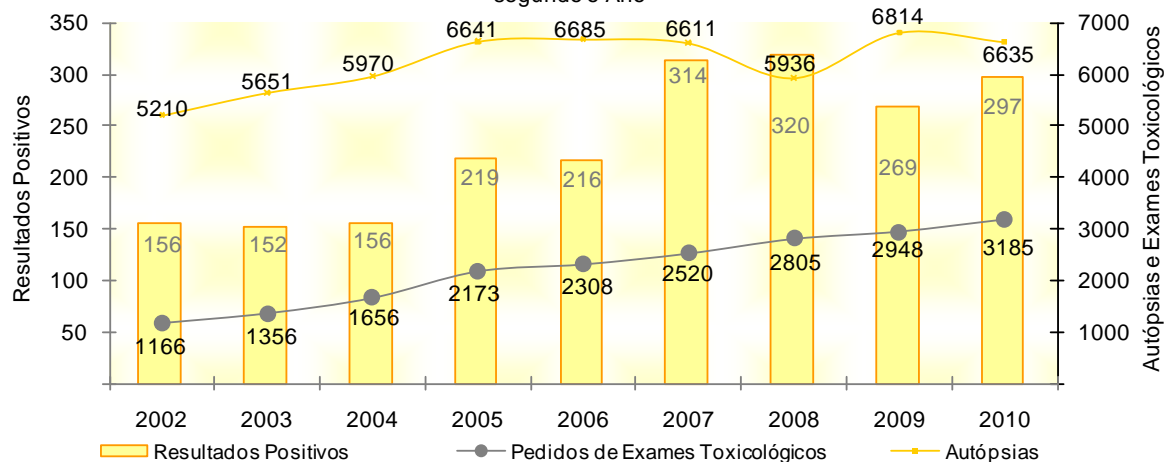
Causa de morte <sup>a)</sup> /género	Grupo Etário	Total	Causa de morte <sup>a)</sup> /género							
			≤ 19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	≥ 50
<b>Critério - Lista Sucinta Europeia</b>										
<b>Total</b>		<b>19</b>	..	..	4	...	4	5	...	..
Masculino		...	..	..	4	...	4	...	...	..
Feminino		...	..	..	..	...	..	...	..	..
<b>Critério - Protocolo OEDT</b>										
<b>Total</b>	<b>CID 10</b>	<b>27</b>	..	...	6	6	4	6	...	...
Masculino		...	..	...	6	...	4	...	...	...
Feminino		...	..	..	..	...	..	...	...	..
<b>Distúrbios: dependência de opiáceos (F11.2)</b>		...	..	..	..	...	..	..	..	..
Masculino		...	..	..	..	...	..	..	..	..
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Distúrbios: dependência múltipla ou outra (F19.2)</b>		<b>17</b>	..	..	4	3	4	4	...	..
Masculino		...	..	..	4	...	4	...	...	..
Feminino		...	..	..	..	...	..	...	..	..
<b>Outros distúrbios múltiplos ou outros (F19.3-9)</b>		...	..	..	..	..	..	...	..	..
Masculino		...	..	..	..	..	..	...	..	..
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Intoxicação accidental por heroína (X42 e T40.1)</b>		...	..	...	...	..	..	..	..	..
Masculino		...	..	...	...	..	..	..	..	..
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Intoxicação accidental por outros narcóticos e narcóticos não especificados (X42 e T40.6)</b>		...	..	..	..	..	..	...	..	..
Masculino		...	..	..	..	..	..	...	..	..
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Intoxicação intencional por heroína (X62 e T40.1)</b>		...	..	..	..	..	..	..	...	..
Masculino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
Feminino		...	..	..	..	..	..	..	...	..
<b>Intoxicação intencional por cocaína (X62 e T40.5)</b>		...	..	..	...	..	..	..	..	..
Masculino		...	..	..	...	..	..	..	..	..
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>Intoxicação da qual se ignora se foi accidental ou intencionalmente infligida - outros narcóticos não especificados (Y12 e T40.6)</b>		...	..	..	..	...	..	..	..	...
Masculino		...	..	..	..	...	..	..	..	...
Feminino		..	..	..	..	..	..	..	..	..

\* Por razões de “segredo estatístico” (Lei do SEM, Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio), não é possível disponibilizar informação mais desagregada.

a) A causa de morte *Dependência de drogas, toxicomania*, CID 10 - Lista Sucinta Europeia, inclui todos os códigos F11 a F16 e F18 a F19 a quatro dígitos. O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência utiliza para a sua definição de *mortes relacionadas com drogas (mortes causadas diretamente pelo consumo de drogas de abuso)*, os seguintes códigos da CID 10: F11 a F12, F14 a F16, F19, e, X42, X62, Y12 (combinando estes últimos três códigos com os códigos T 40.0-9) e X41, X61 e Y11 Y12 (combinando estes últimos três códigos com o código T 43.6).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

**Figura 14 - Autópsias, Exames Toxicológicos\* e Resultados Positivos *post-mortem*, segundo o Ano**



\* Pedidos de exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efetuados no INML, I. P..

Data da recolha de informação: Setembro de 2011.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 49 – Pedidos de Exames Toxicológicos\* e Resultados Positivos *post-mortem*, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal 2002 - 2010**

Delegação	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total Pedidos de Exames Toxicológicos</b>	<b>1 166</b>	<b>1 356</b>	<b>1 656</b>	<b>2 173</b>	<b>2 308</b>	<b>2 520</b>	<b>2 805</b>	<b>2 948</b>	<b>3 185</b>	
Norte	333	424	560	774	798	858	876	840	916	
Centro	148	261	472	621	744	778	743	836	998	
Sul	685	671	624	778	766	884	1 186	1 272	1 271	
<b>Total Resultados Positivos</b>	<b>156</b>	<b>152</b>	<b>156</b>	<b>219</b>	<b>216</b>	<b>314</b>	<b>320</b>	<b>269</b>	<b>297</b>	
Norte	63	59	32	72	68	72	69	96	76	
Centro	19	18	45	47	48	100	65	63	84	
Sul	74	75	79	100	100	142	186	110	137	

\* Pedidos de exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efetuados no INML, I. P..

Data da recolha de informação: Setembro de 2011.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 50 – Causa de Morte dos Casos com Resultados Toxicológicos Positivos, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal 2008 - 2010**

Delegação / Causa de morte	Ano		
	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total Casos com Informação sobre a Causa de Morte</b>	<b>262</b>	<b>199</b>	<b>193</b>
Overdose	94	56	52
Outra Causa de Morte	168	143	141
<b>Norte</b>	<b>66</b>	<b>90</b>	<b>76</b>
Overdose	17	26	27
Outra Causa de Morte	49	64	49
<b>Centro</b>	<b>52</b>	<b>35</b>	<b>45</b>
Overdose	27	14	15
Outra Causa de Morte	25	21	30
<b>Sul</b>	<b>144</b>	<b>74</b>	<b>72</b>
Overdose	50	16	10
Outra Causa de Morte	94	58	62

Data da recolha de informação: Setembro de 2011.

a) Os dados de 2009 foram atualizados este ano e os de 2010 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 51 - Mortes por *Overdose*, segundo o Ano, por Grupo Etário e Género**  
2008 - 2010

Grupo Etário/Género	Ano		
	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>56</b>	<b>52</b>
Masculino	85	50	46
Feminino	7	2	6
Desconhecido	2	4	..
<b>≤ 19 anos</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Masculino	..	..	..
Feminino	..	..	..
<b>20-24 anos</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Masculino	3	1	1
Feminino	1	..	..
<b>25-29 anos</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
Masculino	12	8	7
Feminino	1	..	..
<b>30-34 anos</b>	<b>21</b>	<b>9</b>	<b>11</b>
Masculino	19	9	10
Feminino	2	..	1
<b>35-39 anos</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>7</b>
Masculino	19	14	6
Feminino	1	1	1
<b>40-44 anos</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>13</b>
Masculino	11	6	11
Feminino	2	..	2
<b>≥ 45 anos</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Masculino	12	12	11
Feminino	..	1	2
<b>Desconhecido</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>..</b>
Masculino	9	..	..
Feminino	..	..	..
Desconhecido	2	4	..

Data da recolha de informação: Setembro de 2011.

a) Os dados de 2009 foram atualizados este ano e os de 2010 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 52 - Mortes por *Overdose*, segundo o Grupo Etário e Género, por Tipo de Substância**  
2009 - 2010

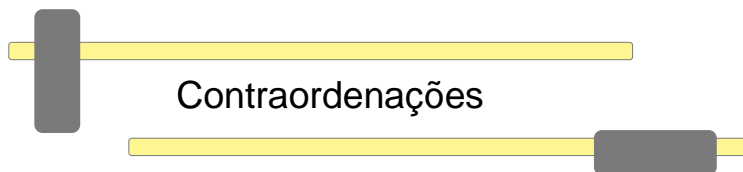
Substância	Grupo Etário/Género																													
	Total				≤ 19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥ 45			Desc.				
	MF	M	F	D	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	Desc.	
<b>2010<sup>a)</sup></b>																														
<b>Opiáceos<sup>b)</sup></b>	<b>38</b>	<b>35</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>..</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>..</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	
Só	4	4	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Associados apenas com álcool	7	6	1	..	..	..	..	..	..	..	2	2	..	1	1	..	1	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..	..	..	
Com outras substâncias	27	25	2	..	..	..	..	1	1	..	4	4	..	4	4	..	3	3	..	7	6	1	8	7	1	..	..	..	..	
<b>Cocaína</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>..</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>..</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>..</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	
Só	3	2	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	..	..	..	..	
Associada apenas com álcool	2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Associada apenas com opiáceos <sup>b)</sup>	5	5	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..	..	
Com outras substâncias não opiáceas	3	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	
Com opiáceos <sup>b)</sup> e outras substâncias	13	13	..	..	..	..	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..	2	2	..	4	4	..	5	5	..	..	..	..	..	
<b>Metadona</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	
Só	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Associada apenas com álcool	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Associada apenas com opiáceos <sup>b)</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Com outras substâncias não opiáceas	8	6	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	1	1	1	1	..	4	3	1	1	1	..	..	..	..	..	..
Com opiáceos <sup>b)</sup> e outras substâncias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>2009<sup>a)</sup></b>																														
<b>Opiáceos<sup>b)</sup></b>	<b>49</b>	<b>45</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>..</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>..</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>..</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>3</b>	
Só	5	4	..	1	..	..	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	1	..	..	1	
Associados apenas com álcool	16	16	..	..	..	..	..	1	1	..	2	2	..	3	3	..	5	5	..	3	3	..	2	2	..	..	..	..	..	
Com outras substâncias	28	25	1	2	..	..	..	..	..	..	3	3	..	5	5	..	8	8	..	1	1	..	9	8	1	2	..	..	2	
<b>Cocaína</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>..</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>..</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>3</b>	
Só	4	4	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	
Associada apenas com álcool	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Associada apenas com opiáceos <sup>b)</sup>	6	5	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	2	2	..	1	1	..	1	1	..	1	..	..	1	
Com outras substâncias não opiáceas	2	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	..	..	..	..	..	..	1	..	..	1	
Com opiáceos <sup>b)</sup> e outras substâncias	12	11	..	1	..	..	..	..	..	..	1	1	..	3	3	..	3	3	..	..	..	..	4	4	..	1	..	..	1	
<b>Metadona</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	
Só	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Associada apenas com álcool	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Associada apenas com opiáceos <sup>b)</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Com outras substâncias não opiáceas	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	
Com opiáceos <sup>b)</sup> e outras substâncias	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

Data da recolha de informação: Setembro de 2011.

a) Os dados de 2009 foram atualizados este ano e os de 2010 sofrerão atualizações no próximo ano, o que exige cautelas na leitura comparativa dos dados.

b) Inclui heroína, morfina e codeína.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE





**Quadro 53 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Distrito**

2002 - 2010

Distrito	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 580</b>	<b>6 100</b>	<b>5 370</b>	<b>6 260</b>	<b>6 216</b>	<b>6 744</b>	<b>6 543</b>	<b>7 549</b>	<b>7 315</b>
Aveiro	353	502	477	426	421	466	599	523	511
Beja	299	203	146	273	112	217	196	135	173
Braga	458	628	454	447	613	545	599	672	691
Bragança	69	83	49	43	87	39	45	46	55
Castelo Branco	133	101	93	92	40	49	57	88	70
Coimbra	133	141	171	201	167	227	183	262	286
Évora	82	79	99	92	72	100	120	121	90
Faro	454	399	460	431	486	713	513	484	561
Guarda	50	108	54	65	78	47	33	44	97
Leiria	186	158	183	143	102	136	121	283	186
Lisboa	1 065	1 062	972	1 605	1 596	1 598	1 294	1 665	1 368
Portalegre	109	137	79	62	83	113	101	150	79
Porto	1 117	1 217	1 054	1 346	1 436	1 368	1 467	1 796	1 801
Santarém	194	241	158	160	149	176	104	97	139
Setúbal	471	482	358	305	424	581	617	610	636
Viana do Castelo	135	188	157	154	96	136	175	172	225
Vila Real	103	166	105	134	106	97	123	143	126
Viseu	169	205	301	281	148	136	196	258	221

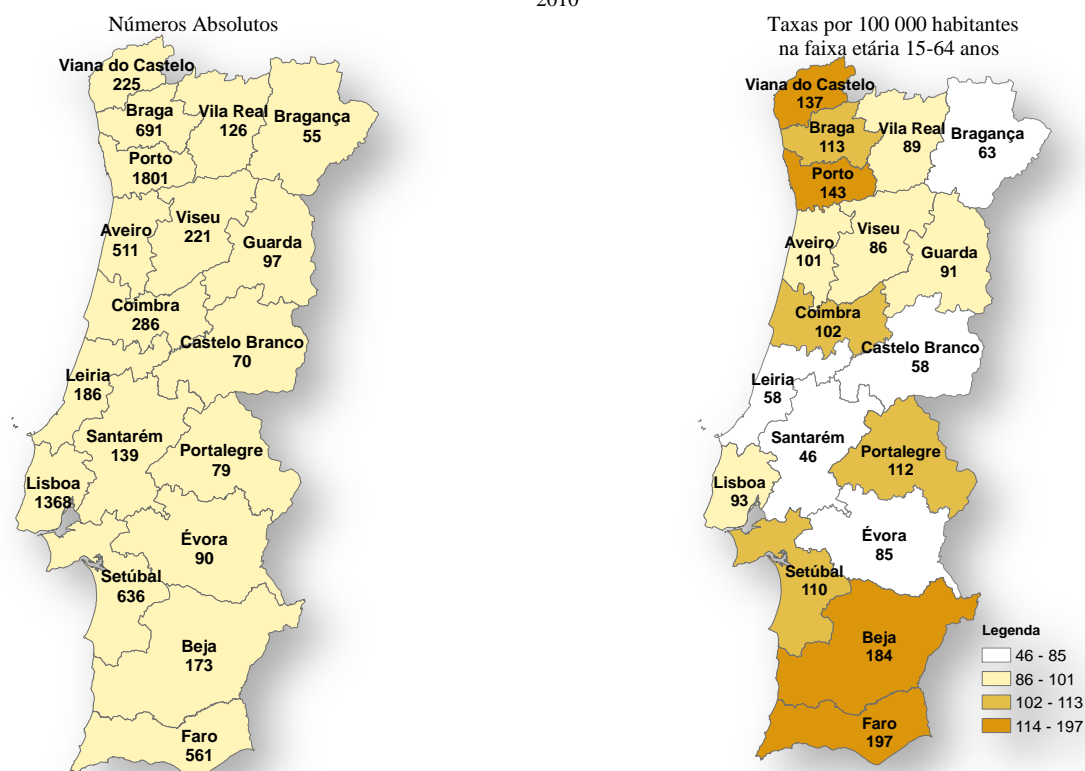
\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

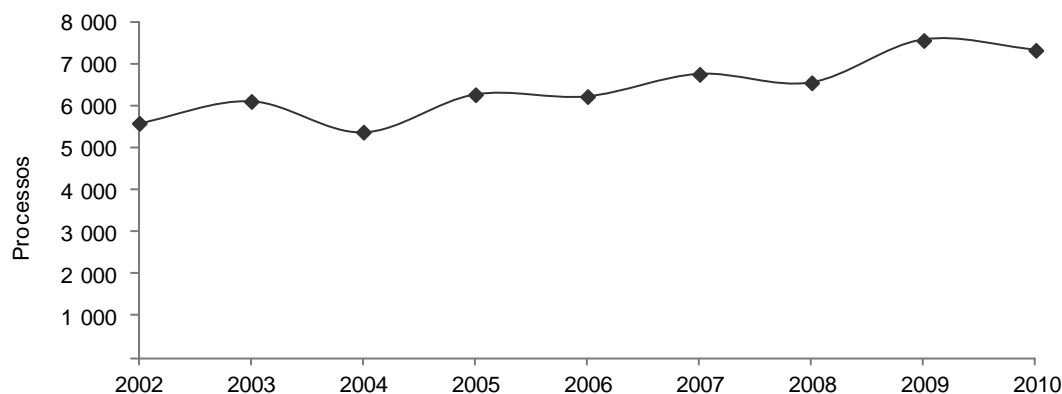
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 15 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, por Distrito**

2010



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 16 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano\***

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 53

**Quadro 54 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Mês de Ocorrência**  
2002 - 2010

Mês de Ocorrência \ Ano	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 580</b>	<b>6 100</b>	<b>5 370</b>	<b>6 260</b>	<b>6 216</b>	<b>6 744</b>	<b>6 543</b>	<b>7 549</b>	<b>7 315</b>
Janeiro	525	603	592	639	601	827	585	501	656
Fevereiro	453	526	445	623	508	603	504	689	658
Março	498	543	536	549	588	674	567	812	804
Abril	400	549	454	679	569	541	469	660	700
Maio	469	592	504	592	619	597	622	691	640
Junho	468	527	386	472	408	548	466	488	492
Julho	456	496	421	436	445	534	513	597	493
Agosto	388	378	357	364	511	674	638	903	586
Setembro	419	443	399	499	534	507	678	542	583
Outubro	596	595	483	512	531	471	695	633	667
Novembro	483	522	455	492	466	449	480	600	594
Dezembro	425	326	338	403	436	319	326	433	442

\* Mês e ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 55 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo a sua Origem, por Distrito**  
2010

Distrito \ Origem	2010				
	Total	GNR	PSP	Tribunal	Outra
<b>Total</b>	<b>7 549</b>	<b>2 829</b>	<b>3 665</b>	<b>1 028</b>	<b>27</b>
<b>2009<sup>a)</sup></b>	<b>7 549</b>	<b>2 829</b>	<b>3 665</b>	<b>1 028</b>	<b>27</b>
<b>2010</b>	<b>7 315</b>	<b>2 645</b>	<b>3 456</b>	<b>1 118</b>	<b>96</b>
Aveiro	511	198	289	9	15
Beja	173	60	48	65	..
Braga	691	323	255	113	..
Bragança	55	23	26	..	6
Castelo Branco	70	45	19	3	3
Coimbra	286	115	149	22	..
Évora	90	55	30	5	..
Faro	561	275	222	10	54
Guarda	97	27	38	27	5
Leiria	186	101	56	29	..
Lisboa	1 368	450	657	257	4
Portalegre	79	44	17	18	..
Porto	1 801	334	1 119	344	4
Santarém	139	58	67	13	1
Setúbal	636	292	244	98	2
Viana do Castelo	225	79	115	30	1
Vila Real	126	48	57	21	..
Viseu	221	118	48	54	1

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 56 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Origem**  
2002 - 2010

Origem \ Ano	2002 - 2010								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 580</b>	<b>6 100</b>	<b>5 370</b>	<b>6 260</b>	<b>6 216</b>	<b>6 744</b>	<b>6 543</b>	<b>7 549</b>	<b>7 315</b>
GNR	1 512	1 682	1 465	1 387	1 718	2 250	2 196	2 829	2 645
PSP	2 475	2 883	2 629	2 926	2 612	2 606	3 008	3 665	3 456
Tribunal	1 539	1 514	1 240	1 878	1 847	1 856	1 291	1 028	1 118
Outra	54	21	36	69	39	32	48	27	96

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 57 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Estado do Processo\*, por Distrito**  
2010

Estado do Processo \ Distrito	Total	Pendente	Arquivado	Suspensão
	<b>2009<sup>a)</sup></b>	<b>7 549</b>	<b>2 041</b>	<b>3 139</b>
<b>Total</b>	<b>7 315</b>	<b>2 880</b>	<b>2 536</b>	<b>1 899</b>
Aveiro	511	4	309	198
Beja	173	16	72	85
Braga	691	580	2	109
Bragança	55	4	39	12
Castelo Branco	70	..	45	25
Coimbra	286	17	124	145
Évora	90	1	49	40
Faro	561	365	91	105
Guarda	97	60	12	25
Leiria	186	34	95	57
Lisboa	1 368	748	468	152
Portalegre	79	15	22	42
Porto	1 801	830	722	249
Santarém	139	2	95	42
Setúbal	636	120	135	381
Viana do Castelo	225	5	154	66
Vila Real	126	6	49	71
Viseu	221	73	53	95

\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 58 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Estado do Processo\*\***  
2002 - 2010

Estado do Processo \ Ano	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
	<b>Total</b>	<b>5 580</b>	<b>6 100</b>	<b>5 370</b>	<b>6 260</b>	<b>6 216</b>	<b>6 744</b>	<b>6 543</b>	<b>7 549</b>
Pendente	1 222	1 474	1 739	3 068	3 196	3 406	1 941	2 041	2 880
Arquivado	1 449	2 446	1 952	1 638	1 387	1 542	2 277	3 139	2 536
Suspensão	2 909	2 180	1 679	1 554	1 633	1 796	2 325	2 369	1 899

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

\*\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

\*\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 58

**Quadro 59 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Tipo de Decisão\*, por Distrito 2010**

Tipo de Decisão	Total	Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)					
		Suspensiva			Punitiva	Absolutória	Desconhecida
		n.º 1, art.º 11.º	n.º 2 e 3, art.º 11.º	art.º 14.º e art.º 19.º	art.º 16.º	com efeitos extintivos <sup>a)</sup>	
	Suspensão Provisória	Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente	Suspensão da Determinação/Execução da Sanção	n.º 2 e 3, art.º 17.º	art.º 18.º		
<b>Distrito</b>							
2009 <sup>b)</sup>	5 508	3 719	825	70	768	78	48
<b>Total</b>							
2010	4 435	2 765	875	62	634	99	..
Aveiro	507	239	120	..	145	3	..
Beja	157	60	47	19	15	16	..
Braga	111	60	51	..	..	..	..
Bragança	51	39	10	..	2	..	..
Castelo Branco	70	46	23	..	1	..	..
Coimbra	269	154	66	3	35	11	..
Évora	89	62	14	..	13	..	..
Faro	196	150	37	..	9	..	..
Guarda	37	25	12	..	..	..	..
Leiria	152	102	33	5	11	1	..
Lisboa	620	483	69	1	52	15	..
Portalegre	64	42	12	..	10	..	..
Porto	971	569	186	11	174	31	..
Santarém	137	84	23	8	20	2	..
Setúbal	516	374	49	13	71	9	..
Viana do Castelo	220	126	25	2	60	7	..
Vila Real	120	69	46	..	4	1	..
Viseu	148	81	52	..	12	3	..

\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 60 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Tipo de Decisão\*\***  
2002 - 2010

Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000 de 29/11)	Ano									
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010	
<b>Total</b>	<b>4 358</b>	<b>4 626</b>	<b>3 631</b>	<b>3 192</b>	<b>3 020</b>	<b>3 338</b>	<b>4 602</b>	<b>5 508</b>	<b>4 435</b>	
Suspensiva	2 777	3 157	2 461	1 892	1 778	2 010	2 880	3 719	2 765	
Suspensão Provisória não Toxicodependente n.º 1, art.º 11.º										
Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente n.º 2 e 3, art.º 11.º	1 074	899	638	683	597	623	829	825	875	
Suspensão da Determinação / Execução da Sanção art.º 14.º e art.º 19.º	96	78	47	69	68	88	102	70	62	
Punitiva	269	403	389	476	516	571	670	768	634	
art.º 16.º; n.º 2 e 3, art.º 17.º; art.º 18.º										
Absolutória com efeitos Extintivos <sup>b)</sup>	142	89	96	72	61	46	121	78	99	
Desconhecida	..	..	..	..	..	..	..	48	..	

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

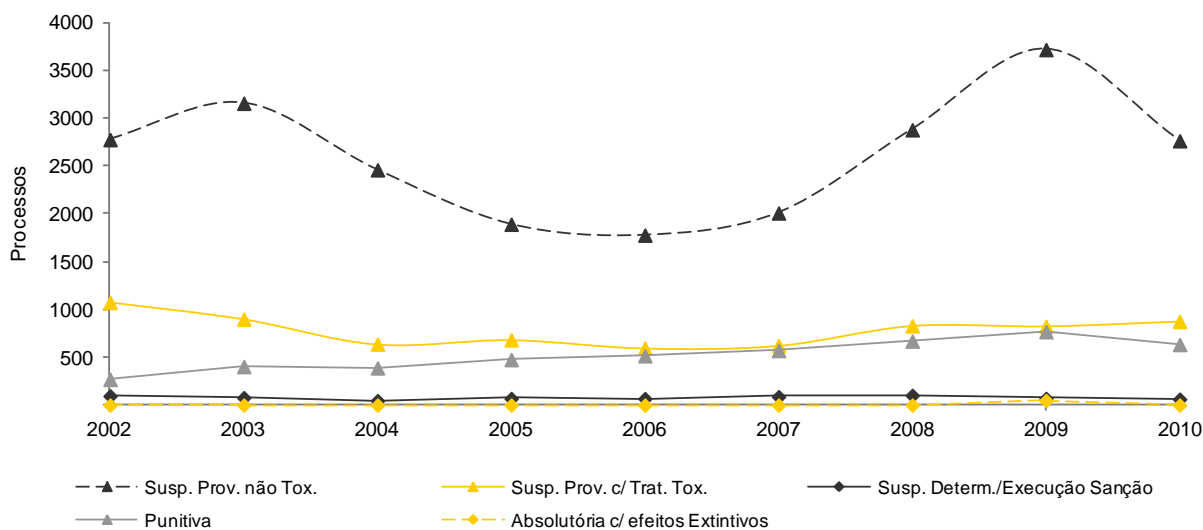
\*\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

b) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 18 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Tipo de Decisão\*\***



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

\*\* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram, em determinados períodos, a funcionar sem *quórum*, o que condicionou a capacidade decisória na aplicação da Lei 30/2000 e as consequentes diligências processuais: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de *quórum* nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com exceção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu em Fevereiro de 2009. Em 2010, as CDT de Faro e do Porto ficaram sem *quórum* a partir de Setembro. Por outro lado, continuam a persistir lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT, relacionadas com o número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 60

**Quadro 61 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Decisão Punitiva, segundo o Tipo de Sanção, por Distrito**  
2010

Tipo de Sanção / Distrito	Total	Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)													
		Pecuniária		Não Pecuniária											
		art.º 16.º	b), n.º 2, art.º 17.º Interdição de frequência de certos lugares	d), n.º 2, art.º 17.º Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	e), n.º 2, art.º 17.º Apresentação periódica em local a designar pela CDT					h), n.º 2, art.º 17.º Privação da gestão de subsídio	n.º 3, art.º 17.º Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	art.º 18.º Admoestação Outros			
			CS	ET	CDT	PSP	GNR	Outro							
<b>Total</b>	<b>2009<sup>a)</sup></b>	<b>768</b>	245	..	3	20	52	269	58	61	17	..	15	16	12
	<b>2010</b>	<b>634</b>	<b>213</b>	..	..	<b>30</b>	<b>82</b>	<b>147</b>	<b>69</b>	<b>50</b>	<b>21</b>	..	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>17</b>
Aveiro	145	15	..	..	4	58	13	30	18	6	..	..	1	..	..
Beja	15	5	..	..	..	..	1	..	7	2	..	..	..	..	..
Braga	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bragança	2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Castelo Branco	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra	35	7	..	..	1	1	1	10	11	4	..	..	..	..	..
Évora	13	7	..	..	..	..	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Faro	9	2	..	..	..	..	..	5	1	..	..	..	..	1	..
Guarda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Leiria	11	7	..	..	..	..	2	..	1	1	..	..	..	..	..
Lisboa	52	38	..	..	..	..	6	7	..	1	..	..	..	..	..
Portalegre	10	1	..	..	1	..	5	..	3	..	..	..	..	..	..
Porto	174	85	..	..	..	..	69	..	..	..	..	..	..	3	17
Santarém	20	10	..	..	..	2	..	4	3	1	..	..	..	..	..
Setúbal	71	11	..	..	19	2	19	9	5	6	..	..	..	..	..
Viana do Castelo	60	20	..	..	5	5	28	2	..	..	..	..	..	..	..
Vila Real	4	1	..	..	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Viseu	12	1	..	..	..	11	..	..	..	..	..	..	..	..	..

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

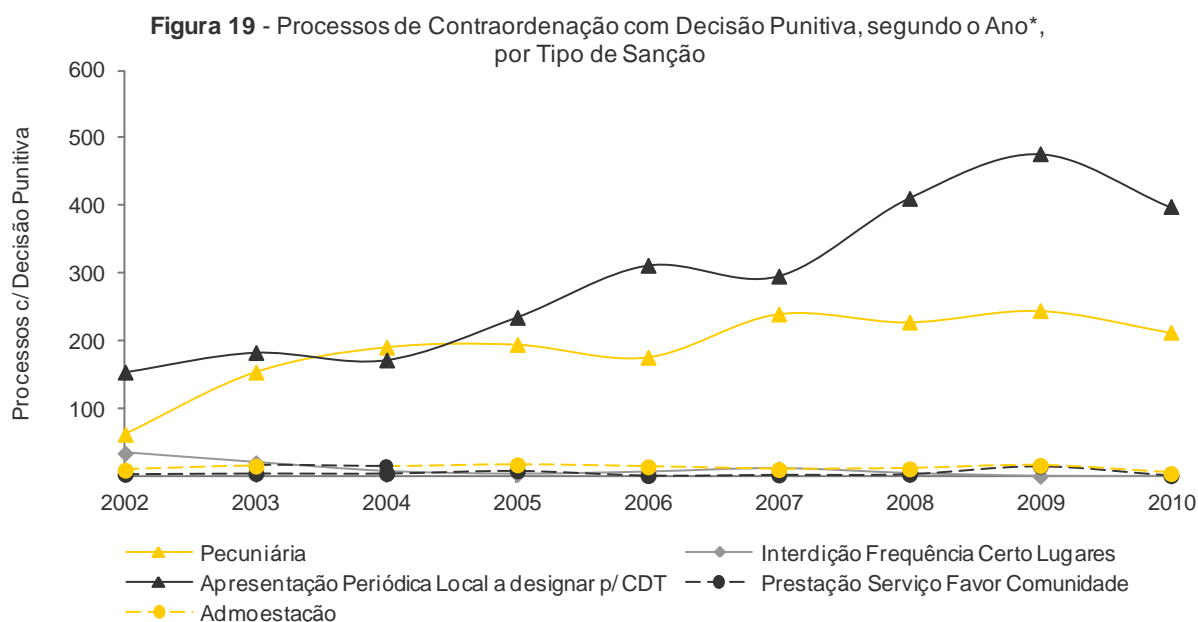
**Quadro 62 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano\*, por Tipo de Sanção**  
2002 - 2010

Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000 de 29/11)	Ano										
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010		
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>403</b>	<b>389</b>	<b>476</b>	<b>516</b>	<b>571</b>	<b>671</b>	<b>768</b>	<b>634</b>		
Pecuniária art.º 16.º	62	154	191	195	176	240	228	245	213		
Não Pecuniária	b), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de frequência de certos lugares	34	20	7	3	6	11	4	..		
	d), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	1	2	..	..	3	1	3	3		
	e), n.º 2, art.º 17.º - Apresentação periódica em local a designar pela CDT	Centro Saúde	64	31	16	24	18	29	23	20	
		CAT / ET	26	11	23	32	30	29	66	52	
		CDT	45	90	75	105	177	153	212	269	
		PSP / GNR	19	51	46	68	71	76	94	119	
	Outro	..	..	12	6	16	9	16	17		
	h), n.º 2, art.º 17.º - Privação de gestão de subsídio	..	..	..	..	..	..	..	..		
	n.º 3, art.º 17.º - Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	3	4	4	8	1	2	3	15		
	art.º 18.º - Admoestação	9	15	14	17	14	10	11	16		
Outros	6	25	1	18	4	11	11	12			

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 62

**Quadro 63 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Tipo de Droga, por Distrito**  
2010

Tipo de Droga		Total	Heroína	Cocaína	Cannabis	Ecstasy	Outro	Polidrogas	Desc.
Distrito									
Total	2009 <sup>a)</sup>	7 549	803	438	5 429	8	20	424	427
	2010	7 315	959	468	4 920	9	29	506	424
Aveiro		511	81	32	345	..	2	41	10
Beja		173	51	3	80	..	1	36	2
Braga		691	154	49	407	..	2	78	1
Bragança		55	7	4	40	..	..	3	1
Castelo Branco		70	11	2	40	..	..	5	12
Coimbra		286	56	18	186	1	2	15	8
Évora		90	4	7	67	..	..	10	2
Faro		561	113	34	376	4	..	22	12
Guarda		97	15	6	47	..	..	5	24
Leiria		186	28	7	129	1	1	11	9
Lisboa		1 368	98	117	1 037	2	5	88	21
Portalegre		79	15	6	48	..	1	7	2
Porto		1 801	193	130	1 139	1	7	129	202
Santarém		139	28	9	97	..	1	3	1
Setúbal		636	36	23	531	..	3	28	15
Viana do Castelo		225	7	6	159	..	..	15	38
Vila Real		126	22	3	74	..	3	6	18
Viseu		221	40	12	118	..	1	4	46

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 64 - Distribuição dos Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Tipo de Droga**  
2002 - 2010

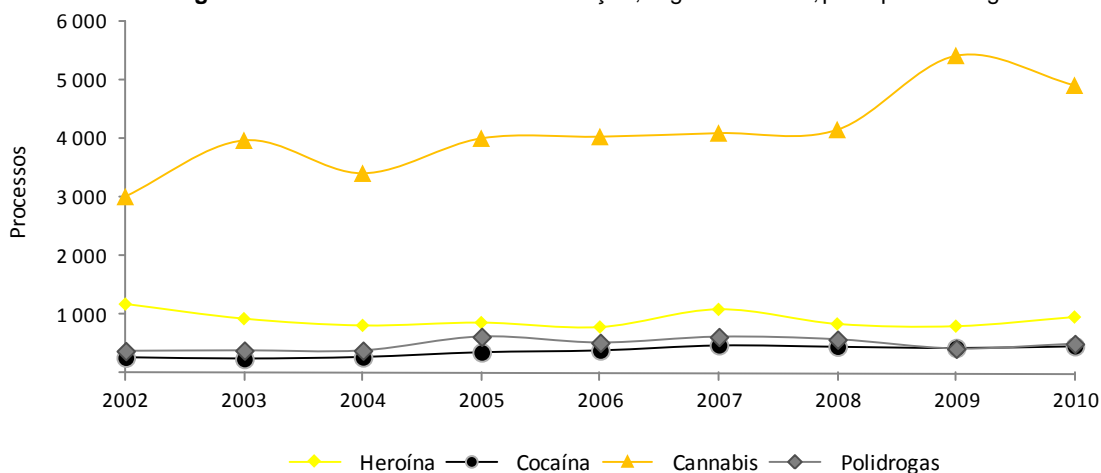
Ano		2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
Tipo de Droga										
Total		5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543	7 549	7 315
Heroína		1 180	931	816	864	789	1 089	841	803	959
Cocaína		272	249	277	362	395	484	460	438	468
Cannabis		3 018	3 980	3 417	4 015	4 043	4 104	4 163	5 429	4 920
Ecstasy		29	24	19	33	28	36	10	8	9
Outro		18	15	6	20	14	26	24	20	29
Polidrogas		385	393	392	628	526	625	580	424	506
Desconhecido		678	508	443	338	421	380	465	427	424

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

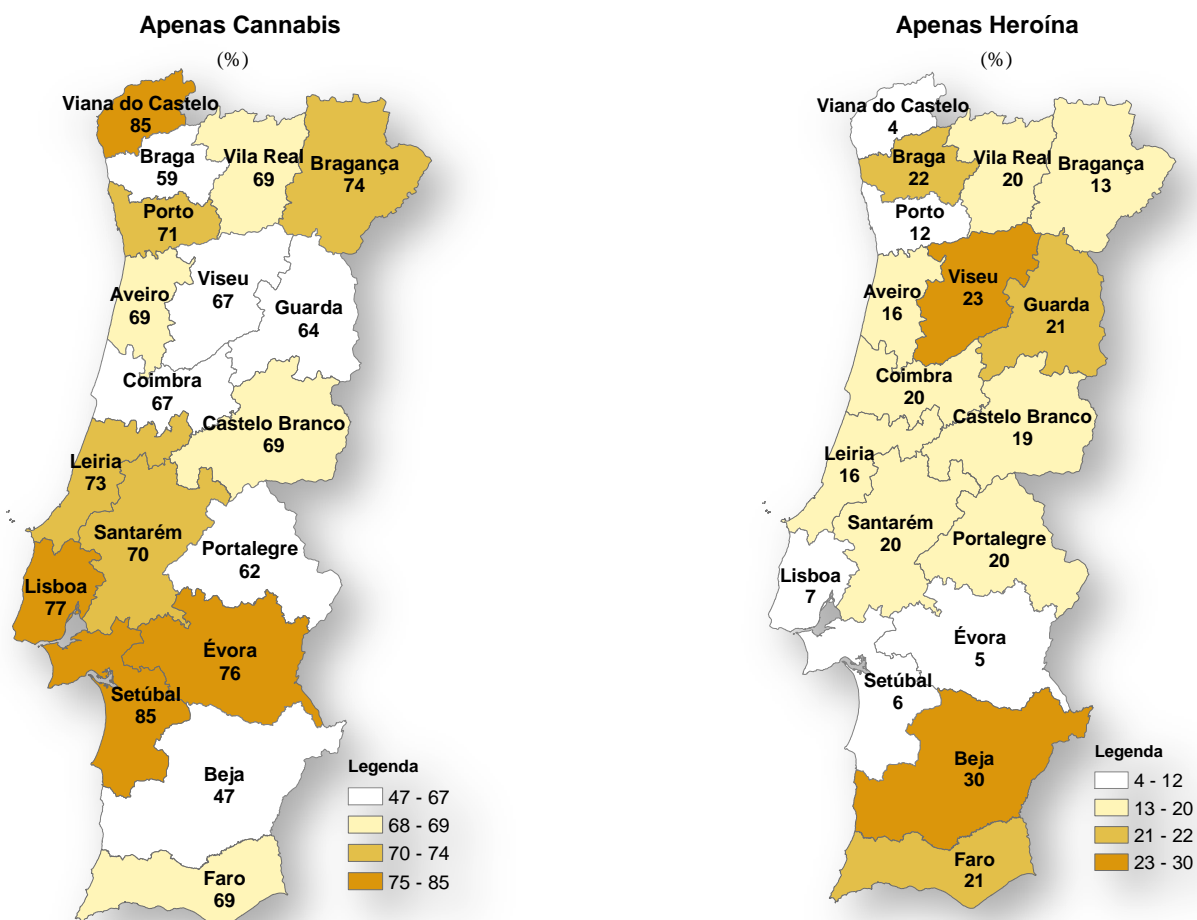
**Figura 20 - Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Tipo de Droga**



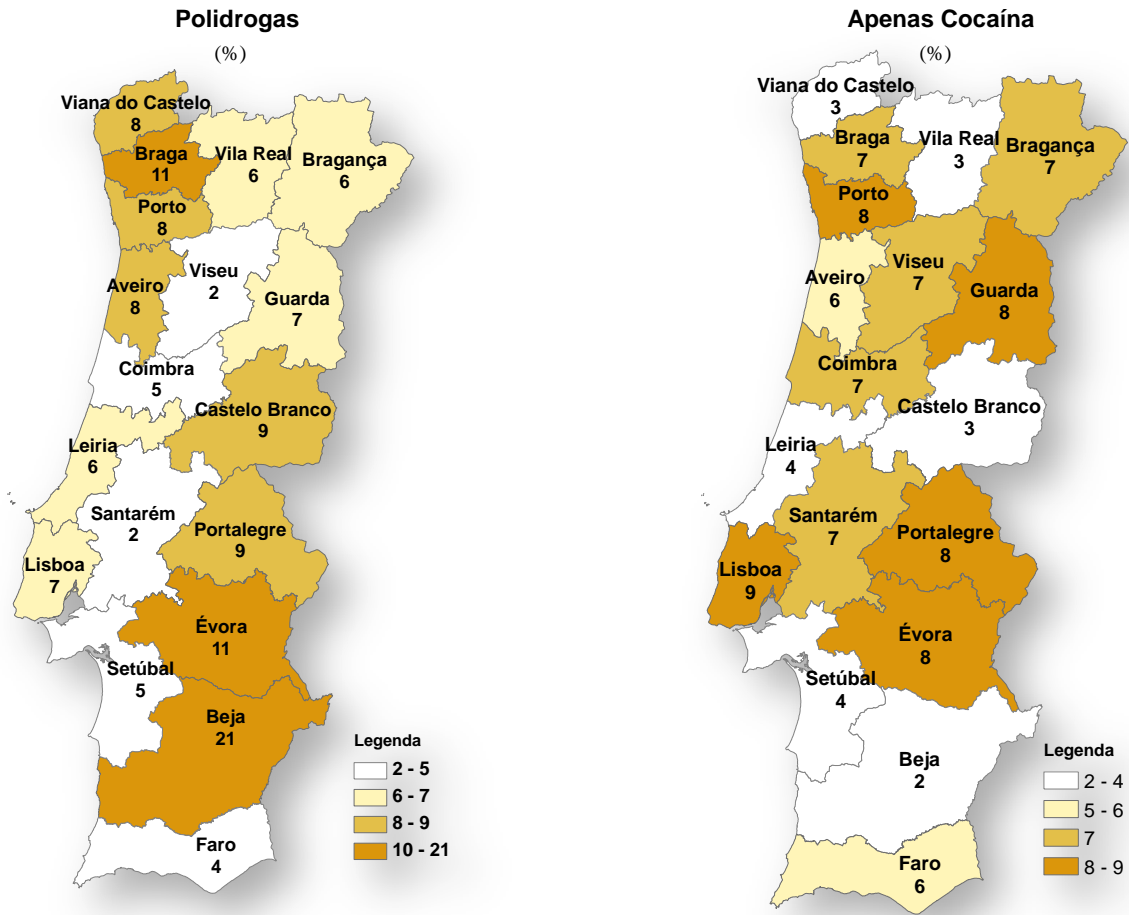
\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 64

**Figura 21 - Percentagens Intradistritais de Processos de Contraordenação, por Tipo de Droga 2010**



Continua ►►



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 65 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Polidrogas, segundo as Drogas Envolvidas\*, por Distrito**  
2010

Distrito	Drogas Envolvidas	Total	Heroína	Heroína	Cocaína	Ecstasy	Heroína +	Outras
			+ Cocaína	+ Cannabis	+ Cannabis	+ Cannabis	Cocaína + Cannabis	
<b>Total</b>	<b>2009<sup>a)</sup></b>	<b>424</b>	<b>256</b>	<b>40</b>	<b>64</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>28</b>
	<b>2010</b>	<b>506</b>	<b>334</b>	<b>45</b>	<b>57</b>	<b>7</b>	<b>22</b>	<b>41</b>
Aveiro		41	31	2	3	2	2	1
Beja		36	29	3	1	..	2	1
Braga		78	70	3	5	..	..	..
Bragança		3	2	1	..	..	..	..
Castelo Branco		5	1	..	..	..	..	4
Coimbra		15	11	1	1	1	1	..
Évora		10	..	4	4	..	..	2
Faro		22	10	1	9	..	1	1
Guarda		5	3	..	..	..	..	2
Leiria		11	2	5	..	..	..	4
Lisboa		88	51	8	11	3	4	11
Portalegre		7	3	1	1	..	1	1
Porto		129	94	10	9	..	9	7
Santarém		3	1	1	..	1	..	..
Setúbal		28	10	2	12	..	..	4
Viana do Castelo		15	11	..	1	..	1	2
Vila Real		6	3	2	..	..	..	1
Viseu		4	2	1	..	..	1	..

\* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 66 - Distribuição dos Processos de Contraordenação com Polidrogas, segundo o Ano\*, por Drogas Envolvidas\*\***  
2002 - 2010

Drogas Envolvidas	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>385</b>	<b>393</b>	<b>392</b>	<b>628</b>	<b>526</b>	<b>625</b>	<b>580</b>	<b>424</b>	<b>506</b>
Heroína + Cocaína	218	241	245	383	304	398	373	256	334
Heroína + Cannabis	52	39	37	57	67	49	48	40	45
Cocaína + Cannabis	26	30	42	68	79	70	61	64	57
Ecstasy + Cannabis	42	36	33	38	27	39	33	17	7
Heroína + Cocaína + Cannabis	9	19	19	50	27	15	26	19	22
Outras	38	28	16	32	22	54	39	28	41

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

\*\* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 67 - Indivíduos\* Primários e Reincidentes em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\***

2002 - 2010

Situação	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Primários	4 850	5 264	4 734	5 478	5 507	5 908	5 710	6 802	6 452
Reincidentes <sup>b)</sup>	273	351	264	346	308	360	334	320	374

\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

b) Apenas são considerados reincidentes, os indivíduos com mais do que um processo de contraordenação num mesmo ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 68 - Indivíduos Reincidentes\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Número de Reincidências**

2002 - 2010

N.º de Reincidências	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>351</b>	<b>264</b>	<b>346</b>	<b>308</b>	<b>360</b>	<b>334</b>	<b>320</b>	<b>374</b>
Uma reincidência	245	318	239	305	266	303	293	289	339
Duas reincidências	26	23	25	35	36	44	34	21	31
Três reincidências	2	8	..	5	5	10	5	8	2
Quatro reincidências	..	2	..	..	..	3	2	2	1
Cinco reincidências	..	..	..	1	1	..	..	..	1

\* Apenas são considerados reincidentes os indivíduos com mais do que um processo de contraordenação num mesmo ano.

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 22 - Indivíduos Reincidentes\* em Processos de Contraordenação, por Distrito**

\*No distrito do Faro está contabilizado um indivíduo com processos de contraordenação nas CDT de Faro e Lisboa, no distrito de Setúbal 1 indivíduo com processos nas CDT de Setúbal e Faro, no distrito de Aveiro 1 indivíduo com processos nas CDT de Aveiro e Coimbra, no distrito de Braga 1 indivíduo com processos nas CDT de Braga e Aveiro, no distrito de Santarém 1 indivíduo com processos nas CDT de Santarém e Aveiro, e no distrito do Porto 1 indivíduo com processos nas CDT do Porto e Guarda.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 69 - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Grupo Etário e Género, por Distrito**

2010

Grupo Etário/Género Distrito <sup>a)</sup>	Total			16-19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥45			Desc.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
<b>2009 <sup>b)</sup></b>	<b>7 122</b>	<b>6 652</b>	<b>470</b>	1 294	1 202	92	2 290	2 145	145	1 365	1 267	98	824	770	54	557	523	34	422	395	27	327	310	17	43	40	3
<b>Total</b>	<b>6 826</b>	<b>6 412</b>	<b>414</b>	<b>1 202</b>	<b>1 118</b>	<b>84</b>	<b>1 977</b>	<b>1 855</b>	<b>122</b>	<b>1 290</b>	<b>1 221</b>	<b>69</b>	<b>839</b>	<b>790</b>	<b>49</b>	<b>650</b>	<b>611</b>	<b>39</b>	<b>439</b>	<b>413</b>	<b>26</b>	<b>411</b>	<b>387</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>1</b>
Aveiro	471	439	32	89	82	7	149	136	13	81	78	3	56	49	7	42	41	1	24	24	..	30	29	1	..	..	..
Beja	150	141	9	13	12	1	35	32	3	32	29	3	16	15	1	14	14	..	27	26	1	13	13	..	..	..	..
Braga	651	629	22	119	117	2	185	176	9	111	109	2	61	59	2	66	65	1	56	52	4	53	51	2	..	..	..
Bragança	54	53	1	4	4	..	19	18	1	14	14	..	8	8	..	3	3	..	1	1	..	5	5	..	..	..	..
Castelo Branco	70	65	5	12	10	2	24	23	1	14	14	..	7	7	..	5	4	1	6	6	..	2	1	1	..	..	..
Coimbra	260	234	26	57	54	3	65	55	10	51	43	8	28	26	2	22	22	..	12	11	1	25	23	2	..	..	..
Évora	88	81	7	15	14	1	29	27	2	15	12	3	13	13	..	5	4	1	7	7	..	4	4	..	..	..	..
Faro	535	499	36	96	87	9	154	145	9	91	87	4	75	71	4	50	46	4	32	30	2	36	32	4	1	1	..
Guarda	85	76	9	19	16	3	23	22	1	13	12	1	11	8	3	11	10	1	5	5	..	3	3	..	..	..	..
Leiria	180	166	14	28	27	1	53	48	5	28	27	1	24	22	2	23	19	4	15	14	1	9	9	..	..	..	..
Lisboa	1 306	1 231	75	221	202	19	403	386	17	247	231	16	169	162	7	119	114	5	81	77	4	62	56	6	4	3	1
Portalegre	76	71	5	7	6	1	17	15	2	12	11	1	13	12	1	12	12	..	12	12	..	3	3	..	..	..	..
Porto	1 623	1 528	95	258	244	14	445	420	25	339	325	14	209	195	14	161	147	14	100	90	10	103	99	4	8	8	..
Santarém	134	128	6	29	25	4	36	35	1	17	17	..	20	20	..	15	15	..	8	8	..	9	8	1	..	..	..
Setúbal	606	576	30	120	111	9	198	190	8	113	107	6	70	69	1	55	52	3	20	19	1	26	24	2	4	4	..
Viana do Castelo	203	189	14	51	50	1	67	60	7	42	40	2	16	14	2	7	6	1	12	11	1	7	7	..	1	1	..
Vila Real	123	113	10	25	22	3	25	22	3	21	19	2	15	15	..	17	16	1	9	9	..	11	10	1	..	..	..
Viseu	211	193	18	39	35	4	50	45	5	49	46	3	28	25	3	23	21	2	12	11	1	10	10	..	..	..	..

\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absoltivos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

a) No distrito do Faro está contabilizado um indivíduo com processos de contraordenação nas CDT de Faro e Lisboa, no distrito de Setúbal 1 indivíduo com processos nas CDT de Setúbal e Faro, no distrito de Aveiro 1 indivíduo com processos nas CDT de Aveiro e Coimbra, no distrito de Braga 1 indivíduo com processos nas CDT de Braga e Aveiro, no distrito de Santarém 1 indivíduo com processos nas CDT de Santarém e Aveiro, e no distrito do Porto 1 indivíduo com processos nas CDT do Porto e Guarda.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2010 e 31/03/2011 deram entrada nas CDT mais 262 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 70 - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Grupo Etário e Género**  
2002 - 2010

Grupo Etário/Género	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Masculino	4 765	5 284	4 671	5 440	5 486	5 806	5 686	6 652	6 412
Feminino	358	331	327	384	329	462	358	470	414
<b>16-19 anos</b>	<b>1 012</b>	<b>1 189</b>	<b>920</b>	<b>967</b>	<b>878</b>	<b>864</b>	<b>977</b>	<b>1 294</b>	<b>1 202</b>
Masculino	915	1 109	848	905	843	816	914	1 202	1 118
Feminino	97	80	72	62	35	48	63	92	84
<b>20-24 anos</b>	<b>1 531</b>	<b>1 825</b>	<b>1 685</b>	<b>1 928</b>	<b>1 884</b>	<b>1 925</b>	<b>1 853</b>	<b>2 290</b>	<b>1 977</b>
Masculino	1 447	1 730	1 586	1 814	1 787	1 775	1 762	2 145	1 855
Feminino	84	95	99	114	97	150	91	145	122
<b>25-29 anos</b>	<b>1 007</b>	<b>1 048</b>	<b>888</b>	<b>1 104</b>	<b>1 132</b>	<b>1 179</b>	<b>1 138</b>	<b>1 365</b>	<b>1 290</b>
Masculino	945	988	844	1 026	1 064	1 094	1 072	1 267	1 221
Feminino	62	60	44	78	68	85	66	98	69
<b>30-34 anos</b>	<b>742</b>	<b>726</b>	<b>643</b>	<b>771</b>	<b>773</b>	<b>911</b>	<b>739</b>	<b>824</b>	<b>839</b>
Masculino	680	673	594	711	717	831	696	770	790
Feminino	62	53	49	60	56	80	43	54	49
<b>35-39 anos</b>	<b>488</b>	<b>451</b>	<b>437</b>	<b>520</b>	<b>568</b>	<b>621</b>	<b>595</b>	<b>557</b>	<b>650</b>
Masculino	458	418	403	479	522	576	550	523	611
Feminino	30	33	34	41	46	45	45	34	39
<b>40-44 anos</b>	<b>183</b>	<b>252</b>	<b>246</b>	<b>307</b>	<b>345</b>	<b>444</b>	<b>408</b>	<b>422</b>	<b>439</b>
Masculino	169	244	230	293	328	405	381	395	413
Feminino	14	8	16	14	17	39	27	27	26
<b>≥45 anos</b>	<b>91</b>	<b>98</b>	<b>137</b>	<b>193</b>	<b>197</b>	<b>284</b>	<b>300</b>	<b>327</b>	<b>411</b>
Masculino	87	97	127	180	189	270	277	310	387
Feminino	4	1	10	13	8	14	23	17	24
<b>Desconhecido</b>	<b>69</b>	<b>26</b>	<b>42</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>40</b>	<b>34</b>	<b>43</b>	<b>18</b>
Masculino	64	25	39	32	36	39	34	40	17
Feminino	5	1	3	2	2	1	..	3	1

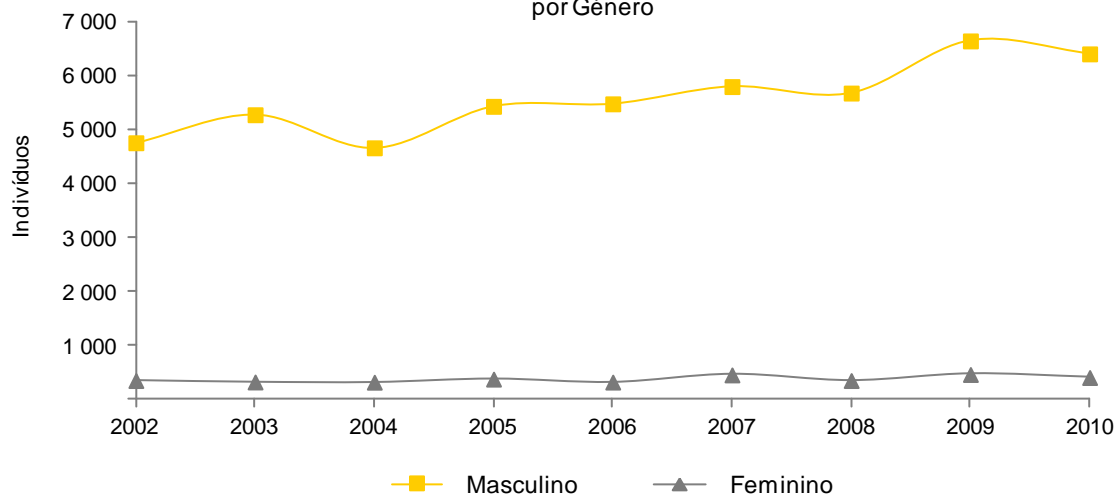
\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

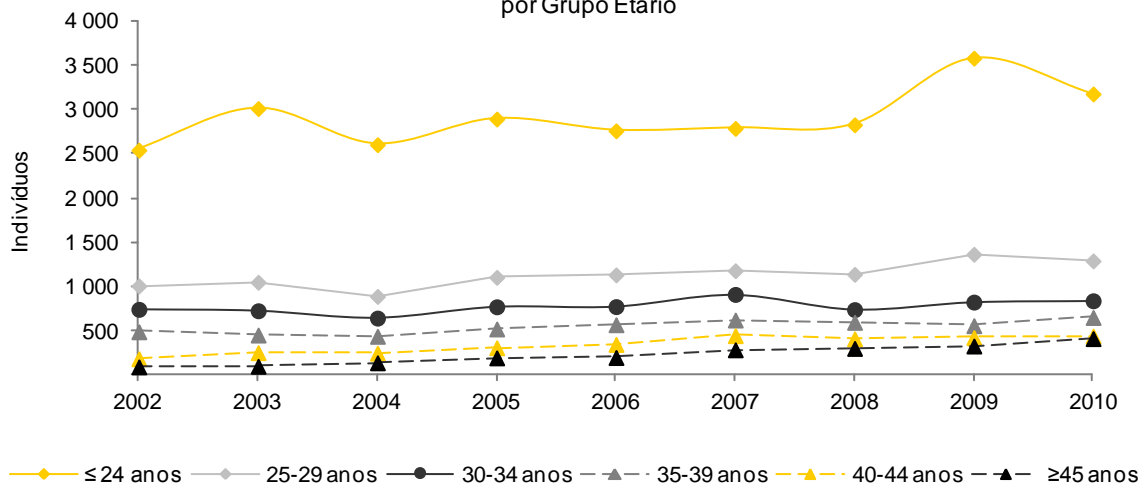
**Figura 23 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Género**



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 70

**Figura 24 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Grupo Etário**



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 70

**Quadro 71- Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por País da Nacionalidade**  
2002 - 2010

País da Nacionalidade	Ano									
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010	
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>	
<b>Europa</b>	<b>4 923</b>	<b>5 445</b>	<b>4 844</b>	<b>5 556</b>	<b>5 548</b>	<b>6 021</b>	<b>5 818</b>	<b>6 849</b>	<b>6 582</b>	
<b>União Europeia</b>	<b>4 910</b>	<b>5 426</b>	<b>4 825</b>	<b>5 533</b>	<b>5 522</b>	<b>5 987</b>	<b>5 791</b>	<b>6 812</b>	<b>6 538</b>	
Alemanha	13	10	16	13	9	11	5	5	11	
Espanha	14	16	18	12	12	31	12	41	43	
França	36	17	22	25	14	13	16	28	14	
Holanda	2	..	1	3	..	8	1	6	2	
Portugal	4 831	5 372	4 751	5 461	5 468	5 893	5 734	6 705	6 441	
Reino Unido	6	5	10	8	6	8	7	8	5	
Outros da UE	8	6	7	11	13	23	16	19	22	
<b>Outros da Europa</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>27</b>	<b>37</b>	<b>44</b>	
Ucrânia	7	9	14	13	18	23	14	24	32	
Outros	6	10	5	10	8	11	13	13	12	
<b>África</b>	<b>143</b>	<b>135</b>	<b>114</b>	<b>203</b>	<b>188</b>	<b>161</b>	<b>151</b>	<b>163</b>	<b>146</b>	
Angola	64	66	59	72	75	43	37	36	39	
Cabo Verde	39	37	23	63	71	62	77	76	68	
Guiné-Bissau	11	11	12	24	20	26	18	26	28	
Moçambique	14	14	9	29	14	13	6	9	3	
São Tomé e Príncipe	2	..	2	1	2	5	5	6	3	
Outros	13	7	9	14	6	12	8	10	5	
<b>América</b>	<b>41</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>46</b>	<b>62</b>	<b>73</b>	<b>70</b>	<b>93</b>	<b>88</b>	
Bolívia	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Brasil	26	17	21	40	46	65	62	85	82	
Colômbia	1	1	..	1	..	1	1	..	1	
Venezuela	4	4	4	2	4	1	1	2	2	
Outros	10	6	4	3	12	6	6	6	3	
<b>Ásia</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	
<b>Oceânia</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	
<b>Desconhecido</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>..</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	

\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 72** Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Estado Civil  
2002 - 2010

Estado Civil \ Ano	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Solteiro	4 206	4 782	4 177	4 839	4 827	5 226	5 051	6 038	5 805
Casado / União de Facto	624	575	554	673	678	694	655	717	671
Divorciado / Separado	207	200	185	236	231	278	258	276	264
Víuvo	9	15	14	15	6	15	13	12	12
Desconhecido	77	43	68	61	73	55	67	79	74

\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 73** - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Situação de Coabitação  
2002 - 2010

Situação de Coabitação \ Ano	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Só com Ascendentes <sup>b)</sup>	2 390	3 290	2 674	3 033	3 065	3 331	3 307	3 931	3 535
Com Ascendentes <sup>b)</sup> + Companheiro ou Filho(s)	114	106	99	116	96	133	127	127	129
Só com Companheiro + Filho(s)	223	295	251	270	298	317	309	378	329
Só com Companheiro	179	243	252	296	332	406	348	388	336
Só com Filho(s)	16	13	11	23	16	28	18	14	23
Só com Amigos	71	77	78	89	86	98	101	125	119
Sozinho(a)	264	317	301	340	378	436	402	497	450
Outra Situação	461	543	493	602	566	553	584	632	621
Desconhecida	1 405	731	839	1 055	978	966	848	1 030	1 284

\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Quadro 74 - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Nível de Ensino**  
2002 - 2010

Nível de Ensino	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Sem Nível de Ensino	28	30	25	37	23	33	34	29	33
Ensino Básico / 1.º Ciclo	483	528	492	524	519	561	511	534	458
Ensino Básico / 2.º Ciclo	843	1 061	895	979	1 028	1 074	1 101	1 195	1 089
Ensino Básico / 3.º Ciclo	1 395	1 914	1 588	1 838	1 745	1 944	1 994	2 350	2 163
Ensino Secundário	828	1 146	983	1 036	1 071	1 246	1 277	1 664	1 538
Ensino Superior	63	79	61	83	125	124	121	199	141
Outro	18	9	19	9	18	15	14	9	12
Desconhecido	1 465	848	935	1 318	1 286	1 271	992	1 142	1 392

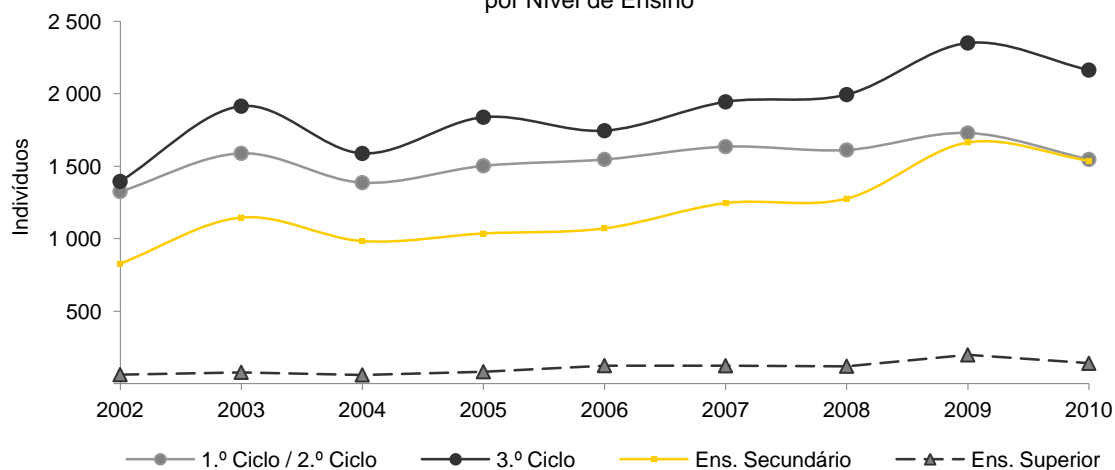
\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 25 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Nível de Ensino**



\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 74

**Quadro 75 - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Situação Profissional**  
2002 - 2010

Situação Profissional	Ano									
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010	
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>	
Empregado	2 036	2 320	2 051	2 412	2 516	2 896	2 640	2 729	2 549	
Empregado Temporariamente	101	86	82	74	68	80	59	83	110	
Desempregado	1 270	1 507	1 295	1 672	1 621	1 670	1 615	2 008	1 858	
Estudante	639	908	733	806	806	829	957	1 388	1 423	
Situação de Reclusão	221	201	187	149	260	240	270	278	264	
Outra Situação <sup>b)</sup>	196	252	196	278	139	170	145	210	165	
Desconhecida	660	341	454	433	405	383	358	426	457	

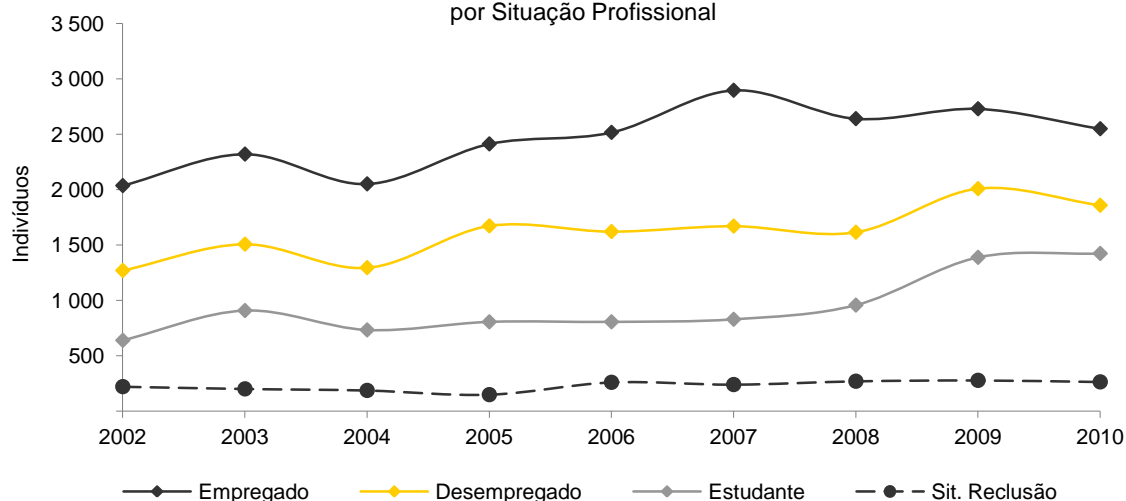
\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

b) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE

**Figura 26 - Indivíduos em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*, por Situação Profissional**

\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação.

Fonte: Quadro 75

**Quadro 76 - Indivíduos\* em Processos de Contraordenação, segundo o Ano\*\*, por Grupo Profissional**  
2002 - 2010

Grupo Profissional	Ano								
	2002 <sup>a)</sup>	2003 <sup>a)</sup>	2004 <sup>a)</sup>	2005 <sup>a)</sup>	2006 <sup>a)</sup>	2007 <sup>a)</sup>	2008 <sup>a)</sup>	2009 <sup>a)</sup>	2010
<b>Total</b>	<b>5 123</b>	<b>5 615</b>	<b>4 998</b>	<b>5 824</b>	<b>5 815</b>	<b>6 268</b>	<b>6 044</b>	<b>7 122</b>	<b>6 826</b>
Quadros superiores da administração pública	..	1	..	5	3	1	..	2	1
Diretores de empresas	..	2	2	3	3	2	2	2	2
Diretores e gerentes de pequenas empresas	23	11	26	14	21	43	31	31	23
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia	6	6	6	3	9	12	10	21	15
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	4	4	2	3	8	4	5	14	6
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	9	9	5	6	18	14	11	18	12
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	10	14	5	10	14	18	21	43	21
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares	8	18	7	16	19	16	24	24	21
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	10	8	7	5	8	9	7	9	7
Profissionais de nível intermédio do ensino	7	4	4	12	5	9	7	10	11
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	88	67	54	72	69	106	87	102	96
Empregados de escritório	70	61	64	88	69	112	68	104	93
Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares	64	75	106	88	93	105	82	123	150
Pessoal dos serviços diretos e particulares, de proteção e segurança	42	43	68	57	37	69	53	68	47
Manequins, vendedores e demonstradores	140	146	138	203	224	217	168	190	171
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	37	31	42	24	28	58	35	45	27
Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência	34	23	21	24	18	22	18	23	26
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extrativas e da construção civil	594	522	444	456	500	507	552	496	489
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	203	261	233	290	265	294	291	300	262
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares	77	117	91	112	230	150	122	136	130
Outros operários, artífices e trabalhadores similares	368	313	253	252	353	385	373	429	411
Operadores de instalações fixas e similares	57	68	51	94	106	84	86	104	69
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem	58	73	42	47	64	77	103	85	76
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	99	93	74	92	151	117	117	112	135
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	609	757	674	782	685	767	794	810	757
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	58	62	63	66	65	83	76	88	101
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	658	705	533	739	508	592	500	493	533
Desconhecido	1 790	2 121	1 983	2 261	2 242	2 395	2 401	3 240	3 134

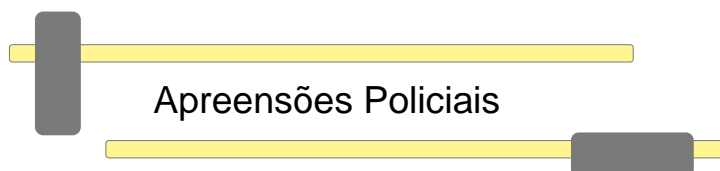
\* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

\*\* Ano em que ocorreu o facto punível como contraordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contraordenação. Entre 31/03/2003 e 31/03/2004 deram entrada nas CDT mais 496 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contraordenação referente ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007, entre 31/03/2009 e 31/03/2010, mais 731 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2008, e entre 31/03/2010 e 31/03/2011, mais 262 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2009.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: GAD / DMFRI - NE







Quadro 77 - Droga Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga

2002 - 2010

Tipo Droga <sup>a)</sup>	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Gramas</b>										
Heroína	96 315	72 365	99 047	182 266	144 295	61 669	68 090	128 073	46 947	
Cocaína	3 140 103	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	7 362 975	4 877 905	2 697 083	3 244 350	
Haxixe <sup>b)</sup>	7 027 329	31 559 269	28 995 141	28 395 514	8 503 664	44 623 450	61 262 140	22 965 577	34 773 666	
Liamba	361 026	264 821	118 929	121 394	151 915	133 300	36 634	5 044 569	40 079	
<b>Comprimidos</b>										
Ecstasy <sup>c)</sup>	239 213	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309	8 987	48 370	

a) Em 2002, foram apreendidas mais 1 planta de Coca, 10,7 g de óleo de Haxixe, 11 frascos de óleo de Haxixe, 1,75 kg de plantas de Liamba, 3135 plantas de Liamba, 775,7 g de sementes de Liamba, 4036 sementes de Liamba, 2,24 kg de folhas de Liamba, 34 cápsulas e 639,9 g de Anfetaminas, 8,4 g de Codeína, 565,2 g de Cogumelos Alucinogénios, 13 Cogumelos Alucinogénios, 1,9 g de Cloxazolam, 21 compr. e 4,8 g de Diazepam, 30 compr. de Lorazepam, 2 compr. e 9785 selos de LSD, 2 frascos e 0,9 g de Metadona, 53 compr. de Midazolam, 35 compr. de Morfina, 82 g de Ópio, 1014 plantas de Ópio, 967 compr. de Oxazepam, 4,8 g de Rebolau, 6,9 g de Speedball.

Em 2003, foram apreendidas mais 4,24 kg de Base de Cocaína, 135,7 g de Crack, 550 g de plantas de Liamba, 2663 plantas de Liamba, 146,5 g de sementes de Liamba, 514 sementes de Liamba, 70,57 kg de folhas de Liamba, 11 404 compr. de Alprazolam, 33,2 g e 125 compr. de Anfetaminas, 0,6 g cristais de Anfetaminas, 5 compr. de Bromazepam, 202,5 g de Cogumelos Alucinogénios, 9 Cogumelos Alucinogénios, 14 compr. de Clonazepam, 22 187 compr. de Diazepam, 92 compr. de Efedrina, 17 g de Fentanil, 20 compr. de Flunitrazepam, 20 compr. de Flurazepam, 515 selos de LSD, 24 compr. de Metadona, 0,1 g de Metanfetamina, 44 compr. de Midazolam, 12 cápsulas de Opiáceos, 250 g de Ópio, 1112 plantas de Ópio, 1151 compr. e 1,4 g de Oxazepam, 5,1 g de Speedball.

Em 2004, foram apreendidas mais 187,3 g de folhas de Coca, 2246 plantas de Liamba, 1,96 kg de sementes de Liamba, 5464 sementes de Liamba, 539,1 g de folhas de Liamba, 19 compr. de Alprazolam, 3 frascos de Alucinogénios, 2816 cápsulas de Anfepromona, 13 cápsulas, 19 compr. e 489,8 g de Anfetaminas, 4 compr. de Bromazepam, 42 compr. de Buprenorfina, 1,25 kg de Cogumelos Alucinogénios, 1 Cogumelo Alucinogénio, 259 compr. de Clonazepam, 2834 cápsulas/compr. de Diazepam, 2 compr. de Flurazepam, 2 compr. de Halazepam, 29 compr. de Lorazepam, 1474 selos, 4 frascos e ½ compr. de LSD, 13 sementes de Mescalina, 24 compr. e 159 frascos de Metadona, 93,1 g de Metaqualona, 160,5 compr. de Midazolam, 44,8 g de Ópio, 1547 plantas de Ópio, 1360 compr. de Oxazepam, 93 g de Rebolau.

Em 2005, foram apreendidas mais 1,10 kg de folhas de Coca, 5,53 kg de folhas de Liamba, 3 folhas de Liamba, 3732 plantas de Liamba, 1,45 kg de sementes de Liamba, 1401 sementes de Liamba, 13 compr. de Alprazolam, 2400 cápsulas de Anfepromona, 131 g de Anfetaminas, 52 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 2517 cápsulas de Bromazepam, 165 compr. de Buprenorfina, 35 g de Crystal Metal, 23 g de Cogumelos Alucinogénios, 15 Cogumelos Alucinogénios, 2 g e 465 compr. de Clonazepam, 592 cápsulas de Clordiazepóxido, 120 compr. de Diazepam, 713 cápsulas de Fenproporex, 331 selos, 1 frasco e 3 g de LSD, 80 compr. e 12 frascos de Metadona, 358 compr. de Midazolam, 1,78 kg de Ópio, 30 g e 9811 compr. de Oxazepam, 26 g de Rebolau, 175 539 compr. de Triazolam.

Em 2006, foram apreendidas mais 3,8 g de Crack, 12,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 12 g de plantas de Liamba, 2434 plantas de Liamba, 1,4 kg de sementes de Cannabis, 587 sementes de Cannabis, 1 cápsula de 2C-B, 4 compr. de Alprazolam, 1439 cápsulas de Anfepromona, 33,72 kg de Anfetaminas, 96 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 0,4 g e 1482 cápsulas de Bromazepam, 117 compr. de Buprenorfina, 407 compr. de Clonazepam, 604,4 g de Cogumelos Alucinogénios, 35 cápsulas/compr. de Diazepam, 1438 cápsulas de Fenproporex, 0,8 g e 16 compr. de Halazepam, 60 compr. de Loprazolam, 18 compr. de Lorazepam, 14,6 g, 33 frascos e 968 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 24 unidades de mCPP, 194 compr. e 29 frascos de Metadona, 415 compr. de Midazolam, 1 g e 8 plantas de Ópio, 1 g e 1280 compr. de Oxazepam, e, 30,5 kg, 220 g de cápsulas/compr., 939 cápsulas/compr., 1 planta e 49 g de sementes de substância Indeterminada.

Em 2007, foram apreendidas mais 17,90 kg de folhas de Coca, 92,02 kg folhas de Liamba, 2,53 kg plantas de Liamba, 3222 plantas de Liamba, 3,46 kg de sementes de Liamba, 2058 sementes de Liamba, 24 compr. de Alprazolam, 31 g de Alucinogénios, 52 g de Cogumelos Alucinogénios, 19 874 cápsulas de Anfepromona, 703 g de Anfetaminas, 8 g de cristais de Anfetaminas, 2904 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 48 501 compr. de Bromazepam, 481 g de sementes de Bufotenina, 182 compr. de Buprenorfina, 411 compr. de Clonazepam, 8 g de Codeína, 19 993 cápsulas/compr. de Diazepam, 697 g de folhas de DMT, 48 500 compr. de Fenproporex, 1 compr. de LSD, 2740 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 444 compr. de Metadona, 8 frascos de Metadona, 119 g de Metanfetaminas, 409 compr. de Midazolam, 1 frasco de Morfina, 900 g de Ópio, 102 plantas de Ópio 854 compr. de Oxazepam e 114 g de Rebolau.

Em 2008, foram apreendidas mais 275 g de folhas de Coca, 165 g de óleo de Haxixe, 2,92 kg folhas de Liamba, 3252 plantas de Liamba, 588 g de sementes de Liamba, 567 sementes de Liamba, 17 g de Ecstasy Líquido, 5 compr. de Alprazolam, 18 g de Cogumelos Alucinogénios, 7 Cogumelos Alucinogénios, 330 g de Anfetaminas, 412 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 23 326 compr. de Bromazepam, 60 compr. de Buprenorfina, 98 compr. de Clonazepam, 0,24 g de Codeína, 12 compr. de Codeína, 4833 cápsulas/compr. de Diazepam, 12 compr. de Estazolam, 131 666 cápsulas. de Fenproporex, 0,4 g de Flurazepam, 4 cápsulas/compr. de Flurazepam, 55,56 kg de plantas de Khat, 59 g de Lorazepam, 7 compr. de Lorazepam, 0,003 g de LSD, 2 frascos de LSD, 1046 selos de LSD, 809 g de Mescalina, 10 compr. de Metadona, 54 frascos de Metadona, 152 compr. de Midazolam, 17 179 plantas de Ópio, 230 compr. de Oxazepam, 1 g de Rebolau, 1 g de Speedball e 144 compr. de Tilidina.

Em 2009, foram apreendidas mais 0,4 g de Crack, 6,40 kg folhas de Liamba, 8607 plantas de Liamba, 1,10 kg de sementes de Liamba, 2095 sementes de Liamba, 35 compr. de Alprazolam, 397 g de Cogumelos Alucinogénios, 243 g de Anfetaminas, 384,5 compr. de Anfetaminas, 41 compr. de Buprenorfina, 334 compr. de Clonazepam, 2470 compr. de Clordiazepóxido, 124 compr. de Diazepam, 12 compr. de Efedrina, 3592 cápsulas de Fenproporex, 7 cápsulas/compr. de Flurazepam, 10 compr. de Lorazepam, 1 frasco de LSD, 2551,5 selos de LSD, 32 compr. de Metadona, 57 frascos de Metadona, 11 g de Metanfetamina, 187 compr. de Midazolam, 2 g de Ópio, 170 plantas de Ópio e 298 compr. de Oxazepam.

Em 2010, foram apreendidas mais 31 g de Crack, 708 g de folhas de Coca, 10,02 kg folhas de Liamba, 5629 plantas de Liamba, 6,99 kg de sementes de Liamba, 6378 sementes de Liamba, 6 Óleo de Cannabis, 50 compr. de Alprazolam, 3 Cactos Alucinogénios, 325 g de Cogumelos Alucinogénios, 4 Cogumelos Alucinogénios, 710 g de Anfetaminas, 114 compr. de Anfetaminas, 10 compr. de Bromazepam, 69 compr. de Buprenorfina, 892 compr. de Clonazepam, 1 frasco de Clonazepam, 330 compr. de Diazepam, 15 cápsulas de Fenproporex, 1 compr. de Flurazepam, 20 compr. de Lorazepam, 30 038 selos de LSD, 2 frascos de Metadona, 0,3 g de Metanfetamina, 422 compr. de Midazolam, 5 g de Ópio e 372 compr. de Oxazepam.

b) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da Cannabis.

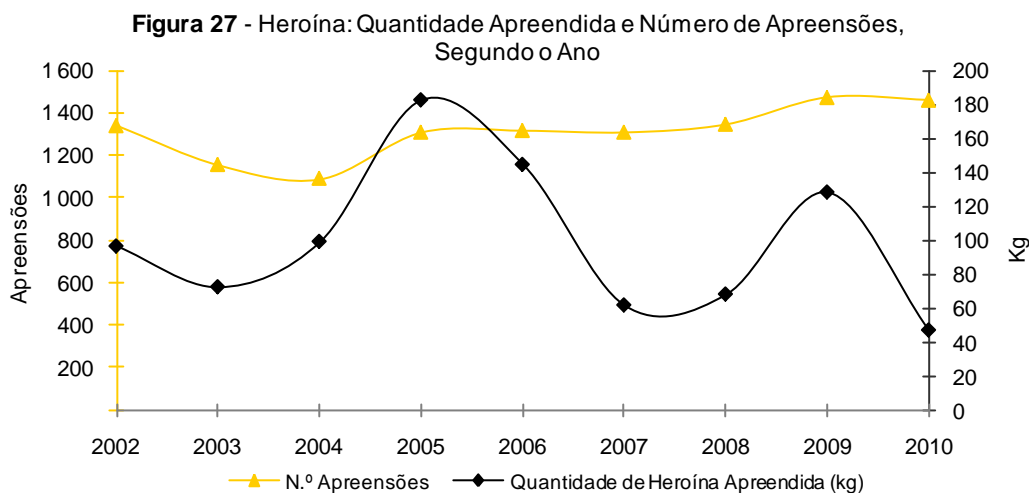
c) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

**Quadro 78 - Quantidade de Heroína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano**  
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Heroína Apreendida <sup>a)</sup> (kg)	96,32	72,37	99,05	182,27	144,30	61,67	68,09	128,07	46,95
N.º de Apreensões <sup>b)</sup>	1 340	1 154	1 088	1 309	1 317	1 309	1 347	1 475	1 462

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



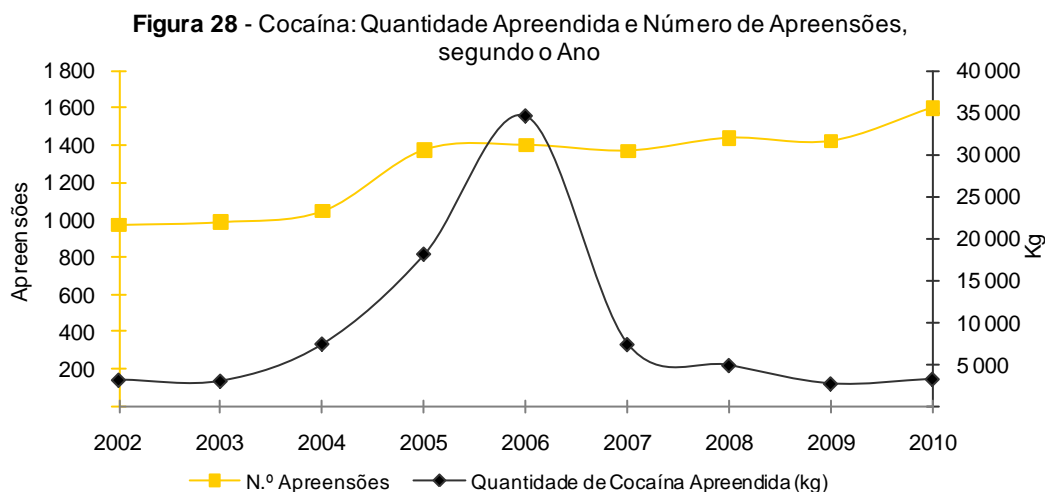
Fonte: Quadro 78

**Quadro 79 - Quantidade de Cocaína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano**  
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cocaína Apreendida <sup>a)</sup> (kg)	3 140,10	3 016,88	7 422,75	18 083,23	34 477,48	7 362,98	4 877,91	2 697,08	3 244,35
N.º de Apreensões <sup>b)</sup>	973	988	1 047	1 374	1 399	1 369	1 437	1 421	1 599

- a) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Cocaína apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 77.
- b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Cocaína apreendida referidas na nota anterior: em **2010**, 1 apreensão de Crack e 1 apreensão de folhas de Coca. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Cocaína apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 79

**Quadro 80** - Quantidade de Haxixe Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

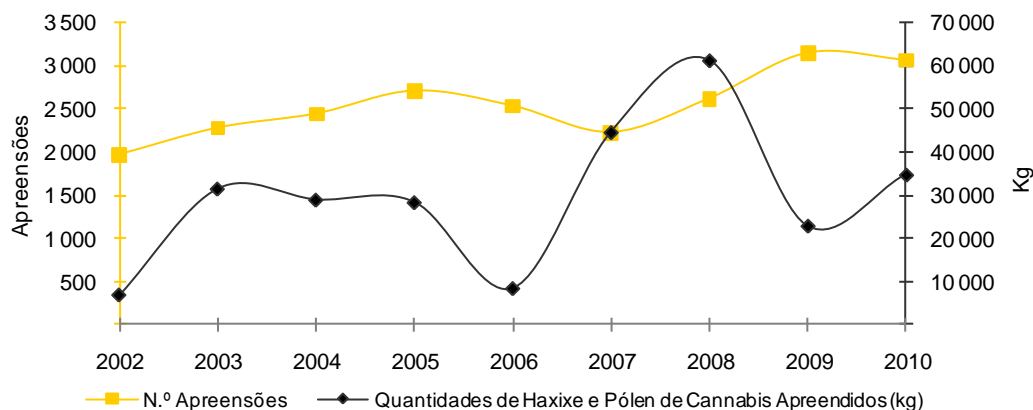
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Haxixe Apreendido <sup>a)</sup> (kg)	7 027,33	31 559,27	28 995,14	28 395,51	8 503,66	44 623,45	61 262,14	22 965,58	34 773,67
N.º de Apreensões <sup>b)</sup>	1 970	2 278	2 441	2 707	2 531	2 227	2 616	3 144	3 063

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da cannabis; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Haxixe apreendido que constam nas notas relativas aos respetivos anos, no Quadro 77.

b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Haxixe apreendido referidas na nota anterior. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Haxixe apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 29** - Haxixe: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

Fonte: Quadro 80

**Quadro 81** - Quantidade de Liamba Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

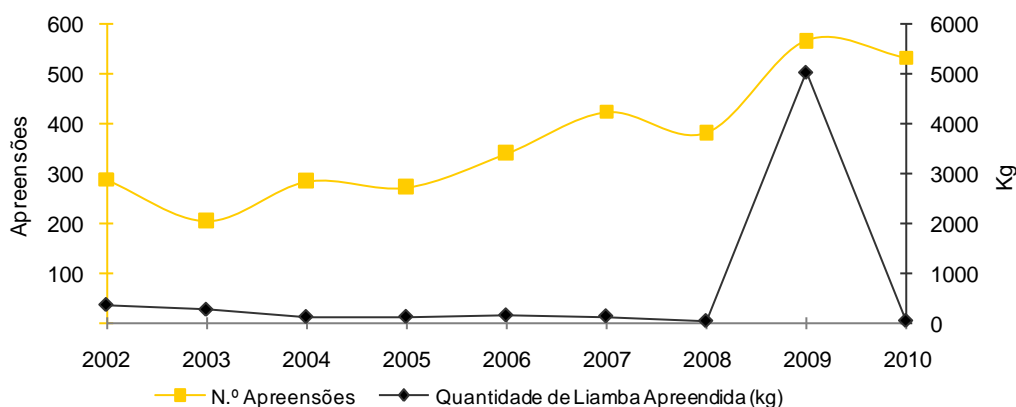
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Liamba Apreendida <sup>a)</sup> (kg)	361,03	264,82	118,93	121,39	151,92	133,30	36,63	5 044,57	40,08
N.º de Apreensões <sup>b)</sup>	288	206	285	273	341	424	383	568	533

a) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Liamba apreendida que constam nas notas relativas aos respetivos anos, no Quadro 77.

b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Liamba apreendida referidas na nota anterior: em **2010**, 147 apreensões de plantas de Liamba, 32 apreensões de sementes de Liamba, 3 apreensões de folhas de Liamba, 14 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 6 apreensões de folhas e plantas de Liamba, 2 folhas e sementes de Liamba e 2 apreensões de folhas, plantas e sementes de Liamba. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Liamba apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 30** - Liamba: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

Fonte: Quadro 81

**Quadro 82 - Quantidade de Ecstasy Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano**

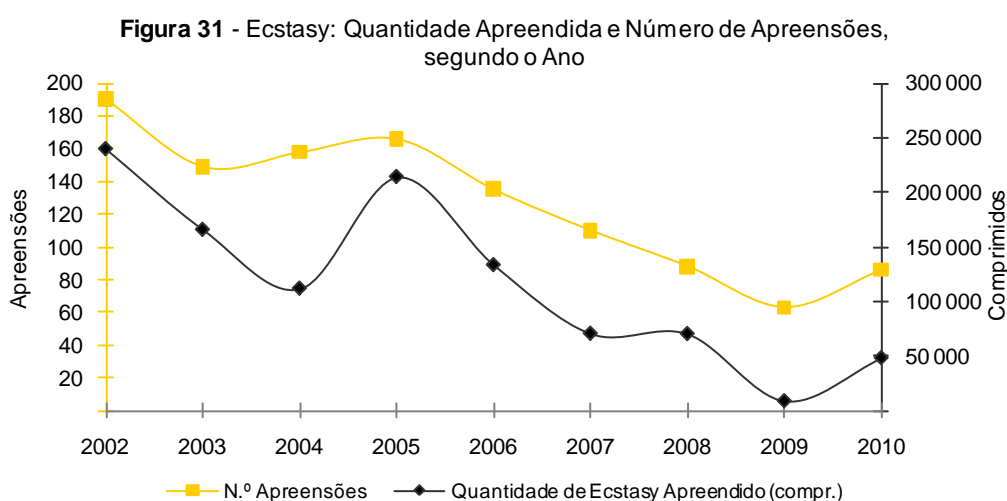
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ecstasy Apreendido <sup>a)</sup> (compr.)	239 213	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309	8 987	48 370
N.º de Apreensões <sup>b)</sup>	190	149	158	166	135	110	88	63	86

a) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Ecstasy apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 77.

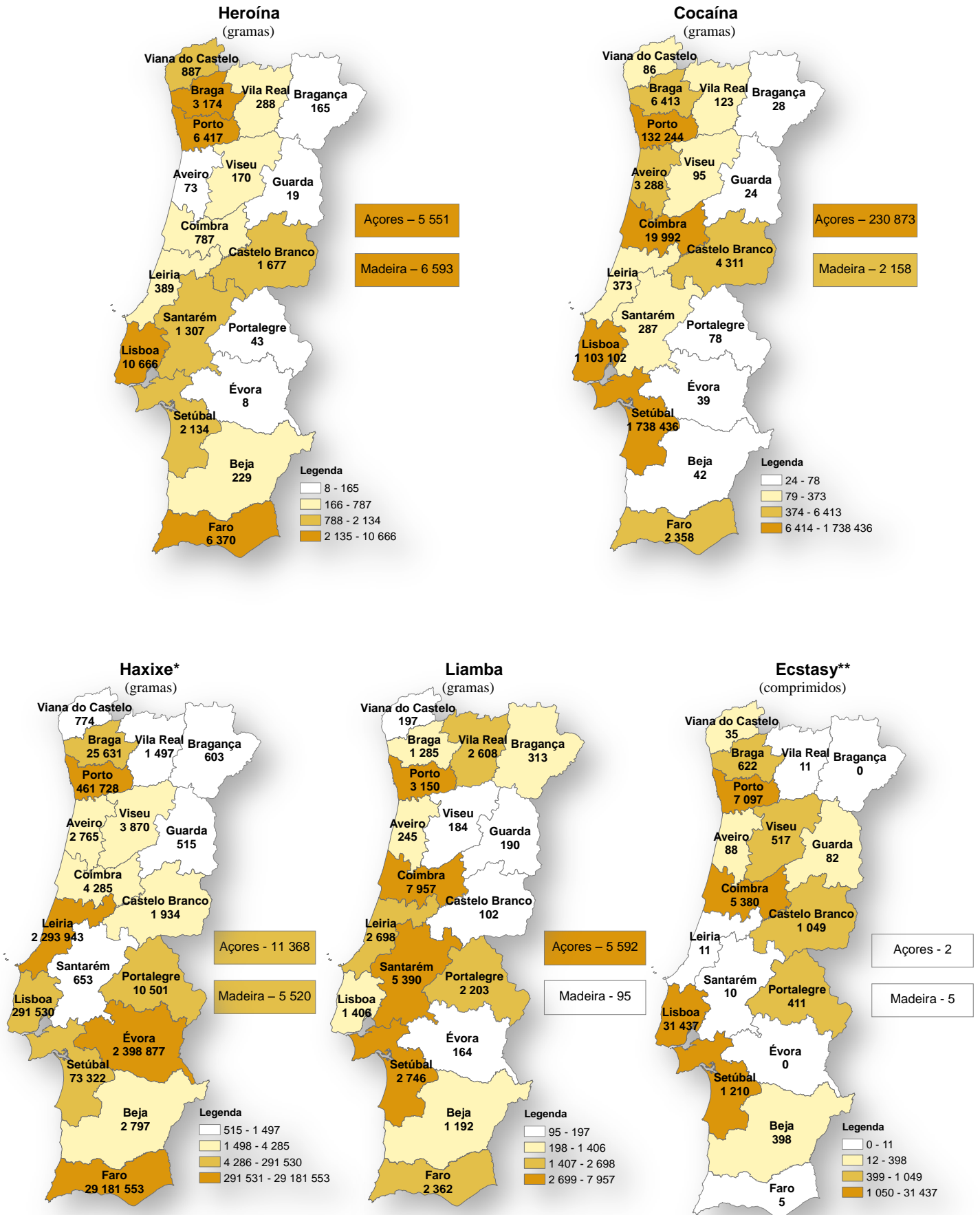
b) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Ecstasy apreendido referidas na nota anterior. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Ecstasy apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 82

**Figura 32 - Quantidades de Droga Apreendida, segundo o Tipo de Droga, por Distrito e Região Autónoma**  
2010



\* As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen de cannabis.

\*\*As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 83 - Quantidade Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga**  
2002 – 2010

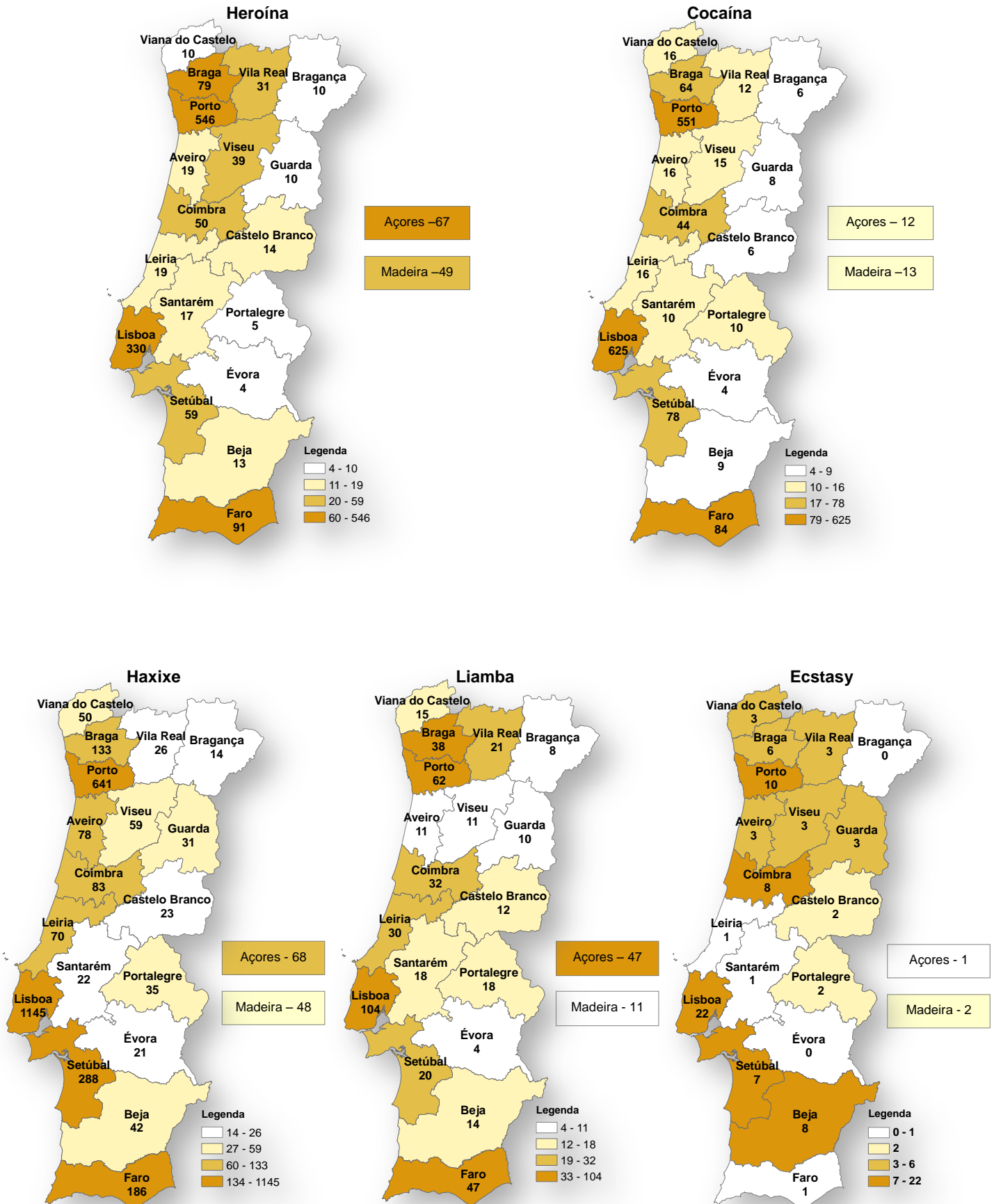
Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Heroína (grama)</b>	<b>96 315</b>	<b>72 365</b>	<b>99 047</b>	<b>182 266</b>	<b>144 295</b>	<b>61 669</b>	<b>68 090</b>	<b>128 073</b>	<b>46 947</b>	
< 10 g	2 517	2 142	2 088	2 384	2 654	2 725	2 844	3 057	3 030	
≥ 10 g e < 100 g	7 930	6 643	6 513	7 609	5 856	8 392	7 445	8 217	6 746	
≥ 100 g	85 868	63 580	90 446	172 273	135 785	50 552	57 801	116 799	37 171	
<b>Cocaína (grama)</b>	<b>3 140 103</b>	<b>3 016 881</b>	<b>7 422 752</b>	<b>18 083 231</b>	<b>34 477 476</b>	<b>7 362 975</b>	<b>4 877 905</b>	<b>2 697 083</b>	<b>3 244 350</b>	
< 10 g	1 828	1 699	1 694	2 280	2 095	2 401	2 420	2 415	2 526	
≥ 10 g e < 100 g	4 723	4 751	6 638	6 799	6 889	6 743	7 304	7 325	7 566	
≥ 100 g	3 133 552	3 010 431	7 414 420	18 074 152	34 468 492	7 353 831	4 868 181	2 687 343	3 234 258	
<b>Haxixe <sup>a)</sup>(grama)</b>	<b>7 027 329</b>	<b>31 559 269</b>	<b>28 995 141</b>	<b>28 395 514</b>	<b>8 503 664</b>	<b>44 623 450</b>	<b>61 262 140</b>	<b>22 965 577</b>	<b>34 773 666</b>	
< 100 g	30 441	35 495	36 609	41 939	38 327	29 647	37 587	47 037	43 951	
≥ 100 g e < 1000 g	49 864	60 776	65 655	62 009	62 044	58 634	60 711	69 056	72 720	
≥ 1000 g	6 947 024	31 462 998	28 892 877	28 291 566	8 403 293	44 535 169	61 163 842	22 849 484	34 656 995	
<b>Liamba (grama)</b>	<b>361 026</b>	<b>264 821</b>	<b>118 929</b>	<b>121 394</b>	<b>151 915</b>	<b>133 300</b>	<b>36 634</b>	<b>5 044 569</b>	<b>40 079</b>	
< 100 g	2 154	1 418	1 864	1 850	2 834	3 154	2 107	4 198	4 036	
≥ 100 g e < 1000 g	7 737	1 909	6 220	6 053	4 418	7 536	6 615	15 555	17 705	
≥ 1000 g	351 135	261 494	110 845	113 491	144 663	122 610	27 912	5 024 816	18 338	
<b>Ecstasy <sup>b)</sup>(comprimido)</b>	<b>239 213</b>	<b>165 539</b>	<b>111 833</b>	<b>213 788</b>	<b>133 290</b>	<b>70 591</b>	<b>70 309</b>	<b>8 987</b>	<b>48 370</b>	
< 100 comprimidos	2 633	2 212	2 074	2 709	2 463	2 426	1 611	1 021	1 337	
≥ 100 e < 250 comprimidos	2 798	1 770	633	1 724	1 631	311	987	927	868	
≥ 250 comprimidos	233 782	161 557	109 126	209 355	129 196	67 854	67 711	7 039	46 165	

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da Cannabis.

b) As quantidades apreendidas de Ecstasy módo ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 33 – Número de Apreensões, segundo o Tipo de Droga, por Distrito e Região Autónoma**  
2010



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 84 - Número de Apreensões, segundo o Ano, por Tipo de Droga e Quantidade Apreendida**  
2002 - 2010

Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Heroína</b>	<b>1 340</b>	<b>1 154</b>	<b>1 088</b>	<b>1 309</b>	<b>1 317</b>	<b>1 309</b>	<b>1 347</b>	<b>1 475</b>	<b>1 462</b>	
< 10 g	965	855	799	970	1 011	950	1 022	1 130	1 171	
≥ 10 g e < 100 g	268	217	202	264	230	284	265	266	226	
≥ 100 g	107	82	87	75	76	75	60	79	65	
<b>Cocaína</b>	<b>•973</b>	<b>•988</b>	<b>•1 047</b>	<b>•1 374</b>	<b>•1 399</b>	<b>•1 369</b>	<b>•1 437</b>	<b>1 421</b>	<b>•1 599</b>	
< 10 g	622	604	593	841	806	847	924	923	1 064	
≥ 10 g e < 100 g	157	166	188	237	221	220	262	236	237	
≥ 100 g	193	216	265	295	371	299	249	262	296	
<b>Haxixe <sup>a)</sup></b>	<b>1 970</b>	<b>2 278</b>	<b>2 441</b>	<b>2 707</b>	<b>2 531</b>	<b>2 227</b>	<b>2 616</b>	<b>3 144</b>	<b>3 063</b>	
< 100 g	1 704	1 960	2 100	2 365	2 231	1 942	2 302	2 840	2 718	
≥ 100 g e < 1000 g	183	214	232	233	194	188	203	223	231	
≥ 1000 g	83	104	109	109	106	97	111	81	114	
<b>Liamba</b>	<b>•288</b>	<b>•206</b>	<b>•285</b>	<b>•273</b>	<b>•341</b>	<b>•424</b>	<b>•383</b>	<b>•568</b>	<b>•533</b>	
< 100 g	146	101	147	121	165	205	182	274	265	
≥ 100 g e < 1000 g	19	8	20	17	20	23	23	50	54	
≥ 1000 g	13	14	7	7	15	6	9	15	8	
<b>Ecstasy <sup>b)</sup></b>	<b>190</b>	<b>149</b>	<b>158</b>	<b>166</b>	<b>135</b>	<b>110</b>	<b>•88</b>	<b>63</b>	<b>86</b>	
< 100 comprimidos	147	108	132	140	109	105	73	55	69	
≥ 100 e < 250 comprimidos	17	12	4	12	10	2	6	6	7	
≥ 250 comprimidos	26	29	22	14	16	3	8	2	10	

a) As quantidades relativas ao Haxixe incluem a resina e o pólen da Cannabis.

b) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

• O total não corresponde à soma das parcelas, porque existem apreensões destas drogas que não podem ser expressas nestas unidades de medida.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 85 - Preço\* Médio das Drogas, segundo o Ano, por Tipo de Droga**  
2002 - 2010

Tipo de Droga	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Por grama</b>										
Heroína	43,78 €	46,80 €	46,54 €	41,01 €	42,17 €	37,57 €	33,25 €	36,62 €	35,32 €	
Cocaína	38,57 €	41,40 €	42,23 €	45,11 €	45,73 €	44,65 €	45,56 €	47,44 €	46,00 €	
Haxixe	2,45 €	2,49 €	2,31 €	2,13 €	2,18 €	3,45 €	3,28 €	2,99 €	3,59 €	
Liamba	2,62 €	4,00 €	2,66 €	3,67 €	2,15 €	4,70 €	5,09 €	6,22 €	— <sup>a)</sup>	
<b>Por comprimido</b>										
Ecstasy	5,90 €	5,27 €	4,50 €	3,56 €	3,18 €	3,20 €	2,80 €	— <sup>a)</sup>	3,68 €	

\* Os preços referem-se apenas ao mercado de tráfico e de tráfico-consumo.

a) Não existem dados suficientes para se proceder ao cálculo do preço médio.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 86 - Droga Apreendida, por País de Proveniência e Destino**

2010

Tipo de Droga/ /Destino	Heroína <sup>a)</sup> (gramas)			Cocaína <sup>a)</sup> (gramas)			Haxixe <sup>a) b)</sup> (gramas)			Liamba <sup>a)</sup> (gramas)			Ecstasy <sup>c)</sup> (comprimidos)		
	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.
<b>2009</b>	128 073			2 697 083			22 965 577			5 044 569			8 987		
<b>Total</b>	<b>46 947</b>			<b>3 244 350</b>			<b>34 773 666</b>			<b>40 079</b>			<b>48 370</b>		
<b>2010</b>	<b>7 613</b>	<b>..</b>	<b>39 334</b>	<b>2 573 777</b>	<b>593 112</b>	<b>77 461</b>	<b>5 584 837</b>	<b>9 926 330</b>	<b>19 262 499</b>	<b>1 400</b>	<b>18</b>	<b>38 661</b>	<b>6 141</b>	<b>30 690</b>	<b>11 539</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7 613</b>	<b>..</b>	<b>39 334</b>	<b>2 573 777</b>	<b>593 112</b>	<b>77 461</b>	<b>5 584 837</b>	<b>9 926 330</b>	<b>19 262 499</b>	<b>1 400</b>	<b>18</b>	<b>38 661</b>	<b>6 141</b>	<b>30 690</b>	<b>11 539</b>
Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..
Argentina	..	..	..	3 653	2 390	..	1 600	..	..	50	..	..	5	..	..
Bolívia	..	..	..	..	4 400	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Brasil	..	..	..	2 140 869	175 527	..	26	..	..	..	..	..	..	..	..
Cabo Verde	..	..	..	2 115	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Colômbia	..	..	..	..	375 000	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Equador	..	..	..	3 930	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Espanha	812	..	..	5 221	3	..	103 309	62	..	1 083	..	..	1 044	..	..
Guiné Bissau	..	..	..	11 414	14 833	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Holanda	6 801	..	..	59	..	..	12	102	..	248	..	..	5 092	30 690	..
Índia	..	..	..	..	..	..	214	..	..	..	..	..	..	..	..
Marrocos	..	..	..	..	..	..	5 479 676	9 925 884	..	..	..	..	..	..	..
México	..	..	..	2 785	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Paraguai	..	..	..	876	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Peru	..	..	..	5 978	7 458	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Portugal	..	..	..	..	..	..	..	282	..	..	18	..	..	..	..
República Dominicana	..	..	..	17 618	6 300	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Senegal	..	..	..	788	4 745	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Suíça	..	..	..	..	..	..	..	..	..	17	..	..	..	..	..
Venezuela	..	..	..	378 471	2 124	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desconhecido	..	..	39 334	..	332	77 461	..	..	19 262 499	..	..	38 661	..	..	11 539

a) Considerados os valores iguais ou superiores a 0,5 g.

b) Os dados relativos ao Haxixe incluem a resina e o pólen de Cannabis.

c) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

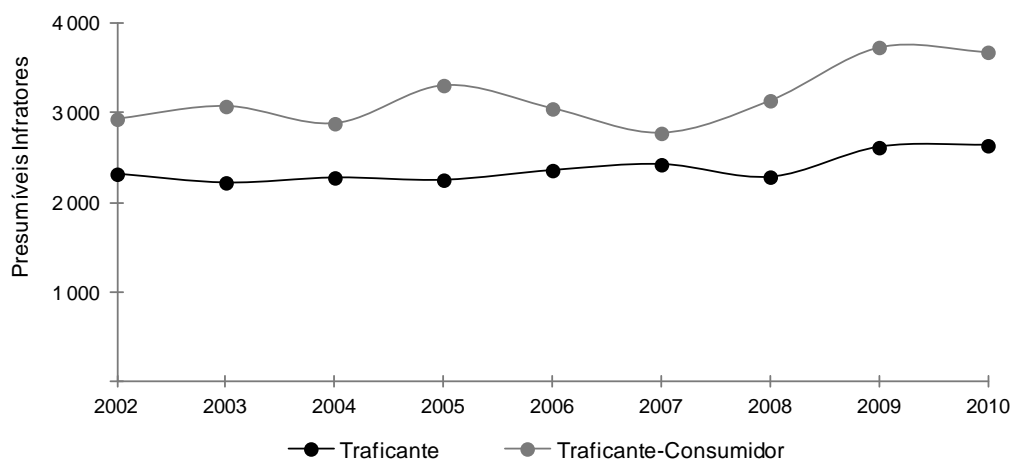
Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 87 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Género**  
2002 - 2010

Situação Face à Droga/Género	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>5 255</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>	
Masculino	4 457	4 647	4 462	4 904	4 776	4 564	4 891	5 712	5 697	
Feminino	798	671	697	661	649	638	533	636	623	
Desconhecido	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
<b>Traficante</b>	<b>2 318</b>	<b>2 222</b>	<b>2 277</b>	<b>2 252</b>	<b>2 359</b>	<b>2 424</b>	<b>2 286</b>	<b>2 615</b>	<b>2 636</b>	
Masculino	1 803	1 780	1 783	1 851	1 902	1 988	1 922	2 225	2 233	
Feminino	515	442	494	401	457	436	364	390	403	
Desconhecido	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
<b>Traf.-Cons.</b>	<b>2 932</b>	<b>3 074</b>	<b>2 882</b>	<b>3 308</b>	<b>3 047</b>	<b>2 774</b>	<b>3 138</b>	<b>3 733</b>	<b>3 679</b>	
Masculino	2 650	2 850	2 679	3 050	2 857	2 576	2 969	3 487	3 461	
Feminino	282	224	203	258	190	198	169	246	218	
Desconhecido	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
<b>Desconhecido</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	
Masculino	4	17	..	3	17	..	..	..	3	
Feminino	1	5	..	2	2	4	..	..	2	
Desconhecido	..	..	..	..	..	..	..	..	..	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

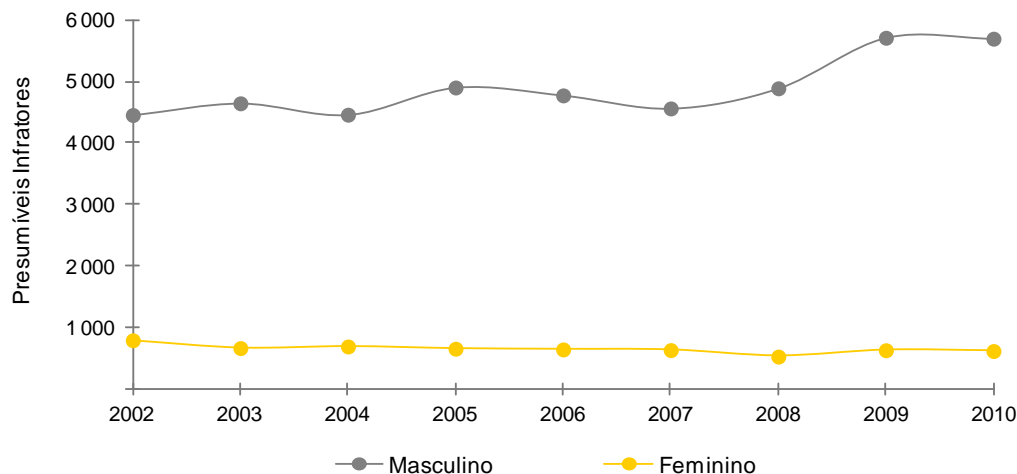
**Figura 34 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga**



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no SIIC e passou a constar num registo central de processos de contraordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

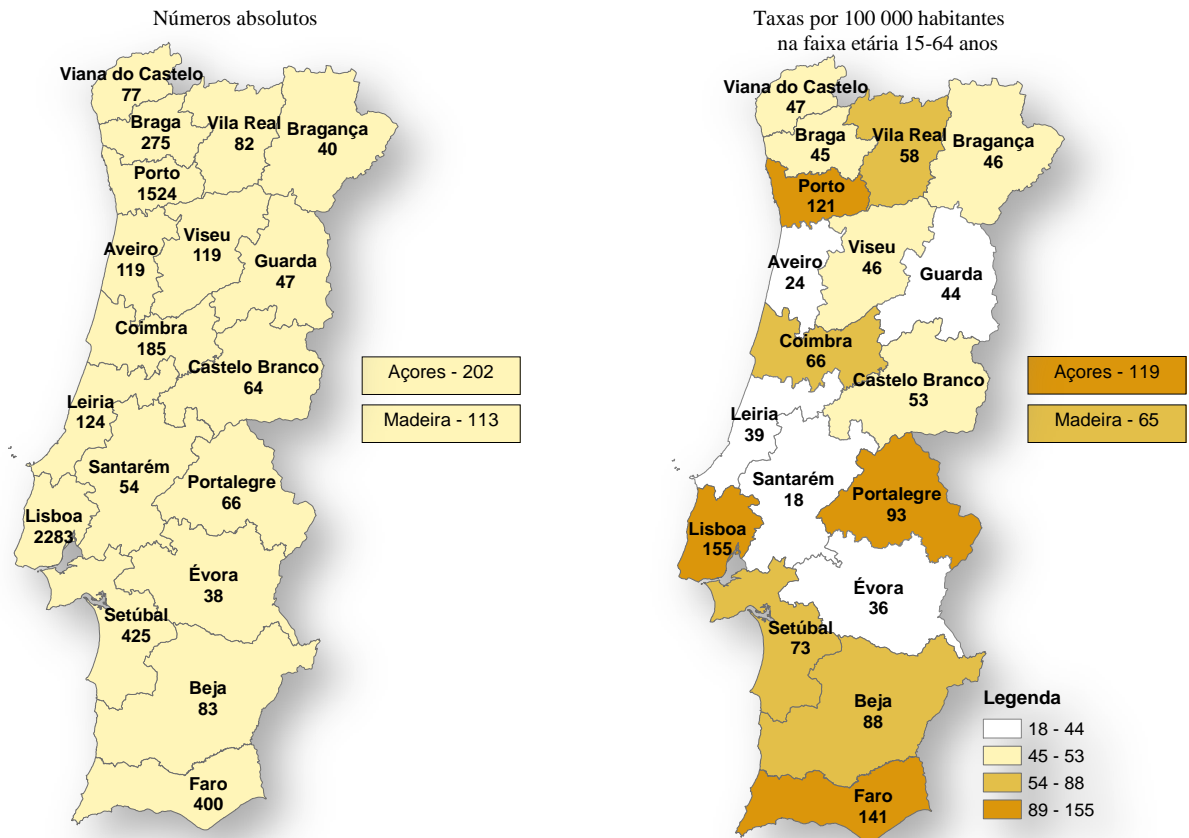
Fonte: Quadro 87

**Figura 35 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Género**



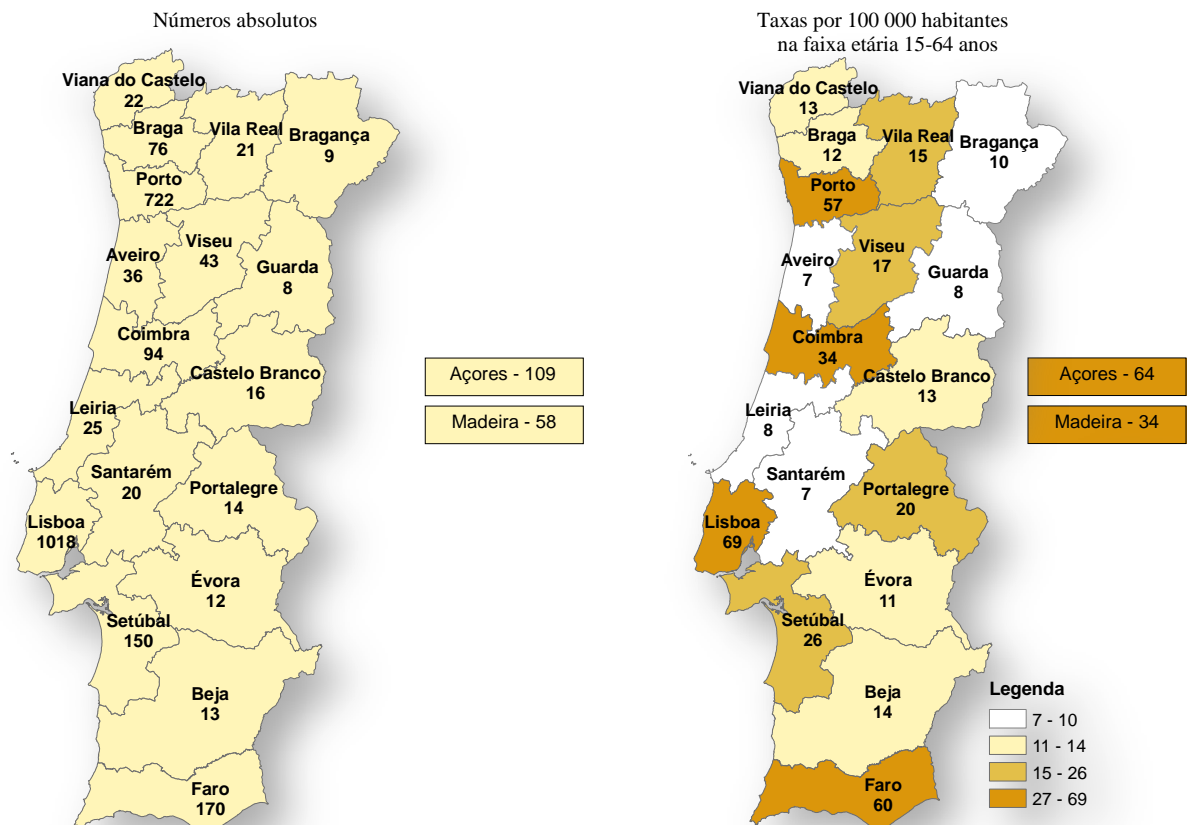
Fonte: Quadro 87

**Figura 36 - Total de Presumíveis Infratores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração**  
2010



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

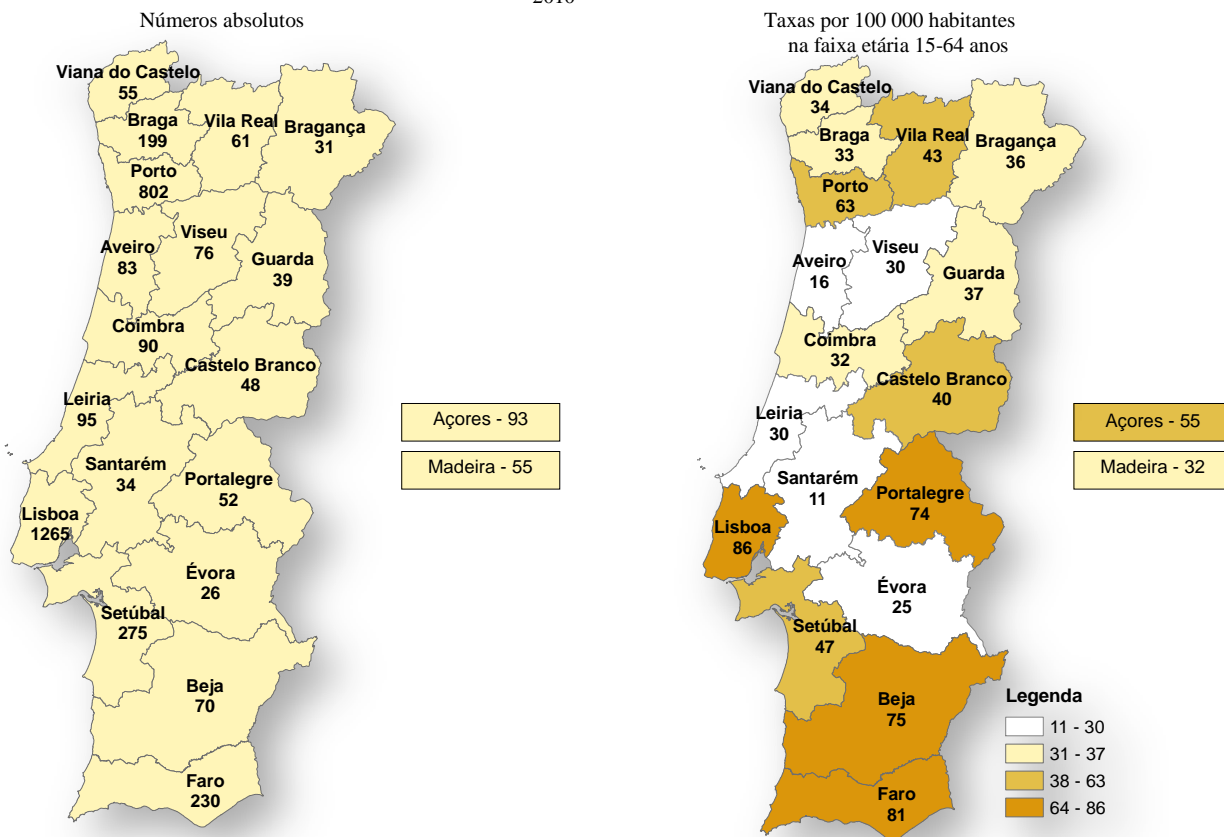
**Figura 37 - Presumíveis Traficantes, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração**  
2010



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 38 - Presumíveis Traficantes-Consumidores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração**

2010



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 88** - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração 2010

Distrito - Ilha / Concelho	Situação Face à Droga			
	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Total</b>	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
<b>Aveiro (Distrito)</b>	<b>119</b>	<b>36</b>	<b>83</b>	<b>..</b>
Águeda	7	2	5	..
Anadia	3	..	3	..
Aveiro	38	9	29	..
Castelo de Paiva	3	..	3	..
Espinho	2	1	1	..
Estarreja	9	1	8	..
Ílhavo	7	4	3	..
Mealhada	5	..	5	..
Oliveira de Azeméis	7	4	3	..
Oliveira do Bairro	2	1	1	..
Ovar	6	2	4	..
Santa Maria da Feira	16	9	7	..
São João da Madeira	5	..	5	..
Sever do Vouga	3	3	..	..
Vagos	4	..	4	..
Vale de Cambra	2	..	2	..
<b>Beja (Distrito)</b>	<b>83</b>	<b>13</b>	<b>70</b>	<b>..</b>
Aljustrel	2	1	1	..
Almodôvar	1	..	1	..
Alvito	1	..	1	..
Beja	13	5	8	..
Castro Verde	3	1	2	..
Cuba	5	3	2	..
Ferreira do Alentejo	1	..	1	..
Mértola	4	1	3	..
Moura	1	..	1	..
Odemira	39	1	38	..
Ourique	5	..	5	..
Serpa	2	..	2	..
Vidigueira	6	1	5	..
<b>Braga (Distrito)</b>	<b>275</b>	<b>76</b>	<b>199</b>	<b>..</b>
Amares	8	4	4	..
Barcelos	16	4	12	..
Braga	65	36	29	..
Celorico de Basto	2	..	2	..
Esposende	6	..	6	..
Fafe	29	7	22	..
Guimarães	63	8	55	..
Póvoa de Lanhoso	5	..	5	..
Terras de Bouro	4	..	4	..
Vieira do Minho	4	1	3	..
Vila Nova de Famalicão	63	14	49	..
Vila Verde	2	..	2	..
Vizela	8	2	6	..
<b>Bragança (Distrito)</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>31</b>	<b>..</b>
Bragança	23	7	16	..
Carrazeda de Ansiães	3	..	3	..
Macedo de Cavaleiros	2	1	1	..
Miranda do Douro	1	..	1	..
Mirandela	5	1	4	..
Mogadouro	4	..	4	..
Torre de Moncorvo	1	..	1	..
Vimioso	1	..	1	..
<b>Castelo Branco (Distrito)</b>	<b>64</b>	<b>16</b>	<b>48</b>	<b>..</b>
Belmonte	1	..	1	..
Castelo Branco	26	8	18	..
Covilhã	13	3	10	..
Fundão	12	4	8	..
Idanha-a-Nova	9	1	8	..
Oleiros	1	..	1	..
Penamacor	1	..	1	..
Proença-a-Nova	1	..	1	..

Continua ►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Distrito - Ilha / Concelho</b>				
<b>Coimbra (Distrito)</b>	<b>185</b>	<b>94</b>	<b>90</b>	<b>1</b>
Arganil	8	7	1	..
Cantanhede	8	4	4	..
Coimbra	98	60	38	..
Condeixa-a-Nova	2	1	1	..
Figueira da Foz	27	10	16	1
Góis	2	..	2	..
Lousã	13	8	5	..
Mira	17	2	15	..
Miranda do Corvo	1	..	1	..
Montemor-o-Velho	4	2	2	..
Oliveira do Hospital	4	..	4	..
Soure	1	..	1	..
<b>Évora (Distrito)</b>	<b>38</b>	<b>12</b>	<b>26</b>	<b>..</b>
Arraiolos	2	..	2	..
Estremoz	6	5	1	..
Évora	11	4	7	..
Portel	2	..	2	..
Redondo	6	3	3	..
Vendas Novas	2	..	2	..
Viana do Alentejo	1	..	1	..
Vila Viçosa	8	..	8	..
<b>Faro (Distrito)</b>	<b>400</b>	<b>170</b>	<b>230</b>	<b>..</b>
Albufeira	80	24	56	..
Aljezur	14	5	9	..
Castero Marim	19	9	10	..
Faro	24	5	19	..
Lagoa	11	1	10	..
Lagos	46	32	14	..
Loulé	60	21	39	..
Monchique	6	..	6	..
Olhão da Restauração	29	15	14	..
Portimão	54	34	20	..
São Brás de Alportel	1	..	1	..
Silves	25	5	20	..
Tavira	4	1	3	..
Vila do Bispo	19	14	5	..
Vila Real de Santo António	8	4	4	..
<b>Guarda (Distrito)</b>	<b>47</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>..</b>
Celorico da Beira	1	..	1	..
Figueira de Castelo Rodrigo	1	..	1	..
Gouveia	9	..	9	..
Guarda	24	6	18	..
Manteigas	2	..	2	..
Seia	4	2	2	..
Trancoso	3	..	3	..
Vila Nova de Foz Côa	3	..	3	..
<b>Leiria (Distrito)</b>	<b>124</b>	<b>25</b>	<b>95</b>	<b>4</b>
Alcobaça	11	2	9	..
Alvaiázere	1	..	1	..
Ansião	1	..	1	..
Batalha	7	1	6	..
Bombarral	7	1	6	..
Caldas da Rainha	4	..	4	..
Leiria	26	3	23	..
Marinha Grande	43	13	26	4
Nazaré	1	1	..	..
Óbidos	1	..	1	..
Peniche	8	2	6	..
Pombal	5	1	4	..
Porto de Mós	9	1	8	..
<b>Lisboa (Distrito)</b>	<b>2 283</b>	<b>1 018</b>	<b>1 265</b>	<b>..</b>
Alenquer	6	..	6	..
Amadora	253	101	152	..
Arruda dos Vinhos	1	..	1	..
Azambuja	48	25	23	..
Cascais	153	45	108	..
Lisboa	1 207	700	507	..

Continua ►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Distrito - Ilha / Concelho</b>				
Loures	93	17	76	..
Lourinhã	4	1	3	..
Mafra	27	3	24	..
Odivelas	66	14	52	..
Oeiras	164	23	141	..
Sintra	201	69	132	..
Torres Vedras	28	12	16	..
Vila Franca de Xira	32	8	24	..
<b>Portalegre (Distrito)</b>	<b>66</b>	<b>14</b>	<b>52</b>	<b>..</b>
Campo Maior	1	..	1	..
Evas	47	10	37	..
Fronteira	7	..	7	..
Nisa	3	1	2	..
Ponte de Sor	1	..	1	..
Portalegre	6	3	3	..
Sousel	1	..	1	..
<b>Porto (Distrito)</b>	<b>1 524</b>	<b>722</b>	<b>802</b>	<b>..</b>
Amarante	25	6	19	..
Baião	6	2	4	..
Felgueiras	32	16	16	..
Gondomar	40	16	24	..
Lousada	4	3	1	..
Maia	62	37	25	..
Marco de Canaveses	14	2	12	..
Matosinhos	202	54	148	..
Paços de Ferreira	41	19	22	..
Paredes	14	6	8	..
Penafiel	14	5	9	..
Porto	854	462	392	..
Póvoa de Varzim	18	9	9	..
Santo Tirso	11	2	9	..
Trofa	9	2	7	..
Valongo	15	3	12	..
Vila do Conde	67	30	37	..
Vila Nova de Gaia	96	48	48	..
<b>Santarém (Distrito)</b>	<b>54</b>	<b>20</b>	<b>34</b>	<b>..</b>
Abrantes	2	1	1	..
Alcanena	2	1	1	..
Almeirim	8	7	1	..
Benavente	8	3	5	..
Chamusca	1	..	1	..
Coruche	1	..	1	..
Entroncamento	6	..	6	..
Ourém	2	1	1	..
Rio Maior	2	..	2	..
Salvaterra de Magos	7	..	7	..
Santarém	4	2	2	..
Tomar	6	3	3	..
Torres Novas	5	2	3	..
<b>Setúbal (Distrito)</b>	<b>425</b>	<b>150</b>	<b>275</b>	<b>..</b>
Alcácer do Sal	2	..	2	..
Alcochete	2	..	2	..
Almada	41	24	17	..
Barreiro	41	18	23	..
Grândola	26	10	16	..
Moita	22	10	12	..
Montijo	26	5	21	..
Palmela	29	11	18	..
Santiago do Cacém	16	1	15	..
Seixal	63	20	43	..
Sesimbra	24	1	23	..
Setúbal	90	35	55	..
Sines	43	15	28	..

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Distrito - Ilha / Concelho</b>				
<b>Viana do Castelo (Distrito)</b>	<b>77</b>	<b>22</b>	<b>55</b>	<b>..</b>
Arcos de Valdevez	10	..	10	..
Caminha	3	3	..	..
Monção	2	1	1	..
Ponte da Barca	7	4	3	..
Ponte de Lima	11	1	10	..
Valença	5	1	4	..
Viana do Castelo	33	8	25	..
Vila Nova de Cerveira	6	4	2	..
<b>Vila Real (Distrito)</b>	<b>82</b>	<b>21</b>	<b>61</b>	<b>..</b>
Alijó	13	2	11	..
Chaves	21	9	12	..
Peso da Régua	5	3	2	..
Sabrosa	2	..	2	..
Valpaços	8	1	7	..
Vila Pouca de Aguiar	2	2	..	..
Vila Real	31	4	27	..
<b>Viseu (Distrito)</b>	<b>119</b>	<b>43</b>	<b>76</b>	<b>..</b>
Armamar	3	3	..	..
Carregal do Sal	9	..	9	..
Cinfães	4	..	4	..
Lamego	11	3	8	..
Mangualde	3	1	2	..
Moimenta da Beira	2	..	2	..
Nelas	2	1	1	..
Oliveira de Frades	1	..	1	..
Penedono	1	..	1	..
Santa Comba Dão	3	..	3	..
São Pedro do Sul	6	2	4	..
Sátão	5	4	1	..
Sernancelhe	1	..	1	..
Tabuaço	1	..	1	..
Tondela	4	2	2	..
Viseu	52	25	27	..
Vouzela	11	2	9	..
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>113</b>	<b>58</b>	<b>55</b>	<b>..</b>
Calheta	2	..	2	..
Câmara de Lobos	14	3	11	..
Funchal	58	33	25	..
Machico	7	3	4	..
Porto Moniz	1	1	..	..
Santa Cruz	26	17	9	..
Santana	5	1	4	..
<b>Ilha de Santa Maria</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>..</b>
Vila do Porto	3	1	2	..
<b>Ilha de São Miguel</b>	<b>133</b>	<b>86</b>	<b>47</b>	<b>..</b>
Lagoa	9	3	6	..
Ponta Delgada	99	74	25	..
Povoação	7	6	1	..
Ribeira Grande	16	3	13	..
Vila Franca do Campo	2	..	2	..
<b>Ilha Terceira</b>	<b>38</b>	<b>14</b>	<b>24</b>	<b>..</b>
Angra do Heroísmo	25	10	15	..
Vila da Praia da Vitória	13	4	9	..
<b>Ilha de São Jorge</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Calheta	3	3	..	..
<b>Ilha do Pico</b>	<b>12</b>	<b>..</b>	<b>12</b>	<b>..</b>
Lages do Pico	4	..	4	..
Madalena	4	..	4	..
São Roque do Pico	4	..	4	..
<b>Ilha do Faial</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>..</b>
Horta	10	5	5	..
<b>Ilha das Flores</b>	<b>3</b>	<b>..</b>	<b>3</b>	<b>..</b>
Lages das Flores	1	..	1	..
Santa Cruz das Flores	2	..	2	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 89** - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga  
2010

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecida
Tipo de Droga					
Total	2009	6 348	2 615	3 733	..
	2010	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
Heroína		655	303	352	..
Cocaína		700	529	171	..
Cannabis		3 033	736	2 297	..
Ecstasy		9	..	9	..
Outro		16	4	12	..
Polidrogas		1 759	976	783	..
Desconhecido		148	88	55	5

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 90** - Presumíveis Infratores Identificados na Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas\*  
2010

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Drogas Envolvidas				
Total	2009	1 590	961	629
	2010	<b>1 759</b>	<b>976</b>	<b>783</b>
Heroína + Cocaína		931	538	393
Heroína + Cannabis		132	60	72
Cocaína + Cannabis		253	132	121
Ecstasy + Cannabis		48	26	22
Heroína + Cocaína + Cannabis		218	145	73
Outras		177	75	102

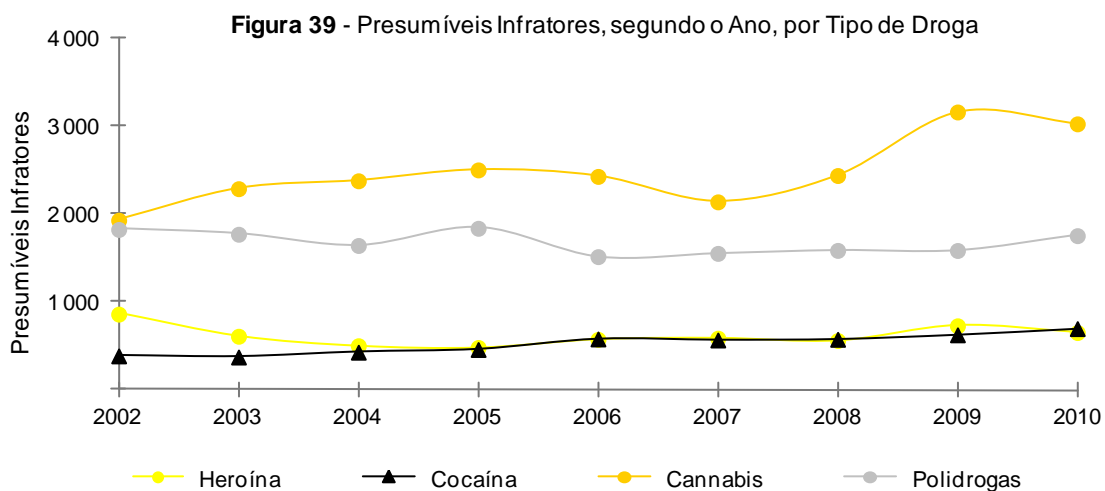
\* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 91 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Tipo de Droga**  
2002 - 2010

Tipo de Droga	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>5 255</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>	
Heroína	865	613	505	485	577	591	564	732	655	
Cocaína	389	376	431	462	582	570	578	629	700	
Cannabis	1 935	2 294	2 384	2 508	2 434	2 144	2 444	3 168	3 033	
Ecstasy	36	48	51	45	35	21	14	9	9	
Outro	23	22	17	27	25	28	31	24	16	
Polidrogas	1 830	1 775	1 647	1 843	1 520	1 557	1 591	1 590	1 759	
Desconhecido	177	190	124	195	252	291	202	196	148	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 91

**Quadro 92 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Etário**  
2010

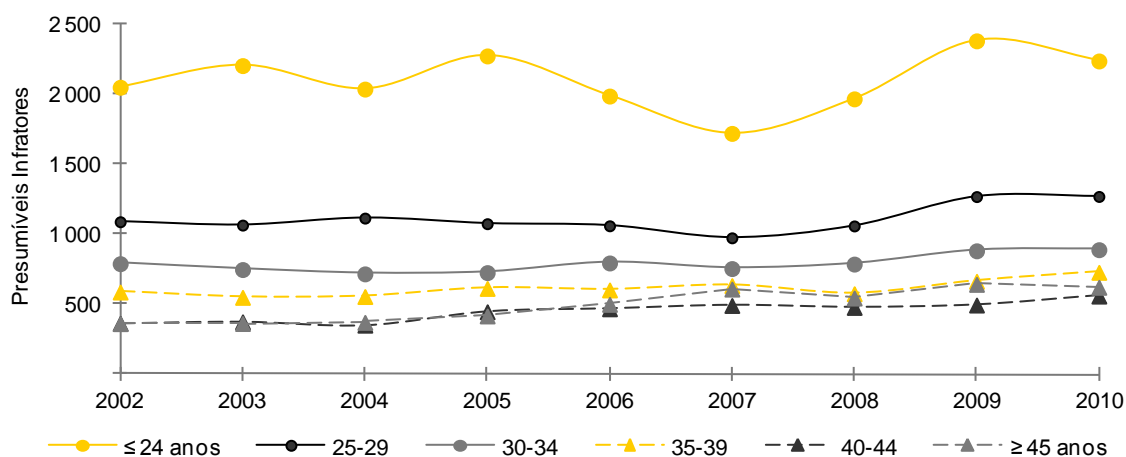
Grupo Etário	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Total	2009	6 348	2 615	3 733	..
	2010	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
≤ 19 anos		<b>651</b>	195	456	..
20-24 anos		<b>1 591</b>	559	1032	..
25-29 anos		<b>1 273</b>	518	754	1
30-34 anos		<b>892</b>	431	461	..
35-39 anos		<b>730</b>	331	395	4
40-44 anos		<b>560</b>	253	307	..
≥ 45 anos		<b>623</b>	349	274	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 93 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Grupo Etário**  
2002 - 2010

Grupo Etário	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	<b>5 255</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>
≤ 19 anos	713	683	602	685	607	488	563	698	651
20-24 anos	1 341	1 526	1 439	1 593	1 384	1 236	1 408	1 688	1 591
25-29 anos	1 092	1 068	1 118	1 078	1 063	977	1 062	1 272	1 273
30-34 anos	792	750	719	728	797	757	789	884	892
35-39 anos	589	551	557	615	604	635	577	666	730
40-44 anos	365	376	352	448	469	493	479	496	560
≥ 45 anos	363	364	372	418	501	610	546	644	623
Desconhecido	..	..	..	..	..	6	..	..	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 40 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Grupo Etário**

Fonte: Quadro 93

**Quadro 94 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade**  
2010

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Total</b>	<b>2009</b>	6 348	2 615	3 733	..
	<b>2010</b>	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
<b>Europa</b>		<b>5 525</b>	2 127	3 393	5
<b>União Europeia</b>		<b>5 509</b>	2 121	3 383	5
Alemanha		18	9	9	..
Espanha		80	62	18	..
França		11	5	6	..
Holanda		13	11	2	..
Portugal		5 319	1 987	3 327	5
Reino Unido		19	10	9	..
Outros da UE		49	37	12	..
<b>Outros da Europa</b>		<b>16</b>	6	10	..
Ucrânia		7	2	5	..
Outros		9	4	5	..
<b>África</b>		<b>632</b>	415	217	..
Angola		79	28	51	..
Cabo Verde		337	231	106	..
Guiné-Bissau		143	97	46	..
Moçambique		4	1	3	..
São Tomé e Príncipe		9	7	2	..
Outros		60	51	9	..
<b>América</b>		<b>156</b>	92	64	..
Bolívia		1	1	..	..
Brasil		128	68	60	..
Colômbia		1	1	..	..
Venezuela		12	11	1	..
Outros		14	11	3	..
<b>Ásia</b>		<b>7</b>	2	5	..
<b>Oceânia</b>		<b>..</b>	..	..	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 95 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por País da Nacionalidade**  
2002 - 2010

País da Nacionalidade	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>5 255</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>	
<b>Europa</b>	<b>4 595</b>	<b>4 572</b>	<b>4 462</b>	<b>4 771</b>	<b>4 608</b>	<b>4 434</b>	<b>4 608</b>	<b>5 516</b>	<b>5 525</b>	
<b>União Europeia</b>	<b>4 576</b>	<b>4 559</b>	<b>4 427</b>	<b>4 696</b>	<b>4 588</b>	<b>4 415</b>	<b>4 575</b>	<b>5 496</b>	<b>5 509</b>	
Alemanha	15	8	23	17	20	19	18	20	18	
Espanha	76	80	57	44	77	74	68	83	80	
França	10	10	19	16	10	13	11	28	11	
Holanda	13	9	15	43	30	20	9	13	13	
Portugal	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423	5 276	5 319	
Reino Unido	8	2	9	16	17	28	11	19	19	
Outros da UE	12	19	23	35	22	36	35	57	49	
<b>Outros da Europa</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>35</b>	<b>75</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	
Ucrânia	4	7	11	33	15	8	20	9	7	
Outros	15	6	24	42	5	11	13	11	9	
<b>África</b>	<b>560</b>	<b>619</b>	<b>551</b>	<b>633</b>	<b>628</b>	<b>605</b>	<b>679</b>	<b>684</b>	<b>632</b>	
Angola	57	66	70	76	116	66	66	71	79	
Cabo Verde	401	443	372	414	357	370	415	367	337	
Guiné-Bissau	56	58	42	77	78	106	135	180	143	
Moçambique	4	14	12	13	12	4	3	5	4	
São Tomé e Príncipe	16	14	16	16	22	13	11	15	9	
Outros	26	24	39	37	43	46	49	46	60	
<b>América</b>	<b>95</b>	<b>116</b>	<b>139</b>	<b>152</b>	<b>171</b>	<b>152</b>	<b>127</b>	<b>138</b>	<b>156</b>	
Bolívia	5	5	4	12	7	2	3	4	1	
Brasil	68	49	41	59	81	71	90	107	128	
Colômbia	6	5	13	11	10	8	11	7	1	
Venezuela	8	28	68	56	52	49	14	9	12	
Outros	8	29	13	14	21	22	9	11	14	
<b>Ásia</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	
<b>Oceânia</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>..</b>	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 96 - Presumíveis Infratores Nacionais e Estrangeiros, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga**  
2010

S.Face à Droga/ /Nac.	Total			Traficante		Traficante-Consumidor		Desc.
	Total	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.
<b>2009</b>	<b>6 348</b>	<b>5 276</b>	<b>1 072</b>	<b>1 924</b>	<b>691</b>	<b>3 352</b>	<b>381</b>	<b>..</b>
<b>Total</b>	<b>6 320</b>	<b>5 319</b>	<b>1 001</b>	<b>1 987</b>	<b>649</b>	<b>3 327</b>	<b>352</b>	<b>5</b>
Heroína	655	579	76	249	54	330	22	..
Cocaína	700	388	312	253	276	135	36	..
Cannabis	3 033	2 677	356	607	129	2 070	227	..
Ecstasy	9	8	1	..	..	8	1	..
Outro	16	15	1	3	1	12	..	..
Polidrogas	1 759	1 535	224	805	171	730	53	..
Desconhecido	148	117	31	70	18	42	13	5

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 97 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Nacionalidade**  
2002 - 2010

Situação Face à Droga/Nacionalidade	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>5 255</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>	
Nacional	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423	5 276	5 319	
Estrangeiro	813	887	878	1 040	1 013	977	1 001	1 072	1 001	
<b>Traficante</b>	<b>2 318</b>	<b>2 222</b>	<b>2 277</b>	<b>2 252</b>	<b>2 359</b>	<b>2 424</b>	<b>2 286</b>	<b>2 615</b>	<b>2 636</b>	
Nacional	1 744	1 578	1 634	1 508	1 641	1 715	1 570	1 924	1 987	
Estrangeiro	574	644	643	744	718	709	716	691	649	
<b>Traficante-Consumidor</b>	<b>2 932</b>	<b>3 074</b>	<b>2 882</b>	<b>3 308</b>	<b>3 047</b>	<b>2 774</b>	<b>3 138</b>	<b>3 733</b>	<b>3 679</b>	
Nacional	2 698	2 845	2 647	3 014	2 766	2 507	2 853	3 352	3 327	
Estrangeiro	234	229	235	294	281	267	285	381	352	
<b>Desconhecida</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>5</b>	
Nacional	..	8	..	3	5	3	..	..	5	
Estrangeiro	5	14	..	2	14	1	..	..	..	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 98 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil**  
2010

Estado Civil	Situação Face à Droga	2010			
		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
<b>Total</b>	<b>2009</b>	6 348	2 615	3 733	..
	<b>2010</b>	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
Solteiro		5 252	2 032	3 218	2
Casado/União de Facto		637	388	248	1
Divorciado/Separado		355	166	187	2
Viúvo		23	18	5	..
Desconhecido		53	32	21	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 99 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Estado Civil**  
2003 - 2010

Estado Civil	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>	
Solteiro	4 373	4 268	4 597	4 416	4 160	4 462	5 303	5 252	
Casado/União de Facto	652	634	633	705	710	578	647	637	
Divorciado/Separado	225	216	286	259	269	301	326	355	
Viúvo	45	25	28	27	28	32	23	23	
Desconhecido	23	16	21	18	35	51	49	53	

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 100 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino**  
2010

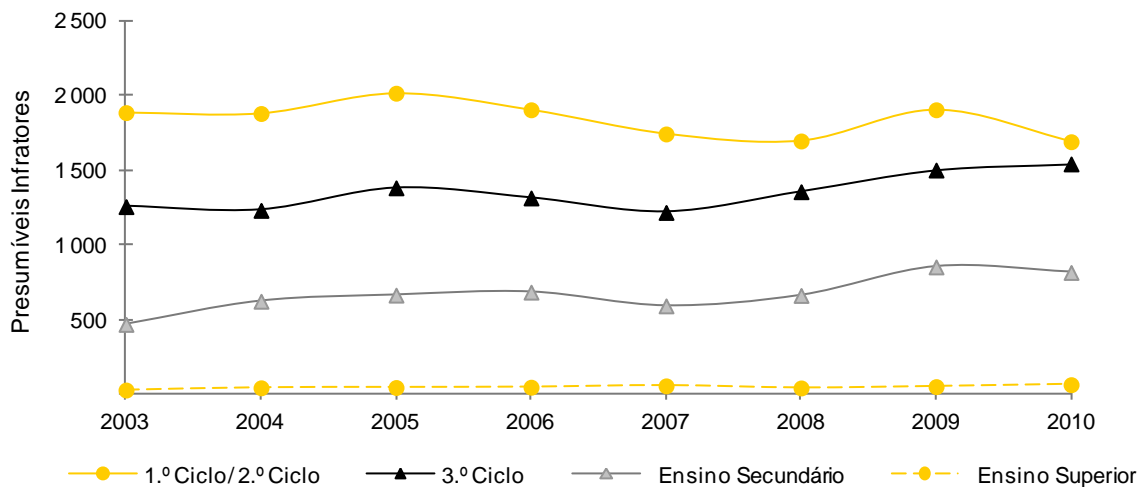
Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido
Nível de Ensino					
<b>Total</b>	<b>2009</b>	6 348	2 615	3 733	..
	<b>2010</b>	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
Sem Nível de Ensino		40	25	15	..
Ensino Básico/1.º Ciclo		652	336	316	..
Ensino Básico/2.º Ciclo		1 042	445	597	..
Ensino Básico/3.º Ciclo		1 545	592	953	..
Ensino Secundário		818	263	555	..
Ensino Superior		66	28	38	..
Desconhecido		2 157	947	1 205	5

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 101 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Nível de Ensino**  
2003 - 2010

Ano		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nível de Ensino									
<b>Total</b>		<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>
Sem Nível de Ensino		54	77	75	55	56	44	36	40
Ensino Básico/1.º Ciclo		927	898	949	931	818	718	772	652
Ensino Básico/2.º Ciclo		962	985	1 070	977	928	981	1 136	1 042
Ensino Básico/3.º Ciclo		1 259	1 234	1 385	1 317	1 220	1 359	1 504	1 545
Ensino Secundário		470	625	666	686	594	664	855	818
Ensino Superior		30	45	47	49	58	44	53	66
Desconhecido		1 616	1 295	1 373	1 410	1 528	1 614	1 992	2 157

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 41 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Nível de Ensino**

Fonte: Quadro 101

**Quadro 102 - Presumíveis Infratores, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional**  
2010

Situação Profissional	Situação Face à Droga				
	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desconhecido	
<b>Total</b>	<b>2009</b>	6 348	2 615	3 733	..
	<b>2010</b>	<b>6 320</b>	<b>2 636</b>	<b>3 679</b>	<b>5</b>
Empregado	1 669	593	1 072	4	
Desempregado	3 207	1 496	1 710	1	
Estudante	503	124	379	..	
Outra Situação <sup>a)</sup>	79	41	38	..	
Desconhecido	862	382	480	..	

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

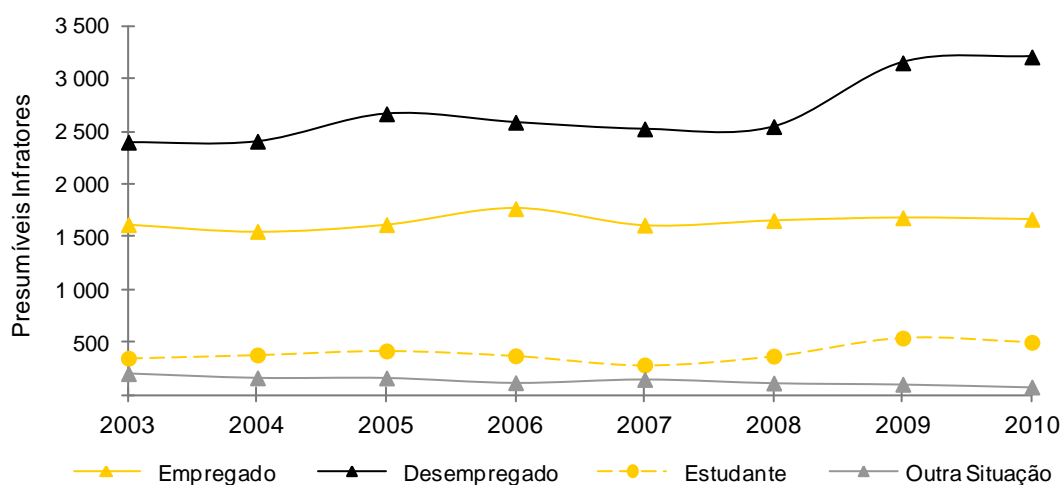
**Quadro 103 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Profissional**  
2003 - 2010

Situação Profissional	Ano							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Total</b>	<b>5 318</b>	<b>5 159</b>	<b>5 565</b>	<b>5 425</b>	<b>5 202</b>	<b>5 424</b>	<b>6 348</b>	<b>6 320</b>
Empregado	1 618	1 554	1 618	1 769	1 613	1 657	1 683	1 669
Desempregado	2 399	2 408	2 668	2 588	2 525	2 547	3 151	3 207
Estudante	352	383	421	375	288	372	543	503
Outra Situação <sup>a)</sup>	206	166	165	120	151	117	105	79
Desconhecido	743	648	693	573	625	731	866	862

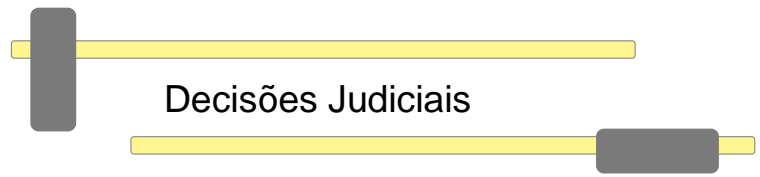
a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 42 - Presumíveis Infratores, segundo o Ano, por Situação Profissional**



Fonte: Quadro 103





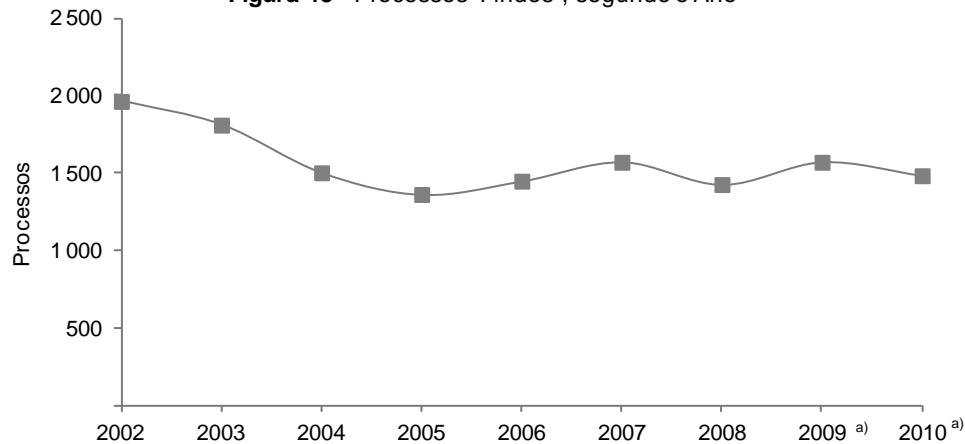
**Quadro 104 - Processos “Findos” ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano**  
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>1 963</b>	<b>1 810</b>	<b>1 502</b>	<b>1 362</b>	<b>1 448</b>	<b>1 570</b>	<b>1 426</b>	<b>1 570</b>	<b>1 483</b>

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, “... não só “quanto ao cultivo” como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias”.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 43 - Processos “Findos”, segundo o Ano**

a) Ver nota a) do Quadro 104.

Fonte: Quadro 104

**Quadro 105 - Processos “Findos” ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tribunal**  
2002 - 2010

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Abrantes	7	3	6	4	1	..	..	..	..	
Águeda	2	1	3	1	3	2	2	..	..	
Albergaria-a-Velha	7	3	2	2	3	3	1	..	..	
Albufeira	17	25	15	20	16	14	9	6	4	
Alcácer do Sal	3	5	..	..	..	..	2	..	..	
Alcanena	3	1	1	..	..	..	1	..	..	
Alcobaça	7	5	1	2	7	15	9	6	4	
Alenquer	4	4	1	1	1	..	2	1	1	
Alfândega da Fé	..	..	1	..	..	..	..	..	..	
Alijó	4	1	1	1	1	..	..	2	..	
Almada	21	19	8	7	18	23	23	30	26	
Almeida	..	1	..	2	2	..	2	2	..	
Almeirim	2	6	..	3	..	..	1	..	..	
Almodôvar	1	..	..	..	2	3	..	1	4	
Amarante	5	6	5	1	2	3	2	4	5	
Amares	1	..	..	..	..	..	1	1	7	
Anadia	3	3	1	6	3	3	4	..	..	
Angra do Heroísmo	1	2	11	8	8	1	4	4	3	
Arcos de Valdevez	..	2	..	..	..	1	..	..	..	
Arganil	..	1	..	2	1	1	1	3	1	
Armamar	1	..	..	..	..	..	..	..	1	
Arouca	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Arraiolos	..	1	1	1	..	..	..	1	..	
Aveiro	17	19	6	14	13	15	13	..	..	
Avis	..	..	..	..	..	..	..	..	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Baião	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Barcelos	35	21	18	13	11	13	8	11	15	
Barreiro	21	16	13	11	10	13	10	10	7	
Beja	8	4	2	1	7	7	8	6	7	
Benavente	2	4	2	..	2	2	4	3	3	
Bombarral	1	..	..	..	..	2	..	..	..	
Braga	34	20	14	18	16	20	8	12	17	
Bragança	8	8	4	6	6	13	5	7	9	
Cabeceiras de Basto	..	..	..	..	..	1	..	1	..	
Cadaval	1	1	1	..	1	2	..	1	..	
Caldas da Rainha	12	8	12	6	4	5	3	1	5	
Caminha	1	2	2	2	1	1	..	1	..	
Cantanhede	2	..	1	1	1	1	2	1	3	
Carraceda de Ansiães	..	1	1	..	..	1	..	..	..	
Cartaxo	19	18	22	12	6	7	3	10	10	
Cascais	53	50	50	36	41	29	37	45	41	
Castelo Branco	15	8	8	4	4	5	4	10	10	
Castelo de Paiva	..	1	..	..	..	..	1	..	1	
Castro Daire	1	..	1	..	..	2	..	..	..	
Celorico da Beira	..	1	2	..	..	..	1	..	..	
Celorico de Basto	1	1	..	..	..	..	..	..	..	
Chaves	5	7	6	2	1	2	4	2	2	
Cinfães	4	2	..	..	2	1	2	..	2	
Coimbra	44	33	32	22	15	23	15	15	25	
Condeixa-a-Nova	2	1	..	..	..	1	..	1	..	
Coruche	1	..	..	2	..	1	4	6	3	
Covilhã	5	2	3	8	5	5	4	2	1	
Cuba	..	..	2	..	..	..	..	2	..	
Évora	4	3	4	11	14	6	7	18	24	
Entroncamento	2	3	4	1	..	3	..	3	..	
Espinho	10	6	4	4	3	7	1	3	3	
Esposende	..	2	6	7	1	7	6	2	1	
Estarreja	4	4	2	1	2	2	1	..	..	
Estremoz	1	..	4	4	3	2	..	..	..	
Évora	9	3	4	1	1	3	6	5	3	
Fafe	5	3	1	2	1	..	1	6	1	
Faro	23	27	12	15	12	15	11	16	15	
Felgueiras	8	5	3	3	2	3	1	..	..	
Ferreira do Alentejo	..	1	..	..	1	3	..	5	..	
Ferreira do Zêzere	..	1	..	1	..	..	..	..	..	
Figueira da Foz	3	3	2	..	3	3	7	8	7	
Figueira de Castelo Rodrigo	..	..	..	..	..	..	..	..	2	
Figueiró dos Vinhos	1	..	..	..	2	..	..	1	1	
Fronteira	1	..	..	1	..	2	..	1	3	
Funchal	25	24	29	15	33	43	21	17	13	
Fundão	2	1	3	1	1	..	1	2	1	
Golegã	..	..	1	..	..	..	..	..	1	
Gondomar	4	12	4	7	8	8	8	14	3	
Gouveia	..	..	..	..	1	..	2	..	1	
Grândola	8	7	4	1	1	5	15	..	..	
Guarda	3	3	5	2	8	3	2	2	1	
Guimarães	32	28	20	20	14	17	9	18	16	
Horta	6	..	4	2	..	1	4	1	..	
Idanha-a-Nova	2	1	2	..	..	..	1	1	3	
Ílhavo	7	..	3	2	7	1	3	..	..	
Lagos	8	8	3	5	7	7	8	8	3	
Lamego	2	3	3	..	..	1	..	..	1	
Leiria	17	19	23	21	13	14	3	16	13	
Lisboa	421	457	376	383	411	488	460	491	429	
Loulé	23	13	9	17	11	15	13	25	34	
Loures	37	27	27	57	55	27	32	52	28	
Lourinhã	..	4	2	3	2	2	2	3	1	
Lousã	2	..	3	5	3	2	..	4	5	
Lousada	4	12	6	4	1	3	2	2	4	

Continua ►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Macedo de Cavaleiros	1	3	1	..	..	..	..	1	2	
Maíra	1	..	1	1	1	1	..	..	..	
Maia	20	21	23	18	17	34	23	21	31	
Mangualde	..	..	3	..	1	4	2	2	..	
Marco de Canavezes	3	2	2	..	2	2	1	1	1	
Marinha Grande	11	13	19	12	12	12	11	8	2	
Matosinhos	61	65	33	37	46	46	19	18	22	
Mealhada	4	..	..	..	2	..	..	1	..	
Melgaço	1	..	..	..	..	1	2	..	..	
Mértola	2	..	..	..	2	1	1	..	1	
Mesão Frio	..	..	..	..	..	..	..	1	..	
Mira	..	1	..	..	..	1	1	1	..	
Miranda do Douro	..	1	3	..	..	..	..	..	..	
Mirandela	13	5	1	4	3	3	..	3	2	
Mogadouro	..	3	..	..	..	..	..	2	..	
Moimenta da Beira	..	..	..	8	1	1	..	3	3	
Moita	11	14	11	7	10	6	10	18	9	
Monção	..	3	1	..	1	2	..	..	..	
Monchique	1	3	..	..	1	..	..	..	1	
Mondim de Basto	..	1	1	..	..	..	1	..	..	
Montalegre	..	1	1	..	..	..	..	..	..	
Montemor-o-Novo	1	2	..	1	1	..	..	3	2	
Montemor-o-Velho	..	1	..	..	..	..	1	..	..	
Montijo	7	9	8	3	8	7	5	3	2	
Moura	..	3	1	1	5	..	..	..	1	
Murça	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Nazaré	1	1	2	3	..	1	..	1	2	
Nelas	1	..	..	1	4	3	3	3	..	
Nisa	..	..	2	2	1	..	1	..	4	
Nordeste	..	..	..	..	2	..	2	2	..	
Odemira	..	2	4	3	..	5	8	1	..	
Oeiras	20	20	13	9	13	19	35	32	20	
Olhão da Restauração	11	14	20	9	13	11	16	17	15	
Oliveira de Azeméis	7	2	2	..	2	2	1	4	3	
Oliveira de Frades	..	..	..	..	1	..	..	..	..	
Oliveira do Bairro	4	1	2	..	..	..	..	..	..	
Oliveira do Hospital	..	1	1	..	..	..	1	1	..	
Ourém	1	2	1	1	..	3	..	..	..	
Ourique	1	3	1	..	2	4	2	2	3	
Ovar	3	8	2	9	8	7	2	..	..	
Paços de Ferreira	10	14	12	14	13	16	11	9	13	
Pampilhosa da Serra	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Paredes	5	6	9	1	2	4	3	2	5	
Paredes de Coura	1	..	1	..	..	..	..	..	..	
Penacova	..	..	..	..	..	2	..	..	..	
Penafiel	2	4	1	2	2	3	4	..	1	
Penamacor	..	1	..	..	2	1	..	..	2	
Penela	1	1	1	1	..	..	..	..	..	
Peniche	3	5	1	2	4	6	1	1	4	
Peso da Régua	7	10	2	3	1	2	6	1	2	
Pinhel	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Pombal	..	1	..	1	1	1	3	4	1	
Ponta Delgada	17	24	19	18	26	18	32	23	11	
Ponta do Sol	1	..	..	..	1	..	1	..	..	
Ponte da Barca	2	..	..	1	1	2	1	..	..	
Ponte de Lima	2	5	2	..	1	1	1	2	1	
Ponte de Sor	2	..	..	..	1	..	..	1	..	
Portalegre	4	5	10	4	3	9	1	4	1	
Portimão	25	26	14	15	20	19	16	12	7	
Porto	176	144	99	107	110	100	122	114	171	
Porto de Mós	4	..	3	3	4	3	4	4	2	
Porto Santo	1	1	..	1	1	..	2	6	..	
Póvoa de Lanhoso	1	..	2	..	..	..	1	2	1	
Póvoa de Varzim	21	3	12	5	9	8	7	17	12	
Povoação	..	..	..	1	..	..	..	1	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Redondo	..	..	..	..	..	..	..	..	1	
Reguengos de Monsaraz	..	..	1	1	..	..	..	..	2	
Ribeira Grande	9	6	1	..	9	16	11	10	20	
Rio Maior	4	1	2	..	1	2	..	..	1	
Sabugal	3	..	1	..	1	..	..	1	..	
Santa Comba Dão	..	..	1	..	3	3	1	3	6	
Santa Cruz	7	10	5	5	14	12	8	4	3	
Santa Cruz da Graciosa	..	..	..	..	..	..	..	1	..	
Santa Cruz das Flores	1	3	..	1	..	1	1	..	1	
Santa Maria da Feira	8	4	2	..	3	..	..	3	4	
Santarém	3	1	2	1	1	7	2	..	..	
Santiago do Cacém	6	9	4	7	9	8	2	1	..	
Santo Tirso	15	10	6	6	3	7	5	7	7	
São João da Madeira	9	6	5	2	1	2	2	1	5	
São João da Pesqueira	..	..	..	..	1	..	..	..	3	
São Pedro do Sul	2	1	1	3	3	4	2	6	..	
São Roque do Pico	2	1	1	..	1	1	..	..	5	
São Vicente	..	..	..	..	..	..	..	..	1	
Sátão	..	..	2	..	..	..	..	1	..	
Seia	2	1	4	2	3	..	2	1	..	
Seixal	18	30	16	8	10	18	16	15	8	
Serpa	2	1	6	..	..	2	1	3	1	
Sertã	1	..	1	2	..	..	2	1	1	
Sesimbra	3	3	5	2	2	6	2	6	3	
Setúbal	68	33	24	33	18	19	33	34	12	
Sever do Vouga	..	..	..	..	..	..	1	..	..	
Silves	14	7	12	7	10	3	7	14	3	
Sintra	54	44	40	34	44	35	32	3	..	
Soure	..	..	..	1	..	..	..	1	..	
Tábua	1	2	..	..	1	..	..	..	..	
Tabuaço	..	..	..	1	2	..	..	..	..	
Tavira	12	4	11	3	5	6	6	..	2	
Tomar	2	5	3	5	3	1	2	..	..	
Tondela	3	..	1	2	1	1	2	..	..	
Torre de Moncorvo	..	1	3	..	..	..	..	..	1	
Torres Novas	6	6	3	..	1	..	..	..	..	
Torres Vedras	5	7	11	8	7	8	5	1	5	
Trancoso	..	1	..	..	..	1	..	..	..	
Vagos	..	..	..	..	2	1	..	..	..	
Vale de Cambra	..	..	..	1	1	1	..	4	..	
Valença	1	2	1	1	1	1	..	1	1	
Valongo	3	4	2	2	3	6	2	..	2	
Valpaços	1	..	..	..	..	..	1	..	2	
Velas	..	..	..	..	..	2	3	..	..	
Viana do Castelo	11	16	14	6	6	8	6	2	4	
Vieira do Minho	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Vila da Praia da Vitória	5	8	1	..	3	1	1	..	..	
Vila do Conde	20	10	10	6	8	11	3	10	22	
Vila do Porto	..	2	..	..	..	..	3	1	2	
Vila Flor	1	..	1	..	..	..	1	1	1	
Vila Franca de Xira	17	8	10	6	8	8	1	5	3	
Vila Franca do Campo	1	..	1	..	..	1	2	1	..	
Vila Nova de Cerveira	2	1	..	..	..	1	..	1	..	
Vila Nova de Famalicão	13	26	23	17	7	5	6	8	5	
Vila Nova de Gaia	65	44	49	35	31	21	24	31	40	
Vila Pouca de Aguiar	..	2	..	..	..	..	..	..	..	
Vila Praia da Vitória	..	..	..	..	..	..	..	3	..	
Vila Real	8	8	9	3	2	5	8	5	4	
Vila Real de Santo António	7	8	6	6	5	2	4	3	..	
Vila Verde	4	3	..	1	1	1	..	..	..	
Vila Viçosa	1	2	1	..	..	..	..	1	..	
Vinhais	..	1	..	..	..	1	2	1	..	
Viseu	13	15	21	20	17	26	14	12	11	
Vouzela	..	..	..	1	..	..	3	2	1	
Alentejo Litoral	..	..	..	..	..	..	3	25	12	
Baixo Vouga	..	..	..	..	..	..	1	22	25	
Grande Lisboa-Noroeste	..	..	..	..	..	..	2	30	55	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 106 - Indivíduos Acusados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Judicial 2010**

Situação Judicial	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
	2009 <sup>b)</sup>	2 374	2 189	170	15
	2010 <sup>b)</sup>	2 040	1 778	245	17
Condenado <sup>c)</sup>		1 770	1 530 <sup>d)</sup>	227 <sup>e)</sup>	13 <sup>f)</sup>
Absolvido		265	243	18	4
Falecimento		5	5	..	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

c) Dos 1770 indivíduos condenados, 187 foram também condenados por outros crimes. Ver Quadro 118.

d) Nos 1530 condenados inicialmente acusados por Tráfico, estão incluídos, após convalidação de acusação, 134 condenados por Consumo e 16 por Tráfico-Consumo. Por outro lado, existem 3 indivíduos inicialmente acusados por Consumo e 2 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, que foram posteriormente condenados por Tráfico (1530-134-16+3+2=1385 indivíduos condenados por Tráfico).

e) Nos 227 condenados inicialmente acusados por Consumo, está incluído, após convalidação de acusação, 3 condenados por Tráfico. Por outro lado, existem 134 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico e 2 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico-Consumo que foram posteriormente condenados por Consumo (227-3+134+2=360 indivíduos condenados por Consumo).

f) Nos 13 condenados inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, estão incluídos, após convalidação de acusação, 2 condenados por Tráfico e 2 condenados por consumo. Por outro lado, 16 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Tráfico-Consumo (13-2-2+16=25 indivíduos condenados por Tráfico-Consumo).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 107 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial**

2002 - 2010

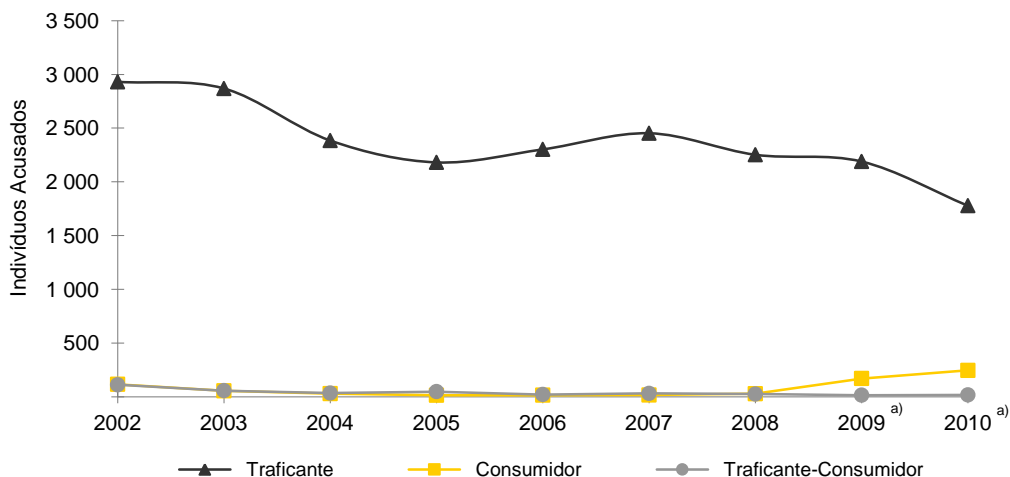
Situação Judicial	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>3 157</b>	<b>2 980</b>	<b>2 447</b>	<b>2 243</b>	<b>2 338</b>	<b>2 499</b>	<b>2 305</b>	<b>2 374</b>	<b>2 040</b>	
Condenado	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	1 770	
Amnistiado	24	12	3	1	..	..	..	..	..	
Absolvido	563	570	578	593	593	588	488	367	265	
Falecimento	2	5	2	2	1	..	3	7	5	
Inimputabilidade	..	..	..	..	1	2	1	3	..	
Extinto o Processo Criminal	309	157	29	22	12	13	..	3	..	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 44 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga**



a) Ver nota a) do Quadro 107.

Fonte: Quadro 107

**Quadro 108 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga**

2002 - 2010

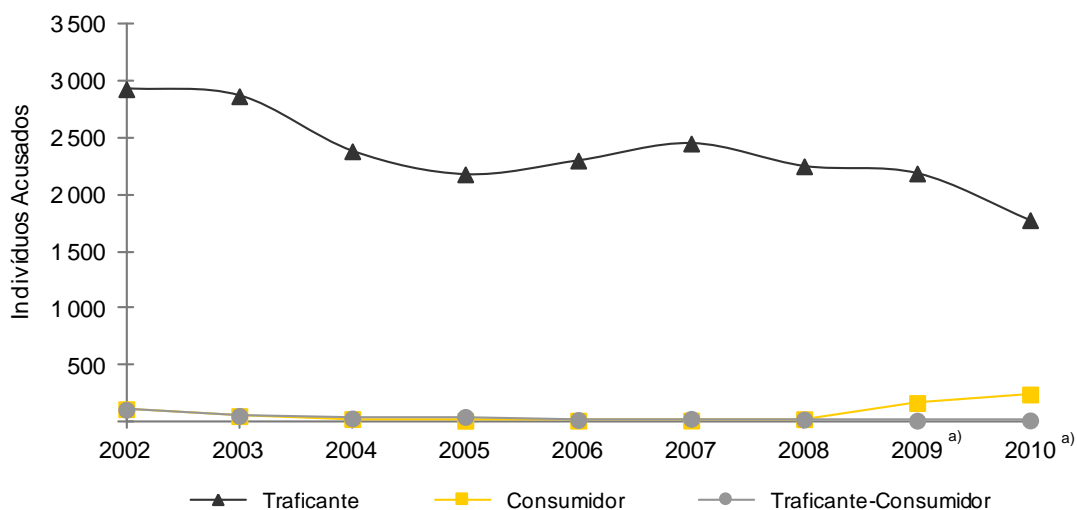
Situação Face à Droga	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>3 157</b>	<b>2 980</b>	<b>2 447</b>	<b>2 243</b>	<b>2 338</b>	<b>2 499</b>	<b>2 305</b>	<b>2 374</b>	<b>2 040</b>	
Traficante	2 930	2 868	2 384	2 181	2 302	2 452	2 252	2 189	1 778	
Consumidor	116	55	29	14	15	16	28	170	245	
Traficante-Consumidor	111	57	34	48	21	31	25	15	17	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 45 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga**



a) Ver nota a) do Quadro 108.

Fonte: Quadro 108

**Quadro 109 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano**

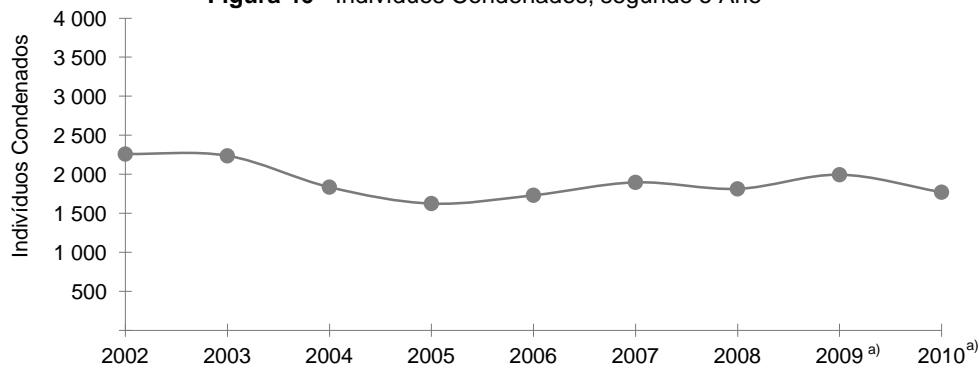
2002 - 2010

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 46 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano**

a) Ver nota a) do Quadro 109.

Fonte: Quadro 109

**Quadro 110 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tribunal**

2002 - 2010

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Abrantes	12	6	5	4	2	..	..	..	..	
Águeda	2	1	3	1	2	5	1	..	..	
Albergaria-a-Velha	12	4	2	5	3	5	1	..	..	
Albufeira	22	26	10	20	5	11	11	5	5	
Alcácer do Sal	1	6	..	..	..	..	3	..	..	
Alcanena	3	1	3	..	..	..	1	..	..	
Alcobaça	9	6	1	10	13	14	7	7	5	
Alenquer	4	13	5	..	1	..	8	1	2	
Alijó	7	..	4	2	..	..	..	2	..	
Almada	33	15	10	11	22	36	34	37	28	
Almeida	..	1	..	4	1	..	2	2	..	
Almeirim	6	7	..	4	..	..	4	..	..	
Almodôvar	1	..	4	..	..	..	..	..	5	
Amarante	7	6	1	3	4	2	1	3	4	
Amares	..	..	..	..	..	..	..	1	9	
Anadia	5	3	1	6	3	4	5	..	..	
Angra do Heroísmo	..	4	16	7	10	3	4	9	12	
Arcos de Valdevez	..	1	..	..	..	1	..	..	..	
Arganil	..	1	..	3	1	1	1	4	1	
Armamar	2	..	..	..	..	..	..	..	1	
Arouca	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Arraiolos	..	1	1	1	..	..	..	..	..	
Aveiro	15	22	4	12	14	10	20	..	..	
Avis	..	..	..	..	..	..	..	..	1	

Continua ►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Baião	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1
Barcelos	42	38	15	13	8	19	13	12	12	20
Barreiro	28	26	22	30	19	21	19	19	19	15
Beja	8	8	3	3	3	9	11	9	9	9
Benavente	2	9	7	..	4	2	5	3	3	4
Bombarral	1	..	..	..	..	2	..	..	..	..
Braga	40	21	12	20	14	21	5	10	10	17
Bragança	23	14	5	8	9	22	10	13	13	12
Cabeceiras de Basto	..	..	..	..	..	1	..	1	..	..
Cadaval	..	1	..	..	2	7	..	2	..	..
Caldas da Rainha	10	18	12	8	7	5	2	1	1	5
Caminha	1	2	2	1	..	1	..	5	..	..
Cantanhede	2	..	1	1	2	3	2	2	2	4
Carrazeda de Ansiães	..	1	1	..	..	1	..	..	..	..
Cartaxo	15	8	16	6	9	4	2	9	9	8
Cascais	45	45	45	37	33	18	29	46	46	39
Castelo Branco	21	14	10	9	4	11	6	13	13	11
Castelo de Paiva	..	2	..	..	..	..	3	..	..	1
Castro Daire	1	..	2	..	..	5	..	..	..	..
Celorico da Beira	..	2	9	..	..	..	1	..	..	..
Celorico de Basto	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Chaves	5	5	7	4	2	2	2	1	1	4
Cinfães	6	..	..	..	3	1	2	..	..	2
Coimbra	47	41	40	23	21	37	23	21	21	26
Condeixa-a-Nova	1	..	..	..	..	..	..	1	..	..
Coruche	..	..	..	..	..	1	3	8	8	2
Covilhã	3	15	2	15	10	13	4	2	2	1
Cuba	..	..	2	..	..	..	..	2	..	..
Eivas	4	3	5	8	11	5	14	22	22	30
Entroncamento	2	6	4	1	..	5	..	2	..	..
Espinho	9	12	7	4	7	14	1	3	3	7
Esposende	..	2	8	5	2	7	7	2	2	2
Estarreja	5	11	1	1	2	3	1	..	..	..
Estremoz	1	..	4	10	1	3	..	..	..	..
Évora	14	3	12	2	5	5	15	8	8	3
Fafe	14	3	6	3	1	..	2	5	5	1
Faro	26	29	21	21	17	15	12	20	20	19
Felgueiras	8	13	4	6	3	4	1	..	..	..
Ferreira do Alentejo	..	..	..	..	1	18	..	13	..	..
Ferreira do Zêzere	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Figueira da Foz	2	3	..	..	3	3	8	12	12	7
Figueira de Castelo Rodrigo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Figueiró dos Vinhos	1	..	..	..	6	..	..	1	..	1
Fronteira	1	..	..	..	..	1	..	1	..	3
Funchal	30	43	33	32	34	43	28	29	29	19
Fundão	5	1	4	..	1	..	5	5	5	1
Golegã	..	..	1	..	..	..	..	..	..	3
Gondomar	2	22	4	11	7	4	9	22	22	5
Gouveia	..	..	..	..	1	..	3	..	..	1
Grândola	9	4	5	1	1	3	10	..	..	..
Guarda	3	3	2	1	10	6	..	2	2	1
Guimarães	28	32	18	19	18	17	9	27	27	17
Horta	3	..	5	2	..	1	4	1	..	..
Idanha-a-Nova	3	1	3	..	..	..	2	..	..	2
Ílhavo	9	..	6	1	10	1	3	..	..	..
Lagos	11	7	..	6	13	8	17	12	12	5
Lamego	2	1	4	..	..	1	..	..	..	1
Leiria	17	27	31	23	11	14	2	33	33	14
Lisboa	514	589	446	451	486	554	567	580	580	493
Loulé	25	12	17	16	11	21	14	33	33	44
Loures	51	36	40	100	72	28	32	54	54	28
Lourinhã	..	8	10	3	2	4	4	9	9	1
Lousã	5	..	3	6	1	2	..	7	7	5
Lousada	7	15	9	7	1	5	2	2	2	4

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Macedo de Cavaleiros	1	3	..	..	..	..	..	5	3	
Mafra	3	..	2	1	1	1	..	..	..	
Maia	28	24	25	17	17	37	23	30	41	
Mangualde	..	..	3	..	..	3	8	3	..	
Marco de Canavezes	4	1	1	..	4	1	1	2	2	
Marinha Grande	15	16	38	27	20	25	14	10	2	
Matosinhos	60	75	25	20	29	33	14	19	17	
Mealhada	11	..	..	..	3	..	..	1	..	
Melgaço	2	..	..	..	..	1	2	..	..	
Mértola	2	..	..	..	..	6	..	..	2	
Mesão Frio	..	..	..	..	..	..	..	2	..	
Mira	..	1	..	..	..	1	1	1	..	
Miranda do Douro	..	3	1	..	..	..	..	..	..	
Mirandela	15	11	2	8	5	9	..	3	2	
Mogadouro	..	2	..	..	..	..	..	1	..	
Moimenta da Beira	..	..	..	5	1	1	..	3	3	
Moita	13	36	17	11	21	26	13	21	9	
Monção	..	1	..	..	4	1	..	..	..	
Monchique	1	3	..	..	1	..	..	..	1	
Mondim de Basto	..	1	1	..	..	..	1	..	..	
Montalegre	..	2	..	..	..	..	..	..	..	
Montemor-o-Novo	3	3	..	1	1	..	..	3	2	
Montemor-o-Velho	..	5	..	..	..	..	2	..	..	
Montijo	9	11	8	2	6	15	7	5	2	
Moura	..	5	1	3	1	..	..	..	4	
Murça	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Nazaré	1	3	2	8	..	6	..	1	9	
Nelas	2	..	..	4	4	1	7	3	..	
Nisa	..	..	4	2	4	..	2	..	4	
Nordeste	..	..	..	..	1	..	2	2	..	
Odemira	..	2	6	2	..	5	7	1	..	
Oeiras	18	24	11	8	10	20	36	39	25	
Olhão da Restauração	8	12	23	6	19	12	21	16	18	
Oliveira de Azeméis	6	1	2	..	3	2	1	11	3	
Oliveira de Frades	..	..	..	..	8	..	..	..	..	
Oliveira do Bairro	3	2	1	..	..	..	..	..	..	
Oliveira do Hospital	..	2	2	..	..	..	1	1	..	
Ourém	1	2	1	1	..	5	..	..	..	
Ourique	1	4	1	..	2	1	..	6	3	
Ovar	4	12	1	7	12	7	2	..	..	
Paços de Ferreira	10	9	13	18	11	13	15	10	14	
Paredes	13	9	10	..	4	6	6	12	5	
Paredes de Coura	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Penacova	..	..	..	..	..	1	..	..	..	
Penafiel	4	4	1	..	2	4	8	..	2	
Penamacor	..	2	..	..	6	1	..	..	1	
Penela	..	2	1	1	..	..	..	..	..	
Peniche	4	4	1	3	5	3	1	1	6	
Peso da Régua	1	7	5	11	2	..	8	4	2	
Pinhel	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Pombal	..	2	..	1	1	1	5	..	1	
Ponta Delgada	36	49	28	26	38	37	47	26	16	
Ponta do Sol	1	..	..	..	1	..	..	..	..	
Ponte da Barca	5	..	..	1	3	2	1	..	..	
Ponte de Lima	1	2	3	..	1	2	1	2	1	
Ponte de Sor	..	..	..	..	1	..	..	1	..	
Portalegre	6	4	28	3	8	10	1	3	1	
Portimão	30	28	17	24	36	14	20	12	6	
Porto	154	125	113	94	105	119	148	135	221	
Porto de Mós	6	..	4	5	5	3	4	6	5	
Porto Santo	1	1	..	1	..	..	3	6	..	
Póvoa de Lanhoso	2	..	2	..	..	..	2	2	1	
Póvoa de Varzim	25	3	9	4	9	11	6	19	16	
Povoação	..	..	..	..	..	..	..	3	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Redondo	..	..	..	..	..	..	..	..	4	
Reguengos de Monsaraz	..	..	2	1	..	..	..	..	2	
Ribeira Grande	16	14	1	..	14	20	20	34	26	
Rio Maior	4	1	2	..	..	..	..	..	3	
Sabugal	9	..	..	..	1	..	..	1	..	
Santa Comba Dão	..	..	1	..	3	3	4	3	6	
Santa Cruz	9	12	6	7	26	27	12	4	3	
Santa Cruz da Graciosa	..	..	..	..	..	..	..	1	..	
Santa Cruz das Flores	1	5	..	2	..	2	1	..	1	
Santa Maria da Feira	9	7	3	..	2	..	..	4	10	
Santarém	4	3	5	2	10	7	5	..	..	
Santiago do Cacém	6	23	7	15	14	19	11	1	..	
Santo Tirso	13	9	18	9	13	13	10	11	6	
São João da Madeira	26	15	5	..	4	14	5	1	7	
São João da Pesqueira	..	..	..	..	1	..	..	..	3	
São Pedro do Sul	2	4	1	3	3	5	3	7	..	
São Roque do Pico	2	2	2	..	1	2	..	..	7	
São Vicente	..	..	..	..	..	..	..	..	2	
Sátão	..	..	2	..	..	..	..	1	..	
Seia	3	2	10	3	6	..	2	1	..	
Seixal	16	38	27	9	17	18	21	20	9	
Serpa	2	..	6	..	..	1	1	2	1	
Sertão	1	..	..	2	..	..	4	2	2	
Sesimbra	5	7	7	3	1	12	3	7	3	
Setúbal	56	28	25	22	11	16	54	32	13	
Sever do Vouga	..	..	..	..	..	..	2	..	..	
Silves	17	6	16	7	25	5	7	18	2	
Sintra	56	49	47	49	57	44	43	4	..	
Soure	..	..	..	1	..	..	..	2	..	
Tábua	1	3	..	..	5	..	..	..	..	
Tabuaço	..	..	..	1	2	..	..	..	..	
Tavira	6	26	31	2	4	8	10	..	3	
Tomar	2	4	6	3	4	..	2	..	..	
Tondela	3	..	1	2	1	1	1	..	..	
Torre de Moncorvo	..	1	2	..	..	..	..	..	1	
Torres Novas	4	8	2	..	1	..	..	..	..	
Torres Vedras	8	9	12	16	14	9	5	1	7	
Vagos	..	..	..	..	3	1	..	..	..	
Vale de Cambra	..	..	..	2	1	1	..	4	..	
Valença	1	2	3	2	2	1	..	3	1	
Valongo	6	2	3	1	7	10	2	..	2	
Valpaços	..	..	..	..	..	..	4	..	1	
Velas	..	..	..	..	..	2	2	..	..	
Viana do Castelo	6	10	14	6	14	11	5	2	4	
Vieira do Minho	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Vila da Praia da Vitória	7	9	1	..	4	1	5	..	..	
Vila do Conde	25	9	11	7	10	13	3	16	25	
Vila do Porto	..	1	..	..	..	..	4	1	3	
Vila Flor	1	..	1	..	..	..	..	1	1	
Vila Franca de Xira	17	11	12	6	5	10	1	5	3	
Vila Franca do Campo	1	..	1	..	..	1	2	1	..	
Vila Nova de Cerveira	4	1	..	..	..	3	..	1	..	
Vila Nova de Famalicão	7	20	23	20	5	5	6	18	5	
Vila Nova de Gaia	72	49	59	43	30	32	29	47	46	
Vila Pouca de Aguiar	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Vila Praia da Vitória	..	..	..	..	..	..	..	6	..	
Vila Real	9	10	12	2	2	5	11	7	5	
Vila Real de Santo António	9	11	6	12	5	1	5	4	..	
Vila Verde	7	3	..	3	1	1	..	..	..	
Vila Viçosa	2	1	1	..	..	..	..	1	..	
Vinhais	..	1	..	..	..	5	11	1	..	
Viseu	36	18	32	25	18	28	21	17	11	
Vouzela	..	..	..	1	..	..	2	2	1	
Alentejo Litoral	..	..	..	..	..	..	3	40	23	
Baixo Vouga	..	..	..	..	..	..	11	39	34	
Grande Lisboa-Noroeste	..	..	..	..	..	..	2	34	60	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

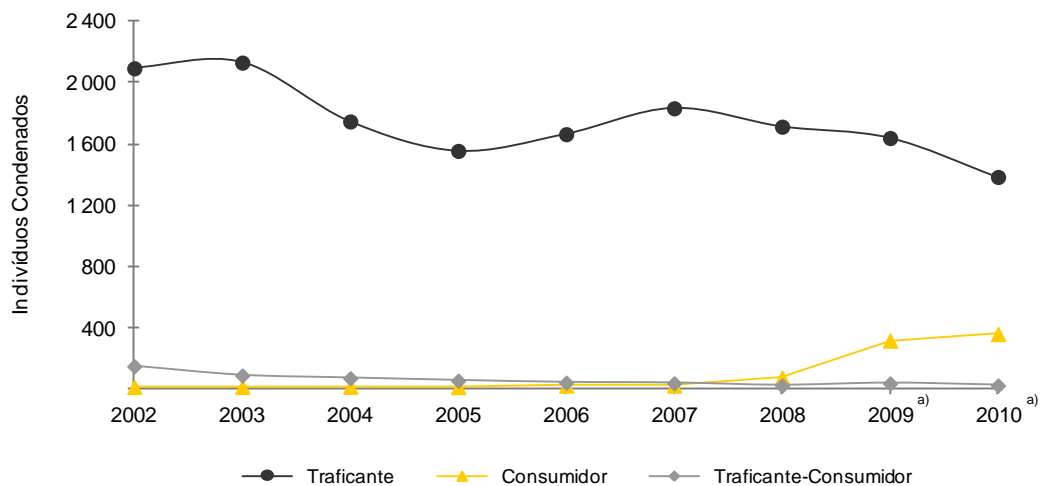
**Quadro 111 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Género**  
2002 - 2010

Situação Face à Droga/Género	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>	
Masculino	1 948	1 940	1 603	1 400	1 477	1 630	1 564	1 741	1 599	
Feminino	311	296	232	225	254	266	249	253	171	
<b>Traficante</b>	<b>2 094</b>	<b>2 131</b>	<b>1 747</b>	<b>1 555</b>	<b>1 664</b>	<b>1 833</b>	<b>1 713</b>	<b>1 639</b>	<b>1 385</b>	
Masculino	1 794	1 846	1 529	1 335	1 417	1 575	1 470	1 404	1 226	
Feminino	300	285	218	220	247	258	243	235	159	
<b>Consumidor</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>76</b>	<b>317</b>	<b>360</b>	
Masculino	13	14	15	13	22	23	72	303	348	
Feminino	2	1	1	1	2	1	4	14	12	
<b>Traficante-Consumidor</b>	<b>150</b>	<b>90</b>	<b>72</b>	<b>56</b>	<b>43</b>	<b>39</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>25</b>	
Masculino	141	80	59	52	38	32	22	34	25	
Feminino	9	10	13	4	5	7	2	4	..	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

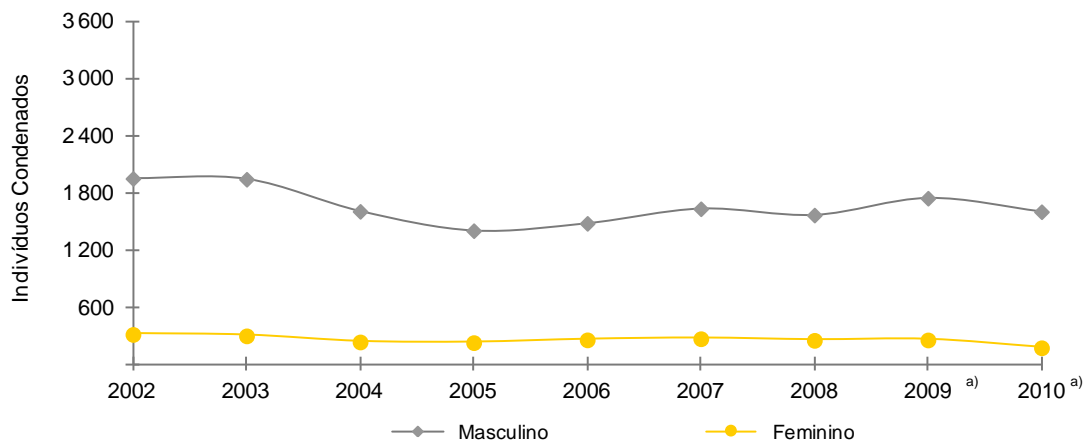
Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 47 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga**

a) Ver nota a) do Quadro 111.

Fonte: Quadro 111

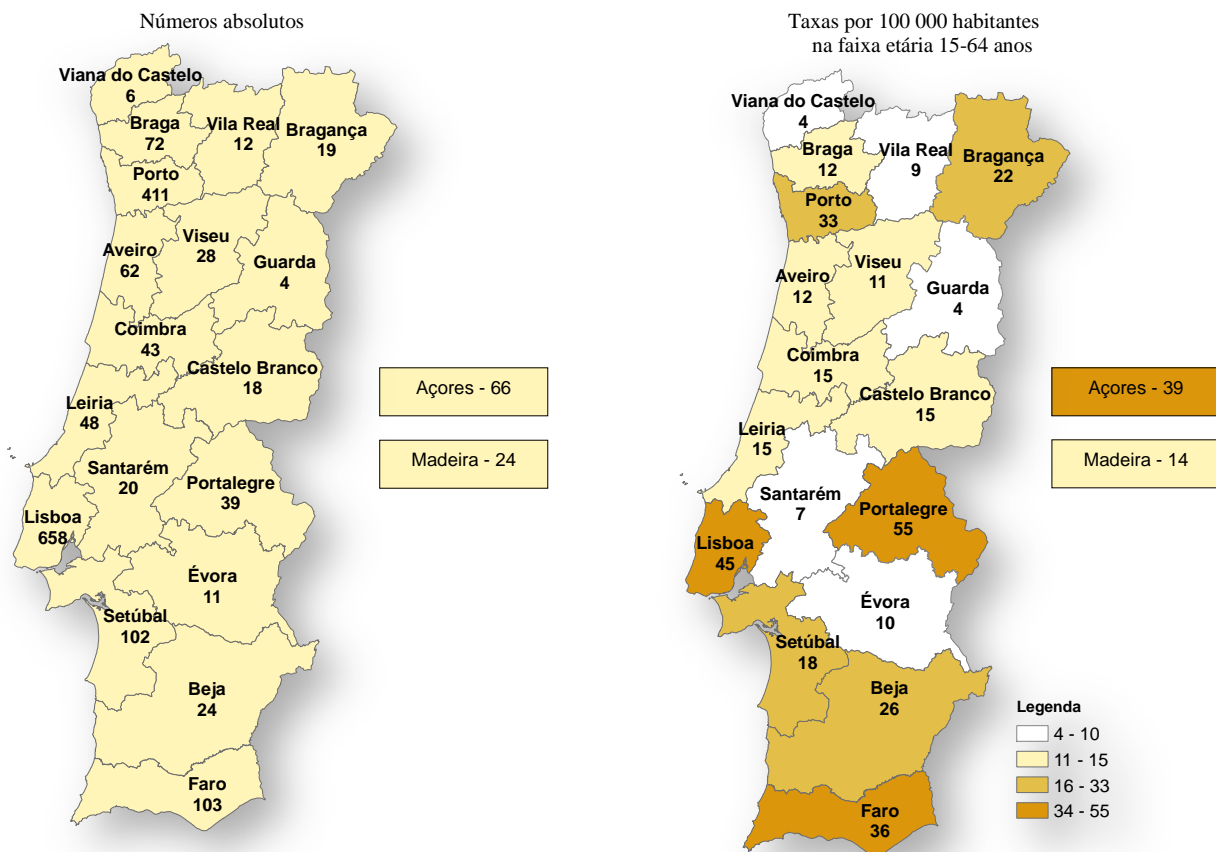
**Figura 48 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Género**

a) Ver notas a) do Quadro 111.

Fonte: Quadro 111

**Figura 49 - Total de Indivíduos Condenados, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação**

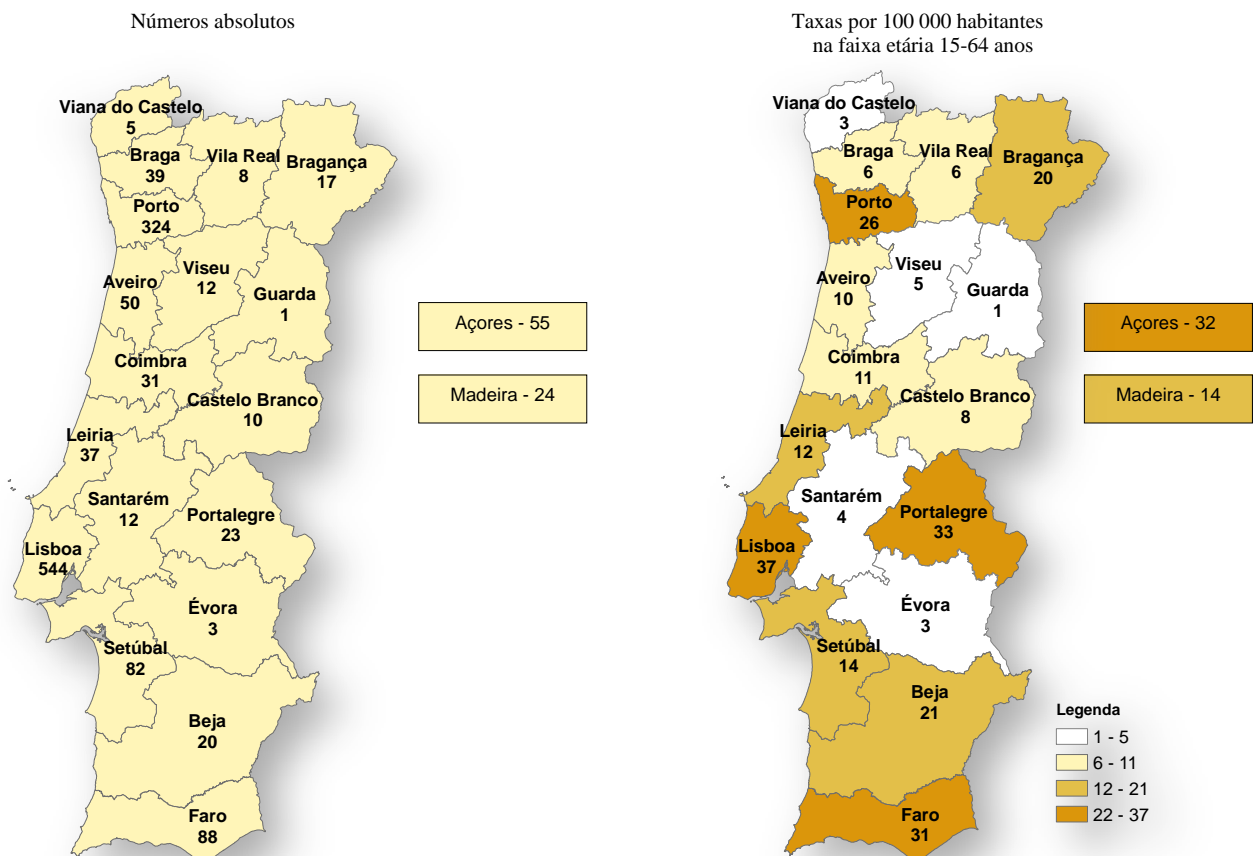
2010



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 50 - Indivíduos Condenados por Tráfico, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação**

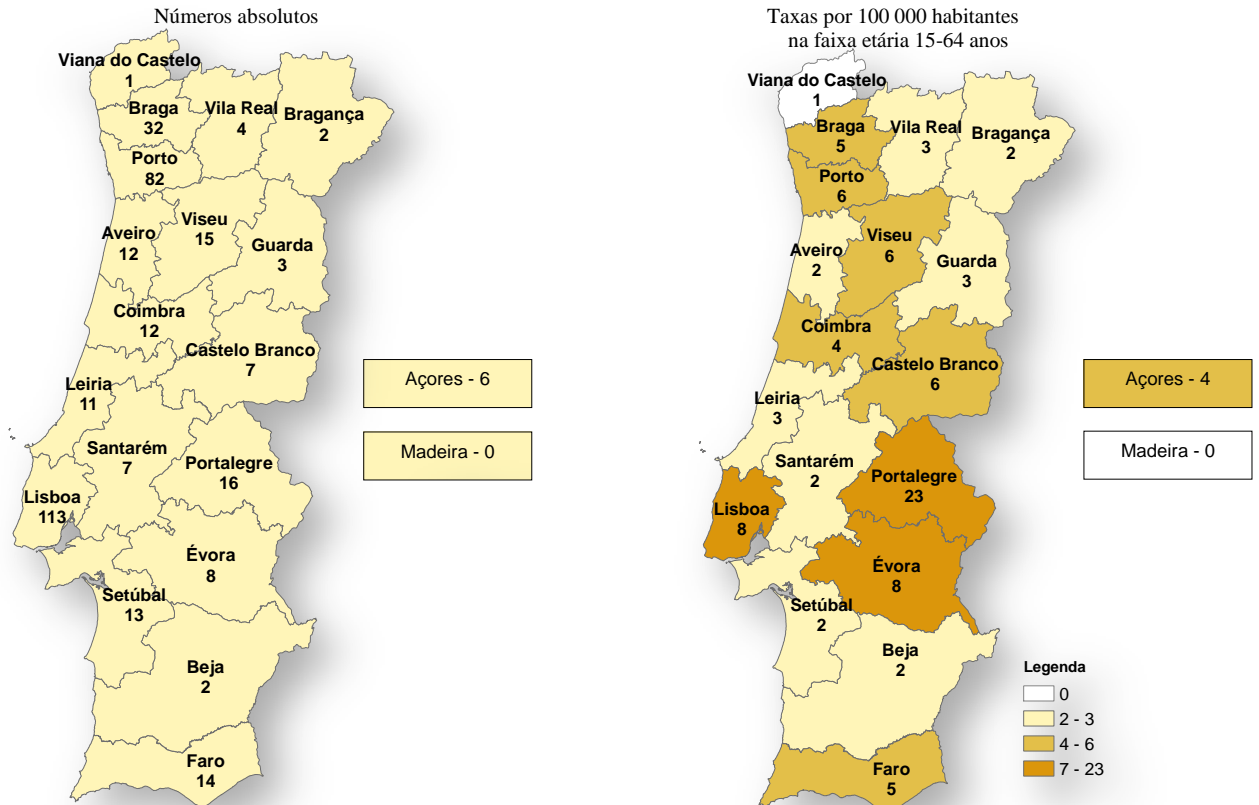
2010



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 51 - Indivíduos Condenados por Consumo\*, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação**

2010

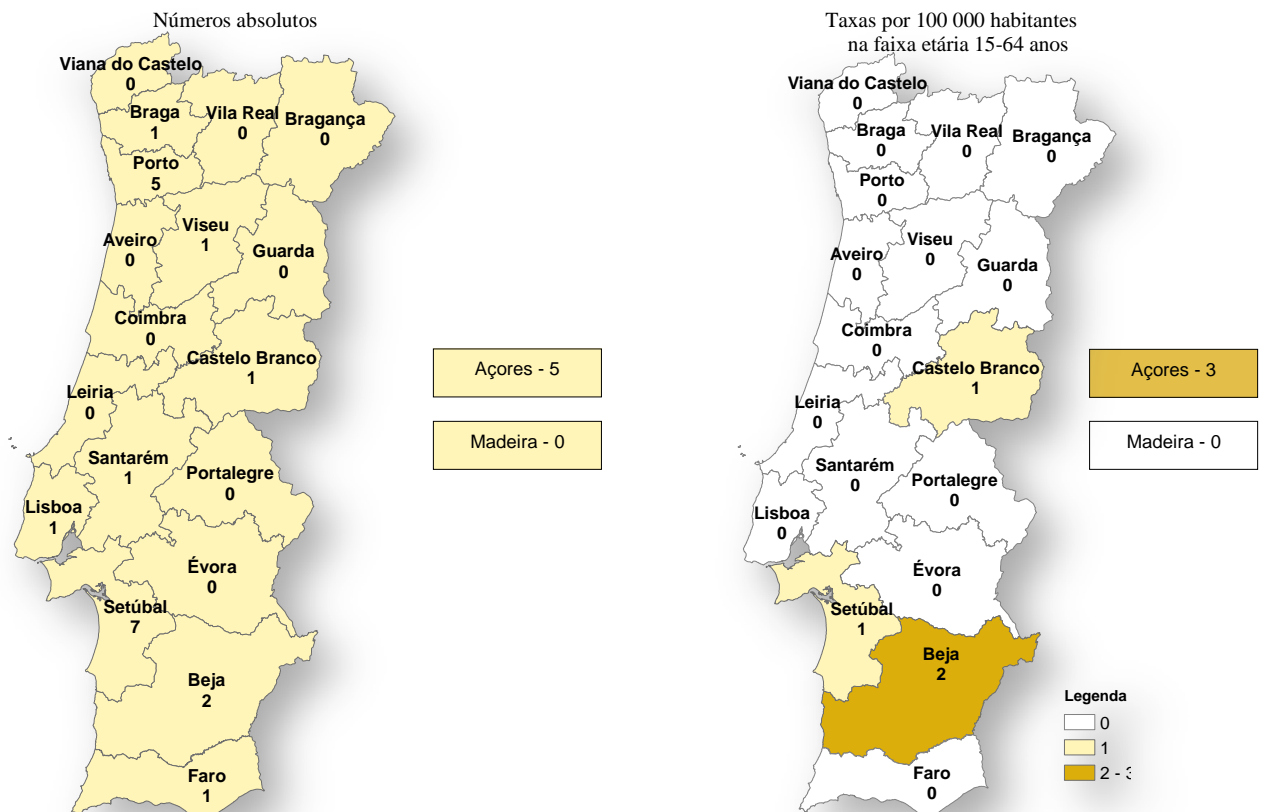


\* Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 52 - Indivíduos Condenados por Tráfico-Consumo, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação**

2010



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 112 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga e Género, por Círculo Judicial e Comarca**  
2010

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor <sup>a)</sup>			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Abrantes	3	3	..	..	..	..	3	3	..	..	..	..
Golegã	3	3	..	..	..	..	3	3	..	..	..	..
Alcobaça	19	19	..	16	16	..	3	3	..	..	..	..
Alcobaça	5	5	..	4	4	..	1	1	..	..	..	..
Nazaré	9	9	..	8	8	..	1	1	..	..	..	..
Porto de Mós	5	5	..	4	4	..	1	1	..	..	..	..
Almada	40	38	2	35	33	2	5	5	..	..	..	..
Almada	28	27	1	26	25	1	2	2	..	..	..	..
Seixal	9	8	1	8	7	1	1	1	..	..	..	..
Sesimbra	3	3	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..
Angra do Heroísmo	20	16	4	20	16	4	..	..	..	..	..	..
Angra do Heroísmo	12	9	3	12	9	3	..	..	..	..	..	..
Santa Cruz das Flores	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
São Roque do Pico	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Barcelos	22	21	1	17	16	1	5	5	..	..	..	..
Barcelos	20	19	1	15	14	1	5	5	..	..	..	..
Esposende	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Barreiro	26	22	4	19	15	4	1	1	..	6	6	..
Barreiro	15	13	2	9	7	2	..	..	..	6	6	..
Moita	9	7	2	8	6	2	1	1	..	..	..	..
Montijo	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Beja	24	22	2	20	18	2	2	2	..	2	2	..
Almodôvar	5	5	0	3	3	..	2	2	..	..	..	..
Beja	9	8	1	8	7	1	..	..	..	1	1	..
Mértola	2	2	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..
Moura	4	3	1	4	3	1	..	..	..	..	..	..
Ourique	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Serpa	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Braga	27	25	2	14	13	1	8	11	..	..	1	..
Amares	9	9	..	5	5	..	..	4	..	..	..	..
Braga	17	15	2	8	7	1	8	7	1	..	1	..
Póvoa de Lanhoso	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Bragança	15	15	..	14	14	..	1	1	..	..	..	..
Bragança	12	12	..	11	11	..	1	1	..	..	..	..
Macedo de Cavaleiros	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Caldas da Rainha	14	13	1	10	9	1	3	3	..	1	1	..
Caldas da Rainha	5	4	1	3	2	1	2	2	..	..	..	..
Peniche	6	6	0	5	5	..	1	1	..	..	..	..
Rio Maior	3	3	0	2	2	..	..	..	..	1	1	..
Cascais	39	35	4	29	25	4	10	10	..	..	..	..
Castelo Branco	16	16	..	10	10	..	6	6	..	..	..	..
Castelo Branco	11	11	..	8	8	..	3	3	..	..	..	..
Idanha-a-Nova	2	2	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..
Penamacor	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Sertã	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Chaves	5	4	1	3	2	1	2	2	..	..	..	..
Chaves	4	3	1	2	1	1	2	2	..	..	..	..
Valpaços	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra	32	25	7	23	16	7	9	9	..	..	..	..
Arganil	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Coimbra	26	19	7	21	14	7	5	5	..	..	..	..
Lousã	5	5	..	2	2	..	3	3	..	..	..	..
Covilhã	2	2	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..
Covilhã	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Fundão	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Situação Face à Droga/ /Género	Total			Traficante			Consumidor <sup>a)</sup>			Traf.-Cons.		
		MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Évora		11	11	..	3	3	..	8	8	..	..	..	..
Évora		3	3	..	2	2	..	1	1	..	..	..	..
Montemor-o-Novo		2	2	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..
Redondo		4	4	..	..	..	..	4	4	..	..	..	..
Reguengos de Monsaraz		2	2	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..
Faro		40	35	5	37	32	5	3	3	..	..	..	..
Faro		19	18	1	17	16	1	2	2	..	..	..	..
Olhão da Restauração		18	14	4	17	13	4	1	1	..	..	..	..
Tavira		3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Figueira do Foz		11	11	..	8	8	..	3	3	..	..	..	..
Cantanhede		4	4	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..
Figueira da Foz		7	7	..	5	5	..	2	2	..	..	..	..
Funchal		24	22	2	24	22	2	..	..	..	..	..	..
Funchal		19	18	1	19	18	1	..	..	..	..	..	..
Santa Cruz		3	2	1	3	2	1	..	..	..	..	..	..
São Vicente		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Gondomar		7	5	2	5	3	2	2	2	..	..	..	..
Gondomar		5	3	2	4	2	2	1	1	..	..	..	..
Valongo		2	2	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..
Guarda		3	3	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..
Figueira de Castelo Rodrigo		2	2	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..
Guarda		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Guimarães		18	16	2	7	6	1	11	10	1	..	..	..
Fafe		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Guimarães		17	15	2	6	5	1	11	10	1	..	..	..
Lamego		12	12	..	5	5	..	7	7	..	..	..	..
Armamar		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Cinfães		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Lamego		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Moimenta da Beira		3	3	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..
Peso da Régua		2	2	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..
São João da Pesqueira		3	3	..	..	..	..	3	3	..	..	..	..
Leiria		16	15	1	11	10	1	5	5	..	..	..	..
Leiria		14	13	1	9	8	1	5	5	..	..	..	..
Marinha Grande		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Lisboa		493	439	54	430	377	53	62	61	1	1	1	..
Loulé		49	43	6	38	32	6	10	10	..	1	1	..
Albufeira		5	5	..	3	3	..	1	1	..	1	1	..
Loulé		44	38	6	35	29	6	9	9	..	..	..	..
Loures		28	27	1	14	14	..	14	13	1	..	..	..
Maia		41	32	9	41	32	9	..	..	..	..	..	..
Matosinhos		17	16	1	10	9	1	7	7	..	..	..	..
Mirandela		4	4	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..
Mirandela		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Torre de Moncorvo		1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Vila Flor		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Oeiras		25	23	2	17	15	2	8	8	..	..	..	..
Oliveira de Azeméis		10	7	3	8	6	2	2	1	1	..	..	..
Oliveira de Azeméis		3	3	..	2	2	..	1	1	..	..	..	..
São João da Madeira		7	4	3	6	4	2	1	..	1	..	..	..
Paredes		23	23	..	17	17	..	4	4	..	2	2	..
Lousada		4	4	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..
Paços de Ferreira		14	14	..	11	11	..	1	1	..	2	2	..
Paredes		5	5	..	3	3	..	2	2	..	..	..	..
Penafiel		10	9	1	9	8	1	..	..	..	1	1	..
Amarante		4	4	..	3	3	..	..	..	..	1	1	..
Baião		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Castelo de Paiva		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Marco de Canavezes		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Penafiel		2	1	1	2	1	1	..	..	..	..	..	..
Pombal		2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Figueiró dos Vinhos		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Pombal		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada		46	44	2	35	33	2	6	6	..	5	5	..
Ponta Delgada		16	14	2	11	9	2	2	2	..	3	3	..
Povoação		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Ribeira Grande		26	26	..	20	20	..	4	4	..	2	2	..
Vila do Porto		3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor <sup>a)</sup>			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Portalegre	39	36	3	23	23	..	16	13	3	..	..	..
Avis	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Elvas	30	28	2	19	19	..	11	9	2	..	..	..
Fronteira	3	2	1	..	..	..	3	2	1	..	..	..
Nisa	4	4	..	2	2	..	2	2	..	..	..	..
Portalegre	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Portimão	14	10	4	13	9	4	1	1	..	..	..	..
Lagos	5	4	1	4	3	1	1	1	..	..	..	..
Monchique	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Portimão	6	3	3	6	3	3	..	..	..	..	..	..
Silves	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Porto	221	200	21	181	161	20	38	37	1	2	2	..
Santa Maria da Feira	17	17	..	15	15	..	2	2	..	..	..	..
Espinho	7	7	..	6	6	..	1	1	..	..	..	..
Santa Maria da Feira	10	10	..	9	9	..	1	1	..	..	..	..
Santarém	10	9	1	8	7	1	2	2	..	..	..	..
Cartaxo	8	7	1	7	6	1	1	1	..	..	..	..
Coruche	2	2	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..
Santo Tirso	6	6	..	4	4	..	2	2	..	..	..	..
Seia	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Gouveia	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Setúbal	13	12	1	9	8	1	4	4	..	..	..	..
Torres Vedras	8	6	2	4	3	1	4	3	1	..	..	..
Lourinhã	1	..	1	1	..	1	..	..	..	..	..	..
Torres Vedras	7	6	1	3	3	..	4	3	1	..	..	..
Viana do Castelo	6	6	..	5	5	..	1	1	..	..	..	..
Ponte de Lima	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Valença	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Viana do Castelo	4	4	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..
Vila do Conde	41	36	5	24	19	5	17	17	..	..	..	..
Póvoa de Varzim	16	13	3	11	8	3	5	5	..	..	..	..
Vila do Conde	25	23	2	13	11	2	12	12	..	..	..	..
Vila Franca de Xira	9	6	3	5	2	3	4	4	..	..	..	..
Alenquer	2	1	1	2	1	1	..	..	..	..	..	..
Benavente	4	2	2	2	..	2	2	2	..	..	..	..
Vila Franca de Xira	3	3	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..
Vila Nova de Famalicão	5	5	..	1	1	..	4	4	..	..	..	..
Vila Nova de Gaia	46	44	2	34	32	2	12	12	..	..	..	..
Vila Real	5	4	1	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Viseu	18	16	2	7	6	1	10	9	1	1	1	..
Santa Comba Dão	6	5	1	..	..	..	6	5	1	..	..	..
Viseu	11	10	1	6	5	1	4	4	..	1	1	..
Vouzela	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Alentejo	23	21	2	19	18	1	3	2	..	1	1	..
Alentejo Litoral	23	21	2	19	18	1	3	2	1	1	1	..
Centro	34	31	3	26	23	3	8	8	..	..	..	..
Baixo Vouga	34	31	3	26	23	3	8	8	..	..	..	..
Lisboa e Vale do Tejo	60	58	2	47	45	2	13	13	..	..	..	..
Grande Lisboa-Noroeste	60	58	2	47	45	2	13	13	..	..	..	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 113 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Pena\***  
2010

Tipo de Pena	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>b)</sup></b>	<b>1 994</b>	<b>1 639</b>	<b>317</b>	<b>38</b>
	<b>2010 <sup>b)</sup></b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Multa Efetiva		<b>362</b>	45	307	10
Prisão Efetiva		<b>502</b>	488	12	2
Prisão Suspensa		<b>829</b>	802	15	12
Prisão Efetiva + Multa Efetiva		<b>9</b>	8	1	..
Prisão Suspensa + Multa Efetiva		<b>23</b>	22	1	..
Admoestação		<b>15</b>	..	15	..
Trabalho a Favor da Comunidade		<b>29</b>	20	8	1
Entrega de Donativo a Instituição		<b>1</b>		1	..

\* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 114 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Pena\***  
2002 - 2010

Tipo de Pena	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>
Multa Efetiva	102	77	100	83	70	94	126	332	362
Multa Suspensa	..	..	..	..	..	2	..	..	..
Prisão Efetiva	1 136	1 096	815	706	782	738	632	618	502
Prisão Suspensa	965	1 014	868	795	816	1 000	986	963	829
Prisão Efetiva + Multa Efetiva	25	17	17	13	15	10	16	3	9
Prisão Suspensa + Multa Efetiva	18	20	21	22	34	32	32	28	23
Admoestação	2	2	3	..	3	..	6	17	15
Dispensa de Pena	2	..	1	..	..	1	..	..	..
Trabalho a Favor da Comunidade	9	10	9	6	11	19	15	33	29
Entrega de Donativo a Instituição	..	..	1	..	..	..	..	..	1

\* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 115 - Frequência de Aplicação das Disposições da Lei da Droga, segundo o Ano, por Normativo**  
(Decreto-Lei n.º 430/83 e Decreto-Lei n.º 15/93)  
2002 - 2010

Identificação do Normativo	Artigo	Dec.-Lei	Ano <sup>a)</sup>								
			2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>b)</sup>	2010 <sup>b)</sup>
<b>Total</b>			<b>3 512</b>	<b>3 363</b>	<b>2 702</b>	<b>2 663</b>	<b>2 712</b>	<b>2 896</b>	<b>2 659</b>	<b>2 811</b>	<b>2 452</b>
Abandono de Seringas	32.º	15/93	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Agravação	24.º	15/93	174	227	104	76	46	47	48	31	34
Associação Criminosa	28.º	15/93	..	..	..	1	3	..	4	..	..
Atenuação ou Dispensa de Pena	31.º	15/93	..	2	..	..	2	..	..	3	..
Conversão, Transferência ou Dissimulação de Bens ou Produtos	23.º	15/93	3	6	1	1	3	..	..	..	..
Consumo	n.º 1; 40.º	15/93	3	4	..	1	5	6	12	6	15
Consumo	n.º 2; 40.º	15/93	13	12	16	13	20	18	66	315	349
Consumo Ocasional	n.º 3; 40.º	15/93	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Expulsão de Estrangeiros	34.º	15/93	27	7	24	79	100	96	60	15	54
Incitamento ao Uso de Drogas	29.º	15/93	3	..	2	..	2	2	1	..	..
Perda de Objetos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º	430/83	5	..	1	..	..	..	..	..	..
Perda de Objetos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º e 36.º	15/93	1 030	882	732	873	819	832	720	755	586
Precusores	22.º	15/93	..	2	..	..	..	..	..	..	..
Revista e Perícia	53.º	15/93	..	1	..	1	..	..	..	..	..
Suspensão da Pena com Obrigação de Tratamento e/ou com Regime de Prova	44.º e 45.º	15/93	6	2	..	1	2	3	..	3	..
Tráfico	23.º	430/83	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Tráfico	21.º	15/93	934	926	702	587	638	662	692	648	494
Tráfico de Menor Gravidade	25.º	15/93	1 160	1 200	1 047	971	1 026	1 189	1 030	997	894
Tráfico ou Consumo Consentido em Lugares Públicos ou de Reunião	30.º	15/93	2	1	1	3	3	1	1	..	1
Tráfico-Consumo	n.º 1; 26.º	15/93	151	90	72	56	43	40	25	38	25

a) Considerou-se nestas colunas o número de vezes que o normativo do dispositivo legal foi aplicado, nas decisões judiciais consideradas.

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 116 - Circunstâncias Agravantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena,  
segundo a Situação dos Infratores Face à Droga**

2010

Circunstância Agravante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
		N= 1 665 <sup>b)</sup>	n <sub>1</sub> = 1 340 <sup>b)</sup>	n <sub>2</sub> = 300 <sup>b)</sup>	n <sub>3</sub> = 25 <sup>b)</sup>
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>c)</sup></b>	<b>5 422</b>	<b>4 654</b>	<b>674</b>	<b>94</b>
	<b>2010 <sup>c)</sup></b>	<b>5 908</b>	<b>5 077</b>	<b>788</b>	<b>43</b>
Abuso de confiança		3	3	..	..
Ameaças		11	7	3	1
Antecedentes com droga		490	441	42	7
Antecedentes criminais		563	463	98	2
Associação criminosa		4	2	2	..
Auxílio material		1	1	..	..
Burla		23	21	2	..
Caráter criminógeno do crime		171	148	19	4
Censurabilidade do ato		24	20	4	..
Coação		2	2	..	..
Condução de veículo em estado de embriaguez		24	22	2	..
Condução perigosa de veículo rodoviário		3	3	..	..
Dano		18	14	4	..
Desobediência		47	41	6	..
Difamação		2	2	..	..
Diversidade de droga apreendida		10	10	..	..
Dolo elevado		1 425	1 155	268	2
Evasão		3	2	1	..
Expetativa de lucro		88	88	..	..
Falsidade de depoimento ou declaração		8	5	3	..
Falsidade testemunho, perícia, interpretação ou tradução		1	1	..	..
Falsificação de documentos		8	6	2	..
Furto de uso de veículo		13	11	2	..
Furto e/ou roubo		327	273	44	10
Furto qualificado		189	152	34	3
Homicídio e/ou tentativa		29	27	2	..
Ilícitude elevada		778	688	88	2
Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas		3	3	..	..
Injúria		17	13	4	..
Introdução em lugar vedado ao público		5	2	3	..
Liderança de grupo		16	16	..	..
Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge		2	2	..	..
Não arrependimento		69	65	4	..
Não inserido profissionalmente		57	51	6	..
Negação dos factos		31	31	..	..
Ofensas à Integridade física		52	49	3	..
Omissão de Auxílio		2	2	..	..
Participação em rixa		1	..	1	..
Passagem de moeda falsa		2	2	..	..
Perigosidade da substância		329	318	8	3
Perturbação do funcionamento de serviços públicos		1	1	..	..
Prolongamento da conduta		150	147	2	1
Quantidade significativa de droga		374	335	35	4
Recetação do produto de furto/roubo		22	19	3	..
Resistência e coação sobre funcionário		17	14	3	..
Sequestro		5	4	1	..
Substâncias explosivas ou análogas e armas		1	1	..	..
Tráfico de pessoas		1	1	..	..
Toxicodependência		26	19	5	2
Uso de documento de identificação alheio		2	2	..	..
Violação de arresto ou apreensões ilegais		1	1	..	..
Violação de domicílio		7	6	1	..
Violência depois da subtração		2	1	1	..
Violação da Lei do Jogo		2	2	..	..
Violação do Código da Estrada		376	301	74	1
Violação do Regime de Uso e Porte de Arma		43	37	5	1
Violação do Regulamento da Disciplina Militar		1	1	..	..
Violação de outros Códigos		26	23	3	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias agravantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Nota: Na determinação da medida da pena, podem ter sido consideradas várias circunstâncias agravantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias agravantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 117 - Circunstâncias Atenuantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infratores Face à Droga**  
2010

Circunstância Atenuante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
		N= 1 594 <sup>b)</sup>	n <sub>1</sub> = 1 257 <sup>b)</sup>	n <sub>2</sub> = 312 <sup>b)</sup>	n <sub>3</sub> = 25 <sup>b)</sup>
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>c)</sup></b>	<b>4 839</b>	<b>3 953</b>	<b>791</b>	<b>95</b>
	<b>2010 <sup>c)</sup></b>	<b>4 687</b>	<b>3 675</b>	<b>938</b>	<b>74</b>
Ausência de antecedentes criminais durante determinado período de tempo		47	30	15	2
Baixa condição cultural		29	27	2	..
Bom comportamento		23	17	6	..
Colaboração com a justiça		52	42	10	..
Confissão espontânea, total ou parcial		569	416	146	7
Consumo ocasional		57	41	16	..
Declaração de arrependimento		178	153	24	1
Desemprego		56	48	6	2
Doença		12	11	1	..
Dolo não elevado		17	10	7	..
Droga "leve"		151	97	50	4
Em tratamento, toxicodependência ou ex-toxicodependência		392	313	59	20
Encargos familiares		22	20	2	..
Estabilidade económica		1	1	..	..
Filhos menores		23	23	..	..
Graves problemas familiares		6	6	..	..
Grávida		2	2	..	..
Idade avançada		14	14	..	..
Ilícitude não elevada		456	334	115	7
Inserção profissional		336	255	77	4
Inserção social e/ou familiar		601	454	139	8
Jovem		197	165	30	2
Modesta condição social		252	225	22	5
Não ser responsável pelo "negócio"		19	19	..	..
Pobreza		5	4	1	..
Primário		891	715	168	8
Quantidade diminutiva de droga		176	133	41	2
Ser transportador e não vendedor		16	16	..	..
Seropositivo		2	2	..	..
Situação esporádica ou ocasional		37	37	..	..
Tratamento sem resultado		7	7	..	..
Vontade de tratamento/Algum período de abstinência		41	38	1	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias atenuantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Nota: Na determinação da medida da pena podem ter sido consideradas várias circunstâncias atenuantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias atenuantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 118 - Crimes Constantes das Sentenças que Fixam Penas em Cúmulo Jurídico,  
segundo a Situação dos Infratores Face à Droga**

2010

Crime	Situação Face à Droga	Artigo	Total N = 187 <sup>b)</sup>	Traficante n <sub>1</sub> = 159 <sup>b)</sup>	Consumidor <sup>a)</sup> n <sub>2</sub> = 28 <sup>b)</sup>	Traf.-Cons. n <sub>3</sub> = 0 <sup>b)</sup>
Total	2009 <sup>c)</sup>		304	268	33	3
	2010 <sup>c)</sup>		237	204	33	..
<b>Lei da Droga - Dec.-Lei 15/93</b>						
Tráfico		21.º e 25.º	6	6	..	..
Consumo		40.º	2	2	..	..
<b>Código Penal</b>						
Ameaça		153.º	2	2	..	..
Aquisição de moeda falsa para ser posta em circulação		266.º	1	1	..	..
Coação		154.º	1	1	..	..
Condução perigosa de veículo rodoviário		291.º	2	1	1	..
Condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas		292.º	4	4	..	..
Contrafação de moeda		262.º	2	1	1	..
Dano		212.º	1	1	..	..
Desobediência		348.º	3	1	2	..
Evasão		352.º	4	4	..	..
Extorsão		223.º	1	1	..	..
Falsidade de depoimento ou declaração		359.º	6	6	..	..
Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução		360.º	4	4	..	..
Falsificação ou contrafação de documento		256.º	4	4	..	..
Furto		203.º	4	1	3	..
Furto qualificado		204.º	8	8	..	..
Furto de uso de veículo		208.º	2	2	..	..
Injúria		181.º	2	2	..	..
Ofensa à integridade física qualificada		145.º	2	..	2	..
Recetação		231.º	6	6	..	..
Resistência e coação sobre funcionário		347.º	13	12	1	..
Roubo		210.º	6	5	1	..
Substâncias explosivas ou análogas a armas		275.º	1	1	..	..
Uso de documento de identificação ou de viagem alheio		261.º	2	2	..	..
Violação de imposições, proibições ou interdições		353.º	1	1	..	..
<b>Código da Estrada</b>			<b>31</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>..</b>
<b>Regime Jurídico das Armas e Munições</b>			<b>112</b>	<b>98</b>	<b>14</b>	<b>..</b>
<b>Outros Códigos</b>			<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>..</b>

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Número de indivíduos com penas em cúmulo jurídico.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 119 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga**  
2010

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
Tipo de Droga					
Total	2009 <sup>b)</sup>	1 994	1 639	317	38
	2010 <sup>b)</sup>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Heroína		198	172	13	13
Cocaína		291	284	7	..
Cannabis		722	427	291	4
Ecstasy		4	3	1	..
Outro		4	4	..	..
Polidrogas		517	483	26	8
Desconhecido		34	12	22	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 120 - Indivíduos Condenados por Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas\***

2010

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
Drogas Envolvidas					
Total	2009 <sup>b)</sup>	675	618	42	15
	2010 <sup>b)</sup>	<b>517</b>	<b>483</b>	<b>26</b>	<b>8</b>
Heroína + Cocaína		319	303	8	8
Heroína + Cannabis		45	42	3	..
Cocaína + Cannabis		47	40	7	..
Ecstasy + Cannabis		4	3	1	..
Heroína + Cocaína + Cannabis		58	57	1	..
Outras		44	38	6	..

\* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 121 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga**  
2002 - 2010

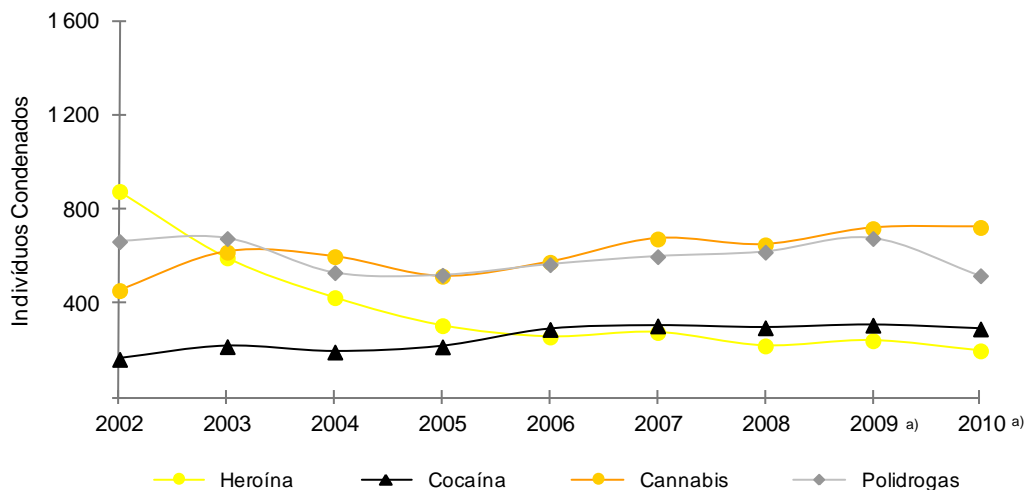
Tipo de Droga	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>	
Heroína	875	593	424	305	257	276	219	241	198	
Cocaína	162	216	193	215	289	304	296	307	291	
Cannabis	454	617	598	515	574	673	648	717	722	
Ecstasy	11	27	11	17	11	13	12	8	4	
Outro	10	9	8	5	6	7	16	8	4	
Polidrogas	662	675	530	519	564	598	617	675	517	
Desconhecido	85	99	71	49	30	25	5	38	34	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 53 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga**



a) Ver nota a) do Quadro 121.

Fonte: Quadro 121

**Quadro 122 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, Por Grupo Etário**  
2010

Grupo Etário	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
Total	2009 <sup>b)</sup>	1 994	1 639	317	38
	2010 <sup>b)</sup>	1 770	1 385	360	25
16-19 anos		198	141	56	1
20-24 anos		412	313	98	1
25-29 anos		314	234	71	9
30-34 anos		233	195	34	4
35-39 anos		189	156	29	4
40-44 anos		160	141	16	3
≥ 45 anos		175	157	17	1
Desconhecido		89	48	39	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

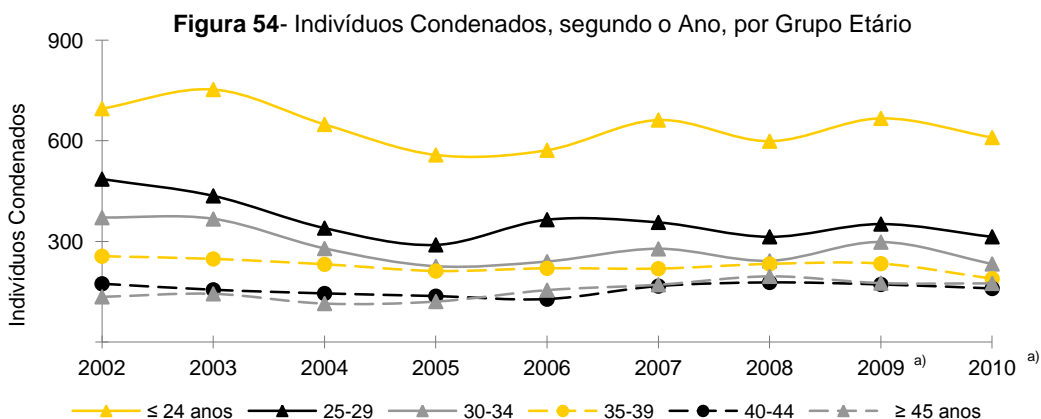
**Quadro 123 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Grupo Etário**  
2002 - 2010

Grupo Etário	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
Total	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 813	1 994	1 770	
16-19 anos	245	268	234	188	180	206	178	201	198	
20-24 anos	451	485	415	370	392	456	421	466	412	
25-29 anos	486	436	340	290	365	357	314	352	314	
30-34 anos	371	367	279	226	240	278	242	298	233	
35-39 anos	256	248	232	212	220	219	233	234	189	
40-44 anos	174	156	145	137	128	167	178	172	160	
≥ 45 anos	135	144	115	121	155	171	196	176	175	
Desconhecido	141	132	75	81	51	42	51	95	89	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 123.

Fonte: Quadro 123

**Quadro 124 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade 2010**

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
	2009 <sup>b)</sup>				
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>b)</sup></b>	1 994	1 639	317	38
	<b>2010 <sup>b)</sup></b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
<b>Europa</b>		<b>1 294</b>	979	292	23
<b>União Europeia</b>		<b>1 293</b>	979	291	23
Alemanha		2	1	1	..
Espanha		18	17	1	..
França		3	3	..	..
Holanda		3	3	..	..
Portugal		1 250	939	288	23
Reino Unido		3	2	1	..
Outros da UE		14	14	..	..
<b>Outros da Europa</b>		<b>1</b>		1	..
Ucrânia		1	..	1	..
Outros		..	..	..	..
<b>África</b>		<b>153</b>	144	9	..
Angola		8	7	1	..
Cabo Verde		84	80	4	..
Guiné-Bissau		38	35	3	..
São Tomé e Príncipe		3	3	..	..
Outros		20	19	1	..
<b>América</b>		<b>58</b>	55	3	..
Bolívia		3	3	..	..
Brasil		39	36	3	..
Colômbia		2	2	..	..
Venezuela		7	7	..	..
Outros		7	7	..	..
<b>Ásia</b>		<b>3</b>	2	1	..
<b>Oceânia</b>		<b>..</b>	..	..	..
<b>Desconhecido</b>		<b>262</b>	205	55	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 125 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por País da Nacionalidade**  
2002 - 2010

País da Nacionalidade	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>
<b>Europa</b>	<b>1 859</b>	<b>1 777</b>	<b>1 388</b>	<b>1 199</b>	<b>1 272</b>	<b>1 428</b>	<b>1 374</b>	<b>1 480</b>	<b>1 294</b>
<b>União Europeia</b>	<b>1 854</b>	<b>1 772</b>	<b>1 386</b>	<b>1 194</b>	<b>1 264</b>	<b>1 423</b>	<b>1 371</b>	<b>1 476</b>	<b>1 293</b>
Alemanha	2	5	8	..	1	3	9	4	2
Espanha	15	29	25	19	19	25	28	46	18
França	6	2	1	1	..	4	1	1	3
Holanda	6	5	8	13	18	18	9	5	3
Portugal	1 819	1 715	1 331	1 152	1 210	1 363	1 298	1 397	1 250
Reino Unido	1	2	2	2	2	2	9	1	3
Outros da UE	5	14	11	7	14	8	17	22	14
<b>Outros da Europa</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
Ucrânia	..	1	..	..	4	2	2	2	1
Outros	5	4	2	5	4	3	1	2	..
<b>África</b>	<b>121</b>	<b>144</b>	<b>135</b>	<b>120</b>	<b>137</b>	<b>146</b>	<b>135</b>	<b>130</b>	<b>153</b>
Angola	11	7	12	8	5	7	4	8	8
Cabo Verde	86	99	96	93	99	100	98	69	84
Guiné-Bissau	7	14	14	16	11	16	22	28	38
Moçambique	2	1	..	..	..	2	1	..	..
São Tomé e Príncipe	7	4	3	..	3	1	1	3	3
Outros	8	19	10	3	19	20	9	22	20
<b>América</b>	<b>45</b>	<b>57</b>	<b>60</b>	<b>67</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>69</b>	<b>34</b>	<b>58</b>
Bolívia	1	2	6	4	7	1	2	2	3
Brasil	30	36	20	16	20	27	20	19	39
Colômbia	5	3	3	5	3	3	12	2	2
Venezuela	4	9	22	34	34	33	18	8	7
Outros	5	7	9	8	7	7	17	3	7
<b>Ásia</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>..</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>Oceânia</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Desconhecido	233	255	248	239	250	250	230	348	262

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 126 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil**  
2010

Estado Civil	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>b)</sup></b>	1 994	1 639	317	38
	<b>2010 <sup>b)</sup></b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Solteiro		973	720	235	18
Casado/União de Facto		590	513	73	4
Divorciado/Separado		115	94	19	2
Víuvo		9	6	3	..
Desconhecido		83	52	30	1

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 127 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Estado Civil**  
2002 - 2010

Estado Civil	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>	
Solteiro	1 251	1 278	1 041	897	953	1 041	941	1 048	973	
Casado/União de Facto	711	721	591	576	617	655	677	703	590	
Divorciado/Separado	169	136	128	95	110	142	133	148	115	
Víuvo	22	23	9	14	9	9	12	2	9	
Desconhecido	106	78	66	43	42	49	50	93	83	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 128 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação de Coabitação**  
2010

Situação de Coabitação	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>b)</sup></b>	<b>1 994</b>	<b>1 639</b>	<b>317</b>	<b>38</b>
	<b>2010 <sup>b)</sup></b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Só com Ascendentes <sup>c)</sup>		<b>405</b>	285	114	6
Com Ascendentes <sup>c)</sup> + Companheiro ou Filho(s)		<b>74</b>	58	15	1
Só com Companheiro + Filho(s)		<b>274</b>	238	35	1
Só com Companheiro		<b>121</b>	107	13	1
Só com Filho(s)		<b>25</b>	22	3	..
Só com Amigos		<b>22</b>	21	..	1
Sozinho(a)		<b>115</b>	89	22	4
Outra Situação		<b>260</b>	214	46	..
Desconhecida		<b>474</b>	351	112	11

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 129 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação de Coabitação**  
2002 - 2010

Situação de Coabitação	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>	
Só com Ascendentes <sup>b)</sup>	438	443	422	333	376	464	403	472	405	
Com Ascendentes <sup>b)</sup> + Companheiro ou Filho(s)	54	39	37	47	49	66	66	72	74	
Só com Companheiro + Filho(s)	297	291	247	254	273	277	338	275	274	
Só com Companheiro	150	146	121	94	107	140	156	188	121	
Só com Filho(s)	36	26	20	35	25	35	40	25	25	
Só com Amigos	27	14	17	18	17	15	26	28	22	
Sozinho(a)	106	90	56	79	72	108	163	135	115	
Outra Situação	209	188	170	145	204	242	247	278	260	
Desconhecida	942	999	745	620	608	549	374	521	474	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 130 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino**  
2010

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
<b>2009<sup>b)</sup></b>	<b>1 994</b>	<b>1 639</b>	<b>317</b>	<b>38</b>
<b>Total</b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Sem Nível de Ensino	33	31	2	..
Ensino Básico / 1.º Ciclo	260	227	28	5
Ensino Básico / 2.º Ciclo	306	259	43	4
Ensino Básico / 3.º Ciclo	362	283	75	4
Ensino Secundário	217	174	41	2
Ensino Superior	21	15	6	..
Desconhecido	571	396	165	10

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2010. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

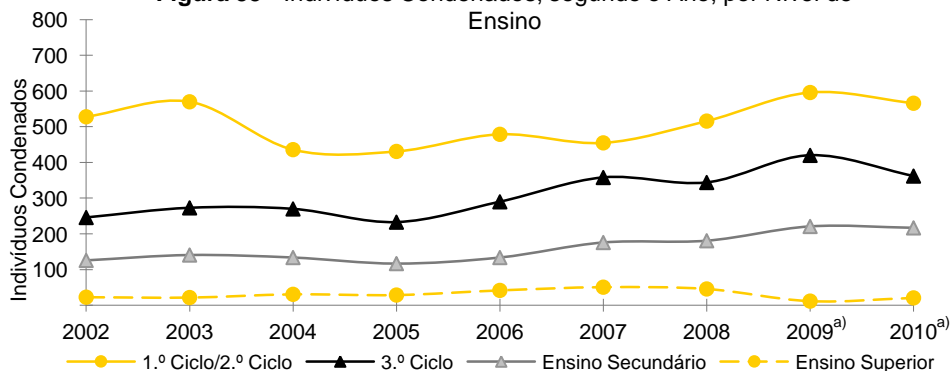
**Quadro 131 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino**  
2002 - 2010

Nível de Ensino	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>	
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>	
Sem Nível de Ensino	50	24	27	22	25	26	36	46	33	
Ensino Básico / 1.º Ciclo	293	300	233	224	220	195	229	265	260	
Ensino Básico / 2.º Ciclo	235	270	203	207	259	260	287	331	306	
Ensino Básico / 3.º Ciclo	246	273	270	233	290	358	344	420	362	
Ensino Secundário	126	141	134	117	134	176	181	221	217	
Ensino Superior	23	22	31	29	42	51	46	12	21	
Outro	4	2	4	9	2	3	8	9	..	
Desconhecido	1 282	1 204	933	784	759	827	682	690	571	

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Figura 55 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino**

a) Ver nota a) do Quadro 131.

Fonte: Quadro 131

**Quadro 132 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional 2010**

Situação Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
Total	2009 <sup>b)</sup>	1 994	1 639	317	38
	2010 <sup>b)</sup>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Empregado		554	407	141	6
Empregado Temporariamente		148	137	9	2
Desempregado		664	558	96	10
Estudante		69	42	27	..
Situação de Reclusão		41	24	17	..
Outra Situação <sup>c)</sup>		34	30	4	..
Desconhecida		260	187	66	7

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

**Quadro 133 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional 2002 - 2010**

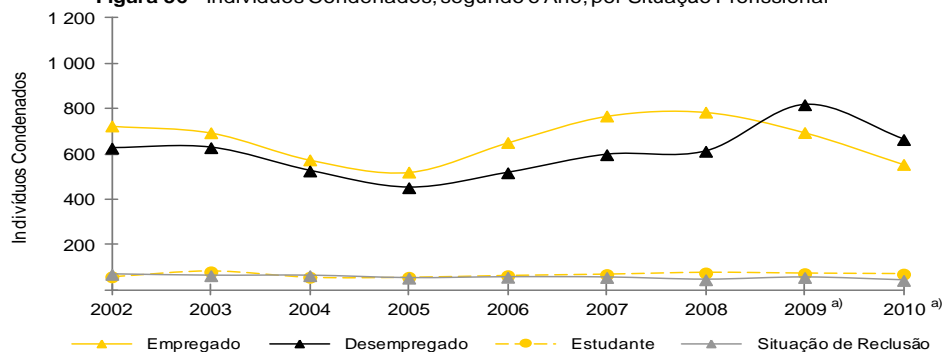
Situação Profissional	Ano								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>a)</sup>	2010 <sup>a)</sup>
<b>Total</b>	<b>2 259</b>	<b>2 236</b>	<b>1 835</b>	<b>1 625</b>	<b>1 731</b>	<b>1 896</b>	<b>1 813</b>	<b>1 994</b>	<b>1 770</b>
Empregado	724	694	574	520	651	768	785	695	554
Empregado Temporariamente	118	92	84	69	40	74	66	52	148
Desempregado	626	628	525	451	517	597	612	818	664
Estudante	57	79	55	55	62	67	74	71	69
Situação de Reclusão	68	62	62	51	55	54	44	54	41
Outra Situação <sup>b)</sup>	67	42	35	34	27	32	38	31	34
Desconhecida	599	639	500	445	379	304	194	273	260

a) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "... não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

**Figura 56 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional**

a) Ver nota a) do Quadro 133.

Fonte: Quadro 133

**Quadro 134 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Profissional**

2010

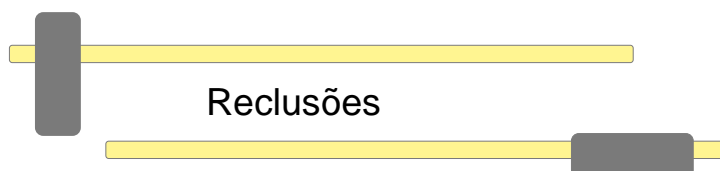
Grupo Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor <sup>a)</sup>	Traf.-Cons.
<b>Total</b>	<b>2009 <sup>b)</sup></b>	<b>1 994</b>	<b>1 639</b>	<b>317</b>	<b>38</b>
	<b>2010 <sup>b)</sup></b>	<b>1 770</b>	<b>1 385</b>	<b>360</b>	<b>25</b>
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas		2	2	..	..
Técnicos e profissionais de nível intermédio		1	1	..	..
Diretores e gerentes de pequenas empresas		12	11	1	..
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia		7	4	3	..
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde		3	3	..	..
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares		3	2	1	..
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas		9	6	3	..
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares		16	10	6	..
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde		4	2	2	..
Profissionais de nível intermédio do ensino		2	2	..	..
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio		12	10	2	..
Empregados de escritório		23	13	10	..
Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares		8	8	..	..
Pessoal dos serviços diretos e particulares, de proteção e segurança		134	103	29	2
Manequins, vendedores e demonstradores		37	34	3	..
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas		45	28	16	1
Agricultores e pescadores - Agricultura e pesca de subsistência		1	1	..	..
Operários, artesãos e trabalhadores similares das indústrias extrativas e da construção civil		316	254	58	4
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares		73	57	16	..
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares		14	12	2	..
Outros operários, artesãos e trabalhadores similares		48	34	13	1
Operadores de instalações fixas e similares		16	13	3	..
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem		12	5	7	..
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis		43	33	10	..
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio		118	97	21	..
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas		4	3	..	1
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes		126	108	17	1
Desconhecido		681	529	137	15

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contraordenação. A situação do cultivo prevista no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nunca deixou de ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei n.º 30/2000. Posteriormente, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, manteve em vigor o n.º 2 do art.º 40 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2009 e 2010 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2011. Os dados relativos a 2010 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2010 que deram entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2011 e 31/03/2012.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE







**Quadro 135 - Total de Reclusos Condenados\* e Reclusos Condenados\* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano**  
Situação a 31/12 de cada ano

Reclusos	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Total de Reclusos Condenados	9 699	10 143	9 973	9 610	9 715	9 260	8 699	8 958	9 306	
Reclusos Condenados ao Abrigo da Lei da Droga	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849	2 026	1 950	

\* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

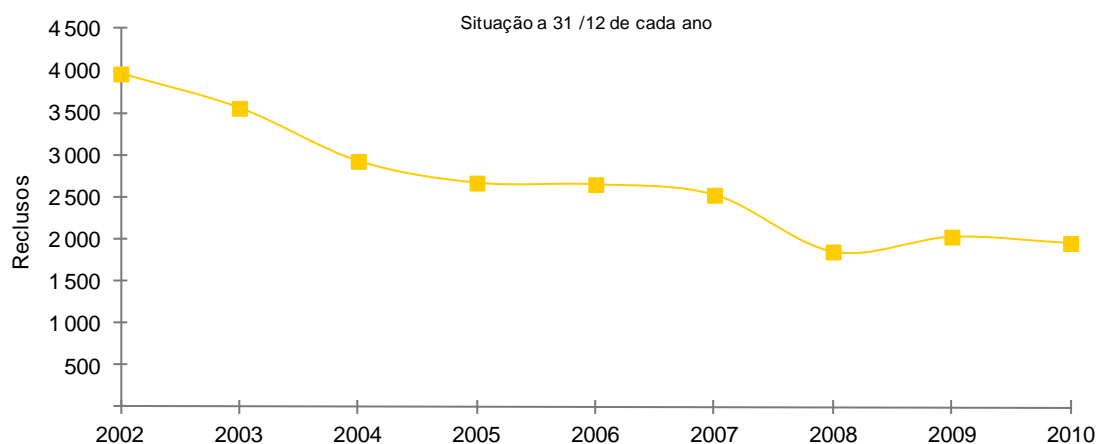
**Quadro 136 - Reclusos Condenados\* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tipo de Crime**  
Situação a 31/12 de cada ano

Tipo de Crime	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>3 967</b>	<b>3 558</b>	<b>2 927</b>	<b>2 669</b>	<b>2 650</b>	<b>2 524</b>	<b>1 849</b>	<b>2 026</b>	<b>1 950</b>	
Tráfico	3 653	3 197	2 601	2 400	2 390	2 284	1 650	1 814	1 753	
Associação Criminosa	86	72	4	4	4	4	1	1	1	
Tráfico de Menor Gravidade	151	183	221	192	188	175	163	178	165	
Precursores	1	1	..	..	..	..	..	..	..	
Tráfico-Consumo	75	92	82	57	53	48	34	32	30	
Consumo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Outro	1	13	19	16	15	13	1	1	1	

\* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

**Figura 57 - Reclusos Condenados\* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano**



\* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Quadro 136

**Quadro 137 - Reclusos Condenados\* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Género e Grupo Etário, por Tipo de Crime\*\* e Nacionalidade**  
Situação em 31/12/2010

Tipo de Crime/ /Nacionalidade	Total			Tráfico			Associação			Tráfico de Menor			Tráfico-Consumo			Consumo <sup>a)</sup>			Outro					
				Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Criminosa			Gravidade			Precusores			Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.
	Total	Nac.	Estr.							Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.						
<b>Situação em 31/12/2009</b>	<b>2 026</b>	<b>1 358</b>	<b>668</b>	1 814	1 178	636	1	1	..	178	149	29	..	..	..	32	29	3	..	..	..	1	1	..
<b>Total</b>																								
<b>Situação em 31/12/2010</b>	<b>1 950</b>	<b>1 276</b>	<b>674</b>	1 753	1 110	643	1	1	..	165	137	28	..	..	..	30	27	3	..	..	..	1	1	..
<b>Masculino</b>	<b>1 710</b>	<b>1 133</b>	<b>577</b>	1 533	985	548	1	1	..	150	124	26	..	..	..	25	22	3	..	..	..	1	1	..
<b>Feminino</b>	<b>240</b>	<b>143</b>	<b>97</b>	220	125	95	..	..	..	15	13	2	..	..	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..
<b>16-20 anos</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	9	6	3	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	9	7	2	8	6	2	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	1	..	1	1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
<b>21-24 anos</b>	<b>93</b>	<b>55</b>	<b>38</b>	81	43	38	..	..	..	10	10	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	79	51	28	68	40	28	..	..	..	10	10	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	14	4	10	13	3	10	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
<b>25-29 anos</b>	<b>313</b>	<b>200</b>	<b>113</b>	275	168	107	..	..	..	33	28	5	..	..	..	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Masculino	278	184	94	243	155	88	..	..	..	31	26	5	..	..	..	4	3	1	..	..	..	..	..	..
Feminino	35	16	19	32	13	19	..	..	..	2	2	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
<b>30-39 anos</b>	<b>729</b>	<b>451</b>	<b>278</b>	650	387	263	..	..	..	67	52	15	..	..	..	11	11	..	..	..	..	1	1	..
Masculino	638	397	241	569	342	227	..	..	..	58	44	14	..	..	..	10	10	..	..	..	..	1	1	..
Feminino	91	54	37	81	45	36	..	..	..	9	8	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
<b>40-49 anos</b>	<b>545</b>	<b>371</b>	<b>174</b>	498	331	167	1	1	..	37	32	5	..	..	..	9	7	2	..	..	..	..	..	..
Masculino	482	328	154	439	291	148	1	1	..	34	30	4	..	..	..	8	6	2	..	..	..	..	..	..
Feminino	63	43	20	59	40	19	..	..	..	3	2	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
<b>50-59 anos</b>	<b>211</b>	<b>158</b>	<b>53</b>	192	142	50	..	..	..	16	13	3	..	..	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	183	138	45	166	124	42	..	..	..	15	12	3	..	..	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	28	20	8	26	18	8	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
<b>≥ 60 anos</b>	<b>49</b>	<b>34</b>	<b>15</b>	48	33	15	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	41	28	13	40	27	13	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	8	6	2	8	6	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

\* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

\*\* Os dados referem-se apenas aos crimes principais cometidos pelos reclusos condenados.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

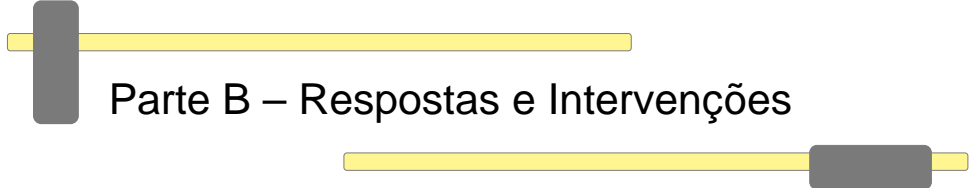
**Quadro 138 - Reclusos Condenados\* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Género e Grupo Etário**  
Situação a 31/12 de cada ano

Grupo Etário/Género	Ano									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Total</b>	<b>3 967</b>	<b>3 558</b>	<b>2 927</b>	<b>2 669</b>	<b>2 650</b>	<b>2 524</b>	<b>1 849</b>	<b>2 026</b>	<b>1 950</b>	
Masculino	3 496	3 144	2 525	2 308	2 276	2 178	1 599	1 789	1 710	
Feminino	471	414	402	361	374	346	250	237	240	
<b>16-20 anos</b>	<b>107</b>	<b>85</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	
Masculino	105	77	22	10	10	10	11	11	9	
Feminino	2	8	3	3	4	3	2	..	1	
<b>21-24 anos</b>	<b>358</b>	<b>260</b>	<b>208</b>	<b>168</b>	<b>166</b>	<b>161</b>	<b>82</b>	<b>95</b>	<b>93</b>	
Masculino	313	240	185	142	139	135	69	80	79	
Feminino	45	20	23	26	27	26	13	15	14	
<b>25-29 anos</b>	<b>743</b>	<b>647</b>	<b>521</b>	<b>472</b>	<b>474</b>	<b>449</b>	<b>294</b>	<b>326</b>	<b>313</b>	
Masculino	657	573	449	413	412	392	258	291	278	
Feminino	86	74	72	59	62	57	36	35	35	
<b>30-39 anos</b>	<b>1 543</b>	<b>1 354</b>	<b>1 103</b>	<b>1 015</b>	<b>1 015</b>	<b>960</b>	<b>684</b>	<b>755</b>	<b>729</b>	
Masculino	1 389	1 212	966	890	889	844	589	668	638	
Feminino	154	142	137	125	126	116	95	87	91	
<b>40-49 anos</b>	<b>935</b>	<b>946</b>	<b>775</b>	<b>717</b>	<b>704</b>	<b>673</b>	<b>522</b>	<b>567</b>	<b>545</b>	
Masculino	817	831	667	618	600	578	455	504	482	
Feminino	118	115	108	99	104	95	67	63	63	
<b>50-59 anos</b>	<b>214</b>	<b>207</b>	<b>230</b>	<b>223</b>	<b>215</b>	<b>210</b>	<b>206</b>	<b>222</b>	<b>211</b>	
Masculino	170	168	186	185	176	172	177	193	183	
Feminino	44	39	44	38	39	38	29	29	28	
<b>≥ 60 anos</b>	<b>67</b>	<b>59</b>	<b>65</b>	<b>61</b>	<b>62</b>	<b>58</b>	<b>48</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	
Masculino	45	43	50	50	50	47	40	42	41	
Feminino	22	16	15	11	12	11	8	8	8	

\* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais





Parte B – Respostas e Intervenções



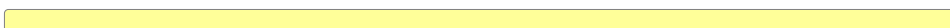


## ÁREAS TRANSVERSAIS

Coordenação

Cooperação Internacional

Informação, Investigação, Formação e Avaliação







## Coordenação

### Resultado a atingir

Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxic dependência.

#### Objetivo

1. Coordenar as ações de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxic dependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
1.2. Criação da Subcomissão sobre Despesas Públicas em matéria de Drogas e Toxic dependências com vista a apurar as despesas públicas diretas e indiretas na área desta política pública.	2009-2012	Coordenador Nacional e representantes na CTCICDT e organismos responsáveis	Apresentação de relatório de atividade.	Apresentação de relatório de atividades.
1.3. Reformulação das Subcomissões.		Coordenador Nacional e CTCICDT	Apresentação de relatório de atividade.	Reformulação das Subcomissões com apresentação de relatório de atividades.

#### Objetivo

2. Mobilizar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxic dependência (CNCDT).

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
2.1. Participação dos representantes no CNCDT em ações e iniciativas nele originadas.	2009-2012	Coordenador Nacional, entidades representadas no CNCDT	Apresentação de relatório de atividade.	Apresentação de relatório de atividades.
2.2. Adopção de medidas que assegurem e reforcem a intervenção dos Municípios no âmbito das ações previstas no Plano de Ação 2009-2012.		Coordenador Nacional	Apresentação de relatório das medidas adotadas.	Apresentação de relatório de atividades.
2.3. Adoção de medidas que facilitem o acesso à intervenção feita a nível nacional, permitindo às Regiões Autónomas a decisão de incorporarem e complementarem as suas políticas regionais de forma harmonizada.		Coordenador Nacional e entidades competentes das Regiões Autónomas	Apresentação de relatório das medidas adotadas.	Apresentação de 3 relatórios de atividades.

**Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.**

Em 2010, distingue-se como aspeto mais significativo nesta área, a remodelação da **Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool**, que passou a ter competências tanto na área dos mercados lícito e ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas como na área do mercado lícito do álcool<sup>1</sup>.

Por esse motivo, os membros do Governo com competências nas áreas da economia e da agricultura, passaram a integrar o Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e, os seus representantes passaram a integrar a respetiva Comissão Técnica. Por sua vez, o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool foi alargado aos representantes da indústria e comércio contendo álcool.

A nova composição da Estrutura de Coordenação implicou, também, a reformulação das Subcomissões da Comissão Técnica, integradas por representantes das instituições públicas com competências nas áreas das drogas, toxicodependências e uso nocivo do álcool com o mandato de promoverem e acompanharem sectorialmente a avaliação interna do *Plano de Ação contra as Drogas e as Toxicodependências 2009- 2012* e do *Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012*.

No que respeita ao desenvolvimento das actividades previstas para 2010, para além da já mencionada reformulação das subcomissões, a Comissão Técnica debruçou-se sobre o modelo do caderno de encargos de avaliação externa do *Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012* (PNCDDT 2005-2012). Por impossibilidade do prazo de entrega desse caderno de encargos, não foi possível iniciar em 2010 o processo de adjudicação da avaliação externa do PNCDDT 2005-2012.

No sentido de *mobilizar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Combate à Droga e à Toxicodependência (CNCDDT)* [objetivo operacional 2], no que respeita à *adoção de medidas que assegurem e reforcem a intervenção dos Municípios no âmbito das ações previstas no Plano de ação 2009-2012* [ação 2.2], foi celebrado um protocolo com a CGTP-IN para o *Desenvolvimento do projeto Eurídice em autarquias e empresas*. No âmbito do mesmo objetivo, mas no sentido de *adotar medidas que facilitem o acesso à intervenção feita a nível nacional, permitindo às Regiões Autónomas a decisão de incorporarem e complementarem as suas políticas regionais de forma harmonizada* [ação 2.3], celebrou-se um Protocolo entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma da Madeira (RAM) e o IDT, I.P. relativo à formação de técnicos de saúde da RAM e desenvolvimento de ações, projetos e programas, no âmbito da área de missão da redução da procura. Foi também celebrado um Acordo de Cooperação, entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da RAM e o IDT, I.P., definindo os procedimentos que obrigam os outorgantes na cooperação para o tratamento de doentes toxicodependentes ou com problemas ligados ao uso nocivo do álcool, residentes na RAM. O IDT, I.P. deu, ainda, parecer sobre o *Plano Regional contra as Drogas e as Toxicodependências* elaborado pela Região Autónoma dos Açores.

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de abril, que altera o Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de janeiro.

## Cooperação Internacional

### Resultado a atingir

Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.

#### Objetivo

4. Criar condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
4.1. Coordenação entre os diferentes Ministérios/Serviços de modo a permitir uma ação articulada na defesa das posições nacionais.	2009-2012	IDT, I.P.	Ministérios / Serviços contactados.	IDT, I.P. – 4 contactos.

#### Objetivo

5. Identificar novos Acordos Bilaterais, que incluam a luta contra a droga e a toxicodependência.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
5.1. Atualização da lista dos Acordos Bilaterais existentes.	2009-2012	IDT, I.P., MNE e MJ	Actualizações anuais.	IDT, I.P. – 1 atualização.

#### Objetivo

6. Centralizar a informação sobre os projetos na área da droga e da toxicodependência.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
6.1. Atualização da informação da base de dados.	2009-2012	IDT, I.P.	Actualizações anuais.	IDT, I.P. – 1 atualização.

**Resultado a atingir**

Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas.

**Objetivo**

7. Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
7.1. Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho que abordam a problemática das drogas <sup>2</sup> .	2009-2012	IDT, I.P. e Ministérios e Serviços com competência em matéria de drogas	N.º de reuniões/N.º de instituições representadas.	IDT, I.P. – 10 participações nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas.
7.2. Participação nas Conferências promovidas pela Presidência da UE em exercício.		IDT, I.P.	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 2 presenças.
7.3. Participação nas reuniões de Coordenadores Nacionais de Droga.				IDT, I.P. – 2 presenças.
7.4. Participação nos diversos <i>fora</i> de troca de informação.		PJ, SIED e SIS		IDT, I.P. – 2 presenças nas reuniões do <i>Board</i> da ICAA ( <i>International Council on Alcohol and Addictions</i> ); PJ – Participação em 64 reuniões / conferências internacionais, no âmbito de vários grupos de trabalho.

**Objetivo**8. Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
8.1. Participação nas reuniões da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas.	2009-2012	IDT, I.P., MNE e outros Ministérios / Serviços sempre que se justifique	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 2 presenças.
8.2. Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do OICE.		IDT, I.P.	N.º de respostas enviadas. N.º de esclarecimentos solicitados	IDT, I.P. – resposta a todos os esclarecimentos solicitados.
8.3. Participação nas reuniões da HONLEA.		PJ	N.º de presenças.	PJ – participação numa reunião.
8.4. Dar resposta aos questionários da HONLEA.			Resposta enviada no prazo estabelecido.	PJ - resposta a todas as respostas solicitadas.

<sup>2</sup> Designadamente: Grupo Horizontal Drogas, Grupo de Saúde Pública, Grupo da Cooperação Policial, Grupo Multidisciplinar do Crime Organizado, Grupo da Cooperação Aduaneira, entre outros.

**Objetivo**

9. Manter o nível de participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
9.1. Participação nas reuniões de Correspondentes Permanentes	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 3 presenças.
9.2. Manutenção do nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho.		IDT, I.P., PJ e DGAIEC	N.º de presenças.	IDT, I.P. – 10 presenças. PJ – presença em diversas reuniões de coordenação. DGAIEC – participação em 1 reunião Plataforma Aeroportos.
9.3. Participação em iniciativas organizadas sob a égide do Grupo Pompidou.			N.º de participações.	IDT, I.P. – 15 participações. PJ – 1 participação. DGAIEC – participação na operação ARIANE, Plataforma Aeroportos e OMA.

**Objetivo**

10. Desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação activa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais actividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo activamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
10.1. Participação em projectos operacionais de prevenção e combate à produção e tráfico de estupefacientes, tráfico de precursores e branqueamento de capitais derivado de tais actividades.	2009-2012	PJ	N.º de participações.	PJ – participação em projetos operacionais, de âmbito nacional e internacional em cooperação com entidades nacionais e estrangeiras. No âmbito internacional, para além do intenso fluxo de troca de informação entre vários Estados, foram promovidas, pelo menos, 7 reuniões operacionais e/ou operações conjuntas, com vista à agilização e à coordenação da investigação criminal, a decorrerem em vários Estados.
10.2. Participação em iniciativas e projectos destinados a fomentar e melhorar a troca de informação sobre grupos criminosos e <i>modi operandi</i> .			N.º de participações.	PJ – participação em várias reuniões de âmbito internacional das quais e podem destacar sob a égide do Conselho da Europa e do OEDT a <i>First European Conference on Drug Supply Indicators</i> e sob a égide da INTERPOL a <i>2<sup>nd</sup> Working Group Meeting on Project White Flow</i> nas quais se abordaram questões de âmbito estratégico e operacional ao nível da troca de informação policial.
10.3. Participação em iniciativas visando o intercâmbio de informação sobre técnicas e boas práticas em matéria de prevenção e repressão da produção e tráfico de estupefacientes, tráfico de precursores e de branqueamento de capitais.			N.º de participações.	PJ – 9 participações.

**Objetivo**

**10.** Desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação activa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais actividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo activamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>10.4.</b> Assegurar os níveis de troca de informação com Europol mantendo a participação nos diversos ficheiros de análise e alimentando o sistema de informações.			N.º de <u>informações trocadas</u> N.º de informações inseridas.	PJ – Participação ativa em vários ficheiros de análise da EUROPOL assim como em diversos projetos de intercâmbio de informação. Independentemente da troca de informação relativa a esses ficheiros de análise e projetos, foi enviada regularmente para a EUROPOL informação sobre investigações em curso em Portugal.
<b>10.5.</b> Participação em reuniões promovidas pela EUROPOL e EUROJUST.		PJ, DGAIEC e PGR	N.º de presenças.	PJ - 8 participações em reuniões promovidas pela EUROPOL e EUROJUST.
<b>10.6.</b> Participação em operações internacionais conjuntas, designadamente da iniciativa do Grupo de Cooperação Aduaneira.		PJ e DGAIEC	N.º de participações.	<p>PJ – Participação e cooperação, mediante o fluxo de informação operacionalizado por Secções de Informação, através dos Oficiais de Ligação, em permanência na Venezuela e nos organismos EUROPOL, MAOC-N e CeCLAD-M, bem como, através de funcionários de investigação criminal, destacados com a missão de procederem a assessoria às direções de Polícia Judiciária dos países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.</p> <p>DGAIEC – 3 participações: operações ENTENTE, ULYSSE e GLOBAL EUROPEIA, destinadas, designadamente, a prevenir o tráfico de mercadorias sujeitas a proibições e/ou restrições, nas quais se incluem os estupefacientes.</p>

**Objetivo**

**11.** Assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em acções operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>11.1.</b> Participação em acções operacionais de investigação e prevenção/fiscalização do tráfico de estupefacientes e precursores no respeito pelas competências de cada uma das entidades nacionais responsáveis.	2009-2012	PJ e DGAIEC	N.º de participações.	<p>PJ/UNCTE - Diversas investigações, resultando destas a apreensão de drogas e detenção de indivíduos.</p> <p>DGAIEC - 3 participações: Iniciativa PILAR do projeto PRISM; operação DICE II, do projeto COHESION ambos, promovidos pelo INCB da ONU; Participação na operação COCAIR II organizada pela OMA.</p>

**Objetivo**

11. Assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em acções operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
11.2. Assegurar a regular troca de informação com a INTERPOL e a OMA no respeito pelas competências de cada uma das entidades nacionais responsáveis.			N.º de informações trocadas.	PJ – Colaboração ativa com a INTERPOL, através do Gabinete Nacional INTERPOL, integrado na orgânica da PJ. O fluxo de informação é intenso, não sendo possível referir o número de informações.
11.3. Participação em reuniões promovidas pela INTERPOL, OMA e outras organizações internacionais.			N.º de participações.	PJ – Participação em diversas reuniões promovidas pela INTERPOL, nomeadamente, no âmbito do projeto <i>White Flow</i> e outras relacionadas, nomeadamente, com a problemática da África Ocidental.
11.4. Participação em projectos de cooperação e apoio a países terceiros promovidos por organizações internacionais.			PJ	N.º de participações.

**Objetivo**

12. Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
12.1. Promoção da articulação entre o OEDT e o Estado português.	2009-2012	IDT, I.P. e MNE	<u>N.º de contactos</u> N.º de solicitações de apoio.	IDT, I.P. – resposta a todas as solicitações do OEDT.
12.2. Implementação dos Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso.		IDT, I.P.	Relatórios anuais de implementação e <i>feedback</i> . <u>N.º de tarefas cumpridas</u> N.º de tarefas solicitadas.	IDT, I.P. – efetuados 3 relatórios anuais de implementação e feedback; Cumpridas todas as tarefas definidas no acordo anual Subvenção Reitox.

**Resultado a atingir**

Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes.

**Objetivo**

**13.** Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>13.1.</b> Promoção do intercâmbio de experiências e de técnicos.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de intercâmbios / Ano.	IDT, I.P. – promovidos 11 intercâmbios.
<b>13.2.</b> Facilitação da mobilidade de toxicodependentes em tratamento.			<u>N.º de encaminhamentos feitos</u> N.º de encaminhamentos solicitados.	IDT, I.P. – efetuados todos os encaminhamentos solicitados.
<b>13.3.</b> Participação em projectos de intervenção transfronteiriços.			N.º de projectos e N.º de parcerias.	IDT, I.P. – participação num projeto de intervenção transfronteiriço.

**Objetivo**

**14.** Reforçar as relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>14.2.</b> Desenvolvimento de iniciativas e projetos destinados a reforçar a cooperação e intercâmbio de informações em matéria de redução da procura e de redução da oferta.	2009-2012	IDT, I.P., PJ, DGAIEC, SIED e SIS	N.º de iniciativas / projetos desenvolvidos.	IDT, I.P. – desenvolvido 1 projeto.  PJ – Desenvolvimento de esforços para aprofundar relações de cooperação, através de funcionários de investigação criminal destacados com a missão de procederem Assessoria às direções de Polícia Judiciária, dos países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; Execução de uma entrega controlada com destino a Cabo Verde; Assegurada a presença em 6 reuniões dos Chefes de Unidades Nacionais EUROPOL, em 1 reunião de Chefes das Agências Nacionais – Combate ao Tráfico de Drogas América Latina e Caraíbas, e na <i>First European Conference on Drug Supply Indicators</i> ; Desenvolvimento de 9 ações de formação tendo como destinatários funcionários de polícias e Magistrados da CPLP.

**Objetivo**

15. Desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
15.1. Organização e participação em Operações Internacionais Conjuntas, no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias envolvidas.	2009-2012	PJ e DGAIEC	N.º de operações organizadas e participadas.	DGAIEC – 1 participação na operação ALCHEMIST, organizada pela DG TAXUD.
15.2. Participação, juntamente com outros países da UE, em projectos específicos de troca de informação sobre o controlo de precursores.			N.º de participações.	DGAIEC – 1 participação na operação ALCHEMIST, organizada pela DG TAXUD.

**Objetivo**

16. Consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
16.1. Regular troca de informações utilizando os sistemas informáticos existentes ou a criar.	2009-2012	PJ e DGAIEC	Existência e utilização de mecanismos de troca de informações.	<p>PJ – Dinamização dos canais de troca de informação, comunicação e cooperação institucional, mediante a promoção de reuniões nacionais e internacionais, dos Oficiais de Ligação na EUROPOL, MAOC-N, CeCLAD-M e na Venezuela, dos funcionários destacados nos PALOP e, sempre que necessário, dos canais EUROPOL, EUROJUST, INTERPOL, SIRENE, entre outros.</p> <p>DGAIEC – regular troca de informações, utilizando sistemas informáticos nacionais, comunitários ou internacionais.</p>

**Objetivo**

17. Consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer na que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
17.2. Intensificação da troca de informação de carácter operacional e estratégico sobre as actividades de tráfico ilícito de estupefacientes e branqueamento de capitais com impacto na Península Ibérica e na UE.	2009-2012	PJ	Relatório de avaliação.	<p>PJ – Apesar de não ser possível quantificar o número de informações trocadas com as autoridades espanholas, o fluxo de informação foi elevado e intenso;</p> <p>Sempre que se justificou, foram iniciadas investigações coordenadas sobre grupos de indivíduos que desenvolvem atividade delituosa em território espanhol e português, tendo-se efetuado, sempre que necessário, deslocações da PJ a Espanha para estabelecimento de uma base de concertação das operações.</p>

**Objetivo**

**18.** Intensificar a cooperação policial com os Países Baixos, uma vez que é deste país que procede muita da heroína e do ecstasy que é consumido em Portugal.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>18.1.</b> Desenvolvimento de projectos de intercâmbio de informação.	2009-2012	PJ	N.º de projectos desenvolvidos.	PJ – Manutenção da troca de informações e o nível de cooperação com as autoridades holandesas, em particular através do seu Oficial de Ligação destacado no MAOC-N.

**Objetivo**

**19.** Reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>19.1.</b> Implementação do Acordo Bilateral Portugal/Brasil, designadamente executando o Termo de Convénio relativo à rede conjunta de investigadores.	2009-2012	IDT, I.P.	Implementação da rede.	IDT, I.P. – Implementação da rede.
<b>19.2.</b> Intensificação da cooperação policial com os países da América Latina, em especial o Brasil, Venezuela e Colômbia, através do aumento da troca de informação e do desenvolvimento de projectos operacionais.		PJ	N.º de projectos desenvolvidos.	PJ – Manutenção de um Oficial de Ligação na Venezuela; solicitadas diligências às autoridades peruanas, através de Carta Rogatória.

**Objetivo**

**20.** Implementar estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>20.1.</b> Agilizar os mecanismos de circulação da informação e de tomada de decisão.	2009-2012	PGR, PJ e DGAIEC	N.º de entregas controladas efectuadas por ano.	PJ – Efetuadas 7 entregas controladas que tinham como origem o Brasil, Índia, Bolívia, Trinidad e Tobago e Venezuela e como destino Espanha, Cabo Verde e Portugal.

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

O ano de 2010 foi, em grande medida, marcado, no plano internacional, pela implementação das novas orientações assumidas em 2009, iniciando-se, no quadro das Nações Unidas, à execução do estipulado na *Declaração Política* e nos *Planos de Ação* adotados em 2009. O IDT, I.P. participou ativamente na preparação da 53.<sup>a</sup> Sessão da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND) e coordenou a participação nacional. No âmbito das Nações Unidas, o IDT, I.P. acompanhou a conclusão dos trabalhos que procederam à revisão do Questionário Anual das Nações Unidas (ARQ), aprovado pela Intercessão da CND, em dezembro<sup>3</sup>. Refira-se, ainda, a participação do IDT, I.P., na Conferência Ministerial do Grupo Pompidou, que teve lugar em novembro, em Estrasburgo, onde foi adotada uma nova Declaração Política e o Programa de Trabalho 2011-2014.

No que respeita à cooperação com os países da América Latina, importa destacar a participação de Portugal, através do IDT, I.P., no programa de Cooperação entre a América Latina e a União Europeia sobre políticas de luta contra a droga (**programa COPOLAD**), que tem como objetivo reforçar as capacidades e incentivar o processo de elaboração de políticas de luta contra a droga, nas suas diferentes etapas nos países da América Latina, bem como estabelecer uma ponte entre os dois continentes, nesta matéria. O referido programa, com a duração de 42 meses e um orçamento de 6 milhões de euros, é liderado pela Espanha e conta, ainda, com a participação da França, Alemanha, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. O IDT, I.P., acompanhou todo o processo e coordenará, a partir de janeiro de 2011, a participação nacional no programa.

Em 2010, fruto da **visibilidade internacional que a política portuguesa em matéria de drogas suscitou** nos últimos dois anos, o IDT, I.P. recebeu meios de comunicação estrangeiros e delegações institucionais de outros países, que visitaram Portugal, para conhecer *in loco* os resultados da política nacional e a implementação da Lei da Descriminalização. O ano em análise foi fortemente marcado pelas solicitações externas que o Presidente do IDT, I.P. e Coordenador Nacional recebeu, para se deslocar a vários países e participar em eventos para dar a conhecer os resultados da política portuguesa em matéria de drogas. Destaque-se, ainda, a intervenção do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, na sessão inaugural da CND, em que referiu os resultados positivos da política nacional em matéria de drogas e realçou a importância da recolha de dados nesta matéria, na elaboração de medidas concretas e fidedignas, baseadas em evidência científica, dando especial enfoque à política de descriminalização<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Este questionário, cujo preenchimento nacional é coordenado pelo IDT, I.P., é um instrumento de monitorização associado às Convenções das Nações Unidas que incluirá um novo conjunto de questões relativas à *Declaração Política* e ao *Plano de Ação* adotados em 2009.

<sup>4</sup> O Secretário de Estado da Saúde, na sua intervenção, mencionou que as Nações Unidas, inicialmente apreensivas com a adoção desta política, reconheceram no *World Drug Report 2009*, apresentado em junho de 2009 pelo UNODC, que a descriminalização do consumo de drogas em Portugal se enquadra no estipulado na Convenção das Nações Unidas de 1961, uma vez que a posse e o consumo de drogas continuam a ser proibidos, embora sujeitas a sanções de natureza administrativa e não do foro criminal.

No sentido de *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Ação da União Europeia na área das Drogas e das Toxicodependências em matéria de luta contra a droga* [objetivo operacional 7], os trabalhos desenvolvidos em sede do Grupo Horizontal Drogas (GHD)<sup>5</sup>, cuja representação nacional é assegurada pelo IDT, I.P., MNE e REPER, levou à discussão e posterior aprovação dos seguintes documentos:

- Conclusões do Conselho sobre sistemas de recolha de informação em matéria de luta contra a droga;
- Conclusões do Conselho relativas ao controlo da aviação não comercial, para o tráfico de droga;
- Conclusões do Conselho sobre a prevenção dos riscos associados ao uso ilícito de drogas em espaços recreativos.

No plano normativo, o Jornal Oficial da UE publicou a, 2 de dezembro, a **Decisão do Conselho sobre a aplicação de medidas de controlo à mefedrona**. O IDT, I.P. diligenciou no sentido de submeter a substância em apreço a medidas de controlo nacional, dando início à tramitação processual necessária à alteração legislativa, que se traduz na inclusão da mefedrona numa das tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. Durante o segundo semestre foi também debatida, no GHD, a **proposta da Bolívia de emenda do artigo 49º da Convenção Única das Nações Unidas sobre Estupefacientes**, com vista à eliminação do n.º 2 da alínea e), que estipula a abolição de mascar folha de coca. As autoridades bolivianas sustentam o seu pedido na necessidade de ser respeitada a herança cultural da Bolívia, as tradições e os costumes indígenas.

O IDT, I.P. assegurou a representação nacional, juntamente com o Coordenador Nacional, nas **Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga**, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da União Europeia, respetivamente, pela **Presidência Espanhola** (em abril, em Madrid) e pela **Presidência Belga** (em novembro, em Bruxelas). Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional e a análise das possibilidades de reforço da cooperação.

Em março, em Madrid, a Presidência espanhola organizou uma **Conferência Europeia sobre uma Abordagem Integrada das Políticas de Droga**, que constituiu uma plataforma de intercâmbio de informação e de experiências, no âmbito da EU, sobre a organização das estruturas administrativas competentes, em matéria de drogas e os mecanismos de coordenação. O IDT, I.P. participou nesta conferência, juntamente com o Coordenador Nacional e Presidente do IDT, I.P., o qual apresentou a estrutura de coordenação nacional em matéria de drogas, bem como na conferência organizada pela Comissão Europeia, com um envolvimento ativo da Presidência Belga, designada **Conferência sobre Indicadores para a Redução da Oferta**, que teve lugar em outubro, em Bruxelas. Este evento surge na sequência do trabalho encetado pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) para desenvolver e implementar indicadores nesta área.

<sup>5</sup> Grupo Transpillar do Conselho da UE responsável pela Coordenação das políticas e estratégias em matéria de drogas.

No sentido de *promover a presença portuguesa nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS* [objetivo operacional 8], o IDT, I.P. participou ativamente em toda a preparação da **53ª Sessão da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND)**, estrutura que no âmbito das Nações Unidas é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicod dependência.

No âmbito do [objetivo operacional 9], o fato mais significativo *da participação de Portugal no Grupo Pompidou do Conselho da Europa* (Grupo de Cooperação de Combate ao Uso, Abuso e Tráfico de Drogas) foi a conclusão do processo de escolha da nova Presidência para o período 2011-2014, no âmbito do qual Portugal desempenhou as funções de Amigo do Presidente. Essa função consiste em sondar os representantes dos países potenciais interessados e gerar consensos no sentido que a eleição decorra efetivamente como uma nomeação unanimemente aceite por todos.

Contribuindo para *assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, atuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas atividades e programas* [objetivo operacional 12], salienta-se a elaboração e envio para o OEDT, do **Relatório Nacional de 2010** (dados de 2009), *Portugal New development, trends and in-depth information on selected issues* e dos **Selected issues History, methods and implementation of national treatment guidelines** e *Cost of drug related treatment in Europe: a comparative analysis*, bem como o preenchimento e submissão das **tabelas estandardizadas e questionários** estruturados na aplicação FONTE do OEDT. É de realçar, igualmente, a elaboração do **Country Overview**, que consiste num resumo da situação portuguesa em matéria de droga e do **Final Activity Report do OEDT**, com o ponto de situação dos 5 Indicadores-Chave<sup>6</sup>. O IDT, I.P. acompanhou a participação dos peritos nacionais nas reuniões destes Indicadores.

No que respeita ao *reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes* [objetivo operacional 19], refere-se, ainda, a participação do IDT, I.P. no **programa de Parcerias entre Cidades da Europa e da América Latina**, desenvolvido pela CICAD, em colaboração com a Comissão Europeia, que visa contribuir para a melhoria da capacidade de tomada de decisões, a nível local, em matéria de políticas sobre tratamento de toxicod dependentes<sup>7</sup>. No decorrer de 2010 o IDT, I.P. acompanhou a realização de duas Cimeiras sobre o programa, uma em Lugo (Espanha), em abril, e a outra em Coimbra, no mês de setembro.

---

<sup>6</sup> *Prevalence and patterns of drug use among the general population; Drug-related treatment demand; Drug related infectious diseases; Problem Drug Use; Drug related deaths.*

<sup>7</sup> No caso português a cidade representada é Coimbra, estando o programa a ser acompanhado pela Delegação Regional do Centro e pelo Núcleo de Relações Internacionais, do IDT, I.P..

## Direcção Geral de Política Externa

A Direcção Geral de Política Externa acompanha as vertentes externas e multilaterais das questões ligadas à cooperação internacional, no quadro da luta contra a produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas.

As instâncias europeias deram continuidade à execução da *Estratégia da UE de Luta Contra a Droga 2005-2012*, tal como definida no respetivo *Plano de Ação 2009-2012*.

A **Presidência Espanhola** manteve o tema da **África Ocidental**, no topo da agenda externa da UE, o que contribuiu para reafirmar a importância atribuída por Portugal, durante a sua Presidência da UE, sobre a necessidade de colaborar com os países daquela região de África, no que se refere à luta contra o tráfico de drogas e à redução da procura. No primeiro semestre, foi aprovado um documento, com o objetivo de melhorar a cooperação na luta contra a criminalidade organizada, em especial o tráfico de droga proveniente da África Ocidental, e organizado um *workshop* sobre a luta contra o crime organizado na rota da cocaína, no âmbito do Instrumento de Estabilidade da UE. Esta Presidência realizou, ainda, a Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Cooperação e Coordenação entre a UE e a América Latina e Caraíbas, onde foi adotada a *Declaração de Madrid* sobre a intensificação da coordenação política e da cooperação entre as duas regiões para combater o problema mundial da droga.

A **Presidência Belga** atribuiu particular atenção à implementação do **Pacto Europeu para a luta contra o tráfico internacional de drogas** adotado pelo Conselho (3 e 4 de junho), tendo-se realizado, no mês de outubro, em Paris, as primeiras reuniões de dois dos três grupos de trabalho constituídos, no âmbito daquele pacto (o grupo cocaína e o grupo relacionado com os produtos do crime), nas quais Portugal participou. Realizou-se em Bruxelas uma Conferência sobre a cooperação da UE com a África Ocidental em matéria de aplicação da lei.

### De realçar, ainda:

- No quadro da concertação de posições da UE junto das Nações Unidas, a preparação da 53.<sup>a</sup> sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND), que se realizou em Viena (março), em que, de um total de 16 resoluções, a UE foi o grupo regional com mais resoluções apresentadas (3), tendo ainda copatrocinado resoluções apresentadas por outros países (6).
- A defesa de Portugal, nas reuniões de coordenação da UE no âmbito da CND, do copatrocinio da resolução sobre *Measures to protect children and young people from drug abuse* (Resolução n.º 53/10).
- A participação ativa de Portugal no projeto SEACOP, no contexto do MAOC-N (Cooperação no âmbito do combate ao tráfico de droga por via marítima na África Ocidental), no âmbito do qual assegurou formação em Cabo Verde, relacionada com o tráfico de drogas por via marítima.

## Polícia Judiciária

A cooperação com as autoridades de aplicação da lei de outros países e com organizações internacionais é, cada vez mais, um dos eixos estruturantes do combate ao tráfico de estupefacientes, atenta a dimensão verdadeiramente global desta atividade ilícita.

A importância da cooperação internacional ganha particular relevo na atividade desenvolvida pela Polícia Judiciária (PJ) uma vez que o território nacional é umas das portas de entrada de grandes quantidades de cocaína e de haxixe para a União Europeia, resultando daí especiais responsabilidades para as autoridades nacionais em matéria de proteção da fronteira externa da União.

Nesse sentido, a PJ, no âmbito do intercâmbio de informações com congéneres estrangeiras e na cooperação em missões que requerem colaboração internacional tem, ao longo dos anos, participado nesse esforço conjunto de repressão ao fenómeno do tráfico internacional de droga, mantendo-se tal tendência em 2010.

Com vista ao fortalecimento da *participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo ativamente para a execução dos Planos de Ação da UE na área da Droga e das Toxicodependências* [objetivo operacional 7], a PJ participou em cerca de 64 reuniões/conferências, no âmbito dos grupos preparatórios das Decisões do Conselho da Europa, Grupo Pompidou, Interpol, Europol, tendo também assegurado a participação externa em outras organizações intergovernamentais e redes internacionais.

No que respeita à *promoção da presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS* [objetivo operacional 8], a PJ participou na reunião anual da HONLEA, bem como *contribuindo para manter o nível de participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa* [objetivo operacional 9], assegurou a sua presença em diversas reuniões de coordenação, ao nível nacional e internacional, fornecendo informação diversa de âmbito operacional, situacional e estratégico.

No sentido de *desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado* [objetivo operacional 10 (ação 10.4)], a PJ participou ativamente em vários ficheiros de análise da EUROPOL, assim como, em diversos projetos de intercâmbio de informação. Independentemente da troca de informação relativa a esses ficheiros de análise e projetos, foi enviada para a EUROPOL, sempre que se justificou, informação sobre investigações em curso em Portugal. Para além do referido fluxo de informação, importa assinalar que sempre que são detidos cidadãos estrangeiros em Portugal ou sempre que se justifique, é enviada informação para a OIPC – Interpol. A PJ participa frequentemente em reuniões da EUROPOL [ação 10.5], por exemplo, reuniões no âmbito dos Ficheiros de Análise (AWF),

assegurando essa participação, frequentemente, por 2 Oficiais de Ligação, colocados em permanência junto daquele organismo europeu. No âmbito da EUROJUST, sempre que necessário, foram efetuadas reuniões de coordenação operacional. Excluindo a atividade permanente dos referidos Oficiais de Ligação, destacados em Haia, registaram-se 8 participações em reuniões, promovidas pela EUROPOL e EUROJUST.

Quanto à *participação em projetos de cooperação da União Europeia com países terceiros e organizações internacionais* [ação 10.7], a participação e cooperação da PJ, efetuou-se mediante o fluxo de informação operacionalizado por Secções de Informação, através dos Oficiais de Ligação, em permanência na Venezuela, e nos organismos EUROPOL, MAOC-N e CeCLAD-M, bem como, através de funcionários de investigação criminal, destacados com a missão de procederem a assessoria às direções de Polícia Judiciária, dos países Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

No sentido de *assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua* [objetivo operacional 11], a PJ colaborou ativamente com a INTERPOL, através do Gabinete Nacional INTERPOL, integrado na orgânica da PJ [ação 11.2], participando, sempre que possível, em reuniões deste organismo, como é o caso das reuniões no âmbito do projeto *White Flow* ou *Interpol Working Party Information Technology Crime*.

Visando o *reforço das relações de colaboração/ cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP* [objetivo operacional 14], através de funcionários de investigação criminal destacados com a missão de procederem Assessoria às direções de Polícia Judiciária, dos países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e, também, Timor-Leste, a PJ desenvolveu esforços no sentido de aprofundarem as relações de cooperação entre esses países e Portugal [ação 14.2]. No plano operacional, procedeu-se à execução de uma entrega controlada com destino a Cabo Verde. Refira-se a presença da PJ em 6 reuniões dos Chefes de Unidades Nacionais Europol, em 1 reunião de Chefes das Agências Nacionais – Combate ao Tráfico de Drogas América Latina e Caraíbas, e na *First European Conference on Drug Supply Indicators*. Refira-se, ainda, o desenvolvimento de 9 ações de formação tendo como destinatários funcionários de polícias e Magistrados da CPLP.

Tendo em vista *reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes* [objetivo operacional 19], para além dos acordos, protocolos, memorandos e convénios existentes entre Portugal e os países da América Latina e Caraíbas, designadamente, com a Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Paraguai, Uruguai e Argentina, a PJ detém um Oficial de Ligação na Venezuela. No decurso de 2010 foram solicitadas diligências às autoridades peruanas, através de Carta Rogatória.

No que diz respeito à *implementação de estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas* [objetivo operacional 20], foram efetuadas 7 Entregas Controladas, tendo sido possível efetuar 7 detenções. As entregas controladas tinham como origem o Brasil, Índia, Bolívia, Trinidad e Tobago e Venezuela, e como destino Espanha, Cabo Verde e Portugal. Refira-se, no que respeita a acordo/protocolos com os países identificados como pontos de origem, bem como de proveniência de estupefacientes destinados a Portugal ou que transitam no nosso país (ação 20.2), a aprovação da **Resolução da Assembleia da República n.º 75/2010**, de 18 de junho, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 77/2010, de 22 de julho, do Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia no Domínio do Combate à Criminalidade, assinado em Lisboa, a 24 de junho de 2008.

## Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

No sentido de *fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno da droga* [objetivo operacional 9], a Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) participou na reunião da Plataforma Aeroportos [ação 9.2] e na operação ARIANE, organizada sobre a égide do Grupo Pompidou – Plataforma Aeroportos e Organização Mundial das Alfândegas (OMA) [ação 9.3].

Tendo em vista *desenvolver a cooperação com outros Estados Membros da UE e assegurar a participação ativa de Portugal, sempre que justificado, em iniciativas comunitárias destinadas a prevenir e combater mais eficazmente a produção e o tráfico organizados de estupefacientes, precursores e o branqueamento de capitais originado por tais atividades, assegurando, igualmente, a plena cooperação com os organismos comunitários competentes, designadamente a EUROPOL e a EUROJUST, contribuindo ativamente para o reforço do papel dos mesmos no combate ao crime organizado* [objetivo operacional 10], a DGAIEC participou nas operações **ENTENTE**, **ULYSSE** e **GLOBAL EUROPEIA**, destinadas, designadamente, a prevenir o tráfico de mercadorias, sujeitas a proibições e/ou restrições, nas quais se incluem os estupefacientes [ação 10.6].

No sentido de *assegurar a plena cooperação com organismos internacionais, designadamente com a INTERPOL e a OMA, de molde a responder aos compromissos assumidos, nomeadamente através da participação em ações operacionais, da regular troca de informação e assistência mútua* [objetivo operacional 11], refira-se a participação na iniciativa **PILAR**, no âmbito do projeto **PRISM**, e na operação **DICE II**, no âmbito do **projeto COHESION**, sendo ambos os projetos, promovidos pelo INCB da ONU. Participou, ainda, na operação **COCAIR II**, organizada pela OMA.

Contribuindo para *desenvolver e participar em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores* [objetivo operacional 15], refira-se a participação na **operação ALCHEMIST** e na organização da **DG TAXUD**.

A DGAIEC efetua regular troca de informações, utilizando os sistemas informáticos nacionais (DGAIEC), comunitários (DG TAXUD, OLAF) ou internacionais (WCO), *consolidando e incrementando o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública* [objetivo operacional 16].

No que diz respeito à *implementação de estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas* [objetivo operacional 20], a DGAIEC apenas facilita a organização de entregas controladas a serem efetuadas pela PJ.

## Informação, Investigação, Formação e Avaliação

### Resultado a atingir

Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, por forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

#### Objetivo

21. Alargar, consolidar e otimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT).

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
21.1. Reforço da articulação entre os sistemas de informação de rotina dos registos gerais e específicos de mortalidade, e exploração das suas potencialidades.	2009-2012	IDT, I.P., DGS, INE, INML, I.P.	Relatório sobre os resultados alcançados	IDT, I.P. /INML, I.P. – relatório sobre os resultados alcançados da exploração dos sistemas de informação relativos aos certificados médicos de óbito das autopsias feitas a nível do INML, I.P..
21.3. Alargamento da rede de serviços-fonte de dados sobre os problemas de saúde relacionados com o consumo de drogas.		IDT, I.P. e outros Serviços do MS	Δ (N.º de serviços-fonte 2008-2012)	IDT, I.P. – relatório com a informação harmonizada recolhida em diferentes serviços – fontes, sobre doenças infecciosas dos utentes a nível de diferentes estruturas de tratamento; Envio de informação portuguesa para incorporar no Relatório do OEDT, sobre um estudo piloto sobre preços por grosso, desta agência europeia; Introdução nas bases de dados, tratamento e análise dos dados, de todas as estruturas /utentes com informação enviada. Elaborados 4 documentos com apuramento anual dos dados.

#### Objetivo

22. Promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
22.1. Dinamização e aperfeiçoamento das páginas electrónicas institucionais, na óptica do serviço ao cidadão.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED	Relatório anual das atividades, de revisão / atualização e de visitas por tipo de conteúdo, de cada site	IDT, I.P.- relatório anual das atividades, de revisão/atualização e de visitas por tipo de conteúdo dos sites.

**Objetivo**

**22.** Promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>22.2.</b> Gestão e divulgação de informação científica e técnica, com investimento em publicações electrónicas, e promoção do acesso a material informativo/formativo nesta área.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED, MDN, PJ	Δ (N.º de registos em bases de dados 2008 – 2012) Δ (N.º de publicações em suporte electrónico 2008 – 2012) N.º de publicações / brochuras / folhetos editados	IDT, I.P. – n.º de registos catalogados, indexados e introduzidos nas bases de dados – 2007; Dada resposta a todos os pedidos (290) de materiais (publicações, brochuras e folhetos) solicitados; Asseguradas 11 edições/reedições de publicações electrónicas; Apoiadas 207 consultas bibliográficas.
<b>22.3.</b> Apoio à edição/reedição de publicações nesta área.		IDT, I.P.	Δ (N.º de publicações editadas/reeditadas 2008 – 2012)	IDT, I.P. - apoio à edição de 2 publicações.
<b>22.4.</b> Promoção de acções de sensibilização e divulgação de informação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos.		IDT, I.P., GNR, IEFP, I.P., INFARMED, MDN	Δ (N.º de acções promovidas 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (População abrangida 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (Estruturas envolvidas 2009 – 2012) / área de intervenção Δ (N.º de acções promovidas 2009 – 2012) / contexto Δ (População abrangida 2009 – 2012) / contexto Δ (Estruturas envolvidas 2009 – 2012) / contexto N.º de brochuras/folhetos editados	GNR – desenvolvidas em contexto escolar 2.020 acções, abrangendo 23.878 indivíduos, 118 estruturas e 5.175 folhetos; Desenvolvidas em contexto laboral 27 acções, abrangendo 824 indivíduos, 2 estruturas e 16 folhetos. Desenvolvidas em contexto rodoviários 164 acções, 2.889 indivíduos, 13 estruturas e 3.606 folhetos.

**Objetivo**

**23.** Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize investigação na área das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>23.3.</b> Apoio ao desenvolvimento da Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD).	2009-2012	IDT, I.P.	Relatórios das atividades desenvolvidas	IDT, I.P. – realizados 8 relatórios, neste âmbito (Meio Escolar e Ensino Superior; Meio Prisional e População em Geral).

**Objetivo**

**24.** Monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>24.1.</b> Realização periódica de estudos epidemiológicos de âmbito nacional e/ou regional, para acompanhamento da evolução das diferentes dimensões do fenómeno, em diversas populações.	2009-2012	IDT, I.P., DGIDC/ME, INFARMED, MDN e Universidades e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	IDT, I.P. – realizados 5 relatórios, neste âmbito.

**Objetivo**

**25.** Aprofundar o conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos ou dinâmicas associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>25.1.</b> Realização de estudos sobre os diversos processos envolvidos na iniciação, desenvolvimento, manutenção e remissão dos diversos tipos de consumo a nível individual e social.	2009-2012	IDT, I.P., IEPF, I.P., MDN e Universidades e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	IDT, I.P. – realizados 9 relatórios dos estudos “Representações sociais dos consumos e consumidores de álcool” e sobre “Culturas juvenis e consumo de substâncias”.
<b>25.2.</b> Realização de estudos sobre dimensões do fenómeno relacionadas com a área da oferta.		IDT, I.P., GNR, PJ, PSP e/ou outras Entidades	Relatórios dos estudos realizados	IDT, I.P. – Realizados 2 relatórios de estudos sobre “As dimensões do fenómeno relacionadas com a área de oferta, designadamente sobre o mercado interno de droga”.  PJ – Elaborados 5 Relatórios Situacionais, de âmbito estatístico: Relatório Anual TCD de 2009; Relatório Semestral TCD 2010; Relatório – Georreferenciação dos resultados alcançados pela PJ/GNR/PSP até ao período de 2006-2009; Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da GNR; Retrospectiva sobre os indicadores de atividade operacional da PSP; Efetuado um estudo sobre “A Problemática da deteção e desmantelamento de Laboratórios Clandestinos em Portugal (2000 - 2009).

**Objetivo**

**27.** Contribuir para a implementação de programas de formação e de certificação de competências para a intervenção em matéria de drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>27.1.</b> Dinamização de um grupo de trabalho que elabore uma proposta de programas de formação e de certificação de competências.	2009-2010	IDT, I.P., DGIDC/ME, IEFP, I.P. e outras Entidades	Elaboração e apresentação de proposta pelo Grupo de Trabalho N.º de programas propostos / área de intervenção	IDT, I.P. – elaboração e apresentação de proposta; proposto 1 programa para 1 área de intervenção (prevenção).

**Objetivo**

**28.** Potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>28.1.</b> Reforço da formação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos.	2009-2012	IDT, I.P., GNR, MDN, PSP e outras Entidades	<p>Δ (N.º de ações realizadas 2009-2012) / área de intervenção</p> <p>Δ (N.º de formandos efectivos 2009-2012) / área de intervenção</p> <p>Δ (N.º de ações realizadas 2009-2012) / contexto</p> <p>Δ (N.º de formandos efectivos 2009-2012) / contexto</p> <p>Δ (N.º eventos científicos apoiados 2009-2012).</p>	IDT, I.P. – produzido 1 relatório final com indicadores físicos de execução; N.º total de ações realizadas – 829 N.º total de formandos internos – 1277 Volume formativo dirigido a internos – 65234:25:00 horas; Volume formativo dirigido a externos – 183884:00:00 horas.

**Objetivo**

**29.** Aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>29.1.</b> Reforço da concepção e implementação de ações de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e precursores, com prioritária incidência na área das drogas sintéticas, da utilização das novas tecnologias, do branqueamento de capitais e do tráfico por via marítima.	2009-2012	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	<p>Δ (N.º de ações realizadas 2008-2012)</p> <p>Δ (N.º de formandos efectivos 2008-2012)</p>	PJ – realizadas 8 ações de formação, envolvendo 577 participantes, destacando-se o “Combate à traficância identificação de drogas e recolha de provas de crime”; “III Semana temática – Combate ao tráfico de estupefacientes”; “Combate ao branqueamento”; “Reflexões sobre o crime de corrupção”; “Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo” e “Criminalidade organizada: características e tendências recentes e futuras”.

<b>Objetivo</b>				
<b>29. Aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>29.2.</b> Promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes.	2009-2012	GNR, PJ, PSP	N.º de ações realizadas N.º de formandos efectivos	GNR – efetuada 1 ação de formação neste âmbito, para 25 formandos.  PJ – realizadas 4 ações de formação, envolvendo 299 formandos, destacando-se o <i>Combate à droga, 1 Semana temática sobre corrupção e Estratégias de combate ao consumo e tráfico de droga.</i>
<b>29.3.</b> Promoção de formação específica dirigida aos elementos que investigam crimes de droga.		GNR, PJ, PSP	N.º de ações realizadas N.º de formandos efectivos	GNR – efetuadas 4 ações de formação neste âmbito para 101 formandos.  PJ – realizadas 5 ações de formação dirigidas a 78 formandos, respetivamente <i>Laboratórios clandestinos e tratamento policial, Fluxos das principais drogas: internos e externos; O inquérito de tráfico de drogas: aspetos essenciais e especialidades; Combate à traficância: identificação de drogas e recolha de prova de crime; e Criminalidade organizada e corrupção.</i>
<b>29.4.</b> Desenvolvimento e participação, em colaboração com a CEPOL, em ações de formação em matéria de normalização, a nível europeu, de boas práticas, técnicas e metodologias de investigação, análise e tratamento de informação que promovam a cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes.		DGAIEC, PJ	N.º de ações realizadas N.º de formandos efectivos N.º de formadores envolvidos	PJ – desenvolvida 1 ação de formação <i>Southwest Europe Organised Crime Organisations</i> , dirigida a 18 formandos, em colaboração com a CEPOL.
<b>29.5.</b> Desenvolvimento e participação, em colaboração com os PALOP, em ações de formação relativas à análise de risco e outras matérias no âmbito do tráfico de estupefacientes.		DGAIEC, PJ	Δ (N.º de ações realizadas 2008-2012) Δ (N.º de formandos efectivos 2008-2012) N.º de formadores envolvidos	PJ – realizadas 7 ações de formação, abrangendo 164 formandos, respetivamente: <i>Tráfico de estupefacientes: via marítima: módulo teórico (SEACOP); Crime económico e branqueamento; Investigação do branqueamento; Corrupção, tráfico de influências, crimes económicos; Lavagem de capitais; e Criminalidade económica organizada.</i>

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Contribuindo para o *alargamento, consolidação e optimização do Sistema de Informação Nacional sobre Drogas e Toxicodependências* – SNIDT [objetivo operacional 21], são de destacar em 2010, os resultados obtidos a nível do indicador *mortes relacionadas com drogas e mortalidade entre os utilizadores de drogas* no seguimento da recomendação estratégica da Comissão Técnica Interministerial para o ciclo de ação 2009-2012 na sequência da avaliação interna do PAH 2008.

No final de 2009, foi encetada a fase negocial com o INML, I.P., e em 2010 deu-se início à implementação do projeto, cujos procedimentos e resultados foram considerados como muito positivos pelo grupo de especialistas dos registos específicos de mortalidade do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. Este trabalho de otimização da informação dos registos específicos do INML, I.P., consistiu em complementar a informação dos relatórios de toxicologia com os de patologia, de forma a conhecer a causa de morte dos casos com resultados toxicológicos positivos (de acordo com os critérios do OEDT, no âmbito do indicador-chave *drug-related deaths and mortality among drug users*). O resultado deste excelente trabalho de articulação com INML, I.P. foi a **disponibilização pela primeira vez, em Portugal, de informação sobre os casos de overdose** no contexto do INML, I.P., de acordo com os critérios do OEDT (publicados no *Relatório Anual A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências* – 2009). Paralelamente, foi também reforçado o acompanhamento dos trabalhos nacionais com o OEDT no contexto dos registos gerais de mortalidade (perito nacional do INE).

Ainda, no âmbito deste objetivo, são de referir as atividades relacionadas com a otimização da recolha normalizada de dados a nível das estruturas de internamento públicas e privadas com vista à futura integração no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM) do IDT, I.P.. Após o salto qualitativo obtido no ano anterior, com a aplicação de um novo instrumento de recolha de dados que permitiu a obtenção de dados harmonizados e desagregados por utente pela primeira vez em 2009<sup>8</sup>, procedeu-se à sua consolidação em 2010, com ganhos a nível da qualidade da informação recolhida.

Destaca-se, também, no ano em referência, a produção de informação adequada a diferentes necessidades, nomeadamente a elaboração de **informação de suporte à intervenção, à gestão e decisão** do Serviço, a **elaboração de informação para os compromissos nacionais e internacionais** (com destaque para a elaboração da *Parte A do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências* e informação para a DGS, o INFARMED, o OEDT e as Nações Unidas dentro dos prazos definidos) e a elaboração de informação para várias outras situações. No contexto dos compromissos com o OEDT, é de salientar que, em 2010, para além do preenchimento de tabelas com dados da redução da procura e da redução da oferta e respetivas considerações metodológicas, o IDT, I.P. participou num estudo piloto sobre os *preços por grosso* do OEDT – análises específicas às bases de dados da Polícia Judiciária para o período 2005-2009 e elaboração de informação metodológica sobre a recolha de dados a nível daquele indicador – e

<sup>8</sup> Neste contexto, é de salientar o trabalho pioneiro desenvolvido desde 2004 pelas Unidades de Desabitação Públicas.

reforçou o acompanhamento dos trabalhos dos peritos nacionais no âmbito do indicador-chave *drug-related deaths and mortality among drug users*.

Em 2010, avançou-se, qualitativa e quantitativamente, de forma relevante, para a internacionalização da investigação sobre drogas, contribuindo, deste modo para *o desenvolvimento de uma comunidade científica que, com regularidade, realize investigação na área das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 23]. Este avanço deveu-se, em grande medida, à rede de contactos desenvolvida e aos projetos de investigação de topo, a nível europeu, financiados pela Comissão Europeia, em que o IDT, I.P. participou, respetivamente: *Addictions and lifestyles in contemporary Europe – reframing addictions project (ALICE-RAP)*, coordenado pela Espanha; *New methodological tools for policy and programme evaluation*, coordenado pela Itália; e “«*Further analysis of the EU illicit drugs market and responses to it – responding to future challenges*, coordenado pela Holanda. Destaca-se, ainda, a apresentação de comunicações ou posters em vários *fora* internacionais, nomeadamente, a comunicação apresentada, em Bruxelas, a convite da Comissão Europeia, no Seminário Internacional *Youth drinking and binge drinking: mapping, understanding and preventing a problem*, que teve por base os resultados do ESPAD/Portugal.

No âmbito do mesmo objetivo mas no sentido de *apoiar o desenvolvimento da Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD)* [ação 23.3], foram apresentadas 3 candidaturas a financiamento pela Comissão Europeia, de 3 estudos europeus, que vieram a ser aprovados. Destaca-se, também, a participação do IDT, I.P. no grupo de trabalho que preparou a candidatura a financiamento pela Comissão Europeia da implementação de uma Rede Europeia de Investigação na área das drogas (ERA-NET) que irá facilitar a participação das Universidades e Centros de Investigação em projetos europeus e o acesso a financiamentos e a conceção de um Poster, apresentado na *Fourth annual conference of the international society for the study of drug policy*, em Santa Mónica, Califórnia, USA.

Tendo em vista *monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações* [objetivo operacional 24], preparam-se as repetições, em 2011, dos inquéritos nacionais, tanto em meio escolar (INME e ECATED/ESPAD) como na população geral (INPG). Promoveu-se, também, a publicação de dois relatórios de estudos já realizados *O IDT, I.P. visto pelas outras instituições* e *O consumo de bebidas alcoólicas em Portugal. Prevalências e padrões de consumo 2001-2007*, tendo sido um ano em que se terminaram outros relatórios, que serão publicados no primeiro semestre de 2011.

Tendo em vista *promover a divulgação e acesso a informação objetiva e fíável na área das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 22], foi consolidado o *site* institucional do IDT, I.P. articulando a atualização dos conteúdos com o envio destes para o Portal da Saúde. No ano de 2010 o *site* [www.idt.pt](http://www.idt.pt) teve **796.407 visitas** (546.001, em 2009), sendo o número de **visitantes únicos de 255.950** (213.614, em 2009) registando um aumento, relativamente a 2009, quer no número de visitas quer no número de visitantes únicos.

Em 2010 prosseguiu-se com a gestão da página da *Intranet* (*design* e programação), criando novas áreas e gerindo a introdução de novos conteúdos.

Foram adquiridos livros e revistas da especialidade, os quais foram registados, catalogados e indexados nas bases de dados bibliográficas, videográfica, de CD-ROM, de materiais e de fotografias, representando um acréscimo de 2007 registos (2.636, em 2009).

Ainda no âmbito deste objetivo, o IDT, I.P. apoiou 2 publicações em papel;

- Fernandes Vieira, L. M.; Ferreira, A.C. (2010). *O IDT visto por outras instituições*. Lisboa: IDT,IP.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (2010). *Relatório Anual 2008: A Situação do País em Matéria de Drogas e de Toxicodependências*. Lisboa: IDT,I.P..

Foram asseguradas 11 edições/reedições de publicações eletrónicas, tendo-se produzido e divulgado 3.866 exemplares em CD-ROM ou DVD, salientando-se o CD-ROM Temático *Cannabis: investigação, tratamento, prevenção e uso terapêutico – bibliografia em texto integral* e prosseguiu-se o serviço de divulgação de informação (notícias de imprensa, documentos da área), com carácter regular, através do correio eletrónico do Centro de Documentação.

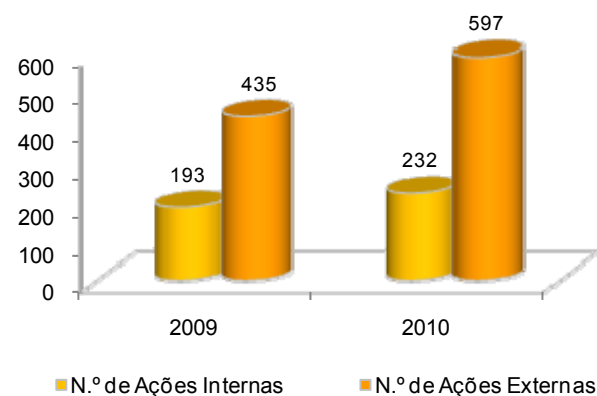
Foram facultadas/apoiadas 207 consultas bibliográficas, das quais 145 consultas presenciais nos Serviços Centrais, sendo as restantes à distância (por *e-mail* ou por telefone).

Deu-se resposta a 290 pedidos de materiais (320, em 2009) e distribuíram-se 2.200 publicações (2.500, em 2009), parte destas, no âmbito das obrigações do IDT, I.P. enquanto Ponto Focal do OEDT, no que respeita à divulgação da informação.

Assegurou-se o *Stand* institucional com publicações do serviço e/ou reportagem videográfica/fotográfica, em 14 eventos, efetuando-se o registo fotográfico a diversas ações de Formação, nos Serviços Centrais.

Em 2010, no que diz respeito à revista *Toxicodependências*, foram editados três números de 2000 exemplares cada, com artigos originais, sobre a problemática das toxicodependências, tendo colaborado 44 autores e coautores (27 mulheres, 17 homens), de diversas profissões (Psicólogos 63%; Médicos/Psiquiatras 11%; Docentes do Ensino Superior 9%; Sociólogos/Antropólogos 5%; Enfermeiros 5%; Outras profissões 7%). Destes, 50% são profissionais do IDT, I.P., 45% são de outras instituições nacionais (universidades e outras) e 5% são de origem estrangeira. Foram abordadas as seguintes temáticas: tratamento (avaliação); psicologia/psicoterapia; sociologia; políticas de intervenção.

No ano de 2009 e relativamente à formação dos profissionais do IDT, I.P. com a finalidade de *potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuem no domínio das drogas e toxicodependências* [objetivo operacional 27] foram executadas 829 ações formativas, das quais 232 são referentes a ações internas e 597 a ações externas.

**Figura 58** – Distribuição da Formação dirigida a profissionais IDT, I.P. e CDT, por tipologia e por ano

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Regista-se, em comparação com 2009, um aumento de 32% do número total de ações formativas realizadas, com expressão ao nível da formação externa na ordem dos 37,2%. No que respeita à formação interna, isto é, organizada e gerida pelo IDT, I.P., verifica-se um aumento do número de ações formativas realizadas em cerca de 20,2%.

Durante o ano de 2010, podemos referir que 1.277 profissionais deste Instituto participaram, pelo menos uma vez, em formação.

A totalidade dos grupos profissionais frequentou, no ano de 2010, formação interna e externa, sendo que se verificou um aumento global do número total de participações dos profissionais em atividades formativas (mais de 60%), assim como nas horas de formação frequentadas (25,1%).

Destaca-se que a formação interna, sendo a tipologia formativa com maior peso na formação realizada, em termos absolutos, é também a que apresenta um maior número de participações dos profissionais deste Instituto, registando, em comparação com 2009, um crescimento na ordem dos 78,5%. Quanto às horas de formação, as mesmas sofreram um aumento de 33,4%.

Verifica-se também na formação externa um incremento quer nas participações dos profissionais (23,3%), quer nas horas de formação externas frequentadas (10,2%).

Por comparação ao ano anterior, verifica-se um incremento do investimento financeiro (7,8%) aplicado em formação interna e observa-se um decréscimo no investimento financeiro (19,1%) no que respeita à formação externa.

**Quadro 139** - Investimento Financeiro, por Tipologia de Formação e por Ano

Investimento Financeiro com Ações	2009	2010
Internas	142.914,48 €	154.093,05 €
Externas	61.746,02 €	49.982,34 €
<b>Total</b>	<b>204.660,50 €</b>	<b>204.075,39 €</b>

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A nível global, podemos apontar para uma ligeira diminuição do investimento financeiro aplicado em Formação na ordem dos 0,3%.

No que respeita a projetos cofinanciados, no ano em análise, foram concluídos 6 processos referentes a 3 candidaturas aprovadas.

Salienta-se, ainda, a organização de diversos eventos, dos quais se destacam: o *I Encontro de Trabalho entre a CNPCJR e o IDT, I.P.*, a 11 de janeiro; o *Encontro Nacional do IDT, I.P. 2010: Uma Equipa do Século XXI*, entre 31 de maio e 1 de junho; o *Fórum Nacional Álcool e Saúde*, a 27 de outubro; o *Congresso Nacional de Alcoologia*, 15 e 16 de novembro; a *Assinatura da Carta de Compromissos do Fórum Nacional Álcool e Saúde*, 30 de novembro; a Apresentação Pública na Assembleia da República do *Relatório Anual 2009: A Situação do País em Matéria de Drogas e de Toxicodependências*, a 21 de dezembro.

No sentido de reforçar a avaliação da *Qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados* [objetivo operacional 30], no âmbito do processo de certificação para a qualidade, em 2010, a Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra e a Unidade de Desabilitação do Centro (Coimbra) foram acreditadas. A Equipa Técnica Especializada do CRI de Vila Real e o Núcleo de Apoio Técnico da DRC, foram certificados.

No âmbito deste objetivo e na sequência da apresentação, em 2009, do processo de renovação do estatuto de Entidade Formadora dos Serviços Públicos da Saúde Acreditada para a Realização de Formação Profissional, à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.), este Instituto foi acreditado por aquela entidade por um período de 2 anos (até 31 de dezembro de 2011). Foram apresentados, com sucesso, o processo de requerimento para Acreditação/Registo de Entidade Formadora do IDT, I.P. ao Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) do Ministério da Educação (ME), bem como, o processo para Acreditação/Registo de Formadores no âmbito do projeto preventivo *Eu e os Outros* e o processo de Acreditação/Registo do projeto de formação *Eu e os Outros* - na modalidade *Oficina de Formação*.

## Guarda Nacional Republicana

No que respeita à *promoção de ações de sensibilização e divulgação de informação nas várias áreas de intervenção e nos diferentes contextos* [objetivo operacional 22 (ação22.4)], a GNR desenvolveu, em contexto escolar 2.020 ações, abrangendo 23.878 indivíduos, 118 estruturas e 5.175 folhetos/brochuras; em contexto laboral 27 ações, abrangendo 824 indivíduos, 2 estruturas e 16 folhetos/brochuras e, em contexto rodoviário 164 ações, 2.889 indivíduos, 13 estruturas e 3.606 folhetos/brochuras.

Procurando *contribuir para aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas* [objetivo operacional 29], na *promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes* [ação 29.2], foi realizada uma ação de formação, dirigido a 25 e formandos, tendo sido também realizada 4 ações no âmbito da *formação específica dirigida a elementos que investigam crimes de drogas* [ação 29.3], abrangendo 101 formandos.

## Polícia Judiciária

Visando *aprofundar o conhecimento sobre dimensões qualitativas e/ou processos associados aos diferentes tipos de consumidores e vertentes do consumo* [objetivo operacional 25], em 2010, a PJ elaborou 5 Relatórios Situacionais, de âmbito estatístico, respetivamente: *Relatório anual TCD de 2009*, *Relatório semestral TCD 2010*, *Relatório - Georreferenciação dos resultados alcançados pela PJ/GNR/PSP até ao período de 2006-2009*, *Retrospetiva sobre os indicadores de atividade operacional da GNR e Retrospetiva sobre os indicadores de atividade operacional da PSP*. Foi, também, efetuado um estudo sobre *A Problemática da deteção e desmantelamento de laboratórios clandestinos em Portugal (2000-2009)*.

Contribuindo para *aumentar a formação e desenvolver novos métodos e práticas de combate aos crimes associados às drogas* [objetivo operacional 29], foram organizadas ações de formação, envolvendo 577 participantes, destacando-se os cursos ***Combate à traficância, identificação de drogas e recolha de provas de crime; III Semana temática: Combate ao tráfico de estupefacientes; Combate ao branqueamento; Reflexões sobre o crime de corrupção; Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; e Criminalidade organizada: características e tendências recentes e futuras*** [ação 29.1].

Com vista à *promoção de formação dirigida aos investigadores da criminalidade associada ao tráfico e consumo de estupefacientes* [ação 29.2], realizaram-se 4 ações de formação, dirigidas a 299 formandos, destacando-se a ***I Semana sobre corrupção, Combate à droga e Estratégias de combate ao consumo e tráfico de droga***.

No sentido de *promover formação específica dirigida aos elementos que investigam crimes de droga* [ação 29.3] realizaram-se 5 ações de formação dirigidas a 78 formandos, respetivamente ***Laboratórios clandestinos e tratamento policial, Fluxos das principais drogas: internos e externos, O inquérito de tráfico de drogas: aspetos essenciais e especialidades, Combate à traficância: identificação de drogas e recolha de prova de crime e Criminalidade organizada e corrupção***.

Tendo por objetivo o *desenvolvimento e participação, em colaboração com a CEPOL, em ações de formação em matéria de normalização, a nível europeu, de boas práticas, técnicas e metodologias de investigação, análise e tratamento de informação que promovam a cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes* [ação 29.4], foi desenvolvida, em colaboração com a CEPOL, uma ação de formação *Southwest Europe organised crime organisations*, dirigida a 18 formandos.

No sentido de *desenvolver e participar, em colaboração com os PALOP, em ações de formação relativas à análise de risco e outras matérias no âmbito do tráfico de estupefacientes* [ação 29.5], realizaram-se 7 ações de formação, abrangendo 164 formandos, respetivamente: ***Tráfico de estupefacientes; Tráfico internacional de estupefacientes: via marítima: módulo teórico (SEACOP); Crime económico e branqueamento; Investigação do branqueamento; Corrupção, tráfico de influências, crimes económicos; Lavagem de capitais; e Criminalidade económica organizada***.

## Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar<sup>9</sup>

Ao longo do ano de 2009, realizaram-se nas diferentes unidades militares, através dos respetivos Núcleos de Apoio ao Comando, sessões de informação e esclarecimento sobre a problemática da toxicod dependência e do alcoolismo, promovendo-se a divulgação do Programa das Forças Armadas.

Na Marinha, as sessões informativas decorreram, também, sob a iniciativa e com a participação do Grupo Coordenador do Ramo, do LAFTM e da UTITA.

No Exército, complementarmente, procedeu-se à divulgação do PPCDAFA<sup>10</sup>, de diretivas orientadoras e do Plano de Atividades aprovado, através da *Intranet* e *WISE* do Ramo.

No sentido de *monitorizar a evolução, ao longo do tempo, do fenómeno do consumo, em diversas populações* [ação 24.1] e na perspetiva de continuidade do estudo epidemiológico, acerca da prevalência do consumo de drogas, na população militar, a Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) iniciou o tratamento estatístico, análise e interpretação dos dados cedidos pelo Exército. Esta investigação faz parte de um projeto que abrange as Forças Armadas, realizado em 2007, na Marinha, em colaboração com o LAFTM, com vista a estimar a prevalência do consumo de drogas ilícitas no Ramo, a partir de uma amostra aleatória simples de militares.

Para além do objetivo principal do estudo, pretendia-se, também, quantificar e descrever as características sociodemográficas dos consumidores e procurar significância estatística que as relacione com a positividade no rastreio; descrever a metodologia do rastreio (seleção da amostra, realização de colheitas, cadeia de custódia, tecnologia analítica e tratamento estatístico adequado), no sentido de sugerir uma abordagem padrão para a realização de estudos similares nos Ramos e Organizações interessadas e, ainda, enquadrar os resultados estatísticos anuais, dos últimos cinco anos, decorrentes da realização de despistes toxicológicos.

No sentido de *potenciar e reforçar as competências dos intervenientes e profissionais que direta ou indiretamente atuam no domínio das drogas e toxicod dependências* [objetivo operacional 28], realizaram-se, em 2010, nas Forças Armadas, no âmbito do PPCDAFA, diversas ações de formação:

Na Escola do Serviço de Saúde Militar, foram realizados dois cursos de ***Operadores de prevenção de alcoolismo e toxicod dependência (COPATD)***, com a participação de 59 militares das Forças Armadas, 5 da GNR e 8 elementos da PSP, num total de 72 formandos.

<sup>9</sup> O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicod dependência.

<sup>10</sup> O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

Destinado a Oficiais e Sargentos, em posições de chefia, estes cursos tiveram, por objetivo principal, proporcionar conhecimentos sobre a problemática da dependência de substâncias e desenvolver aptidões para a identificação e acompanhamento de patologias associadas ao uso de drogas e álcool.

A mesma Escola de Serviço de Saúde proporcionou o curso de **Validação clínica em toxicologia de drogas de abuso** (*Medical Review Officer*) a 9 médicos, das Forças Armadas, tendo por objetivo habilitar os médicos para a revisão e interpretação dos resultados positivos do rastreio toxicológico, para a respetiva validação clínica e para transmitir conhecimentos que contribuam para a realização das ações previstas no PPCDAFA.

De salientar que, ao longo do ano, foram ministrados, nas principais Unidades das Forças Armadas, cursos gerais de droga, com a participação dos Núcleos de Apoio ao Comando, outros órgãos dos Ramos envolvidos no PPCDAFA e entidades convidadas.

Também nos diferentes cursos das Academias, Institutos e Centros de Formação, prevêem-se tempos letivos sobre a temática da droga e álcool, com referência à problemática associada ao consumo e dando destaque ao programa das Forças Armadas, tendo por grupos alvo, Oficiais, Sargentos e Praças.

Salienta-se, ainda, em 2010, a realização, no Exército, de dois cursos de Segurança Militar (igual a 2009), com a participação de 10 Oficiais (- 5, que em 2009) e 11 Sargentos (- 9, que em 2009), do Ramo. O curso visou habilitar os referidos profissionais para o exercício de funções relacionadas com a segurança militar em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, possuindo uma componente sobre prevenção e combate às toxicodependências (supervisão da realização de rastreios, elaboração de relatórios técnicos, entre outras), habilitando para o apoio à decisão dos comandantes, nesta área específica.

Com vista a *reforçar a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados* [objetivo operacional 30], o LAFTM deu continuidade à formação interna, no sentido da **acreditação das suas práticas laborais**, de acordo com a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005.

No que respeita à avaliação externa, na área da deteção de drogas ilícitas e álcool em meios biológicos, o LAFTM participou em três programas internacionais de avaliação de qualidade, coordenados, respetivamente, pelo *Institut Municipal de Investigación Mèdica (IMIM) de Barcelona* e pelo Ministério da Justiça Espanhol e estabeleceu uma parceria na área dos *Proficiency Test* com a *ARVECON* da Alemanha, necessários ao processo de acreditação.

Ainda no âmbito deste objetivo, a UTITA desenvolveu os seguintes projetos de avaliação: ***Avaliação da eficácia do programa residencial e Avaliação da satisfação dos utentes.***

No primeiro projeto referido, tendo por base os conceitos da DSM IV, da Associação Psiquiátrica Americana, foram reavaliados 36 dos 67 indivíduos que realizaram programas de tratamento residencial em 2009 e os resultados apontaram para uma taxa de remissão total sustentada.

Dos 30 militares que realizaram o Programa em 2009 foram efetuadas 23 avaliações em 2010 (mais de um ano após o tratamento), verificando-se uma taxa de remissão total de 65%.

No segundo projeto referido, utilizou-se como instrumento de medida a realização de questionários aos utentes, sobre as diferentes componentes do programa (disponibilidade dos técnicos, informação obtida sobre o programa, receção pela enfermagem, terapia de grupo, informação obtida no programa, tratamento, alimentação, sistema de visitas e atividade física) e obteve-se, em termos médios, valores de satisfação muito elevados.





## ÁREAS DE MISSÃO

### Redução da Procura

PORI

Prevenção

Dissuasão

### Redução de Riscos e Minimização de Danos

Tratamento

Reinserção

### Redução da Oferta



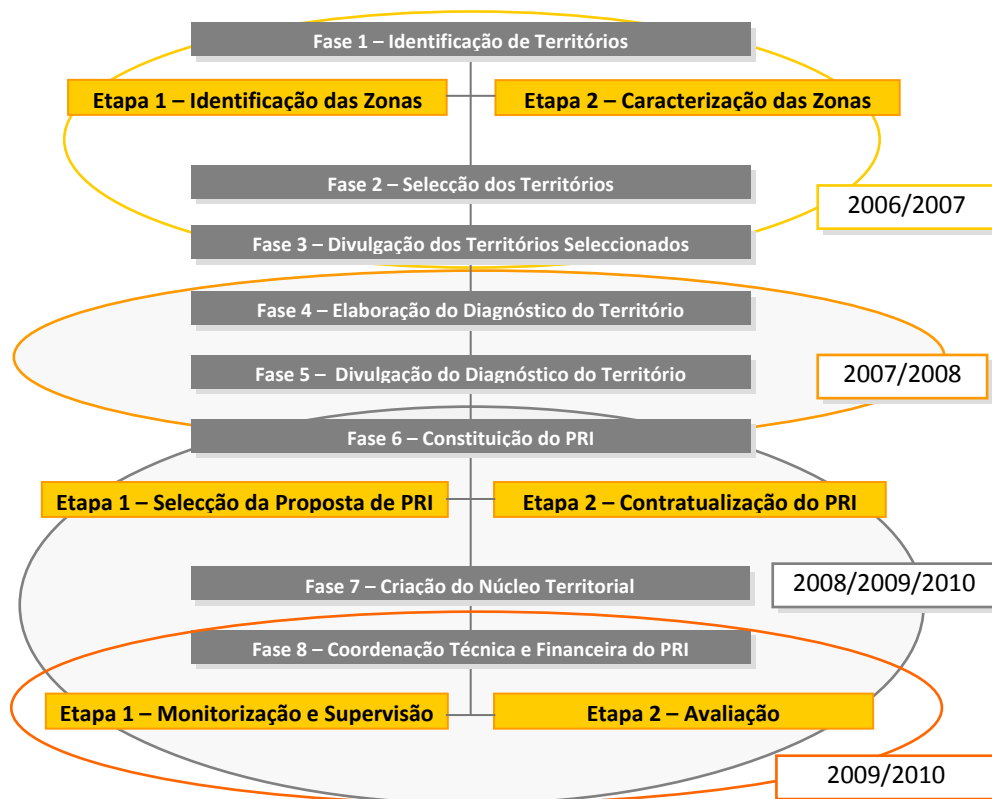
## Plano Operacional de Respostas Integradas – PORI

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) surge como uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, que procura potenciar as sinergias disponíveis no território, através de Programas de Respostas Integradas (PRI).

Em 2010, deu-se continuidade à implementação dos PRI em funcionamento, contratualizados em 2008 e 2009, além da efetivação de novos PRI, na sequência dos projetos aprovados no final de 2009, no âmbito da última fase de concursos. A continuidade da normalização dos procedimentos de acompanhamento e avaliação das intervenções desenvolvidas, a avaliação do primeiro período de execução dos projetos e PRI formalizados em 2008 e, conseqüentemente, a atualização do diagnóstico inicial e a decisão sobre a continuidade de projetos cofinanciados, tendo em conta as necessidades identificadas, bem como o orçamento disponível, foram prioridades do ano em referencia.

Como se pode observar no esquema operacional, as atividades desenvolvidas, em 2010, centraram-se nas Fases 7 e 8, na sequência do trabalho já desenvolvido em anos anteriores.

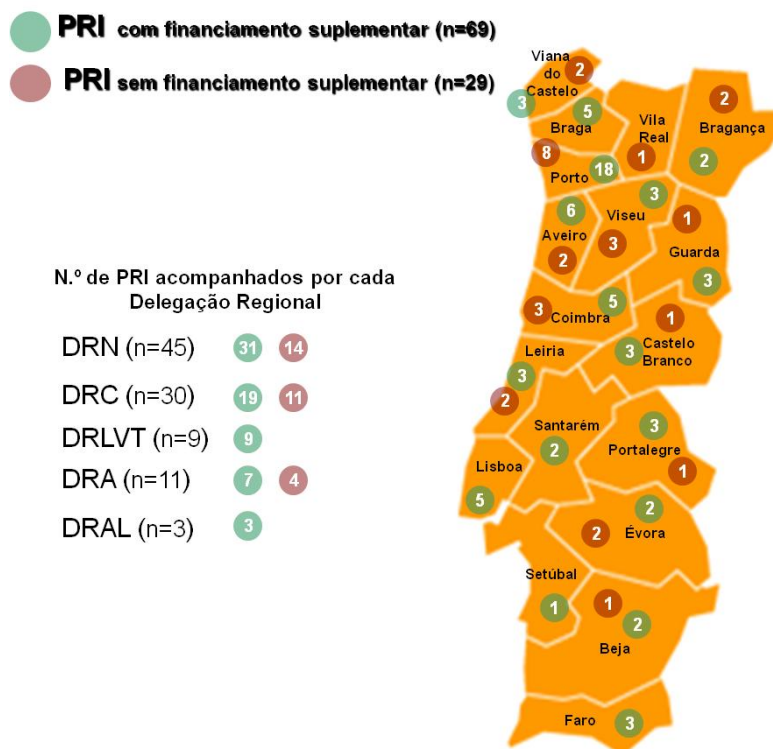
**Figura 59 - Esquema operacional do PORI**



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI

Em 2010 estiveram em funcionamento 98 Programas de Respostas Integradas (PRI), dinamizados pelos respetivos Núcleos Territoriais, nos quais se incluem 146 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P.<sup>11</sup>.

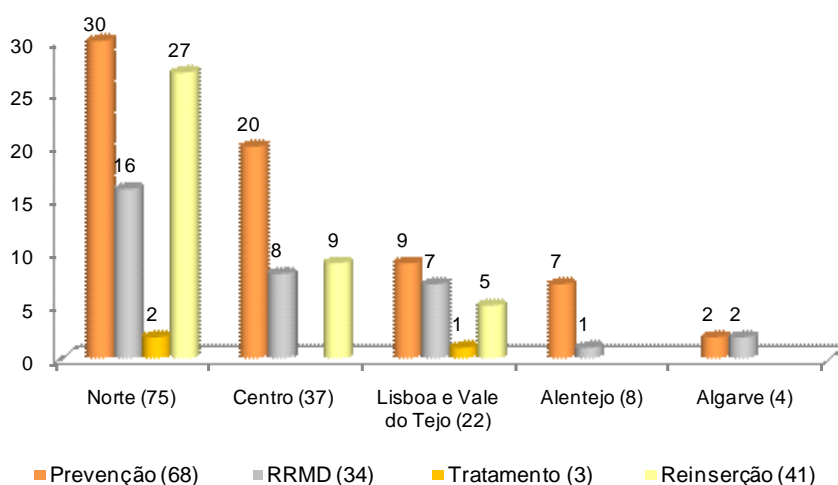
Figura 60 – Programas de Respostas Integradas (PRI) por Distrito (N=98)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI - DR

A distribuição por região e eixo de intervenção dos 146 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P. podem ser observados na figura 61.

Figura 61 - Projetos cofinanciados a decorrer em 2010 (N=146)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI - DR

<sup>11</sup> Na DRN, o Projeto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC) e o Projeto Integrado de Atendimento Materno (PIAM) são apresentados como PRI não financiados.

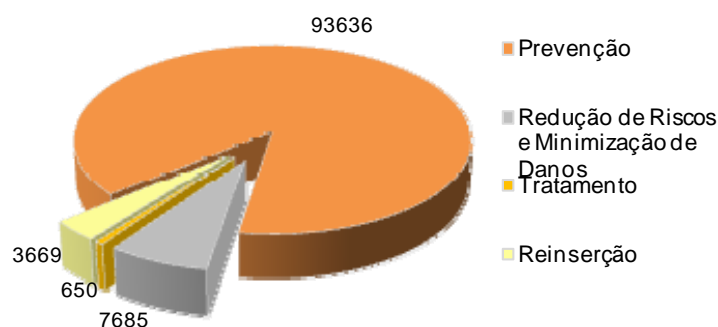
Em 2010, a maioria destes projetos, concluiu o 1º ou 2º ano de execução, tendo-se elaborado Pontos de Situação (103 pontos de situação dos 106 projetos que reuniam condições para tal) resultando da análise destes projetos a renovação de 64 projetos e a conclusão de 13 projetos<sup>12</sup>. A renovação destes, assume particular importância, uma vez que a sua continuidade permite intensificar o trabalho efetuado junto dos grupos-alvo já abrangidos e/ou complementar os resultados alcançados no primeiro período de execução.

Também em 2010, foi dada continuidade à recolha mensal de indicadores de processo, dos projetos financiados no âmbito dos PRI, iniciou-se a recolha de indicadores mensais de execução dos projetos que intervêm em contextos recreativos e/ou festivos e foi recolhida informação mensal sobre 142 dos 146 projetos em curso<sup>13</sup>.

Os indicadores de execução recolhidos mensalmente dizem respeito exclusivamente às ações desenvolvidas nos projetos junto dos beneficiários, isto é, não têm por objetivo refletir todo o trabalho que a implementação de um projeto implica, mas reportar alguns números mais importantes.

Na figura abaixo apresenta-se o número total de indivíduos abrangidos pelos projetos de intervenção, à exceção dos indivíduos abrangidos em contextos recreativos e/ou festivos.

**Figura 62** - Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção (N=105.640)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: PORI - DR

No caso da RRMD, os 7.685 indivíduos abrangidos dizem respeito a pessoas contactadas por estruturas de Redução de Danos (nomeadamente: Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio e PSO-BLE implementados no âmbito do PORI), o que não significa que sejam utentes *acompanhados em continuidade no âmbito desses projetos*.

<sup>12</sup> Dados sobre *projetos que finalizaram em 2010, por região e eixo de intervenção*, bem com *projetos renovados em 2010, também por região e eixo de intervenção* podem ser consultados no *Relatório de Atividades 2010*, do IDT, I.P..

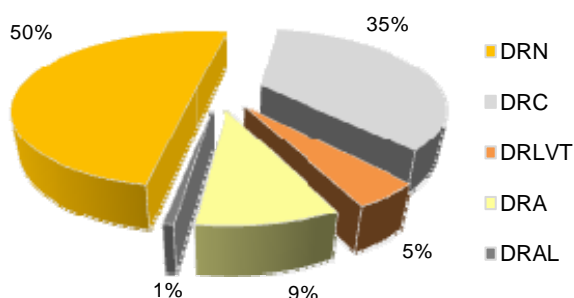
<sup>13</sup> Dados sobre *distribuição dos projetos com informação concluída e registada na base de dados por região e eixo de intervenção* podem ser consultados no *Relatório de Atividades 2010*, do IDT, I.P..

### Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Prevenção

Neste eixo da Prevenção, no âmbito dos PRI cofinanciados pelo IDT, I.P., foram implementados 68 projetos, abrangendo um total de 93.636 pessoas.

A maioria da população abrangida situa-se nas regiões Norte (50%) e Centro (35%), uma vez que são as regiões que têm o maior número de projetos e de ações em execução.

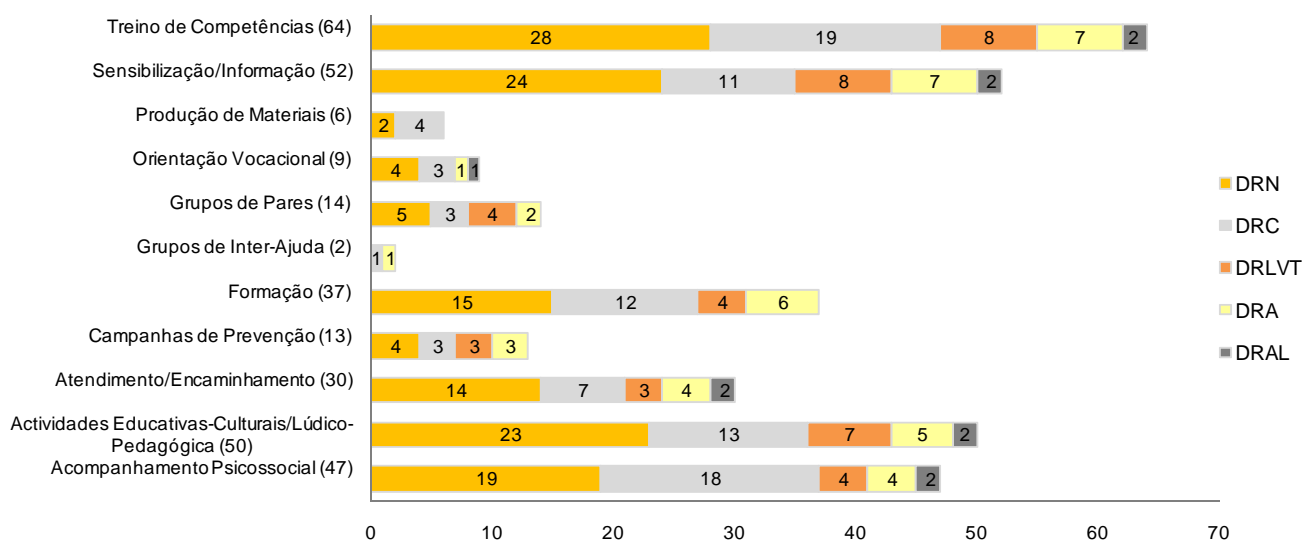
**Figura 63** - Total de indivíduos abrangidos (N=93.636)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: PORI - DR

Na figura seguinte podemos visualizar os tipos de ações desenvolvidas nos 68 projetos em execução, verificando-se que a maioria dos projetos (64) desenvolve ações do tipo Treino de Competências, 52 de Sensibilização/Informação, 50 de Atividades Educativas-culturais/lúdico-pedagógicas e 47 projetos desenvolvem ações do tipo Acompanhamento Psicossocial.

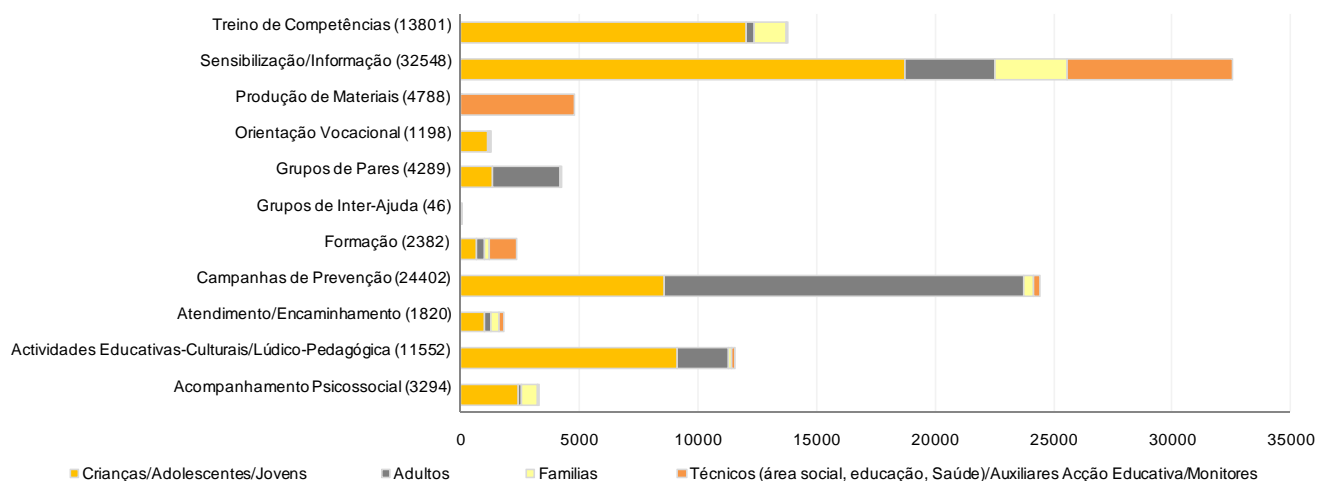
**Figura 64** - Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N=68 projetos)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: PORI - DR

Na figura seguinte, apresenta-se o número de pessoas abrangidas por categoria de grupo-alvo nos diferentes tipos de ação dos projetos. Salienta-se que em cada um dos projetos, a mesma pessoa pode ter sido abrangida por mais do que um tipo de ação.

**Figura 65 - Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação (N=93.636)**



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.: PORI – DR

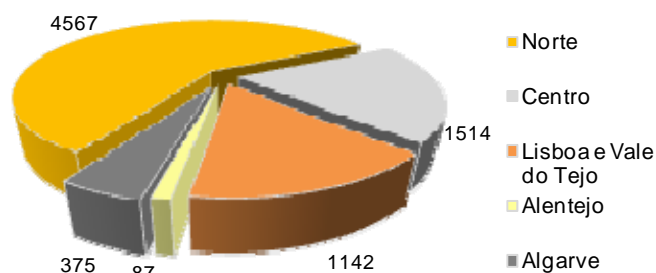
Os tipos de ações que abrangeram mais indivíduos foram as de sensibilização/informação e campanhas de prevenção, que habitualmente se dirigem a grupos mais alargados; no que respeita a intervenções mais focalizadas, destacam-se as ações do tipo Treino de Competências, Acompanhamento Psicossocial e Atendimento/Encaminhamento. Deste modo, em 2010, a intervenção na área da prevenção continua a promover o reforço de acções dirigidas a grupos específicos, nomeadamente crianças, adolescentes e jovens, manteve-se o enfoque da intervenção ao nível da prevenção seletiva e indicada.

### Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Redução de Riscos e Minimização de Danos

Em 2010 estiveram em curso 34 projetos no âmbito dos PRI, tendo sido abrangidos, no âmbito das Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio e PSO-BLE, 7.685 indivíduos.

Relativamente à intervenção em contextos recreativos e/ou festivos, em 9 projetos enquadrados em PRI, foram abrangidos cerca de 40.835 indivíduos, dos quais 9.896 foram contactados em contexto de bar/discoteca, e 30.939 em contexto de festa/festival.

**Figura 66 - Total de indivíduos abrangidos (N=7.685)**

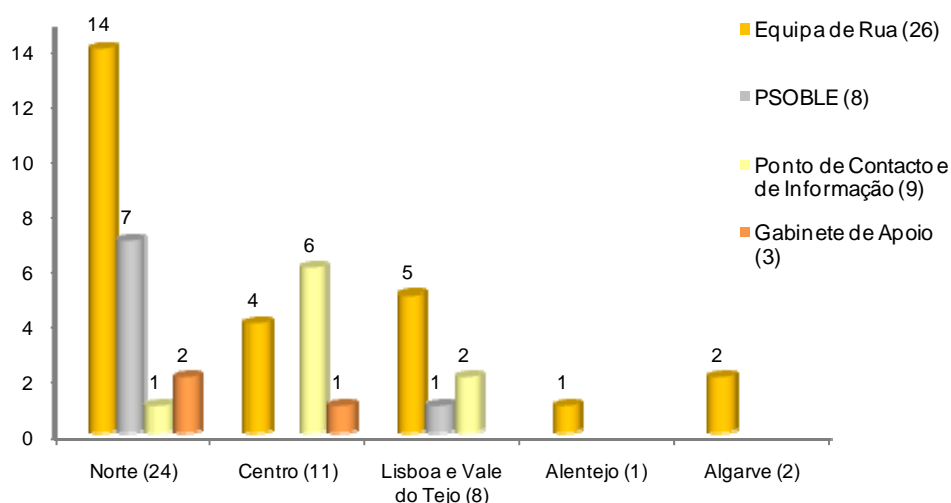


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.: PORI - DR

Os projetos cofinanciados pelo IDT, I.P. ao abrigo da Portaria n.º 131/2008, de 13 de fevereiro, a decorrer no âmbito de PRI, fazem parte integrante da Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos, pelo que os indicadores de execução das intervenções estão incluídos no capítulo do relatório referente à área de missão da RRMD. A consulta desse capítulo é indispensável para compreender o tipo de acções desenvolvidas nos projetos de RRMD, bem como os principais indicadores de execução junto dos grupos-alvo, quer em contexto de rua, como em contexto recreativo e/ou festivo.

As respostas desenvolvidas pelos projetos no âmbito dos PRI, de acordo com a tipificação do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho, são as apresentadas na figura 67.

**Figura 67** - Tipo de respostas desenvolvidas pelos projetos, por região (N=46 projetos)

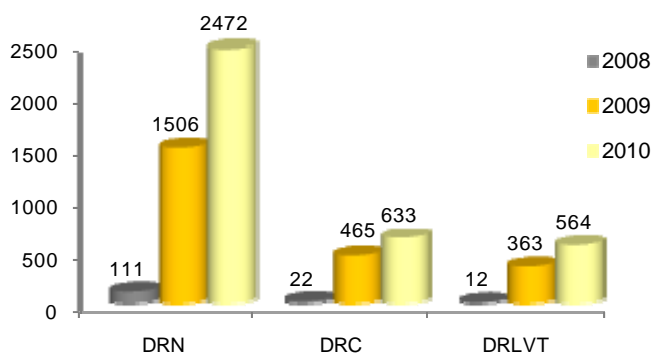


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI - DR

### Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Reinserção

Foram desenvolvidos 41 projetos cofinanciados no eixo da Reinserção, distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. A população alvo abrangida apresenta a distribuição regional refletida na figura 68.

**Figura 68** - Total de indivíduos abrangidos em 2010 (N=3.669)



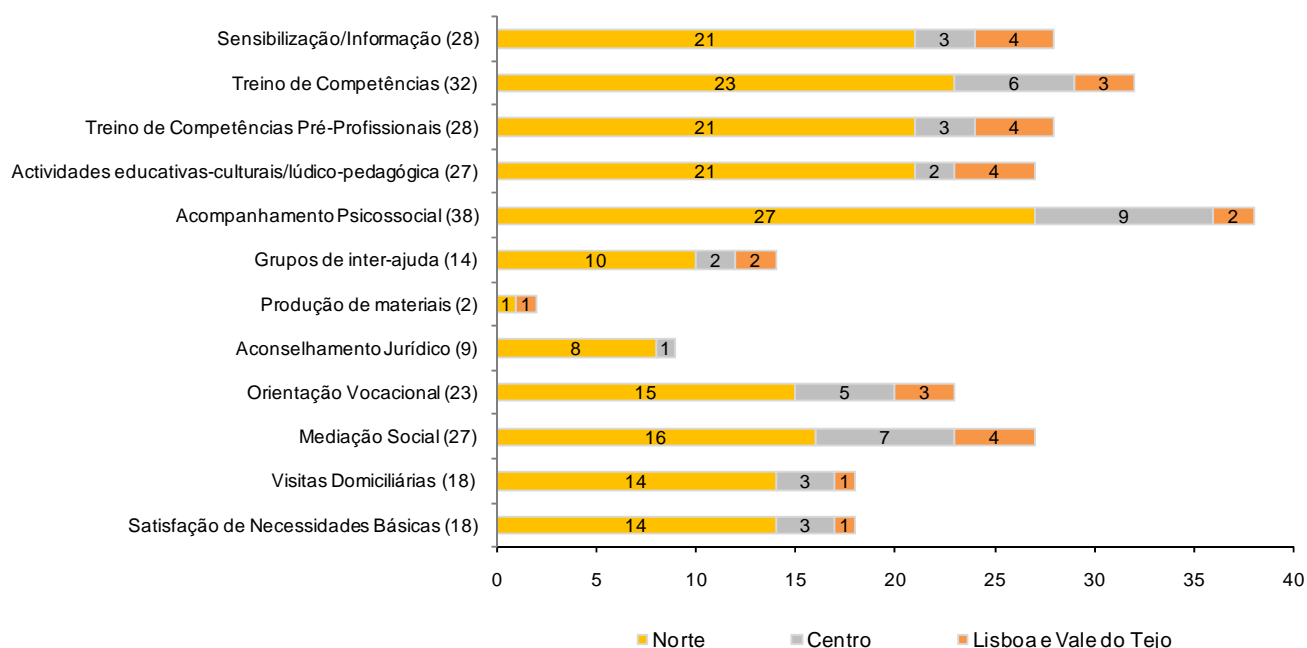
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI - DR

Verificou-se um crescimento significativo de pessoas abrangidas pelos projetos, face ao ano anterior (57%). Importa referir que, além dos 3.669 indivíduos abrangidos, uma parte significativa da população alvo em 2009 manteve-se em acompanhamento em 2010.

Grande parte desta população abrangida situa-se na região Norte (67%), uma vez que é nesta região que se desenvolveram 27 dos 41 projetos de reinserção em implementação em 2010.

Na figura 69 apresenta-se uma tipologia das ações desenvolvidas nos projetos, que pretendem ter resultados relevantes na esfera da vida das pessoas abrangidas pelas intervenções.

**Figura 69** -Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região (N=41 projetos)

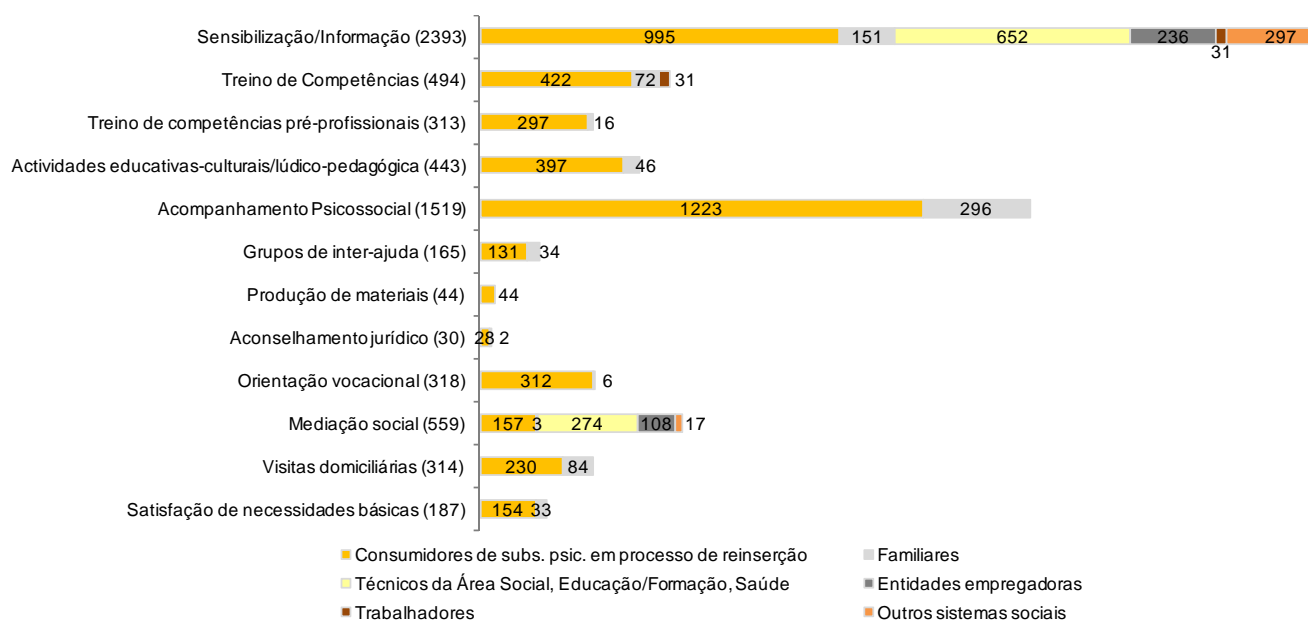


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.: PORI – DR

O Acompanhamento Psicossocial constitui a base das estratégias de intervenção em reinserção, o que se verifica pelo elevado número de projetos que desenvolvem este tipo de ações (38). Destacam-se também as ações de Treino de Competências, desenvolvidas em 32 projetos, as ações de Treino de Competências Pré-profissionais e de Sensibilização/Informação, desenvolvidas em 28 projetos, as Atividades educativas/culturais/lúdico/pedagógicas e a Mediação Social, presentes em 27 projetos.

Estas ações envolveram diferentes grupos-alvo, os consumidores de substâncias psicoativas em processo de reinserção e seus familiares, e outros sistemas sociais que desempenham um papel importante na concretização dos itinerários de inserção dos utentes, tais como os técnicos de entidades parceiras, as entidades empregadoras, entre outros, que se apresentam na figura seguinte.

**Figura 70 - Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de acção (N=3.669)**



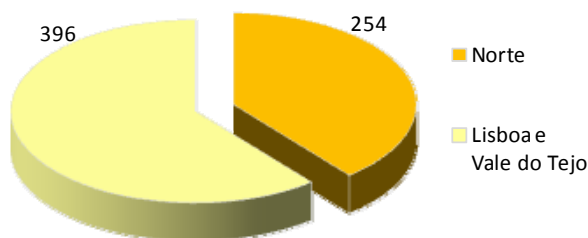
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: PORI – DR

A maioria das acções desenvolvidas foi dirigida aos consumidores em processo de reinserção, com destaque para as acções de Acompanhamento Psicossocial (1.223 utentes e 296 familiares). As acções de Sensibilização/Informação abrangeram o maior número de pessoas, incluindo consumidores em processo de reinserção e vários elementos dos sistemas sociais, num total de 2.393 pessoas. Importa ainda destacar a importância da presença de elementos da família em diversas acções desenvolvidas, tendo em conta o papel fundamental que podem desempenhar no processo de reinserção.

### Especificidades por Eixo de Intervenção – Eixo Tratamento

Em relação aos projetos cofinanciados pelo IDT, I.P., a intervenção neste eixo, à semelhança dos outros anos, foi desenvolvida nas regiões Norte, com 2 projetos e Lisboa e Vale do Tejo com 1 projeto, concluindo, no ano de 2010, o 2.º ano de execução, tendo sido avaliada a sua pertinência e continuidade.

**Figura 71 - Total de indivíduos abrangidos (N=650)**



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.: PORI – DR

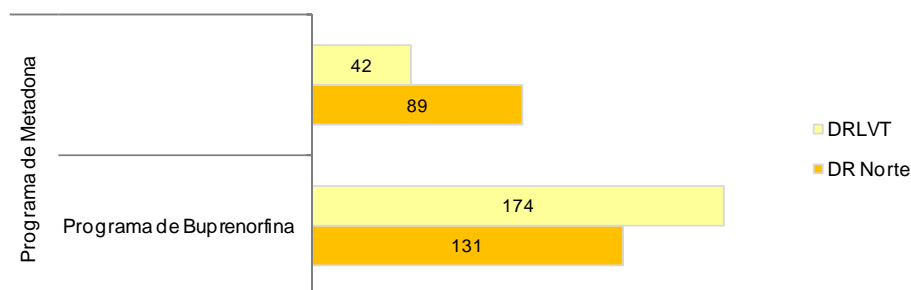
Tendo em conta a importância do trabalho desenvolvido, a população abrangida e os locais geográficos de implementação, considerou-se que era indispensável a sua continuidade, permitindo assim intensificar o trabalho efetuado. Refira-se, ainda, que a população abrangida com estes projetos aumentou de 256 para 650 (254%).

Este crescimento explica-se, em parte, pelo desenvolvimento das parcerias e uma maior dinamização dos Núcleos Territoriais.

Em 2010, foram realizadas 6.607 consultas, a 615 utentes (acompanhados por 2 projetos<sup>14</sup>), com uma média de 11 consultas por utente, por ano.

Os 3 projetos de tratamento desenvolveram também um Programa de Manutenção de Agonistas Opiáceos, como podemos observar na figura 72, com um total de 305 utentes em programa de Metadona e 131 em programa de Buprenorfina.

**Figura 72** - Distribuição dos indivíduos abrangidos pelos Programas de Manutenção com Agonistas Opiáceos (N=650)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.: PORI/DR

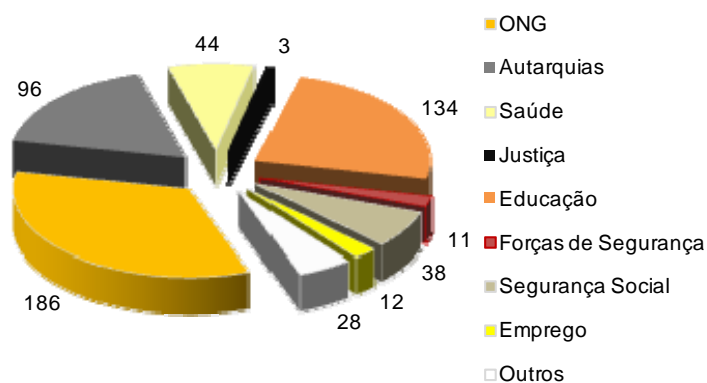
Devido à sua especificidade, estes projetos foram desenvolvidos em estreita articulação com as Equipas de Tratamento do IDT, I.P.. Na Região Norte foram ainda rastreados para o VIH 173 indivíduos, 71 para a Hepatite B e 68 para a Hepatite C.

A área de missão do tratamento, enquanto rede prestadora de cuidados do IDT, I.P., desenvolveu um trabalho de estreita articulação entre as 46 Equipas de Tratamento existentes no país e os restantes projetos, tendo sido um parceiro presente em todos os PRI.

### Implementação dos PRI – Constituição dos Núcleos Territoriais

Através da recolha de dados sobre as entidades que constituem os Núcleos Territoriais da maioria dos PRI implementados (82 PRI, dos 98 PRI implementados em 2010), verificou-se que, em média, cada Núcleo é constituído por 8 entidades.

<sup>14</sup> A resposta utilizada neste acompanhamento foi a resposta “centros de consulta”.

**Figura 73** - Tipologia de Entidades que constituem os Núcleos Territoriais (N=552)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: PORI – DR

Das **552 entidades** que fazem parte dos Núcleos Territoriais, **186 são (ONG)**, que incluem Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações, Fundações, entre outras. Importa destacar que das 186 ONG presentes nos Núcleos Territoriais, 80 são cofinanciadas pelo IDT, I.P. no âmbito dos PRI.

Com intervenção na área da **Educação** estão presentes **134 entidades**, desde Escolas do Ensino Básico e Secundário, Agrupamentos e Universidades. Verifica-se também um peso importante das Autarquias nos Núcleos Territoriais, com 96 representações, que incluem Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Destacam-se ainda as entidades na área da **Segurança Social (38)**, que incluem os Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e a Rede Social. Na área da **Saúde** estão presentes **44 entidades**, entre as quais Centros de Saúde, Administração Regional de Saúde e Unidades Locais de Saúde. No âmbito do **Emprego**, o IEFP, I.P. está representado por **12 entidades**, onde se incluem Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional. Estão também presentes as **Forças de Segurança (11)**, onde se incluem a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Na área da **Justiça**, estão representadas **3 entidades**, respetivamente 2 Direções de Serviços Prisionais e a Direcção Geral de Reinserção Social.

#### ● **Vertente financeira**

Em 2008 foram abertos 54 concursos, correspondentes a 54 PRI, com um total de 124 projectos, tendo sido efectuado o pagamento da 1.ª tranche, 50%, para 87 projectos no valor de 3.941.987,56 €

Em 2009 procedeu-se ao pagamento da 1.ª tranche (50%) dos restantes projectos aprovados, no total de 22, no valor de 232.810,12 € bem como ao pagamento da 2.ª tranche (30%) para os projectos que completaram um ano e tiveram avaliação positiva, no valor de 647.030,20 €. Ainda neste ano foram abertos 20 concursos, correspondentes a 20 PRI, com um total de 45 projectos, tendo sido efectuado o pagamento da 1.ª tranche, 50%, no valor de 2.258.879,91 €

Face à conclusão de alguns dos PRI cujo concurso decorreu em 2008, em 2010 foi necessário ponderar a renovação de alguns projectos de maior relevância, estimando-se, para o efeito, um orçamento de 3.540.396 € para dois anos de execução.

Deste modo, no ano de 2010, para além do pagamento da 1.<sup>a</sup> tranche (30%) para os projectos referidos no parágrafo anterior, no valor de 1.414.194,79 € procedeu-se ao pagamento da 2.<sup>a</sup> tranche (30%) para os projectos que completaram um ano, no valor de 2.213.494,42 € e ao pagamento da 3.<sup>o</sup> e última tranche (20%) para os projectos que terminaram, no valor de 54.794,53 €

Todos os projectos são sujeitos a um acompanhamento técnico e financeiro, nomeadamente através da elaboração, por parte das entidades promotoras, de relatórios periódicos e um final, objecto de parecer por parte dos PRI, das DR e dos SC.

Também no âmbito deste acompanhamento, e dando cumprimento ao estatuído pela Portaria n.º 131/2008, de 13 de fevereiro, foram seleccionados, no universo dos projectos, os que representavam maior peso relativamente ao financiamento por parte do IDT, I.P., respeitando uma distribuição regional equitativa, bem como uma representatividade significativa por eixo de Intervenção.

Deste modo, em 2009 foram realizadas e concluídas 9 acções de auditoria a projectos com um ano de execução, o que representa 12,5% do total desses projectos. Foram, também, 9 o número de auditorias realizadas em 2010, sendo que esta amostra representa cerca de 25% do total do financiamento do 2.<sup>o</sup> concurso e, aproximadamente, 18% do total de projectos em execução.

Atendendo à conjuntura económica e financeira, que impôs a determinação de medidas de contenção orçamental, o Conselho Directivo do IDT, I.P. decidiu, de modo a diminuir os encargos suportados com o PORI:

1. Não abrir novos concursos;
2. Não renovar projectos que terminassem em 2011;
3. Nas renovações de projectos, rever os montantes aprovados na candidatura inicial, ajustando-os à execução final.





## Prevenção

### Resultado a atingir

Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico-científica e metodológica.

<b>Objetivo</b> 32. Melhorar a qualidade de programas/projetos que promovam intervenções baseadas em evidência científica.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>32.2.</b> Consolidação e implementação de um sistema de avaliação de programas e intervenções validadas	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC	N.º de projetos avaliados. N.º de projetos aprovados.	IDT, I.P. – 23 projetos avaliados; 23 Projetos aprovados.
<b>32.3.</b> Elaboração e divulgação de um catálogo de programas preventivos.			Catálogo final. Número de projetos inseridos no catálogo.	IDT, I.P. – Elaborada a estrutura do catálogo.
<b>32.4.</b> Colaboração na criação de um sistema informático de suporte à atividade de prevenção do IDT, I.P.		IDT, I.P.	Base de dados dos diferentes programas. Relatórios de avaliação semestral.	IDT, I.P. – elaborada 1 base de dados dos diferentes programas e elaborado 1 relatório de avaliação.
<b>32.5.</b> Criação de um sistema de auditoria técnico-financeira dos programas preventivos.			Número de projetos auditados/ N.º de projetos apoiados. Relatórios de avaliação sobre as auditorias.	IDT, I.P. – auditados 4 projetos; Elaborados todos os relatórios das auditorias.
<b>32.6.</b> Produção e divulgação de <i>guidelines</i> para atendimento de adolescentes com problemas de uso / abuso de drogas, no âmbito do Ministério da Saúde, com outros Serviços e entidades com intervenção neste domínio.			IDT, I.P., ME/ DGIDC	Produção de documento. Divulgação do documento.

**Objetivo**

**33.** Criar e divulgar materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva, em contextos considerados prioritários.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>33.1.</b> Produção e/ou adaptação de materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC	N.º de materiais produzidos e/ou adaptados N.º de locais de divulgação.	IDT, I.P. – produzidos e/ou adaptados 10 materiais.
<b>33.2.</b> Produção e/ou adaptação de planos de formação (módulos) ao nível da intervenção preventiva.			N.º de planos de formação (módulos) produzidos e/ou adaptados	IDT, I.P. – produzidos 14 módulos, ao nível da intervenção preventiva.

**Objetivo**

**34.** Reforçar as intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>34.1.</b> Realização de intervenções de informação/sensibilização, integradas e focalizadas, sobre as substâncias psicoativas e riscos associados ao seu consumo, em articulação com outras entidades.	2009-2012	IDT, I.P. e outras entidades	N.º de ações realizadas. População abrangida. N.º de instrumentos de avaliação de conhecimentos e atitudes aplicadas / N.º de ações realizadas.	IDT, I.P. – realizadas 417 ações; abrangidos 19.838 indivíduos; Aplicados 14 instrumentos de avaliação de conhecimentos e atitudes; Aplicados 22 instrumentos de avaliação nas ações realizadas; Efetuadas 33 ações em meio universitário;
<b>34.2.</b> Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas nas escolas.		IDT, I.P., IPJ, I.P.	N.º de intervenções.	IDT, I.P. - efetuadas 359 ações nas escolas abrangendo 20.879 indivíduos;
<b>34.4.</b> Reforço das intervenções de prevenção universal eficazes e avaliadas no meio laboral e no meio escolar e profissional.		IDT, I.P.	N.º de intervenções por contexto.	IDT, I.P. - efetuadas 8 intervenções em meio laboral; Efetuadas 43 ações em meio profissional;
<b>34.5.</b> Consolidação das respostas de atendimento da Linha Vida, utilizando as TIC.		IDT, I.P.	N.º de chamadas da Linha Vida. Projeto <i>Eu e os Outros</i> – N.º de escolas / entidades abrangidas. <i>Site Tu Alinhas</i> – N.º de visitas. <i>Chat Alinhas</i> – N.º de escolas envolvidas. N.º de alunos envolvidos.	IDT, I.P. – mantido o atendimento telefónico da Linha Vida e a resposta atempada, com 12.974 chamadas, resposta a todos os e-mail recebidos; Registou-se 45.556 visitas no <i>site Tu Alinhas</i> ; Abrangidos 11.348 alunos e 221 escolas, pelo projeto <i>Eu e os Outros</i> .

**Objetivo****36. Reforçar as intervenções de prevenção selectiva e indicada.**

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>36.1.</b> Desenvolvimento em colaboração com outras entidades Programas /Intervenções de prevenção selectiva e indicada em grupos, indivíduos e/ou contextos específicos.	2009-2012	IDT, I.P., IPJ	Número de projetos por contexto. População abrangida. Resultados alcançados / Resultados previstos.	IDT, I.P. – Desenvolvidos 70 projetos por contexto, abrangidos 5050 indivíduos e elaborados 16 relatórios.
<b>36.2.</b> Reforço, nas escolas, das intervenções de prevenção selectiva e indicada, eficazes e avaliadas.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC, IPJ	Relatórios por projeto.	IDT, I.P. / DGIDC / IPJ – desenvolvidos 46 projetos, abrangidos 1784 indivíduos e elaborados 10 relatórios.
<b>36.3.</b> Participação no reforço de um sistema de atendimento a adolescentes numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces.	2009-2012	IDT, I.P., ME/DGIDC, IPJ	Relatórios de atividades.	IDT, I.P. – abrangidos 1136 indivíduos, realizadas 13.103 consultas a crianças e jovens em risco e realizados 20 relatórios de atividades.

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Em 2010, houve um forte investimento em intervenções de prevenção seletiva e indicada, focalizadas em grupos, indivíduos e contextos, que apresentavam risco acrescido de uso/abuso de substâncias psicoativas<sup>15</sup>. Foram criados espaços de consulta para prevenção seletiva e indicada, contribuindo assim para o **reforço** de um **Sistema de Atendimento a Adolescentes**<sup>16</sup>, passando a existir em todas as regiões, (e na maior parte dos CRI), estruturas que realizam consultas de atendimento a jovens. As consultas e o atendimento foram, também, disponibilizados a pais, professores e outros elementos da comunidade educativa, incluindo alguma intervenção social, muitas vezes a partir de parcerias.

A preferência por intervenções de prevenção seletiva e indicada, pressupõe um acompanhamento de maior proximidade, por parte dos técnicos do IDT, I.P., para assegurar a harmonização e coerência da intervenção. Nesse sentido, foi dada formação aos técnicos das Equipas de Prevenção, para clarificar conceitos-chave para a intervenção e de estratégias para atingir os resultados pretendidos. Foi, também, um ano de investimento na formação de técnicos de instituições parceiras e de apoio na conceção, implementação, monitorização e avaliação de projetos de prevenção.

O recurso a intervenções tendo por base programas já consolidados<sup>17</sup>, foi privilegiado, no entanto, a resposta a intervenções breves ou pontuais, não foi abandonada, por se considerar que tal poderá permitir o envolvimento futuro em intervenções de continuidade. Neste tipo de pedidos inscrevem-se, por exemplo, a participação em feiras de saúde, atividades no âmbito do Dia Mundial de Luta contra a Droga, sessões de sensibilização/informação, orientação na realização de trabalhos da disciplina de área projeto/formação cívica e as ações decorrentes dos compromissos assumidos em protocolo com entidades parceiras. Em alguns casos, estas iniciativas serviram de primeira abordagem a grupos e contextos, perspetivando-se o investimento ao nível da formação de técnicos, que assegure a continuidade e sustentabilidade dos projetos.

No sentido de *melhorar a qualidade de programas/projetos que promovam intervenções baseadas em evidência científica* [objetivo operacional 32], foi produzido o **relatório final**<sup>18</sup> do **Programa de Intervenção Focalizada (PIF)**. O PIF foi desenhado tendo em vista aumentar o número de intervenções preventivas baseadas em evidência científica e incrementar intervenções preventivas de carácter seletivo para **famílias, crianças e jovens vulneráveis** e, ainda, **indivíduos com padrões de consumo de substâncias psicoativas** em contextos recreativos, assim como dar um contributo para a **definição de linhas orientadoras** e difundir **práticas validadas** no desenvolvimento de projetos no âmbito da prevenção seletiva e a integração das

<sup>15</sup> Particularmente no que se refere à implementação de programas de treino de competências pessoais e sociais no ensino profissional e ensino curricular alternativo.

<sup>16</sup> Em articulação com a área de missão do Tratamento.

<sup>17</sup> Como é o caso do programa *Eu e os Outros* e o *Trilhos*.

<sup>18</sup> Alguns dados e resultados de avaliação do PIF, podem ser consultados no *Relatório de Atividades – 2010*, do IDT, I.P., sendo que o *Relatório Final do PIF* encontra-se disponível, na íntegra, no site [www.idt.pt](http://www.idt.pt).

mesmas na seleção, monitorização e avaliação em futuros programas e projetos do IDT, I.P. baseado em critérios de qualidade e eficácia.

A partir das aprendizagens e produtos realizados no âmbito do PIF, foi possível publicar os critérios de qualidade para seleção de projetos baseados em evidência científica, no portal de boas práticas do OEDT, e promover a qualificação das equipas técnicas da área da prevenção do IDT, I.P., em desenho de projetos. A execução dos projetos superou o inicialmente previsto em termos do número de ações e abrangência dos grupos-alvo.

No que respeita ao **programa EURIDICE**<sup>19</sup>, em 2010, a intervenção decorreu em diversas câmaras municipais e empresas. Em termos de ações desenvolvidas, procedeu-se à elaboração, reprodução e distribuição de guias orientadores para dirigentes, sobre os problemas do álcool e drogas, à reprodução de materiais diversos sobre as consequências nocivas do consumo de substâncias e a sessões de esclarecimento, dirigidas às chefias e restantes trabalhadores.

Foi, também, um ano de atualização de conteúdos de materiais<sup>20</sup> e de desenvolvimento de atividades, no âmbito do **projeto PASITForm**, nomeadamente, preparação de ações de qualificação dos Agentes Sociais das entidades parceiras nos vários projetos preventivos e dinamização de ações de sensibilização e informação, dinamizados pelas Equipas (Prevenção e Reinserção) do IDT, I.P., em articulação com as estruturas locais do IEFP, I.P..

No âmbito do projeto de Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas - **parceria entre a Casa Pia de Lisboa, I.P. e o IDT, I.P.**<sup>21</sup> foi dada continuidade à participação dos CRI que abrangem as áreas geográficas dos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) da Casa Pia de Lisboa, IP. Realizaram-se, no ano em referência, **121 ações**, das quais **54 dirigidas a educandos, 25 dirigidas a famílias e 42 dirigidas a colaboradores**. A população-alvo envolvida no desenvolvimento das ações acima referidas abrangeu **1.219 indivíduos**, tendo-se verificado um aumento de 84%, face a 2009.

No que respeita à **intervenção em meio escolar**, para além da continuidade dada ao **programa Atlante - Enfrentar o Desafio das Drogas** (versão portuguesa do ORDAGO – *Afrontar el Desafio de Las Drogas*), implementado desde o ano letivo 2005/2006, na Delegação Regional do Algarve, foi prosseguida a implementação, com o apoio da Delegação Regional de Educação do Alentejo (DREA), do programa de promoção de competências pessoais e sociais **E Agora Ruca**, que abrange crianças e jovens em contexto escolar. Em 2010, foi realizada formação aos técnicos das turmas PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), assim como feita a dinamização e apoio a atividades, tendo, num total de **359 intervenções**, sido

<sup>19</sup> O programa EURIDICE (*European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment*), iniciado em 2004, visa a prevenção e a intervenção nas dependências do álcool e outras drogas, a promoção de estilos de vida saudáveis, a modificação de atitudes, comportamento e fatores de risco, a alteração das condições de trabalho que possam fomentar o consumo das drogas, o aumento dos conhecimentos sobre o consumo de substâncias e a promoção das condições necessárias à criação de um clima social e laboral saudáveis, através de ações integradas que incluam uma vertente formativa e informativa.

<sup>20</sup> Sobretudo materiais referentes ao consumo de bebidas alcoólicas.

<sup>21</sup> O projeto Casa Pia é um projeto de investigação-ação, desenvolvido desde 2005. Enquadra-se no plano de ação do IDT, I.P. que contempla como área prioritária ao nível da prevenção, a intervenção seletiva em meio escolar e junto de jovens institucionalizados, surgindo como resposta preventiva que pretende contribuir para o desenvolvimento saudável dos educandos da Casa Pia de Lisboa, I.P..

abrangidos cerca de **21.000 alunos**. Em relação à **intervenção em contexto universitário**, o IDT, I.P. participou na implementação de algumas atividades no Ensino Superior, como formação em programas de treino de competências pessoais e sociais, participação nos *curricula* das Licenciaturas de Enfermagem, Ciências de Educação e Mestrado de Educação para a Saúde, apoio em trabalhos de Investigação sobre a temática das drogas e dependências, intervenção nas festividades académicas, fornecendo formação de Mediadores, no âmbito das intervenções nas Festividades Académicas, entre outras<sup>22</sup>. Houve um trabalho formativo, por parte do IDT, I.P., junto de um grupo de estudantes, previamente capacitados para intervir nestes eventos, numa lógica de proximidade, através da intervenção de pares e intervenção no espaço de realização das Semanas Académicas.

No âmbito do **programa *Cuida-te*** potenciou-se, de forma mais concreta, o protocolo de colaboração celebrado com o IPJ, I.P., onde, para além da participação em reuniões de planeamento e avaliação das diferentes medidas do programa, o IDT, I.P. colaborou no atendimento informativo, integrando as equipas da unidade móvel do programa e participou no gabinete de saúde juvenil<sup>23</sup>.

Para além de intervenções de informação/sensibilização focalizadas, foi implementada uma campanha de expressão nacional, sob o lema “energia, usa só a tua”, que incluiu os eventos *Bike Tour*, em Lisboa e no Porto, em parceria com a Sportis, e a Feira *Bike Tour*, contribuindo-se, desta forma, para o *reforço das intervenções de prevenção universal eficazes* [objetivo operacional 34]. Foram, também, realizadas e/ou acompanhadas várias ações de informação/sensibilização, de âmbito regional e local.

No sentido de *consolidar as respostas de atendimento da Linha vida, utilizando as TIC* [ação 34.5], o **[www.tu-alinhas.pt](http://www.tu-alinhas.pt)**<sup>24</sup>, registou-se, em 2010, **36.355 visitantes únicos** (37.635, em 2009), **45.556 visitas** (44.372, em 2009), **309.169 visitas de página** (293.726, em 2009) e **2.353.525 hits** (2.231.396, em 2009). Em termos de objetivos futuros destacam-se a necessidade de divulgação, desenvolvimento de parcerias e maior interatividade com o público, nomeadamente através de jogos e inquéritos *on-line* e também através da revitalização do *Chat alinhas*.

O **projeto *Eu e os Outros***, no ano de 2010, foi objeto de uma importante consolidação com estabelecimento de parcerias institucionais. Foram **abrangidas 221 escolas**, num total de **11.348 alunos**, **571 aplicadores**, **218 instituições** e **14.348 jogadores**, em todo o território nacional. Os resultados de avaliação de impacto foram melhorados, no que respeita à autoeficácia geral dos seus participantes. Foram certificados os técnicos do IDT, I.P., pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua do Ministério da Educação, de forma a estarem acreditados para formarem professores, no âmbito deste projeto, e foi feita a proposta de acreditação para a formação propriamente dita, aguardando aprovação para 2011. Foi, ainda, realizada, na DRLVT, uma

<sup>22</sup> Por ter sido desenvolvido em articulação com a área da RRMD, mais referências a este projeto são feitas no capítulo desta área de missão.

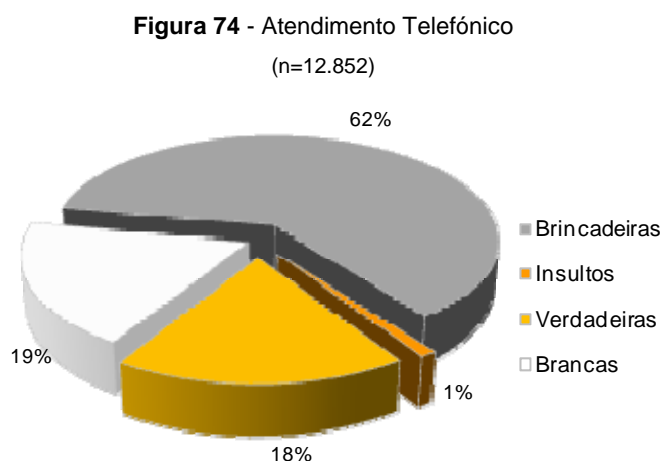
<sup>23</sup> Este gabinete funciona nas instalações do IPJ, I.P., com a cedência de técnicos dos CRI e desloca-se às escolas que o solicitam ao IPJ, I.P..

<sup>24</sup> O [www.tu.alinhas.pt](http://www.tu.alinhas.pt) em funcionamento desde 22 de Fevereiro de 2007, é um site juvenil na área das drogas e da toxicodependência, direcionado para jovens a partir dos 12 anos. Funcionando no âmbito da prevenção da toxicodependência, assume um carácter lúdico-pedagógico e tem como objetivo geral a informação e a promoção de comportamentos saudáveis.

experiência piloto numa escola para aplicação conjunta do jogo, por professores e por forças de segurança (Polícia de Segurança Pública – Escola Segura).

A **Linha VIDA SOS Droga** é um serviço anónimo, confidencial e gratuito, que permite ao utente expor as suas dúvidas e inquietações, num ambiente seguro e contentor da sua ansiedade, assegurando, nesse contexto, a possibilidade do utente repor a comunicação e fazer um trabalho de análise e reflexão das suas motivações. É um espaço que privilegia o aconselhamento, a informação e o encaminhamento para os recursos institucionais disponíveis na área das toxicodependências. No entanto, surgem muitas vezes, outras problemáticas associadas (adolescência, a sexualidade, a SIDA, entre outras), em particular as relacionadas com a saúde mental.

**Atendimento telefónico** – No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 dezembro de 2010 foram atendidas **12.852 chamadas** (13.307, em 2009) das quais **2.300 verdadeiras** (2.681, em 2009) **2.488 brancas** (2.407, em 2009) **7.964 brincadeiras** (8.123, em 2009) e **100 insultos** (96, em 2009), que correspondem em valores percentuais respetivamente a 18% de chamadas verdadeiras, 19% de chamadas brancas, 62% de chamadas brincadeiras e 1% de insulto, tal como apresentado na figura seguinte.



Fonte Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P. : DIC / NAI

No âmbito da **FESAT** destaca-se a promoção da articulação entre serviços e implementação de Boas Práticas, com o Programa Leonardo da Vinci Mobilidades, tendo decorrido um Seminário de Trabalho, para desenvolvimento de *guidelines* para Formação, que irá decorrer em 2011.

## Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Com a aprovação da nova estrutura orgânica da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC)<sup>25</sup>, enquanto serviço central do Ministério da Educação (ME), esta é incumbida, nomeadamente, de *“desenvolver o estudo sobre os currículos, os programas das disciplinas e as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares e propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo”*.

O Despacho n.º 10955/2010 reitera o objeto de Despachos anteriores<sup>26</sup> definindo as equipas multidisciplinares que integram a estrutura da DGIDC, nomeadamente o Núcleo de Educação para a Saúde e Ação Social Escolar (NESASE), como *“equipa multidisciplinar, à qual compete assegurar o acompanhamento, monitorização e desenvolvimento das atividades da saúde em meio escolar, nas vertentes da educação para a saúde e saúde escolar (...)”*.

Destaca-se, nas Competências Gerais<sup>27</sup>, no capítulo dos princípios e valores orientadores do referido currículo, princípios e valores que se consideram centrais ao nível da promoção da saúde (biopsicossocial) e da prevenção.

Relativamente às competências gerais que o aluno deverá possuir, na área da promoção da saúde e da prevenção do consumo de substâncias psicoativas (SPA) à saída da educação básica, destaca-se, o conseguir realizar atividades de forma autónoma, responsável e criativa, a capacidade de adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e tomada de decisões e a capacidade de relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspetiva pessoal e interpessoal, promotora de saúde e de qualidade de vida.

No que respeita aos professores, salienta-se que estes terão de ter capacidade para promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, atividades dirigidas à apropriação de hábitos saudáveis, à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros, como também, organizar atividades cooperativas de aprendizagem e projetos conducentes à tomada de consciência de si, dos outros e do meio.

<sup>25</sup> O Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 27/2007, de 29 de março, aprovado a estrutura orgânica da DGIDC.

<sup>26</sup> Despacho n.º 15 322/2007, de 12 de julho.

<sup>27</sup> Currículo Nacional do Ensino Básico – *Competências Essenciais 2001*.

## Atividades desenvolvidas

No ano letivo de 2010/2011 deu-se continuidade à implementação de vários programas de prevenção, com carácter estruturado e continuado, de que são exemplo, o **projeto Atlante** (para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico), o **programa 4d** – currículo de prevenção integrado (3º ciclo), o **programa Crescer a Brincar** (para o 1º ciclo), o programa **PRÉ – programa de competências** (para o pré-escolar) e o lançamento do **projeto Eu e os Outros**, contribuindo assim para *criar e divulgar materiais que sustentem a qualidade da intervenção preventiva, em contextos considerados prioritários* [objetivo operacional 33]. Estes programas ilustram a importância das parcerias no desenvolvimento das intervenções preventivas, sendo a implementação destes projetos realizada por técnicos especializados do IDT, I.P., de ONG e de Autarquias, com a participação ativa dos professores e outros técnicos das escolas, bem como com a colaboração das DRE e da DGIDC. Estes são alguns exemplos de boas práticas, visto assentarem em programas estruturados, apoiados em materiais técnico-pedagógicos específicos, integrados nas dinâmicas curriculares das escolas e com processos de avaliação consistentes.

Ao longo do ano letivo de 2010/2011 foram desenvolvidas, em meio escolar, diversas ações e projetos de prevenção, quer numa perspetiva mais global de promoção da saúde, quer numa vertente mais específica de abordagem à temática dos consumos de substâncias psicoativas, contribuindo *para reforçar as ações de prevenção universal, eficazes e avaliadas* [objetivo operacional 34], nomeadamente *a análise da abordagem dos conteúdos relativos às spa, nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares* [ação 34.3].

Estas ações de sensibilização e/ou projetos, foram desenvolvidos nas dinâmicas curriculares das escolas, quer nas áreas disciplinares, quer nas áreas não disciplinares, ou através de programas específicos de prevenção de SPA. As referidas ações foram desenvolvidas pelos próprios professores, com a participação dos alunos, muitas vezes em articulação com parceiros, que trabalham nesta área, como centros de saúde, IDT, I.P., Autarquias, ONG, entre outros, potenciando a intervenção integrada e mobilizadora dos recursos de uma determinada comunidade, como resposta a necessidades diagnosticadas pelas estruturas locais.

A articulação com as cinco Direcções Regionais de Educação (DRE), em particular com os seus interlocutores para a promoção da saúde, é um aspeto importante para a monitorização e acompanhamento das intervenções, ao nível da Promoção e Educação para a Saúde (PES) e da prevenção em meio escolar. Estes técnicos fazem a articulação com os professores coordenadores da PES em cada escola, funcionando como interlocutores, na dinamização de atividades, no domínio da PES e da prevenção de SPA, implementadas nas escolas de cada uma das regiões.

A 4 de outubro de 2010, foi lançado um Edital, através do qual são convidados todos os Agrupamentos e Escolas não agrupadas, interessados em ser apoiados na concretização de projetos na área da Promoção da Saúde, a apresenta -los, prevendo-se, após análise destes, a atribuição de verbas para apoiar trabalhos nesta área.

Responderam a este edital 73% do total dos agrupamentos e escolas, sendo que a prevenção dos consumos foi trabalhada em 93% dos estabelecimentos de ensino, sendo a terceira área mais abordada, após a Educação Alimentar e a Educação Sexual. Dentro da área os temas mais trabalhados foram a adolescência e comportamentos de risco (86%); a prevenção e consumo de SPA (69%); a prevenção do consumo do tabaco (60%); e a prevenção do consumo de álcool (59%).

Em termos de metodologia para trabalhar estas áreas verificou-se que as atividades de pesquisa são as mais utilizadas (77%), seguidas das palestras/debates/sessões de sensibilização/informação (73%), das exposições de trabalhos e produtos (68%) e das dinâmicas de grupo (64%). É de salientar que, em mais de 50% das escolas, as dinâmicas de grupo e as estratégias de envolvimento das famílias (50%) foram metodologias que se revelaram pertinentes no envolvimento da comunidades.

Foram estabelecidas parcerias com Centros de Saúde (88%), com Associações de Pais (54%) e com Organismos do Estado (41%), integrando estes parceiros, as atividades desenvolvidas.

Em termos de indicadores de avaliação, verifica-se como mais utilizado o nível de participação/envolvimento (96%), seguido da taxa de concretização das atividades (91%), do grau de satisfação (83%) e da melhoria das competências pessoais e/ou sociais (81%).

Em relação a alguns projetos implementados pelo IDT, I.P., realça-se a articulação com a DGIDC/NESASE, dando parecer sobre materiais e/ou sobre estratégias de intervenção, previstas para o meio escolar, nomeadamente para o projeto *Eu e os Outros*, para o site [www.tu-alinhas.pt](http://www.tu-alinhas.pt) e para o **programa de Estudos em Meio Escolar** – INME 2010/2011, ESPAD/ECATD/2011.

A articulação entre as duas entidades permite uma mais eficaz monitorização e acompanhamento da implementação destas intervenções no terreno, pelas estruturas centrais e pelas estruturas regionais do ME.

A DGIDC / NESASE participou em diversos **eventos / feiras temáticas**, abertas às comunidades locais, nas quais se divulgaram experiências/projetos, na área da promoção da saúde, desenvolvidas por diversas escolas de todo o país, tendo este tipo de iniciativas, o mérito de dar a conhecer, as dinâmicas das escolas na área da Promoção e Educação para a Saúde (PES), implicando as comunidades locais, neste movimento de promoção de estilos de vida saudáveis. Em todas estas feiras foram apresentadas atividades de prevenção do consumo de SPA lícitas e ilícitas.

De destacar a participação no Dia Mundial de Luta Contra a Droga - Sessão comemorativa, que se realizou no dia 25 de junho, no espaço NOESIS, da DGIDC. De destacar, ainda, a promoção feita pela DGIDC/NESASE da disseminação de informação, projetos e materiais, desenvolvidos pelas e nas escolas, na plataforma *Moodle*.

## Guarda Nacional Republicana

A aposta no trabalho a ser realizado junto das escolas e das comunidades educativas, é um dos pilares fundamentais da estratégia institucional, que se tem consubstanciado ao longo dos anos através do Programa “Escola Segura”, sensibilizando e agindo juntos dos alunos, pais, professores, responsáveis e funcionários das escolas para a problemática da segurança, nas suas múltiplas vertentes, aconselhando boas práticas e recomendando a adoção de medidas preventivas adequadas, com o objetivo de fazer com que as mesmas venham a constituir-se como locais seguros e tendencialmente livres de drogas.

O **programa *Escola Segura*** tem âmbito nacional e dispõe de um efetivo dedicado, que em 2010, foi de **237 militares** (228 militares, em 2009), afetos aos Núcleos de Escola Segura, que constituem, o primeiro nível de intervenção policial, revestindo-se a sua missão de cariz essencialmente preventivo, dissuasor e pedagógico.

Foram abrangidas por este programa, nesse ano, **7.666 escolas** (8.016 escolas, em 2009), desenvolvidas **9.351 ações de sensibilização e/ou informação** (7.588 ações, em 2009), abrangendo um universo de **791.583 alunos** (810.125 alunos, em 2009), tendo sido, ainda, realizadas **257 visitas** de escolas e/ou grupos de alunos ao quartel (544 visitas, em 2009).

## Polícia de Segurança Pública

No ano letivo de 2010/2011 a Polícia de Segurança Pública (PSP) continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade.

O programa *Escola Segura* tem como objetivos prioritários: promover uma cultura de segurança nas escolas; fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respetivos parceiros, a realização de ações de sensibilização e de formação, sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral; recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes, de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.

No quadro do programa Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP, as principais funções das equipas da PSP afetas ao programa *Escola Segura* são:

- Garantir a segurança, visibilidade e proteção de pessoas e bens nas áreas escolares, promovendo uma boa relação e troca de informação permanente, entre a Polícia e os membros da comunidade educativa, designadamente, com os conselhos executivos, alunos, professores e auxiliares de ação educativa, recolhendo notícias/informações que possam ter um impacto na segurança das comunidades, de modo a serem adotadas medidas de prevenção adequadas;
- Desenvolver de forma sistemática, ações de sensibilização e de formação, junto da comunidade escolar, numa perspetiva de prevenção de comportamentos de risco e de adoção de procedimentos de autoproteção;
- Esclarecer os alunos/encarregados de educação para a necessidade de apresentação formal de denúncia criminal, em caso de serem vítimas de crime, bem como de comunicar imediatamente aos conselhos executivos e às entidades policiais ocorrências, ou movimentações suspeitas, que possam indiciar uma ação preparatória ou de execução de um ato criminoso (é crucial que se contrarie a tendência de não participação de certo tipo de crimes, por exemplo de furtos e roubos – a comunicação deste tipo de ocorrências às Polícias pode ser importante na deteção dos suspeitos e prevenção de outros crimes);
- Sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumos de substâncias estupefacientes ou álcool ou prática reiterada de incivildades ou crimes, no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes;

- Efetuar o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade (procedendo ao levantamento de problemas, que possam ter um impacto no sentimento subjetivo de insegurança, na criminalidade real ou na segurança rodoviária – incluindo questões de falta de iluminação pública, existência de casas abandonadas, eventuais locais de consumo de estupefacientes;
- Sinalização rodoviária deficiente, existência de salas de jogos, exploração desregulada de estabelecimentos de restauração e de bebidas (por exemplo, venda de bebidas alcoólicas e tabaco a menores, etc.) e informando as autoridades competentes para a sua resolução, através da cadeia de comando;
- Apoiar as vítimas de crimes e proceder ao seu encaminhamento pós-vitimação para as entidades competentes;
- Manter-se à disposição do público, aconselhando-o sobre métodos de proteção de bens materiais contra determinado tipo de ilícitos criminais e encaminhando os cidadãos para os serviços sociais competentes;
- Procurar a colaboração do público, indo ao seu encontro, e sob coordenação do Comando, reunir-se com os conselhos executivos, associações de pais, associações de estudantes, associações locais e representantes da comunidade, procurando a adesão desta para o esforço coletivo de segurança;
- Fornecer informações úteis aos alunos e restantes membros da comunidade educativa (sobre localização de transportes públicos, repartições públicas, hospitais, telefones úteis, conselhos de prevenção) que permitam estabelecer relações de confiança e diálogo com os cidadãos (designadamente com os membros da comunidade educativa) e facilitando o estabelecimento de um clima favorável à prevenção;
- Participar na formação/sensibilização de professores e funcionários, pais ou alunos, vocacionada para a problemática da autoridade e clima de segurança nas escolas e para conselhos de prevenção e autoproteção, tendo em vista, designadamente, registarem ou memorizarem aspetos particulares dos suspeitos/autores dos ilícitos (marcas, tatuagens, cicatrizes, sotaque, deficiências físicas, adereços – piercings, pulseiras, fios, relógios).

As equipas da PSP afetas ao programa *Escola Segura* tiveram cerca de 369 elementos policiais (344 elementos policiais, em 2009), a nível nacional e realizaram 4.158<sup>28</sup> ações de informação/sensibilização (6.873, em 2009), através das equipas da *Escola Segura*, registando-se, ao nível da educação e cidadania a organização de vários eventos para demonstração de meios, eventos lúdicos, desportivos e culturais. Das **3.453 escolas** abrangidas, estiveram envolvidos **1.033.911 alunos** (1.289.786 alunos, em 2009) e **137.949 professores e auxiliares de educação** (130.103 professores e auxiliares de educação, em 2009).

---

<sup>28</sup> Das quais 422 especificamente dirigidas à prevenção do álcool e substâncias ilícitas.

## Instituto Português da Juventude, I. P.

Dentro dos programas, estruturas e iniciativas do Instituto Português da Juventude, I.P. (IPJ, I.P.), destacam-se os Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ)<sup>29</sup>. Estes, são espaços de atendimento gratuito, anónimo e confidencial, assegurados por uma equipa técnica qualificada e interdisciplinar (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, técnicos de serviço social, etc.), com disponibilidade para ouvir e ajudar a lidar com aspetos ligados à sexualidade juvenil. Têm como principal objetivo possibilitar o fácil acesso a um serviço onde se obtenham respostas às temáticas da adolescência, designadamente às questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva.

Em 2010 efetuaram-se, nos GSJ de todo o país, 42.047 atendimentos (49.154, em 2009), sendo que na **área da Prevenção dos consumos de drogas e toxicodependências** foram efetuados 941 atendimentos.

---

<sup>29</sup> Os GSJ'S foram integrados no Programa CUIDA-TE criado pela Portaria n.º 655/2008, de 25 de julho. São parceiros deste programa as ARS's, a DGS, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, a Coordenação VIH/Sida, a DGIDC, o IDP, I.P. o IDT, I.P. e o IPS.

## Dissuasão<sup>30</sup>

### Resultado a atingir

Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efetivas dos indiciados consumidores.

#### Objetivo

**37.** Otimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>37.1.</b> Atribuição de competências ao IDT, I.P. que permitam um efetivo acompanhamento da operacionalização da lei.	2009-2012	MS	Apresentação de propostas de diplomas legais.	Publicado o Despacho n.º 9467/2010, de 4 julho, que subdelega no Conselho Diretivo os poderes necessários, no âmbito das competências específicas dirigidas às CDT.
<b>37.2.</b> Realização de ações com vista à articulação da intervenção na área dos consumos.		IDT, I.P., MS, MJ/MAI CSMP	N.º ações realizadas.	IDT, I.P. – realizada 1 ação, neste âmbito.
<b>37.3.</b> Reuniões periódicas de supervisão técnica.			N.º de reuniões de supervisão realizadas.	IDT, I.P. – resposta a todos os pedidos concretos de apoio técnico em matérias jurídico, processuais e psicossociais às CDT.
<b>37.4.</b> Participação em reuniões e ações de supervisão noutras estruturas do IDT, I.P., nomeadamente nos CRIS.			N.º de reuniões e de ações.	IDT, I.P. – realizadas 4 reuniões de supervisão.
<b>37.5.</b> Realização de reuniões temáticas.			N.º de reuniões temáticas realizadas.	IDT, I.P. – realizadas 2 reuniões temáticas.
<b>37.6.</b> Promoção de troca de experiências entre CDT e/ou outras entidades responsáveis tendo em vista a justiça e equidade nacional na aplicação da Lei n.º 30/2000, nomeadamente, das sanções, nos encaminhamentos e nos acompanhamentos.			N.º de documentos orientadores produzidos.	IDT, I.P. – produzidos 6 documentos orientadores; Produzidos 2 relatórios de controlo e acompanhamento das decisões proferidas no âmbito do quadro legal vigente.

<sup>30</sup> Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Contraordenações, deste Volume.

**Resultado a atingir**

Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.

<b>Objetivo</b>				
<b>38. Melhorar a articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I.P. e outras respostas convencionadas.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>38.1.</b> Promoção e/ou melhoria dos mecanismos de articulação interna com CRI ao nível das respostas preventivas.	2009-2012	IDT, I.P., MS	N.º de reuniões realizadas. N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área.	IDT, I.P. – aumento em 11% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de prevenção; Realizadas 2 reuniões, neste âmbito.
<b>38.2.</b> Articulação com as respostas existentes no âmbito da redução de riscos e minimização de danos				IDT, I.P. – aumento em 38% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de redução de riscos e minimização de danos; Realizada 1 reuniões, neste âmbito.
<b>38.3.</b> Melhoria dos níveis de articulação com as ET, CRI e outras respostas de tratamento, de acordo com o previsto na lei.				IDT, I.P. – aumento em 19% do n.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de tratamento; Realizadas 3 reuniões, neste âmbito.

<b>Objetivo</b>				
<b>40. Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>40.1.</b> Efetivação e reforço da articulação e do trabalho em parceria com as autoridades policiais, os tribunais e os governos civis.	2009-2012	IDT, I.P., MS MAI, MJ, MTSS, DGSP, CSM, CSMP	N.º de processos. Grau de execução das sanções. N.º de encaminhamentos.	IDT, I.P. – aumento dos encaminhamentos em 24%.
<b>40.2.</b> Promoção da articulação junto dos parceiros com respostas dirigidas à população consumidora e em situação de desintegração social.				IDT, I.P. – aumento dos encaminhamentos em 10%.

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

O ano de 2010 foi um ano que ficou marcado pelo **grande interesse internacional em conhecer e avaliar o Modelo de Dissuasão existente em Portugal**, operado pela Lei da Descriminalização do consumo de drogas<sup>31</sup>. Este interesse e reconhecimento no funcionamento do modelo Português teve um impacto muito positivo ao nível interno, originando melhor conhecimento do Modelo e do trabalho que é desenvolvido pelas Comissões de Dissuasão da Toxicodependência (CDT), ao nível da prevenção e encaminhamento para as estruturas de saúde, e do trabalho em rede com as autoridades policiais, tribunais e governos civis.

Apesar da falta de quórum nas CDT de Faro e Porto, aliado à crescente falta de pessoal de apoio técnico na maioria das CDT, que condiciona o resultado de alguns objetivos traçados para o ano em referência, salienta-se nesse ano, o investimento na reorganização dos serviços, motivação dos profissionais, rentabilização dos recursos existentes e o reforço da articulação com diversas entidades, nomeadamente, com CRI, Tribunais, Autoridades Policiais e Governos Cívicos, com vista a melhorar a eficácia da aplicação da Lei e dissuasão dos consumos.

No sentido de *otimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas*. [objetivo operacional 37], especificamente *atribuir competências ao IDT, I.P. que permitam um efetivo acompanhamento da operacionalização da lei* [ação 37.1], foi publicado o Despacho n.º 9467/2010, de 04 de junho, que subdelega no Conselho Diretivo do IDT, I.P. os poderes necessários no âmbito de competências específicas dirigidas às CDT. A subdelegação de poderes supramencionada veio permitir encetar trabalhos no sentido de promover o estabelecimento de uma harmonização de práticas e procedimentos das CDT, no âmbito da aplicação da lei.

No que respeita à *melhoria da articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I.P. e outras respostas convencionadas* [objetivo operacional 38], as CDT mantiveram, durante 2010, um papel relevante na articulação com as estruturas dos CRI no âmbito das respostas preventivas. No ano em referência, registou-se um número significativo de encaminhamentos para estruturas com respostas ao nível da redução de riscos e minimização de danos, bem como, contactos e reuniões regulares com as estruturas de tratamento, nos vários Distritos, numa relação de proximidade e articulação positiva.

Com vista a *potenciar a articulação intraministerial no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde* [objetivo operacional 39], foi mantida a regularidade de encaminhamentos para as estruturas do Ministério da Saúde, em particular, os Centros de Saúde, os Hospitais e outros serviços integrados, mantendo-se, também, em alguns distritos, a realização de reuniões com os Centros de Saúde.

---

<sup>31</sup> Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, que descriminaliza o consumo e a posse de drogas.

Quanto ao *fomento da articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência* [objetivo operacional 40], houve **grande articulação e proximidade** com o Ministério Público, os Governos Cívicos, as Forças Policiais, mantendo-se, também, uma articulação regular com os parceiros que trabalham no campo da reinserção social. De acordo com o número total de encaminhamentos efetuados a este nível, estes foram maioritariamente para estruturas como a Cáritas Diocesana, Associações de intervenção social, Centros sócio sanitários, Centros de acolhimento, Exército de salvação, Associações de albergues noturnos. Ao nível do encaminhamento laboral/escolar ou de suporte social, articulou-se com estruturas como o IEFP, I.P., Segurança Social, Gabinetes para o apuramento de emprego ou Centros de novas oportunidades. Salientam-se, ainda, diversos encaminhamentos efetuados para o CPCJR.

A aplicação de uma medida, e o seu cumprimento, no âmbito de um processo de contraordenação a um indiciado que se encontre privado de liberdade detém por vezes condicionantes físicas adversas ao seu sucesso. Não obstante, tem sido possível, na maioria das vezes, obter respostas e efetivar encaminhamentos para os Serviços Clínicos dos Estabelecimentos Prisionais devido à **articulação positiva entre as entidades intervenientes**. Iniciou-se, em 2010, a recolha de dados relativos a constrangimentos e modos de atuação distrital, de forma a aferir necessidades e promover uma articulação concertada em todas as CDT.

Tal como já verificado na *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo *Contraordenações* deste Anexo, onde consta a informação estatística sobre os processos de contraordenação por consumo de substâncias ilícitas relativos às ocorrências de 2010, o número de processos instaurados<sup>32</sup> registou uma ligeira diminuição, o que foi muito significativo, tendo em conta os fatores excecionais que estiveram na origem do aumento de processos do ano anterior (nomeadamente a reposição de quórum e inserção dos processos acumulados).

Os quadros seguintes caracterizam a **situação face ao consumo dos indiciados primários** com processo aberto em 2010<sup>77</sup> e o tipo de **encaminhamento/resposta efetuada**, no âmbito da aplicação de uma suspensão provisória de processo.

**Quadro 140 - Situação Face ao consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio**

Indiciado	N.º
Toxicodependente	808
Não Toxicodependente	2.800
Pendentes sem classificação	3.009
<b>Total</b>	<b>6.617</b>

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Cerca de 84% dos processos de contraordenação abertos em 2010 referem-se a indiciados primários. Relativamente a 3.009 indiciados, não foi possível aferir a sua situação face ao consumo, por falta de comparência dos indicados nas CDT ou por estarem a aguardar a efetivação de diligências processuais.

<sup>32</sup> Independentemente da data da ocorrência do facto punível como contraordenação.

**Quadro 141** - Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Toxicodependentes (tratamento voluntário)

Tipo de encaminhamento	N.º de indiciados			
	Equipa de Tratamento	Centro Saúde	Outras respostas	Total
Encaminhamento	106	4	37	147
Reencaminhamento	149	2	3	154
Continuação de Tratamento	318	8	75	401
<b>Total</b>	<b>573</b>	<b>14</b>	<b>115</b>	<b>702</b>

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. : GAD

Dos 808 indiciados primários toxicodependentes, 702 (87%) aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Deste universo, 147 (21%) nunca tinham estabelecido contacto com estruturas de tratamento, 154 (22%) retomaram o tratamento que tinham abandonado e 401 (57%) encontravam-se em tratamento no momento da prática do ilícito contraordenacional.

È de referir um decréscimo do número de indiciados primários toxicodependentes que aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, relativamente a 2009 (-6%) e um acréscimo relativamente a 2008 (6%).

**Quadro 142** - Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Não Toxicodependentes (tipo de resposta)

Tipo de resposta	N.º
Sem diligências de motivação	818
Apenas diligências de motivação	1.469
Diligências de motivação e encaminhamento para estruturas de apoio	342
Encaminhamento direto para estruturas de apoio	171
<b>Total</b>	<b>2.800</b>

Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Do total de indiciados primários não toxicodependentes (2.800), 1.469 (52%) foram alvo apenas de diligências de motivação, 342 (12%) foram alvo de diligências de motivação e encaminhados para apoio e 171 (6%) foram diretamente encaminhados para apoio sem necessidade de diligências de motivação.

Constata-se, conseqüentemente, que 1.982 (71%) do universo de indiciados primários não toxicodependentes foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que poderiam indiciar situações de maior risco face à toxicodependência, que careciam de apoio especializado e diferenciado. Relativamente aos restantes 818 (29%), trata-se na sua maioria de situações de consumo, que a equipa técnica, após avaliação, considerou não necessitar de qualquer tipo de intervenção por não constituírem situações de risco.

O número de indiciados primários não toxicodependentes que foram alvo de diligências de motivação e/ou encaminhados para apoio em 2010, registou um decréscimo em relação a 2009 (- 12%) e um acréscimo em relação a 2008 (+ 104 %).

## Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

O Programa de Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas<sup>33</sup> (PPCDAFA)<sup>34</sup> é coordenado por um Grupo Coordenador (GCPCTFA), presidido pela Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e integrado por representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Nos Ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), a coordenação do PPCDAFA é assegurada por Grupos/ específicos dos diversos ramos, funcionando de acordo com diretivas internas produzidas ao nível da respetiva hierarquia superior.

### Rastreio toxicológico

Na prevenção primária, prevista pelo PPCDAFA, ocupa lugar de destaque o **rastreio toxicológico** da população militar, para deteção de substâncias ilícitas na urina, basicamente a canabinóides, opiáceos, anfetaminas e cocaína, em que desempenham uma missão fundamental os laboratórios dos Ramos das Forças Armadas, equipados com meios técnicos de referência<sup>35</sup>, internacionalmente reconhecidos como os mais adequados para a triagem e a confirmação da presença de drogas de abuso na urina.

A grande vantagem do rastreio toxicológico reside na deteção precoce como meio de redução da procura, não apenas por motivos relacionados com as necessidades de segurança da organização, mas, fundamentalmente, por permitir detetar e travar uma dependência o mais próximo possível dos primeiros consumos.

Para assegurar a credibilidade de todo o processo e, ao mesmo tempo, os direitos individuais do militar rastreado, a realização de análises está associada a uma cadeia de custódia de amostras e a um controlo de execução analítica que garantem a segurança, o rigor e a confidencialidade de todos os dados, desde a colheita até à validação do resultado.

São analisados Oficiais, Sargentos e Praças, em todos os regimes de prestação de serviço, com base em nomeação aleatória (por sorteio), extraordinária (por suspeita) e obrigatória (por determinação do órgão de gestão do pessoal ou acompanhamento de deteção anterior).

Em 2010, nas Forças Armadas, ocorreram 20.961 colheitas de urina para despiste de drogas (11.836, em 2009), dando lugar à realização de 84.844 testes (47.344, em 2009). No que diz respeito aos anos anteriores, foram acrescentadas as amostras de urina realizadas não apenas à população militar ativa, mas também aos candidatos a militares.

<sup>33</sup> Nos termos do Despacho n.º 13043/2000, de 27 de junho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional.

<sup>34</sup> O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste Relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

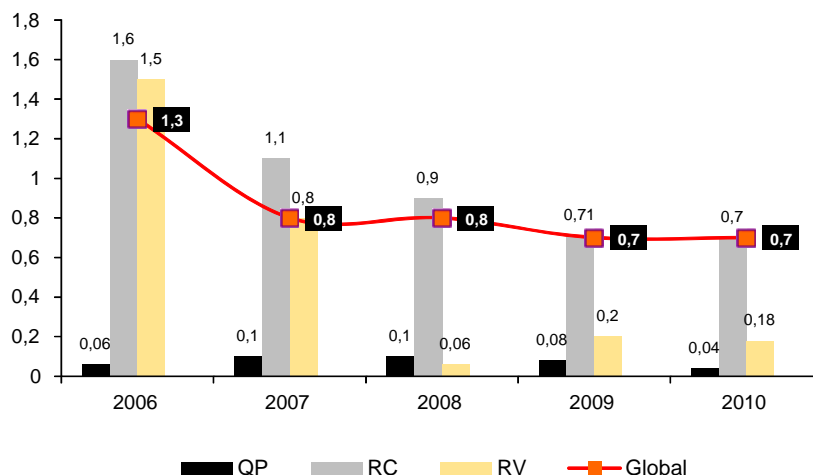
<sup>35</sup> Espectrometria de massa e cromatografia gasosa.

Numa apreciação global dos resultados dos três Ramos das Forças Armadas, verifica-se que ao serem agregados os três tipos de despiste previstos no PPCDAFA – aleatório, extraordinário e obrigatório – a positividade foi de **0.7%** (igual ao ano transato e – 0,1% do registado em 2008).

Por regime de prestação de serviço e mantendo-se a associação dos três tipos de despiste observou-se uma positividade de **0.04% no Quadro Permanente (QP)**; **0.7% no Regime de Contrato (RC)**; **0.18% no Regime de Voluntariado (RV)**.

Relativamente aos anos anteriores, verificou-se a evolução, sintetizada na próxima figura.

**Figura 75 - Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2006 e 2010, por regimes de prestação de serviço**



Fonte: Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

No que se refere ao tipo de drogas detetado, os canabinóides foram responsáveis por 79% dos casos positivos, os opiáceos por 5%, a cocaína por 10%, as anfetaminas por 0%, e as situações de policonsumo por 6%.

### Pesquisa de drogas com recurso a equipas cinotécnicas

No âmbito da prevenção e como medida ativa de dissuasão do consumo e tráfico interno, realizaram-se, na Marinha, 112 ações de pesquisa cinotécnica (+48, que em 2009).

O Exército realizou 88 ações, no dispositivo do Ramo em território nacional, avaliando 15.901 militares (-285 indivíduos, que em 2009), respetivas instalações e viaturas utilizadas. Como resultado, verificou-se a referenciação de 9 militares (+1, que em 2009), não tendo sido confirmados casos positivos.

Na Força Aérea, ocorreram, ao longo do ano, 19 ações de pesquisa de droga (-2, que em 2009), nas diferentes instalações, com a utilização de equipas cinotécnicas do Ramo.

## Orçamento

No que se refere ao encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, em 2010, foram registadas as despesas, por eixos de intervenção, resumidas no quadro seguinte<sup>36</sup>.

**Quadro 143 - Despesas por eixos de intervenção**

Eixos/Vetores de Intervenção	Total (em euros)
Coordenação e Cooperação Institucional	€..
Informação, Formação, Investigação e Avaliação	14.300
Redução da Procura:	
Prevenção e Dissuasão	518.480
Tratamento e Reinserção	98.937
<b>Total</b>	<b>631.717</b>

€.. Encargo não quantificado.

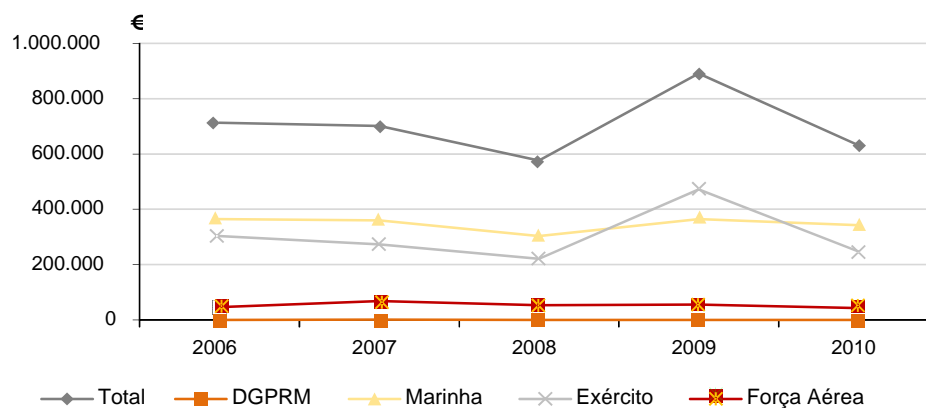
Fonte: Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

**Quadro 144 - Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2006 e 2010**

	2006	2007	2008	2009	2010
	Em euros				
DGPRM		1.200			
Marinha	364.176	359.992	302.799	363.953	342.175
Exército	302.468	272.866	220.446	471.994	246.919
F. Aérea	45.848	67.271	52.826	55.385	42.623
<b>Total</b>	<b>712.492</b>	<b>701.329</b>	<b>576.070</b>	<b>891.332</b>	<b>631.717</b>

Fonte: Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

**Figura 76 - Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2006 e 2010**



Fonte: Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Estima-se que os valores apresentados, para 2010, representem cerca de 1/3 dos gastos totais, pela dificuldade em, nesta sede, quantificar múltiplos encargos, que se encontram integrados em programas mais vastos, nomeadamente na área da saúde e da gestão de pessoal.

<sup>36</sup> Ressalvando, no entanto, o facto dos dados relativos à Marinha serem os constantes no respetivo Plano de Atividades.

De referir, para além dos encargos com pessoal, os gastos com energia, transportes e comunicações ou a manutenção das instalações e equipamento dos laboratórios e unidades hospitalares, que não foram contabilizadas pelo Exército e pela Força Aérea.

Não obstante, o investimento no Programa das Forças Armadas ganha justificação quando se ponderam os custos que resultariam da ausência de controlo, ou seja, relativos a acidentes, quebras de segurança, absentismo, despesas de saúde e atos de indisciplina, provocados por comportamentos alterados pelo efeito de substâncias psicotrópicas, em indivíduos com acesso a armas e equipamento militar, os quais facilmente somariam um valor muito superior.



## Redução de Riscos e Minimização de Danos

### Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos com parceiros públicos e privados.

<b>Objetivo</b> 41. Consolidar a Rede Nacional de Redução de Riscos e Minimização de Danos.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
41.1. Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vetores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades.	2009-2012	IDT, I.P. com outras entidades.	Relatório de Atividades.	IDT, I.P. – 34 projetos em desenvolvimento, na área da RRMD <sup>37</sup> .
41.2. Manter o Diagnóstico Nacional actualizado.		IDT, I.P., ISS, I.P.	Diagnóstico de necessidades com definição de prioridades.	IDT, I.P. – documento de caracterização da Rede nacional de redução de riscos e minimização de danos e portefólio de projetos nesta área; 3 Documentos com definição do circuito de recolha e disseminação da informação; Realizadas todas as adaptações propostas fundamentadas em diagnósticos.
41.5. Implementação de novas estruturas em territórios considerados prioritários.			N.º de territórios prioritários identificados.	IDT, I.P. – realizados todos os procedimentos para implementação de financiamento a todas as estruturas necessárias.

<b>Objetivo</b> 42. Promover o Diagnóstico, Aconselhamento e Referenciação de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas.				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
42.2. Promoção da articulação com IPSS para implementação do PSO de Baixo Limiar de Exigência com vista à implementação progressiva de Centros de Terapêutica Combinada.	2009-2012	IDT, I.P. ACS e CNVIHSDA	Publicação e disseminação de “Guidelines” para PSO BLE. N.º de IPSS com PSO BLE implementado. N.º de Centros de Terapêutica Combinada.	IDT, I.P. – implementado o sistema ADR em 93% das estruturas de RRMD consideradas relevantes, tendo sido rastreados todos os utilizadores que o quiseram ser; Participaram nas ações de formação sobre o modelo ADR, mais 27% de técnicos do que os que estiveram envolvidos no processo.

<sup>37</sup> Para outros dados indicadores, ver *Parte B* - capítulo *PORI*, deste *Anexo*.

**Objetivo**

**43.** Consolidar e aperfeiçoar o Modelo de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>43.1.</b> Consolidação dos circuitos e procedimentos de acordo com o novo modelo orgânico do IDT, I.P.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de Projetos monitorizados segundo este modelo.	IDT, I.P. – de forma a garantir a aplicação adequada do modelo de circuitos e procedimentos de acompanhamento, monitorização e avaliação das estruturas de RRMD, todos os instrumentos de avaliação foram preenchidos, foram dados pareceres a todos os projetos de acordo com o estipulado no modelo, sendo este utilizado em todos os CRI e DR.

**Objetivo**

**44.** Desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção em redução de riscos e minimização de danos.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>44.1.</b> Elaboração e publicação de um manual com orientações técnico normativas.	2009-2012	IDT, I.P. e IPSS	Publicação de um Manual de RRMD.	IDT, I.P. – manual distribuído a todos os coordenadores da área de RRMD.
<b>44.4.</b> Desenvolvimento de projetos de investigação - acção para validar metodologias de intervenção.			N.º de projetos de investigação acção.	IDT, I.P. – proposta de projeto piloto na prevenção de overdoses.

**Objetivo**

**46.** Promover a integração sócio urbanística de territórios que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de Planos de Intervenção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>46.1.</b> Implementação e desenvolvimento de Planos de Intervenção em 3 Bairros (Lagarteiro, Cova da Moura e Vale de Amoreira).	2009-2010	MAOTDR / IHRU, I.P.	Percentagem de população abrangida. N.º de ações realizadas.	IHRU, I.P. – 87% da população abrangida nos territórios: 136 Ações realizadas; Formalização de diversos protocolos com instituições de cariz social, para cedência de fogos devolutos para promoção da saúde de jovens e famílias associadas à toxicodependência.

**Resultado a atingir**

Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.

<b>Objetivo</b>				
<b>47. Intervenção junto de consumidores em contextos de diversão nocturna.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>47.1.</b> Definição de “ <i>Guidelines</i> ” para intervenção em Espaços de Diversão nocturna.			Publicação de manual orientador para intervenção em contexto de diversão nocturna.	IDT, I.P. – elaboração de dois manuais orientadores de intervenção em espaços recreativos.
<b>47.2</b> Intervenção junto de organizadores de eventos.	2009-2012	IDT, I.P., MAI	N.º de ações de informação e sensibilização junto de organizadores de eventos.	IDT, I.P. – resposta a todas as solicitações para intervir em festivais de verão na área da RRMD e 3 intervenções em festivais deste tipo sem solicitação de intervenção; Elaborado um documento de caracterização dos contextos intervencionados no que respeita á área da RRMD; Criados 3 instrumentos para caracterização de uma amostra de espaços de diversão nocturna; Proposta de 2 temas para programa de formação sobre RRMD sobre RRMD que atuam em contextos recreativos.

<b>Objetivo</b>				
<b>48. Intervenção em Meio Prisional.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>48.2.</b> Continuação e alargamento a outros EP a realização de ações de informação e sensibilização sobre redução de riscos e minimização de danos.	2009-2012	IDT, I.P., DGSP, CNVIHSIDA	N.º de EP envolvidos.	IDT, I.P. – realizadas todas as ações de formação propostas.

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Orientadas pelo princípio do Humanismo, que reconhece a plena dignidade humana das pessoas e o princípio do pragmatismo, e respeitando a filosofia destes princípios, têm sido desenvolvidas as políticas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) em Portugal. Reforçar a complementaridade desta área específica com as restantes área de missão, aumentando a eficácia e eficiência da intervenção, tem sido igualmente a base de suporte à intervenção.

Assim, em 2010, destacam-se como principais objetivos para a área da RRMD, **harmonizar e sistematizar a informação**, nomeadamente no que diz respeito aos diferentes grupos de utilizadores/consumidores de substâncias psicoativas que, pelas suas características, não procuram a rede convencional de tratamento; **consolidar a rede de RRMD**, através de um acompanhamento e monitorização do trabalho bem como, na formação dos vários intervenientes, **integrar** e complementar a intervenção na área de RRMD, com as várias respostas existentes ao nível da prevenção, tratamento e reinserção, bem como, ao nível intra e inter institucional.

Partindo do pressuposto de que a realidade é dinâmica e que as mudanças ocorrem numa forma permanente e quase sistemática, a equipa que coordena regionalmente esta área de missão no Norte do país enfatiza na sua prática a componente de realização de um levantamento dos problemas e necessidades existentes, a fim de se definirem prioridades de intervenção em conjunto com os CRI, com base em diagnósticos atualizados, a par do seu contributo para a promoção da progressiva qualificação dos projetos e sua avaliação de acordo com o modelo de acompanhamento e avaliação preconizado.

A coordenação da região Centro enfatiza a consolidação do modelo de acompanhamento e avaliação dos projetos, bem como da própria rede de respostas, na sua expressão regional, com a abertura de procedimento para financiamento de um Centro de Acolhimento para toxicodependentes sem enquadramento sócio familiar, em Coimbra, o alargamento da implementação do sistema ADR (Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação) e a intervenção junto de consumidores em contextos de diversão noturna através dos Pontos de Contacto e de Informação, em articulação próxima com os CRI.

Em Lisboa e Vale do Tejo destaca-se a continuidade das intervenções através de Equipas de Rua, de um PSO-BLE em estruturas móveis e fixas, de Pontos de Contacto e Informação e de um Centro de Acolhimento, como também, o lançamento de procedimentos de financiamento. Neste sentido, no ano de 2010 foram lançados 3 procedimentos para financiamento de projetos cujas intervenções continuarão em 2011, tendo a preparação atempada dos mesmos garantido a não interrupção de intervenções no terreno. Neste contexto, foi dada continuidade ao acompanhamento próximo, aos técnicos das equipas dos projetos, realizado pelas UIL, promovendo-se também a formação interna nas áreas relevantes, bem como a partilha de experiências entre técnicos do IDT, I.P. e entidades parceiras na implementação de projetos de RRMD, realizada no contexto de um Encontro de RRMD.

Finalmente destaca-se, pela sua importância, a continuidade da intervenção em contexto académico, em três concelhos desta região.

A equipa de RRMD do Algarve tem desenvolvido, por sua vez, o seu trabalho em articulação próxima com a Administração Regional de Saúde (ARS), através de uma parceria. Este protocolo tem permitido a implementação de um programa de rastreio precoce do VIH/SIDA e de redução de riscos na área do consumo de álcool. De particular relevância tem sido também a intervenção realizada em contextos recreativos/festivos, a par da intervenção de RRMD realizada em Quarteira e Portimão com públicos vulneráveis, que é atualmente motivo de preocupação devido a constrangimentos orçamentais.

Em todas as regiões do país foram implementadas **novas respostas de RRMD, fruto das necessidades identificadas**. No total, reportam-se 29 novas respostas (3 no Norte, 10 no Centro, 14 em Lisboa e Vale do Tejo e 2 no Algarve). De uma forma geral, as respostas implementadas correspondem às necessidades identificadas, com exceção para o Algarve, onde apenas foi possível implementar duas das cinco respostas necessárias, tratando-se de 3 locais onde foi identificada a necessidade de apoio na área de RRMD mas que, devido à exiguidade de recursos não foi possível acorrer. Os níveis de execução regional, numa média nacional, suprimiram 91% das necessidades identificadas.

Com vista a *consolidar a rede nacional de redução de riscos e minimização de danos* [objetivo operacional 41], o IDT, I.P. tem estabelecido um sistema de informação relativamente aos projetos nesta área, tendo este sido aperfeiçoado com a revisão dos instrumentos relativos à caracterização da população-alvo e evolução desta no período de intervenção. Destaca-se, também o trabalho desenvolvido para a criação de um **Sistema de Informação Rápida na Rede Nacional** que se pretende integrado nos Sistemas de Alerta Nacional e Europeu<sup>38</sup>.

No sentido de *implementar novas estruturas em territórios considerados prioritários* [ação 41.5], foi autorizada a criação e funcionamento de um programa de substituição opiácea em baixo limiar de exigência e de um ponto de contacto e informação. Em 2010, com o enquadramento da Portaria n.º 749/2007 de 25 de junho, desenvolveram-se procedimentos de financiamento para as estruturas identificadas como necessárias: um Programa de Substituição Opiácea em baixo limiar e duas equipas de rua em Lisboa (em articulação com a DRLVT) e um Centro de Acolhimento em Coimbra (em articulação com a DRC). A abertura destes quatro procedimentos para financiamento decorreu da necessidade de dar continuidade a estes tipos de estruturas, com as suas especificidades, em cada um dos territórios em causa.

Com o objetivo de *promover o diagnóstico, aconselhamento e referência de doenças infecciosas junto da população utilizadora de drogas* [objetivo operacional 42], numa fase inicial, desencadeou-se a implementação do Programa Klotho<sup>39</sup> nas estruturas de RRMD, que preconizava uma metodologia específica de ADR face ao VIH.

<sup>38</sup> Este Sistema de Informação Rápida não se circunscreve apenas à identificação de novas substâncias ou mutações de substâncias existentes, visando ainda abarcar a identificação rápida e divulgação de consequências agudas particularmente nefastas para a saúde, particularmente as situações de *overdose*.

<sup>39</sup> Parceria entre a Coordenação Nacional para o VIH/SIDA e o IDT, I.P..

Terminado o Programa, definiu-se como objetivo a progressiva incorporação desta metodologia como parte integrante de todas as estruturas de RRMD, em que esta é pertinente e adequada, tendo-se considerado, para 2010, o aumento da sua abrangência, quer em formação aos técnicos, quer na avaliação do trabalho desenvolvido e resultados alcançados.

Definiu-se também como meta, para o ano em referência, a implementação do sistema ADR em metade das estruturas de RRMD. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, esta relevância e adequação das condições físicas e humanas das estruturas que atuam neste território encontram-se em fase de estudo. No Norte do país resultou desta apreciação a necessidade de implementação do sistema ADR em 21 estruturas de RRMD, tendo o mesmo sido implementado em 20. Por sua vez, a Delegação Regional do Centro identificou a necessidade de implementação deste sistema em 4 estruturas, tendo o mesmo sido implementado em 3. No Algarve, o sistema ADR foi implementado nas 3 estruturas.

Considerando as regiões do país onde se concluiu a apreciação quanto à necessidade de implementação deste sistema e adequação das estruturas existentes, procedeu-se à definição de uma média nacional resultante dos resultados alcançados em cada região, concluindo-se que, no país, o **sistema ADR foi implementado em 93% das estruturas relevantes**.

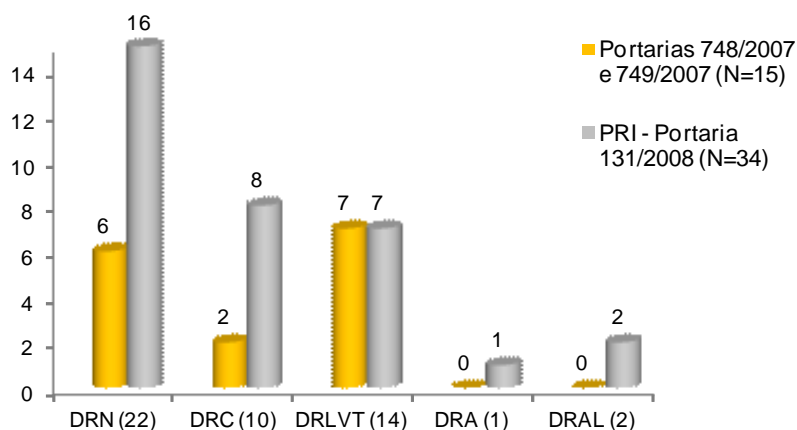
Tendo em vista *consolidar e aperfeiçoar o modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação de estruturas de redução de riscos e minimização de danos* [objetivo operacional 44], nomeadamente os projetos, selecionaram-se indicadores relativos à utilização dos instrumentos criados. Assim, neste sentido, foi concebido um **documento com linhas orientadoras**, relativamente a projetos financiados ao abrigo da Portaria n.º 749/2007, de 25 de Junho, uma **ficha de recolha mensal de indicadores**, para projetos que intervieram em contextos recreativos e/ou festivos e **um módulo informatizado**<sup>40</sup> para trabalhar a informação recolhida por estes projetos, que são maioritariamente Pontos de Contacto e de Informação, conseguindo desta forma obter indicadores de execução destas intervenções a nível nacional.

De acordo com o *Plano Anual de Auditorias para 2010*, estabeleceu-se a realização de auditorias a 9 projetos de RRMD: 6 projetos financiados ao abrigo da Portaria n.º 749/2007 e 3 projetos financiados ao abrigo da Portaria n.º 131/2008, de 13 de fevereiro (PRI). Foram realizadas 2 das 3 auditorias previstas, em 2010, sendo que a 3.ª será realizada em 2011. Todas as auditorias previstas relativamente a projetos financiados ao abrigo da Portaria n.º 749/2007, de 25 de junho foram concretizadas. No que diz respeito ao processo de avaliação global de projetos de RRMD, efetuou-se, em 2010, uma análise do nível de execução dos projetos, que deu lugar a um *Relatório Síntese sobre a execução dos projetos financiados ao abrigo da Portaria n.º 749/2007, de 25 de junho, relativamente a 2009*. Finalmente, é de referir o sucesso da implementação do modelo de acompanhamento e avaliação de projeto a todos os níveis da orgânica do IDT, I.P..

No ano em referência estiveram a decorrer **49 projetos a nível nacional**, cofinanciados ao abrigo das Portarias n.º 749/2007, de 25 de junho e n.º 131/2008, de 13 de fevereiro (PRI), com a distribuição por região conforme figura 77.

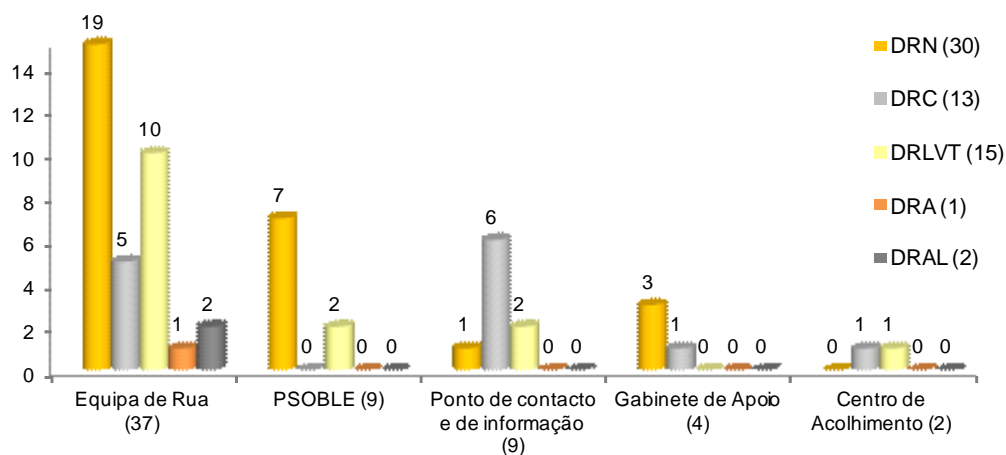
---

<sup>40</sup> Módulo de Access.

**Figura 77 - Distribuição de Projetos a nível nacional (N=49)**

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Com base nos diagnósticos dos territórios, surgiu a necessidade de implementar projetos que desenvolvessem várias respostas para um mesmo território, nomeadamente junto de toxicod dependentes e em contextos recreativos. Em 2010 foram implementadas 61 respostas a nível nacional, no âmbito dos 49 projetos cofinanciados pelo IDT, I.P.. Considerando a tipologia de respostas prevista no Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho, a distribuição das respostas (Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio, Programas de Substituição Opiácea de baixo limiar de exigência<sup>41</sup>, Centros de Acolhimento) implementadas em cada região é a que se descreve na figura 78.

**Figura 78- Tipo e número de respostas implementadas no âmbito da Rede Nacional de RRMD, por região (N=61)**

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Dos 34 projetos a decorrer<sup>42</sup>, no âmbito do Programa de Respostas Integradas, 19 concluíram dois anos de intervenção em 2010. Destes, verificou-se que 18 poderiam ser renovados caso se verificassem todas as condições necessárias à continuidade dos projetos, ao abrigo da Portaria n.º 131/2008, de 13 de fevereiro.

<sup>41</sup> Todos os Programas de Substituição Opiácea em Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE), quer no Norte como em Lisboa, são desenvolvidos a par com Equipas de Rua, em articulação com as Equipas de Tratamento dos CRI.

<sup>42</sup> Na sequência da aprovação de projetos no eixo da RRMD, no âmbito dos procedimentos para financiamentos de projetos a integrar Programas de Respostas Integradas (PRI), ao abrigo da Portaria n.º 131/2008 de 13 de fevereiro, decorridos em 2008 e em 2009, estiveram a decorrer 34 projetos a nível nacional.

Pela natureza mais abrangente dos territórios em causa, ou por não ter sido possível recorrer à abertura de procedimento para financiamento de projetos no âmbito do PORI para atuar nestes mesmos territórios, houve necessidade de financiar alguns projetos de RRMD através das Portarias n.º 748/2007 e n.º 749/2007, de 25 de junho. As Entidades Promotoras dos projetos em causa foram convidadas a integrar os Núcleos Territoriais previstos no âmbito do PORI<sup>43</sup>, procurando motivar-se, também a este nível, a integração e complementaridade das respostas, tendo funcionado, no ano em referência, 15 projetos nesta modalidade.

### Gabinetes de Apoio, Equipas de Rua, e Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE)

Recorrendo ao método de análise mais conservador, no ano em referência, foram contactados pelas Equipas de Rua, Gabinetes de Apoio e no âmbito do PSO-BLE cerca de **15.253** pessoas. Uma vez que a população contactada por estas estruturas é genericamente bastante flutuante, no que diz respeito à utilização dos serviços prestados, constata-se que, em cada mês, terão sido contactados, em média, cerca de **7.032** utentes, por estas estruturas. Estes dados denotam uma evolução significativa relativamente à população contactada no ano anterior, em que foram contactadas cerca de menos 5.000 pessoas (no ano) e cerca de menos 2.000 por mês, embora o número de projetos implementado seja semelhante (47, em 2009 e 49, em 2010). De entre estes, em cada mês, cerca de **1.933** pessoas (em média) beneficiaram do PSO-BLE e cerca de **2.258** pessoas (em média) beneficiaram do Programa de Troca de Seringas. Uma vez que, em média, em cada mês, foram acompanhados, cerca de **2.337** utilizadores de drogas por via endovenosa, depreende-se desta informação que existe uma relação próxima entre o número de utilizadores e o de beneficiários do programa<sup>44</sup>.

**Quadro 145** - Número de utentes beneficiários de cada um dos Programas

7.032 Utentes contactados por mês (média)	
Beneficiários do Programa de Troca de Seringas	Beneficiários do PSO-BLE
2.258	1.933
32%	27%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

As flutuações observadas ao longo dos meses na utilização dos serviços prestados pelos projetos de RRMD decorrem de múltiplos motivos, destacando-se neste contexto três ordens de razão: cerca de **848** utentes dos projetos num determinado mês deixaram de beneficiar dos serviços porque iniciaram um processo mais estruturado de reabilitação (o que corresponde a **5,6%** da população acompanhada na totalidade), **133** utentes foram detidos e **97** pessoas morreram. Note-se que, dos **848** utentes referidos, **56%** estavam integrados em PSO-BLE. Por outro lado, de entre os **133** utentes detidos, **41%** estavam integrados neste Programa, o mesmo sucedendo a **31%** das pessoas que faleceram.

<sup>43</sup> Embora não tenham sido financiados ao abrigo do PORI, as Entidades Promotoras dos Projetos foram convidadas a integrar os Núcleos Territoriais, previsto no âmbito de referido Programa.

<sup>44</sup> Note-se a este respeito que, como numa zona geográfica próxima podem coexistir projetos de RRMD com valências distintas, os utentes que utilizam a via injetada podem ser beneficiários do Programa de Troca de Seringas num projeto e não serem no outro.

## Programa de Troca de Seringas e distribuição de material

No que reporta ao Programa de Troca de Seringas, as 2.258 pessoas que, em média, beneficiaram do Programa, em cada mês, tiveram acesso a cerca de **22.175 kits**<sup>45</sup> de consumo asséptico e **34.446** seringas adicionais por mês (o que corresponde a cerca **266.103 kits** de consumo asséptico e **413.354** seringas adicionais no período de um ano).<sup>46</sup>

## Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e Encaminhamentos

**Quadro 146** - Número de utentes beneficiários de Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e de Encaminhamentos

15.253 Uteses contactados no ano		
Beneficiários de Apoio Psicossocial	Beneficiários de Cuidados de Saúde	Uteses encaminhados para outros serviços
11.346	2.099	3.001
74%	14%	20%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

De entre os **15.253** utentes contactados no âmbito dos projetos de RRMD em análise, a grande maioria, **11.346**, (74%) beneficiou de um acompanhamento de natureza psicossocial e de satisfação de necessidades básicas, **2.099** (14%) beneficiaram de cuidados de saúde e **3.001** (20%) foram alvo de encaminhamentos para diversos serviços, mantendo-se, no que concerne à prestação de cuidados de saúde e de encaminhamento para serviços, o nível de execução constante, relativamente ao ano anterior, observando-se contudo um incremento da execução no que reporta ao acompanhamento realizado a nível psicossocial e de satisfação de necessidades básicas.

O **acompanhamento de natureza psicossocial** realizado por estes projetos de RRMD engloba diversas atividades, de entre as quais se apresenta a execução relativa ao atendimento psicossocial, apoio psicológico, cuidados de higiene e apoio alimentar realizados.

**Quadro 147** - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial (média/mês)

7.032 Uteses contactados			
4.531 Beneficiários de Apoio Psicossocial			
Atendimento Psicossocial	Apoio Psicológico	Cuidados de Higiene	Apoio Alimentar
2.069	347	284	2.609
46%	8%	6%	58%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

<sup>45</sup> O *kit* de consumo asséptico inclui 2 seringas, 2 ampolas, 2 carteiras de ácido cítrico, 2 preservativos, 1 filtro e 2 toalhetes. Em alguns casos, os utentes não necessitam de todo o material, pelo que nem sempre é disponibilizado o *kit* completo mas material isolado.

<sup>46</sup> Para além dos *kits* mencionados, foram ainda disponibilizados cerca de **325.232** ampolas de água bidestilada, **446.959** toalhetes, **297.824** filtros, **277.857** recipientes, **314.714** carteiras de ácido cítrico e **447.799** preservativos. Paralelamente, em 2010, estes projetos disponibilizaram ainda aos seus utentes outros utensílios e materiais diversos, como os tubos para fumar, cachimbos, lubrificantes e, com maior preponderância, folhas de estanho. Em cada mês foram disponibilizadas em média cerca de **6.220** folhas de estanho (de tamanhos diversos), o que corresponde a **74.637** folhas de estanho disponibilizadas no ano completo. Também em 2010 foram entregues por mês (em média) **1.093** lubrificantes, o que corresponde a **13.117** no ano, valores significativos.

Em 2010, dos **4.531** utentes acompanhados em média por estes projetos (média mensal) ao nível do apoio psicossocial, destacam-se, dentro das atividades de que um maior número de utentes beneficiou, o alimentar **2.609** utentes (58%) e o atendimento psicossocial, **2.069** (46%). Beneficiaram de um apoio psicológico estruturado **347** utentes (8%) e de cuidados de higiene **284** utentes (cerca de **6%**).

Note-se a este respeito que, em 2010, foram realizados 74.528 atendimentos psicossociais e 8.405 sessões de apoio psicológico.

**Quadro 148** - Número de utentes do PSO-BLE que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial (média/mês)

1.933 Utentes acompanhados em PSO-BLE			
Atendimento Psicossocial	Apoio Psicológico	Cuidados de Higiene	Apoio Alimentar
427	135	49	217

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Considerando apenas os **1.933** utentes que em média em cada mês beneficiaram do PSO-BLE, verifica-se que cerca de **427** foram alvo de atendimento psicossocial, **135** de apoio psicológico, **49** de cuidados de higiene e **217** de apoio alimentar.

A grande maioria destes utentes (cerca de **1.276** por mês) foi acompanhada por uma única entidade que apresentou a informação relativa ao atendimento psicossocial e apoio psicológico agregada, pelo que, para além do número de utentes referido, cerca de **613** utentes por mês beneficiaram também deste tipo de atividades.

O **acompanhamento realizado ao nível dos cuidados de saúde** engloba, por sua vez, atividades como consultas médicas, cuidados de enfermagem, rastreios, terapêutica medicamentosa e vacinação.

**Quadro 149** - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde (média/mês)

7.032 Utentes contactados				
1.047 Beneficiários de Cuidados de Saúde				
Consultas médicas	Cuidados de Enfermagem	Rastreios	Terapêutica Medicamentosa	Vacinação
295	489	225	154	30
28%	47%	21%	15%	3%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No ano de 2010, de entre os **1.047** utentes acompanhados por estes projetos (média/ mês) ao nível de cuidados de saúde, a grande maioria teve acesso a cuidados de enfermagem (47%), sendo que cerca de 28% teve acesso a consultas médicas. Destaca-se, também, a realização de rastreios (21%), e terapêutica medicamentosa (15%). No que diz respeito à intensidade de realização das diversas atividades, refira-se, a título de exemplo, a realização de **4.483** consultas médicas e **145** intervenções em situação de urgência.

**Quadro 150** - Número de utentes do PSO-BLE que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde (média/mês)

1.933 Utentes acompanhados em PSO-BLE				
Consultas médicas	Cuidados de Enfermagem	Rastreios	Terapêutica Medicamentosa	Vacinação
258	272	134	136	19

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

De entre os utentes que beneficiaram de cuidados de saúde, uma parte significativa estava integrada em PSO-BLE. Neste Programa, mantém-se o mesmo perfil de atividades de que os utentes mais beneficiaram, sendo que se destaca o número de utentes alvo de consultas médicas e terapêutica medicamentosa por comparação com a generalidade dos utentes acompanhados pelas estruturas de RRMD. Os utentes do PSO-BLE foram, ainda, acompanhados pelas Equipas de Tratamento do IDT, I.P., que realizaram consultas de acompanhamento médico a cerca de 133 utentes por mês.

**Quadro 151** - Número de utentes para serviços diversos (média/mês)

7.032 utentes contactados				
1.022 utentes encaminhados				
Hospital	Hospital: Infeciologia	Centro de Saúde	CDP	CAD
118	63	121	282	3
Unidade Tratamento	Comunidade Terapêutica	Unidade de Desabilitação	Gabinete de Apoio	Centro de Acolhimento
236	26	11	64	23
Centro de Abrigo	Centro de Dia		Segurança Social	
11	36		162	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Na componente de **encaminhamentos**, constata-se que os dois tipos de estruturas para as quais mais utentes foram encaminhados consistiram nas Unidades de Tratamento do IDT, I.P. (em média, foram encaminhados **236** utentes por mês) e no Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP) (em média, foram encaminhados **282** utentes por mês).

**Quadro 152** - Número de utentes do PSO-BLE encaminhados para serviços diversos (média/mês)

1.933 Utentes acompanhados em PSO-BLE				
Hospital	Hospital: Infeciologia	Centro de Saúde	CDP	CAD
85	48	82	242	0
Unidade Tratamento	Comunidade Terapêutica	Unidade de Desabilitação	Gabinete de Apoio	Centro de Acolhimento
160	17	4	25	13
Centro de Abrigo	Centro de Dia		Segurança Social	
4	8		97	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Nos utentes integrados em PSO-BLE mantém-se o mesmo perfil de encaminhamentos, com um número significativo dos utentes.

A componente de **Informação e Sensibilização** inclui, para além do aconselhamento, a disponibilização de materiais pedagógicos e a realização de iniciativas de informação e sensibilização. Assim, em 2010, foram disponibilizados **5.938** Pequenos Manuais de Redução de Danos e **27.393** outros materiais, tendo ainda sido realizadas **1.654** ações de informação e sensibilização.

### Centros de Acolhimento

Os Centros de Acolhimento<sup>47</sup> apresentam-se como estruturas fundamentais na abordagem de RRMD preconizada por Portugal. Estas estruturas servem para acolher toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar que, pelas suas características carecem de uma intervenção multidisciplinar que englobe serviços como acompanhamento médico e psiquiátrico, serviços continuados de enfermagem, apoio psicológico e social, bem como todas as respostas de acolhimento tais como alojamento, alimentação e cedência de vestuário. Funcionam, também, como “placa giratória” de uma abordagem que não se esgota na RRMD associadas ao uso/abuso de SPA, mas procura também o encaminhamento desta população para estruturas de tratamento e/ou de reinserção que permitam a definição de um projeto progressivo de reintegração social.

A informação relativa aos dois Centros de Acolhimento apoiados (em Coimbra e em Lisboa), foi recolhida ao longo de cerca de um ano. No que respeita ao Centro de Acolhimento O Farol, a informação recolhida corresponde a um período de 10 meses. Foram disponibilizados alojamento e serviços inerentes relativos a este tipo de equipamento a **315** indivíduos, dos quais, **59** saíram para integrarem um processo mais estruturado de reabilitação, **5** faleceram e **1** foi detido.

O **acompanhamento de natureza psicossocial** realizado pelos Centros de Acolhimento engloba a prestação de serviços como o atendimento psicossocial, o apoio psicológico, os cuidados de higiene (que são realizados na totalidade no Centro de Acolhimento) e o apoio alimentar (que inclui as principais refeições e os lanches). Acrescem ainda neste âmbito serviços como os de lavandaria, a realização de grupos de promoção de competências sociais, apoio na Inserção Profissional, entre outros *ateliers*, de natureza formativa/ocupacional. Descrevem-se os indicadores de execução relativamente às principais atividades.

**Quadro 153** - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial (valor anual)

315 Utentes			
Atendimento Psicossocial	Apoio Psicológico	Cuidados de Higiene	Apoio Alimentar
304	266	315	315

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

<sup>47</sup> Definidos pelo Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho.

Constata-se que, neste tipo de equipamento, a totalidade ou quase totalidade de indivíduos alojados beneficiam de todos os serviços de natureza psicossocial. O nível de realização destas atividades é muito elevado, tendo sido realizados nos dois Centros de Acolhimento 3.341 sessões de atendimento psicossocial e 1.507 sessões de apoio psicológico.

**Quadro 154** - Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde (valor anual)

315 Utentes					
Consultas médicas	Cuidados de Enfermagem	Rastreios	Terapêutica Medicamentosa	Vacinação	PSO-BLE
315	240	252	276	15	107

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No que respeita ao **acompanhamento realizado ao nível dos cuidados de saúde**<sup>48</sup>, em 2010, de entre os **315** utentes dos Centros de Acolhimento, praticamente todos tiveram acesso a consultas médicas, cuidados de enfermagem, rastreios e terapêutica medicamentosa. O nível de execução destas atividades é também bastante elevado, tendo sido realizadas 792 consultas médicas.

**Quadro 155** - Número de utentes encaminhados para serviços diversos (valor anual)

315 Utentes contactados				
Hospital	Hospital: Infeciologia	Centro de Saúde	CDP	Centro de Abrigo
127	82	154	130	14
Unidade Tratamento	Comunidade Terapêutica	Unidade de Desabilitação	Gabinete de Apoio	Segurança Social
66	36	13	34	217

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Considerando a componente de **encaminhamentos**, constata-se que no âmbito destas estruturas praticamente todos os utentes (293) foram alvo de algum tipo de encaminhamento, sobretudo para a Segurança Social, Centros de Saúde, CDP e Hospitais. A componente de **Informação e Sensibilização** tem neste contexto condições privilegiadas, pelo que nos Centros de Acolhimento foram realizadas **376** ações de informação e sensibilização.

### Pontos de Contacto e Informação

A informação apresentada é relativa a 9 projetos com intervenção em contextos recreativos e/ou festivos, sendo que 5 são Pontos de Contacto de Informação que desenvolveram atividades neste âmbito continuamente ao longo dos 12 meses, enquanto 4 projetos promoveram intervenções durante 2 a 8 meses ao longo de 2010.

No período em análise, estes projetos intervieram em cerca de 62 festas/festivais e, em cada mês, em cerca de 37 bares e discotecas (em média). No total, terão sido abrangidos por este tipo de intervenção

<sup>48</sup> O acompanhamento realizado ao nível dos cuidados de saúde, engloba atividades como consultas médicas, cuidados de enfermagem, rastreios, terapêutica medicamentosa e vacinação.

aproximadamente 44.634 indivíduos, sendo que, de entre estes, 4.986 se tratavam reconhecidamente de utilizadores de substâncias psicoativas ilícitas. O maior grupo de indivíduos contactados ocorreu sobretudo em contexto de festa/festival (34.724), ainda que o número de pessoas abrangidas em contexto de bar/discoteca seja também significativo (9.910). Note-se, no entanto, que a percentagem de utilizadores de substâncias ilícitas de entre os indivíduos contactados em bares/discotecas (18%) é o dobro da contactada em contexto de festa/festival (9%).

Neste tipo de Intervenção é privilegiada uma abordagem de informação e sensibilização, seja através da interação pessoal ou com recurso a folhetos informativos (foram distribuídos 36.959 folhetos informativos, 86% em festas/festivais e 14% em discotecas/bares). Estes projetos permitiram a transmissão de informação sobre:

- Riscos/danos potencialmente associados ao consumo de substâncias psicoativas a 18.382 indivíduos (74% em contexto de festa/festival e 26% em contexto de discoteca/bar);
- Prevenção de doenças infecciosas a 24.324 indivíduos (86% em contexto de festa/festival e 14% em contexto de discoteca/bar);
- Estruturas de apoio na comunidade, a 1.476 indivíduos (59% em contexto de festa/festival e 41% em contexto de discoteca/bar).

No âmbito desta interação, as equipas podem ainda disponibilizar material de suporte a comportamentos mais seguros e/ou com menor risco associado, de que são exemplo os preservativos (foram distribuídos 73.911 preservativos, 76% em festas/festivais e 24% em discotecas/bares), ou a disponibilização de um *kit* para o consumo *snifado* (foram distribuídos 1.272 *kits*, praticamente todos em bares/discotecas (89%), mas alguns em festas/festivais (11%)), quando indicado.

### Outras atividades

- **Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem Abrigo (ENIPSA) - Participação no grupo de implementação monitorização e avaliação**

A participação na ENIPSA baseou-se, por um lado, na integração do IDT, I.P. em órgãos de gestão a nível nacional e local e, por outro, na assunção de responsabilidades no âmbito do Plano de Atividades da referida ENIPSA (onde se consideraram aspetos como a divulgação do conceito de Sem-Abrigo, do modelo de intervenção integrada, a avaliação do impacto na divulgação do conceito, a disseminação de informação relativa a esta problemática e a sensibilização das estruturas locais do IDT, I.P. e entidades promotoras de respostas para os procedimentos a adotar no momento de alta/desinstitucionalização).

Ao longo do ano de 2010, o IDT, I.P. integrou dois dos três órgãos do Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE): Núcleo Executivo e Comissão de Acompanhamento Alargada, tendo participado em todas as reuniões ocorridas. Paralelamente, participou nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) a nível local.

A nível nacional, segundo a última atualização, existem 13 NPISA constituídos (Braga, Porto, Coimbra, Aveiro, Torres Novas, Amadora, Cascais, Lisboa, Almada, Palmela, Seixal, Setúbal, Faro), sendo que o IDT, I.P. participa em 8 (Braga, Porto, Coimbra, Aveiro, Almada, Lisboa, Setúbal, Faro). A natureza e intensidade da participação do IDT, I.P. nos NPISA manteve-se estável ao longo do ano, dependendo o nível de participação em cada NPISA, da própria evolução da sua organização. Assim, nos NPISA de Braga e Porto, por exemplo, o IDT, I.P. colabora nomeadamente ao nível do diagnóstico local, definição de um plano de ação local, sinalização e identificação de situações de Sem-Abrigo, gestão de casos e construção de um guia de recursos. Por outro lado, noutros NPISA, a colaboração do IDT, I.P. situa-se ao nível da participação nas reuniões iniciais (situação de Almada e Setúbal).

O nível de divulgação do conceito nos serviços do IDT, I.P. e entidades financiadas para a promoção de projetos de RRMD foi avaliado, tendo-se verificado que a generalidade dos técnicos das áreas de Reinserção e de RRMD que participaram na avaliação conhece o conceito de Sem-Abrigo e utiliza-o na sua prática profissional, o mesmo sucedendo relativamente à amostra de entidades que colaborou neste processo.

- **Projeto para a pré-profissionalização e estabilização de utilizadores de drogas sem enquadramento sócio familiar - projeto *InPar***

O projeto *InPar* (promovido para a APDES, Agência Piaget para o Desenvolvimento) concluiu o primeiro ano de intervenção e foi renovado por mais um ano. Com a implementação deste projeto-piloto pretende-se testar metodologias ao nível da reinserção social junto de utilizadores de drogas, utentes de equipas de rua. Tem uma componente de integração de utilizadores de drogas em equipas de rua enquanto Educadores de Pares, e uma componente de integração pré-profissional, em sistemas sociais formais (como por exemplo: mercado de trabalho, formação), utilizando-se estratégias de proximidade, nomeadamente, através da figura de um “mediador” no processo de reinserção.

Para avaliar a componente dos Educadores de Pares no 1.º ano de intervenção, foram construídos e aplicados dois breves questionários, um dirigido aos Educadores de Pares e outro às Equipas de Rua onde estes estavam inseridos. A informação recolhida foi utilizada na elaboração do Ponto de situação do 11.º mês do projeto (documento útil para verificação da disponibilidade orçamental e conseqüente renovação, por mais um ano de intervenção), seguindo-se o procedimento de avaliação técnico-financeira do primeiro ano de intervenção, com a avaliação do relatório apresentado pela entidade e assinatura da adenda do contrato.

- **Manutenção do Sistema de informação EDDRA (*Exchange on Drug Demand Reduction Action*)**

A base de dados EDDRA consiste num sistema de informação e numa ferramenta de recolha de dados sobre projetos considerados “boas práticas” na área da redução da procura, desenvolvidos na União Europeia e na Noruega. É gerida pelo OEDT e está disponível *online*. Em 2010, foram submetidos dois novos projetos: *Trilhos* (no âmbito da prevenção, promovido pela DRN) e *InPar* (promovido pela APDES). Para além da disseminação de informação sobre projetos, pretende-se a melhoria da qualidade do planeamento e avaliação dos mesmos.

- **Projeto-piloto de intervenção no domínio da prevenção de overdoses**

Desencadeou-se a implementação de um sistema de informação relativamente à ocorrência de sobredosagens agudas. Este sistema de informação baseia-se no preenchimento de um instrumento de caracterização da situação de sobredosagem pelas entidades promotoras de projetos de RRMD e sua divulgação imediata a interlocutores chave do IDT, I.P.. Pretende-se, com este processo, identificar precocemente a multiplicação deste tipo de ocorrências e emissão de alertas nas situações apropriadas.

- **Intervenção em contexto de festival no domínio da RRMD (em colaboração com organizadores de festivais de Verão)**

A nível nacional o IDT, I.P. interveio em 25 festivais de Verão (16 no Norte, 3 no Centro, 2 em Lisboa e Vale do Tejo e 4 no Algarve), em estreita articulação com os organizadores dos eventos, tendo correspondido a todas as solicitações recebidas e desencadeado proactivamente o seu envolvimento em mais 3 festivais. Destaca-se em particular neste contexto, o protocolo de colaboração estabelecido entre a **organização do Boom Festival e do IDT, I.P.**, que formalizou não só todo o suporte técnico à intervenção de RRMD durante a realização deste evento, bem como a realização de um estudo de caracterização da população frequentadora deste festival<sup>49</sup>, com o intuito de servir de referência para desenho de novas atuações neste tipo de eventos.

A intervenção do IDT, I.P. nos festivais de Verão surge numa lógica de informação e sensibilização dos frequentadores destes eventos, para uma melhor gestão dos riscos potencialmente associados ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas. Paralelamente, constitui-se como um mecanismo de conhecimento a partir do terreno relativamente às dinâmicas próprias deste tipo de contextos, em interação com os seus frequentadores, e relativamente ao papel desempenhado pelo consumo de substâncias. Nesta lógica, considera-se relevante que a intervenção desenvolvida se concretize não apenas numa avaliação da mesma mas também em documentos de caracterização dos contextos intervencionados, como produto do conhecimento adquirido. No ano de 2010 foi concebido um primeiro documento, ainda que tenha apenas uma representatividade local.

De destacar, ainda, a **colaboração na construção do Manual de Boas Práticas do Programa de Troca de Seringas (iniciativa da Coordenação Nacional para o VIH/sida)**, onde foi inserido um capítulo sobre o âmbito do grupo de trabalho interinstitucional liderado pela Coordenação Nacional para o VIH/SIDA. Este manual de Boas Práticas teve por sua vez sequência na construção de um Programa de Formação dirigido aos profissionais das Farmácias, na qual o NRD tem também colaborado.

---

<sup>49</sup> Realizado pela Universidade Católica do Porto e supervisionado pelo Núcleo de Prevenção, que acompanhou a equipa de investigação durante o festival com 4 técnicos no terreno.

## Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA<sup>50</sup>

### Programa “Diz não a uma seringa em segunda mão”

O Programa Nacional de Troca de Seringas “Diz não a uma seringa em segunda mão”, criado em 1993, resulta de uma parceria entre o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA (CNSida) e a Associação Nacional de Farmácias (ANF).

Avaliando o programa nos últimos anos, tem-se verificado uma evolução caracterizada por um aumento na troca de seringas até 2001, altura em que se verifica uma tendência para a diminuição das trocas. Esta diminuição está, aliás, de acordo com outros programas congéneres em Espanha e Inglaterra.

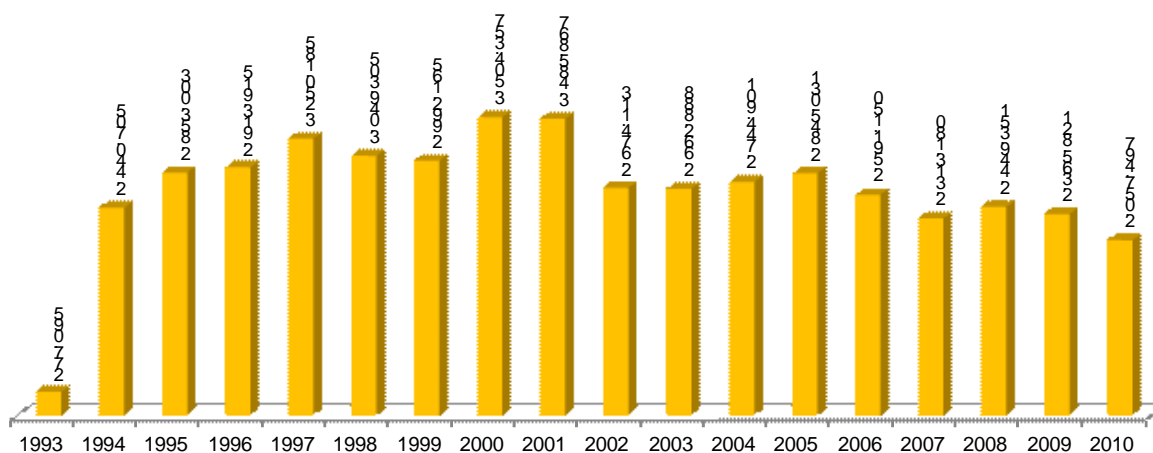
O Programa de troca de seringas, cujos custos imputados em 2010 foram de 1.532.568,51 €, visa prevenir a transmissão do VIH utilizadores de drogas injetáveis (UDIs), através da distribuição do material esterilizado e da recolha e destruição do material utilizado pelos UDIs, tendo este programa ao longo dos anos sofrido ajustamentos, de acordo com a evolução das necessidades dos UDIs e da harmonização dos procedimentos entre os vários parceiros.

- **Seringas recolhidas / totais do País**

No que respeita ao Programa Nacional de Troca de Seringas, em 2010, foram recolhidas **2.057.497** seringas, (2.365.821 seringas, em 2009), verificando-se uma redução de 13% em relação ao ano anterior.

Entre Outubro de 1993 e Dezembro de 2010 foram recolhidas **47.470.531** seringas, por todas as entidades envolvidas no PTS. O número de seringas recolhidas aumentou progressivamente até 1997, tendo ocorrido algumas oscilações nos anos seguintes. No entanto, a partir de 2005 tem-se registado uma tendência decrescente no número de seringas recolhidas.

**Figura 79 - Seringas recolhidas / Totais do País de 1993 a 2010**



Fonte: Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA: ACS-ANF

<sup>50</sup> Dados tais como troca de seringas por posto móvel, parcerias em vigor em 2008, troca de seringas efetuadas por parceria, número de farmácias em programa, análise das farmácias em programa em 2008, volume de troca nas farmácias em 2008, bem como dados relativos ao abastecimento e consumo, colaboração com Câmaras Municipais e gestão dos armazéns podem ser encontrados no Relatório do Programa “Diz não a uma seringa em segunda mão – 1993 a 2008” da ANF e CNSIDA.

É provável que o aumento de respostas no terreno<sup>51</sup>, facilitando o acesso dos utentes aos diversos programas de tratamento, reflita numa diminuição no número de seringas recolhidas.

Muito provavelmente, a diminuição da percentagem de recolha verificada, em 2010, se deva à alteração da distribuição do material nas equipas de rua, sendo que deixaram de ter material avulso e passaram a dispensar sob a forma de kit com prazo de validade. Para proceder a esta alteração foi necessário aumentar o volume material encomendado, provocando um aumento deste em *stock*.

Uma análise de programas similares em implementação em Espanha, no País Basco<sup>52</sup>, e em Inglaterra, em Glasgow<sup>53</sup>, também revela uma tendência decrescente no número de seringas recolhidas. Esta evolução dos programas de troca de seringas pode estar também relacionada com uma possível alteração do padrão de consumo.

Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”

**Quadro 156 - Por Ano**  
01/10/1993 - 31/12/2010

Ano	Seringas Recolhidas
<b>Total</b>	<b>47 470 531</b>
Out./Dez 1993	277 095
1994	2 440 705
1995	2 853 005
1996	2 913 915
1997	3 250 185
1998	3 049 305
1999	2 992 165
2000	3 504 357
2001	3 485 867
2002	2 674 113
2003	2 662 888
2004	2 744 901
2005	2 845 031
2006	2 591 150
2007	2 313 180
2008	2 449 351
2009	2 365 821
2010	2 057 497

Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

**Quadro 157 - Por Distrito e Região Autónoma**  
01/10/1993 - 31/12/2010

Distrito / Região Autónoma	Seringas Recolhidas Total Acumulado 01/10/1993 - 31/12/2010	Seringas Recolhidas em 2010
<b>Total</b>	<b>47 470 531</b>	<b>2 057 497</b>
Aveiro	1 062 930	101 100
Beja	374 284	10 198
Braga	1 138 734	89 714
Bragança	9 286	1 354
Castelo Branco	255 042	19 202
Coimbra	1 836 499	172 162
Évora	189 862	7 140
Faro	2 848 175	99 496
Guarda	11 670	332
Leiria	1 950 469	101 545
Lisboa	19 932 383	539 098
Portalegre	139 796	6 242
Porto	9 895 690	498 242
Santarém	1 787 757	120 818
Setúbal	4 231 581	59 960
Viana do Castelo	64 317	6 753
Vila Real	293 544	22 366
Viseu	166 368	31 550
Açores	276 019	51 792
Madeira	1 006 125	118 433

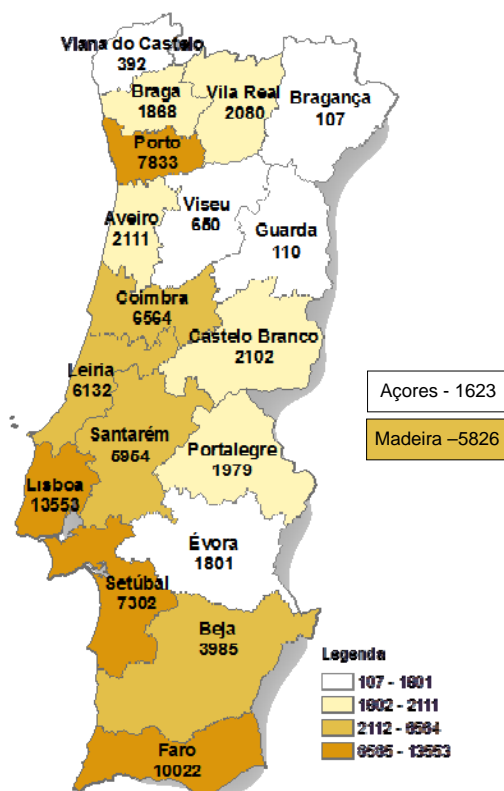
Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

<sup>51</sup> Na análise dos dados disponibilizados pelo (IDT, I.P.), no Relatório Anual de 2009, verificou-se uma diminuição dos tempos de espera para primeiras consultas e admissões em programas de tratamento.

<sup>52</sup> *Los programas de prevención del VIH/sida en las farmácias, ONGs y centros penitenciários de la Comunidad Autónoma del País Vasco. Informe de 2008.*

<sup>53</sup> *Experiences, attitudes and training needs of pharmacy support staff providing services to drug users in Great Britain: A qualitative study. 2009, vol. 14, n.º6, pages 375-384.*

**Figura 80 - Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e Região Autónoma - 01/10/1993 - 31/12/2010**  
Taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

- **Trocas nos Postos Móveis, efetuadas pelas parcerias e Farmácias**

Do início do programa até à presente data, verificou-se a recolha de 3.767.145 seringas pelo Posto Móvel (presente em diversos locais, como Casal Ventoso, Curraleira, Cova da Moura, Bairro de Santa Filomena e Odivelas), 11.380.024 pelas parcerias<sup>54</sup> e 32.323.362 pelas farmácias.

No que diz respeito ao ano 2010, foram recolhidas **6.534 seringas no Posto Móvel, 1.163.175 pelas parcerias e 887.788 pelas farmácias.**

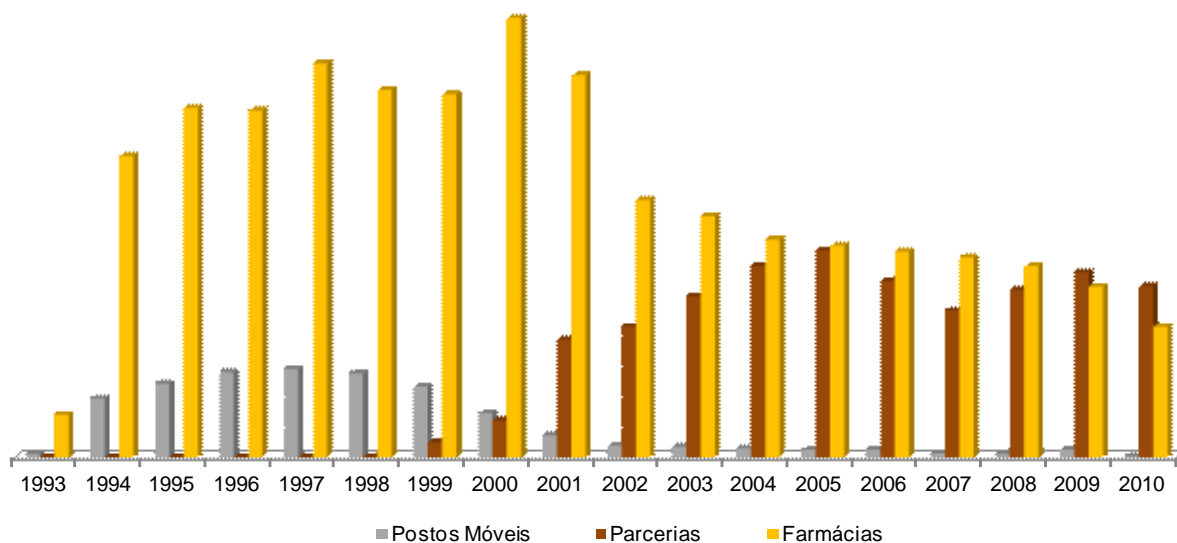
Durante o ano de 2010, o Posto Móvel esteve no Bairro de Santa Filomena na Amadora e na Urmeira em Odivelas. Na sequência do decréscimo de trocas de seringas verificado nos Bairros acima descritos, foram propostas, já em 2011, novas áreas de atuação<sup>55</sup>. Foram efetuadas reuniões com as Equipas de Tratamento do Barreiro e com a PSP do Barreiro e Montijo no sentido de assegurar a melhor localização para o Posto Móvel. Foram, também, desenvolvidos novos materiais (folhetos, cartão para referênciação à Equipa de Tratamento) para dar a conhecer este novo serviço e para referênciação dos utentes à consulta de tratamento.

<sup>54</sup> Considera-se como Parcerias, neste programa, todas as Organizações Governamentais e Organizações não-governamentais, que celebraram o protocolo de colaboração com a CNSIDA e a ANF no âmbito do programa “Diz não a uma seringa em 2ª mão”.

<sup>55</sup> O Posto Móvel que passou a integrar outras zonas, para além do Bairro de Santa Filomena e da Urmeira, as seguintes zonas: Bairro 6 de Maio (Amadora), Montijo, Moita e Barreiro.

A figura seguinte fornece informação acerca do total de seringas que foram trocadas/recolhidas desde que o programa teve início (1993) até Dezembro de 2010, discriminada por Farmácias, Parcerias e Postos Móveis – todas as entidades que realizam trocas.

**Figura 81 - Comparativo entre Farmácias, Parcerias e Postos Móveis**



Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infeção VIH/SIDA

A partir de 2009 tem-se verificado uma diminuição das seringas recolhidas pelas farmácias e um aumento nas parcerias. Este facto poderá estar relacionado com o aumento do número de Organizações não-governamentais que estão a participar no PTS, atualmente cerca de 49, que sendo equipas de proximidade, com horários alargados (noite) e em locais onde há tráfico e consumo de drogas, têm mais solicitações. É de salientar que 5 parcerias desistiram do PTS no ano 2010.

## Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Apesar de muitas das ações de informação/sensibilização sobre a promoção da saúde e a problemática da toxicod dependência que são desenvolvidas em contexto prisional, abordarem igualmente a valência da redução de riscos e minimização de danos, dada a permeabilidade das temáticas, no ano de 2010 foram promovidas 20 ações específicas sobre redução de riscos, abrangendo um total de 705 reclusos.

Tais iniciativas contemplaram diversas temáticas, nomeadamente: os programas de redução de riscos e minimização de danos; a morbilidade e co morbilidade associada aos comportamentos de risco; os riscos associados às práticas de *piercings* e tatuagens; os comportamentos de risco e os comportamentos protetores; a aquisição de hábitos de vida saudáveis, entre outras.

Relativamente ao **Programa Específico de Troca de Seringas**, medida que se insere no vasto **Plano de Ação Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infeciosas em Meio Prisional**, aguarda-se parecer do Relatório apresentado em Julho de 2009, que contempla propostas de desenvolvimento sobre esta matéria, perspetivando-se a constituição de um Grupo de Trabalho técnico interministerial e multidisciplinar para estudar e analisar o Programa Específico de Troca de Seringas.





## Tratamento<sup>56</sup>

### Resultado a atingir

Garantir a toda a população que o deseje o acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas, articuladas e complementares.

#### Objetivo

**49.** Promover uma rede de recursos de saúde e sócio sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas pelos Cuidados de Saúde Primários.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>49.1.</b> Manutenção / alargamento da rede integrada de prestação de cuidados.	2009-2012	IDT, I.P. em articulação com ARS, Autarquias, ONG, IPSS	N.º de Protocolos / acordos efetuados.	IDT, I.P. - efetuados 14 novos Protocolos, neste âmbito; Efetuados 15 novos acordos, neste âmbito.
<b>49.2.</b> Integração de cuidados de saúde ao toxicodependente a nível regional e local agilizando o seu tratamento na comunidade de pertença e evitando a discriminação na utilização dos dispositivos de saúde.		IDT, I.P. em articulação com MCSP, CNSM, ARS e outras entidades	N.º de instituições com serviços integrados de apoio ao toxicodependente	IDT, I.P. – atualização do guia de recursos, neste âmbito.
<b>49.3.</b> Construção de circuitos padrão de referência de utentes para diferentes serviços da comunidade a nível local, diferenciando o âmbito de responsabilidade dos diferentes intervenientes. (redes de referência, Nacional, Regional e Local).		IDT, I.P., DGS, ARS, Autarquias, ONG, IPSS	N.º de circuitos definidos.	IDT, I.P. – atualização do documento dos circuitos padrão de referência.

<sup>56</sup> Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A -Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Tratamento, deste Volume.

**Objetivo**

**50.** Promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, reforçando a rede de cuidados integrados.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>50.1.</b> Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do PORI com os outros vetores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras entidades.	2009-2012	IDT, I.P. com outras entidades	Relatório de Atividades.	IDT, I.P. - desenvolvidos 3 projetos (2 na região norte e 1 na região de Lisboa).

**Objetivo**

**51.** Promover medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos, as realidades locais e as recomendações internacionais.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>51.1.</b> Monitorização de tempos de espera para primeiras consultas e admissões em programas de tratamento.	2009-2012	IDT, I.P.	Tempo espera para: -Primeiras Consultas; -Programas de tratamento.	IDT, I.P. – Os atendimentos nas Equipas de Tratamento realizados em menos de 15 dias foram na ordem dos 85% e a percentagem de programas de tratamento com o tempo de espera médio dentro do limite máximo, definido como aceitável, foi de 77%.
<b>51.2.</b> Definição de modelos de admissão / transferência de utentes para serviços ou programas (Equipas de rua, CT, CD, UD, UA, PTAO).		IDT, I.P. em articulação com DGS, MCSP, CNSM	N.º de modelos definido.	IDT, I.P. – realizado 1 inventário dos modelos de admissão e 1 proposta de modelo de admissão para primeira consulta em Equipas de Tratamento.
<b>51.3.</b> Definição de critérios de admissão para os vários programas			N.º de Programas com critérios definidos.	IDT, I.P. – elaboração parcial de 1 documento com definição de critérios de admissão.

## Resultado a atingir

Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificados abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica.

### Objetivo

**52.** Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente garantindo a qualidade dos serviços prestados e a divulgação das boas práticas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>52.1.</b> Incrementação da eficácia da rede de tratamento e potenciar a adesão aos seus programas.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de utentes em tratamento. N.º de novos utentes admitidos. Taxas de ocupação das unidades de internamento. Indicadores de adesão aos Programas.	IDT, I.P. – a Taxa de ocupação de internamentos em Comunidade Terapêutica no ano foi de 85%, e de internamentos em Unidades de Desabituação, de 71%.
<b>52.2.</b> Elaboração de novos programas de tratamento em regime ambulatório (com objetivos, fases e duração bem definidos).			N.º de programas elaborados.	IDT, I.P. – foram elaborados 2 novos programas.
<b>52.3.</b> Actualização de linhas de orientação para PTAO – programas de tratamento farmacológico com agonistas opiáceos.			Documento actualizado.	IDT, I.P. – foi atualizado 1 documento de linhas de orientação para PTAO.
<b>52.4.</b> Participação na elaboração, implementação, monitorização e avaliação de um Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM).			N.º de unidades a utilizar o SIM. N.º de técnicos de cada grupo profissional das ET a utilizar o SIM.	IDT, I.P. – A percentagem de técnicos por grupo profissional a registar no SIM as consultas de novos utentes e de utentes em seguimento (nas unidades com efetiva utilização do sistema), foi de 100%.

### Objetivo

**53.** Implementar e/ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referenciação) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>53.1.</b> Monitorização da ocorrência de comorbilidade: - Comorbilidade Física: Infecção HIV; Hepatites B e C; Tuberculose Comorbilidade Psíquica: - Duplo diagnóstico – Doença Psiquiátrica Associada.	2009-2012	IDT, I.P., CNVIHSIDA, CNSM, DGS	Elaboração de relatório.	IDT, I.P. – elaboração parcial <sup>57</sup> do relatório nacional (sínteses dos 5 relatórios regionais).

<sup>57</sup> Relativamente aos dados sobre duplo diagnóstico (novos utentes) associado à existência concomitante de doença psiquiátrica, não foi possível obter elementos consistentes em virtude da ausência de registos sistemáticos.

**Objetivo**

**53.** Implementar e/ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referência) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>53.2.</b> Monitorização da administração observada de medicamentos por comorbilidade.		IDT, I.P.	Elaboração de relatório.	IDT, I.P. – elaboração de 1 relatório nacional (síntese dos 5 relatórios regionais).
<b>53.3.</b> Implementação / dinamização em todos os CRI e no âmbito dos CSP e em articulação com outras entidades, um serviço de atendimento, avaliação, triagem e encaminhamento de crianças inseridas em famílias com toxicodependência e de jovens em risco ou consumidores.		IDT, I.P., ARS, MCSP, CPCJ, DGS	N.º CRI e unidades de CSP com serviços implementados.	IDT, I.P. – Foram 23 os CRI com serviços implementados e estabelecidos 4 protocolos neste âmbito, tendo sido abrangidos 302 utentes.

**Objetivo**

**54.** Aumentar ou melhorar a oferta de programas específicos que contemplem substâncias psico-activas ilícitas e lícitas (incluindo álcool, tabaco e medicamentos).

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>54.1.</b> Elaboração de programas de tratamento para consumidores de substâncias específicas.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de programas elaborados.	IDT, I.P. – Elaborados 2 programas, neste âmbito.

**Resultado a atingir**

Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas.

**Objetivo**

**55.** Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>55.1.</b> Elaboração de linhas orientadoras para tratamento precoce de jovens em risco e de consumidores adolescentes com enfoque nos sintomas precoces, físicos e psíquicos.	2009-2012	IDT, I.P., DGS, CPCJ e MCSP	Linhas orientadoras produzidas / programadas.	IDT, I.P. – Atualizado o documento de linhas orientadoras, neste âmbito.

**Objetivo**

**55.** Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>55.2.</b> Elaboração de linhas orientadoras para o acompanhamento de grávidas e puérperas.		IDT, I.P., ARS e DGS	Linhas orientadoras produzidas / programadas.	IDT, I.P. – dada continuidade ao trabalho relativo à elaboração do documento de linhas orientadoras, neste âmbito.
<b>55.3.</b> Elaboração de linhas orientadoras para o acompanhamento de crianças inseridas em famílias com problemas de toxicodependência no âmbito dos CSP e dos Cuidados Diferenciados.		IDT, I.P., DGS, CPCJ, ISS, e MCSP	Linhas orientadoras produzidas / programadas.	IDT, I.P. – Atualizado o documento de linhas orientadoras, neste âmbito.

**Objetivo**

**56.** Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente, permitindo no futuro a sua acreditação.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>56.1.</b> Definição de indicadores de monitorização e avaliação dos programas e cuidados implementados e promoção da sua recolha sistemática.	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de programas e cuidados implementados e avaliados. N.º de indicadores recolhidos.	IDT, I.P. – elaborado 1 documento de monitorização nacional (síntese de 5 documentos regionais); Elaborado 1 estudo nacional (síntese de 5 estudos regionais); Elaborado 1 relatório nacional (síntese de 5 relatórios regionais de monitorização dos padrões de atividade dos diferentes grupos profissionais das Equipas de tratamento).

**Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.**

No sentido de *promover uma rede de recursos de saúde e sócio sanitários, que implique os múltiplos atores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas pelos Cuidados de Saúde Primários* [objetivo operacional 49], o IDT, I.P. deu continuidade ao desenvolvimento de um intenso trabalho, com vista a facilitar o acesso a uma diversidade de respostas, conseguida através de uma boa articulação interna e externa dos serviços, e do estabelecimento de protocolos formais e articulações informais com outras instituições. Durante o ano de 2010, foram assinados 14 novos protocolos e 15 novos acordos informais, encontrando-se em vigor 372 acordos celebrados em anos anteriores. Os protocolos e acordos informais existentes traduzem-se em 1.469 articulações estabelecidas com outras instituições a nível nacional.

Concorrendo para o mesmo objetivo foi feita a atualização do **Guia de Recursos/Rede de Articulação**, pretendendo-se, através desta atualização, sistematizar informação sobre a rede geral de instituições que prestam cuidados e serviços na área da saúde aos utentes (e qual o tipo de serviços) e, ainda, divulgar boas práticas de integração de cuidados de saúde destinados aos doentes, a nível regional e local, que possibilitam a agilização do seu tratamento na comunidade de pertença e evitam a discriminação na utilização dos dispositivos de saúde.

Em articulação com a *News-Coop - Informação e Comunicação, CRL*, editora da revista *Dependências*, foi preparado o **Guia de Recursos Saúde e Dependências** cuja publicação ocorreu já em 2011 e que inclui, entre outras, informação sobre todos os serviços do IDT, I.P. no domínio do tratamento, bem como sobre os serviços de saúde, públicos e privados, nacionais (e alguns internacionais de referência), que têm, ou poderão vir a ter, intervenção nesta área, definindo todo um universo possível de articulações desejáveis de realizar no futuro.

No âmbito da *promoção de medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais* [objetivo operacional 51], dada a grande diversidade de modelos de acolhimento de utentes, nas várias estruturas de tratamento do IDT, I.P., foram realizadas propostas de modelos de admissão para primeira consulta, propostas para critérios de admissão em Comunidades Terapêuticas (CT) e foi feito um inventário dos modelos de admissão para Unidades de Desabituação (UD) e Centros de Dia (CD), com base em documentação produzida por estas estruturas.

Para a *monitorização dos tempos de espera para primeiras consultas e admissões em programas de tratamentos* [ação 51.1], à semelhança de anos anteriores, foi realizado, a nível nacional, junto das Equipas de tratamento (ET) (Programa de Metadona), UD e CT Pública, o levantamento<sup>58</sup> dos tempos médios de espera, para entrada em programa de tratamento. Os resultados foram, mais uma vez, comparados com os tempos de espera máximos, em dias, considerados razoáveis para cada um dos programas.

<sup>58</sup> Este levantamento e avaliação realizou-se, como nos últimos anos, através da resposta a questionário.

O quadro seguinte ilustra os valores obtidos para entrada em programa terapêutico com Metadona, para programa de desabilitação em internamento e para comunidade terapêutica.

**Quadro 158 - Tempos de Espera para Programas Terapêuticos com Metadona, Desabilitação e Comunidade Terapêutica**

	Tempo de Espera - Média Nacional (em dias)					Tempo de espera razoável (em dias) (*)
	2006	2007	2008	2009	2010	
Programa de Metadona	18	16,5	6,7	8,4	15	10
UD	14	15	13	9	10	13
CT	29	24,5	17,1	12,2	10,5	22

(\*) Fonte: Relatório de Atividades 2007 (Tempo de espera médio dentro do limite máximo definido como aceitável).  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Apresentaram tempos de espera médios aceitáveis<sup>59</sup> para entrada em programas específicos de tratamento, 73% (33/45) dos programas de Metadona, 100% (4/4) das Unidades de Desabilitação e 100% das Comunidades Terapêuticas (3/3).

Ao nível da implementação de novos programas de tratamento em regime ambulatorio, verificou-se este ano a elaboração de 2 novos programas de tratamento na região de Lisboa e Vale do Tejo<sup>60</sup> e a existência de 11 novos programas em fase de elaboração<sup>61</sup>.

Verificou-se que todos os CRI tinham implementado um serviço de atendimento, avaliação e triagem de crianças inseridas em famílias com toxicodependência ou PLA e de jovens em risco ou jovens consumidores de álcool ou drogas. Foram estabelecidos 4 novos protocolos com organismos e entidades que intervêm na área da toxicodependência e dos PLA nos jovens.

Tendo como objetivo *aumentar ou melhorar a oferta de programas específicos que contemplem substâncias psicoativas ilícitas e lícitas (incluindo álcool, tabaco e medicamentos)* [objetivo operacional 54], procedeu-se à recolha de informação sobre programas de tratamento para consumidores de substâncias específicas, tendo-se verificado a existência de 37 programas em funcionamento, 2 dos quais elaborados no ano em referência. Relativamente aos outros 35, 15 destinam-se a pessoas com PLA (5 destes para grupos), 11 para cessação tabágica, 6 para consumidores de *cannabis* e 3 para consumidores de cocaína.

Tendo em vista *elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração* [objetivo operacional 55], foram atualizadas as Linhas de Orientação para a *Intervenção com Crianças e Jovens com Comportamentos de Risco no Âmbito das Dependências* e para *Filhos de Pessoas Consumidoras de Substâncias Psicoativas*.

<sup>59</sup> Fonte: Relatório de Atividades 2007 (Tempo de espera médio dentro do limite máximo definido como aceitável - 10 dias para Metadona, 13 dias para UD e 22 para CT).

<sup>60</sup> ET Oeiras - Programa para Jovens Consumidores de *Cannabis*; ET Barreiro – Programa Específico para Consumidores de Álcool.

<sup>61</sup> Desses programas, 6 estão na DRN (2 Grupos de Prevenção da Recaída, manutenção da abstinência – ilícitas (ET Chaves e Vila Real), 2 Programas Específicos para consumidores de *Cannabis* (ET Chaves e Vila Real), 1 Programa de Cessação Tabágica e 1 Programa de Tratamento de Dependentes Alcoólicos), 1 na DRC (Grupo de Prevenção da Recaída, manutenção da abstinência – ilícitas (ET Marinha Grande)) e 4 na DRLVT (1 Programa de Tratamento de Excelência com Metadona (Taipas), 2 Grupos de Prevenção da Recaída, manutenção da abstinência – ilícitas (ET Oeiras e Barreiro), 1 Grupo de Alcoólicos (ET Barreiro)).

## Rastreamento de Doenças Infecciosas

### • Utentes rastreados nas consultas das Equipas de Tratamento do IDT, I.P.

Tendo em atenção a importância da ocorrência de co morbidade física ou psíquica nos utentes, procedeu-se mais uma vez, à semelhança dos anos anteriores, à monitorização da administração vigiada de medicamentos, nas unidades de tratamento, verificando-se que durante o ano, dos utentes em tratamento, 182 faziam toma sob observação direta (TOD) de antirretrovirais, 105 de tuberculostáticos e 1115 de psicofármacos para patologia psiquiátrica associada aos consumos de substâncias psicoativas, como está expresso no quadro 159.

**Quadro 159 - Utentes em Tratamento com Administração Vigiada de Medicamentos (TOD) - 2010**

Utentes com toma observada de:	DRN	DRC	DRLVT	DRA	DRAL	TOTAL 2010
Anti-retrovirais	130	10	19	9	14	182
Tuberculostáticos	43	5	40	9	8	105
Psicofármacos	762	101	174	40	38	1.115
Total	935	116	233	58	60	1.402

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

### • Metodologia ADR para o VIH

Tendo em consideração a assunção do Programa KLOTHO - Programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA junto dos utilizadores de Drogas – como uma boa prática, as Equipas de Tratamento, continuaram em 2010, a aplicar a metodologia ADR e a utilizar os instrumentos de monitorização.

**Quadro 160 - Testes Rápidos efetuados aos Utentes Novos**

	Testes Efetuados				% Testados/Elegíveis <sup>62</sup>			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
NORTE	770	1.157	1.380	1.527	66%	70%	68%	74%
CENTRO	523	630	550	441	62%	68%	56%	48%
LISBOA	287	583	609	574	41%	33%	43%	27%
ALENTEJO	179	283	313	297	87%	80%	79%	76%
ALGARVE	219	272	320	335	64%	59%	68%	73%
Total	1.978	2.925	3.172	3.174	61%	57%	60%	53%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

**Quadro 161 - Utentes Novos reativos para VIH**

	Casos VIH reativos				% Casos VIH reativos/Testados			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
NORTE	19	24	21	15	2,5%	2,1%	1,5%	1,0%
CENTRO	4	6	1	2	0,8%	1,0%	0,2%	0,5%
LISBOA	12	13	11	6	4,4%	2,2%	1,8%	1,0%
ALENTEJO	4	1	7	4	2,2%	0,4%	2,2%	1,3%
ALGARVE	11	1	6	4	4,9%	0,4%	1,9%	1,2%
Total	50	45	46	31	2,5%	1,5%	1,5%	1,0%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

<sup>62</sup> Doente elegível é igual a doente rastreável. Não são elegíveis para o teste os utentes que já tenham conhecimento de um resultado positivo da análise.

**Quadro 162 - Testes Rápidos efetuados aos Utentes em Seguimento**

	Testes Efetuados				% Testados/Elegíveis <sup>63</sup>			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
NORTE	2.839	3.409	2.686	1.913	34%	39%	29%	22%
CENTRO	2.206	2.542	2.177	2.291	42%	47%	52%	59%
LISBOA	968	1.750	1.805	1.344	15%	25%	28%	21%
ALENTEJO	779	824	882	827	76%	65%	65%	61%
ALGARVE	1.097	1.155	1.197	1.092	49%	49%	50%	48%
Total	7.889	9.680	8.747	7.467	35%	39%	37%	33%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

**Quadro 163 - Utentes em Seguimento reativos para VIH**

	Casos VIH reativos				% Casos VIH reativos/Testados			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
NORTE	116	51	20	12	4,1%	1,5%	0,7%	0,6%
CENTRO	24	12	23	5	1,1%	0,5%	1,1%	0,2%
LISBOA	16	25	15	9	1,6%	1,4%	0,8%	0,7%
ALENTEJO	7	3	6	9	0,9%	0,4%	0,7%	1,1%
ALGARVE	28	15	7	11	2,7%	1,3%	0,6%	1,0%
Total	191	106	71	46	2,4%	1,1%	0,8%	0,6%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

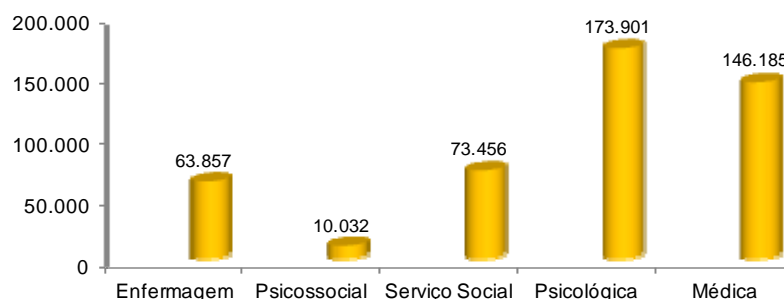
Durante o ano, foram efetuados 10.641 rastreios por teste rápido para deteção do VIH, verificando-se decréscimo de 10,7% comparativamente a 2009. A percentagem de casos VIH reativos nos novos utentes rastreados reduziu de 1,5% para 1,0% e nos utentes em seguimento que fizeram teste rápido também diminuiu, passando de 0,8% para 0,6%. Foram 255 os utentes novos envolvidos no ADR sem aplicação do teste rápido, por já serem positivos ou por terem resultado negativo em análise muito recente. Ficaram, portanto, a conhecer o seu estado serológico 55% dos novos utentes. De facto, de entre os novos utentes, 113 já sabiam ser VIH positivos, sendo a prevalência global de VIH nos novos utentes (reativos e já positivos) de 4,2%, inferior a 2009 (5,7%).

Foram 515 os utentes em seguimento envolvidos no ADR, mas sem aplicação do teste rápido, por já serem positivos ou por terem resultado negativo em análise muito recente. Portanto, ficaram a conhecer o seu estado serológico, através da metodologia ADR, 7.982 utentes em seguimento.

### Total de consultas nos CRI

Comparativamente ao ano anterior, em 2010, verificou-se um decréscimo no número de consultas registadas a utentes em ambulatório nos CRI (- 24,8%). Este decréscimo explica-se, em parte, pela entrada em funcionamento do novo instrumento de registo (SIM), designadamente as dificuldades de adaptação ao mesmo e os novos critérios no registo de consultas. Relativamente às primeiras consultas, verifica-se um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior, reiterando a tendência verificada desde 2004.

<sup>63</sup> Doente elegível é igual a doente rastreável. Não são elegíveis para o teste os utentes que já tenham conhecimento de um resultado positivo da análise.

**Figura 82-** Consultas/Intervenções por grupo profissional nos CRI (N=467.431)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

## Internamentos

### • Unidades de Desabilitação Públicas<sup>64</sup>

No ano de 2010 estiveram abertas 4 Unidades de Desabilitação públicas, com um total de 63 camas, recebendo utentes enviados pelas Equipas de Tratamento dos CRI com projetos terapêuticos diversificados, que vão da desabilitação de opiáceos para a iniciação de terapêutica antagonista, à paragem de consumos para ingressar numa Comunidade terapêutica e à conclusão de programas de tratamento com agonistas opiáceos.

Relativamente a 2010, acompanhando a tendência dos últimos anos, observou-se um decréscimo do número de doentes internados (- 9%), bem como, no número total de dias de internamento (-6%). A taxa de ocupação situa-se, em 2010, nos 71 %.

**Quadro 164 -** Unidades de Desabilitação Públicas - 2010

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação Públicas	4	63	71%	80%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

### • Unidades Privadas de Desabilitação Licenciadas e Convencionadas

No ano de 2010, o número de Unidades de Desabilitação licenciadas passou de 9 para 6<sup>65</sup>. Verificou-se, também, nas Unidades de Desabilitação convencionadas, uma redução de 5 para 4, o que correspondeu a uma diminuição de 70 para 55 camas convencionadas. Nestas últimas, a taxa de ocupação foi de 51%, tendo-se verificado um decréscimo progressivo do número de utentes internados em camas convencionadas.

**Quadro 165 -** Unidades de Desabilitação Privadas com Camas Convencionadas – 2010

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas Convencionadas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação com Convenção	4	55	51%	86%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

<sup>64</sup> Para informação mais detalhada consultar *Relatório das Unidades de Desabilitação Pública – 2010* disponível no sítio web do IDT, I.P.

<sup>65</sup> Existem mais 8 camas licenciadas e convencionadas da UD UTITA, que não estão contabilizadas.

- **Comunidades Terapêuticas Públicas**

Em 2010, nas 3 Comunidades Terapêuticas públicas, com um total de 65 camas, verificou-se em relação a 2009 uma diminuição do número de utentes internados (-2%), um aumento na taxa de ocupação (82 % em 2009 e 85% em 2010) e um aumento na percentagem de altas clínicas (37% em 2009 e 43% em 2010).

**Quadro 166 - Comunidades Terapêuticas Públicas – 2010**

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas Públicas	3	65	85%	43%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Comunidades Terapêuticas Privadas Licenciadas e Convencionadas**

No ano de 2010, estiveram licenciadas 65 Comunidades Terapêuticas, com um total de 2.062 camas a 31 de dezembro de 2010, 62 das quais com 1.516 camas convencionadas.

Ao nível das camas convencionadas e em relação a 2009, registou-se um ligeiro aumento no número de utentes internados (+ 1% em 2010), um ligeiro aumento na taxa de ocupação (82% em 2009 e 83% em 2010) e um aumento na percentagem de altas clínicas (41 % em 2009 e 45% em 2010).

**Quadro 167 - Comunidades Terapêuticas Privadas com Camas Convencionadas – 2010**

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas 31 /12/ 09	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas com Convenção	62	1.516	83%	45%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

- **Centros de Dia Públicos**

No ano de 2010, estiveram abertos 2 Centros de Dia (CD) públicos, com capacidade para 39 utentes. Relativamente a 2009, verificou-se um aumento no número de utentes (+ 11%), uma diminuição na taxa de ocupação (67% em 2009 e 57% em 2010), e um aumento na percentagem de altas clínicas (61 % em 2009 e 70% em 2010).

**Quadro 168 - Centros de Dia Públicos – 2010**

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia Públicos	2	39	57 %	70%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

### • Centros de Dia Privados Licenciados e Convencionados

No ano de 2010 estiveram licenciados 6 Centros de Dia com um total de 240 lugares, 5 dos quais com 187 lugares convencionados.

A nível dos lugares convencionados e comparativamente a 2009, registou-se uma diminuição no número de utentes (- 19%), um aumento na taxa de ocupação (23% em 2009 e 25% em 2010) e um aumento na percentagem de altas clínicas (59% em 2009 e 79% em 2010).

**Quadro 169 - Centros de Dia Privados com Lugares Convencionados – 2010**

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares Convencionados	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia com Convenção	5	187	25%	79%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.  
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

### Programas de Tratamento com Agonistas Opiáceos

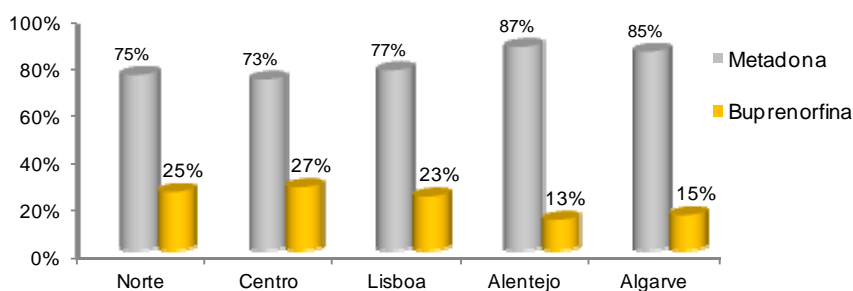
Apresentam-se de seguida alguns dados relativo ao Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos (que constam de forma mais detalhada na *Parte A – capítulo Tratamento* deste Relatório) e ao programa terapêutico de administração de metadona nas farmácias.

Ao longo de 2010, estiveram integrados em Programa de Tratamento com Agonistas Opiáceos 27.392 utentes a nível nacional, correspondendo a uma taxa de crescimento global de 1%.

Nos Programas de Metadona, em 2010, a proporção de saídas com alta terapêutica foi de 14% e a de abandonos foi de 43%. Para os Programas de Buprenorfina, a proporção de saídas com alta terapêutica foi de 11% e a de abandonos foi 28%.

Estavam integrados, a 31 de Dezembro de 2010, em programa terapêutico com agonistas opiáceos 21.110 utentes, dos quais 77% em Metadona e 23% em Buprenorfina.

**Figura 83- Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos a 31 de dezembro de 2010**



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

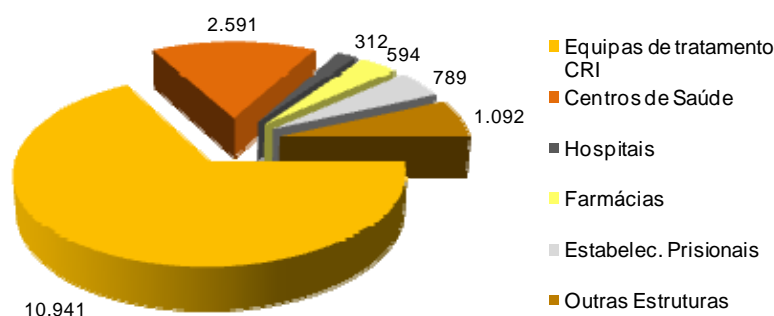
Mantiveram-se os regimes de parceria na administração de Metadona entre o IDT, I.P. e vários organismos, tais como Centros de Saúde, Hospitais, Farmácias, Estabelecimentos Prisionais, entre outros (recurso pontual a ONG e IPSS), dando continuidade ao investimento feito em anos anteriores, numa lógica de agilizar o acesso

aos programas de tratamento, promovendo uma maior autonomia aos utentes e facilitando os processos de ressocialização e reinserção social.

Os utentes em tratamento nos CRI tomam a metadona nas próprias Equipas de Tratamento (ET) dos CRI do IDT, I.P., nos Centros de Saúde, nos Centros de Diagnóstico Pneumológico, nas Farmácias, ou levam doses domiciliárias semanalmente, de acordo com regras previamente estabelecidas pelas respetivas equipas responsáveis pelos Programas das Unidades e com uma permanente avaliação clínica dos casos.

Quando os utentes são hospitalizados ou quando são detidos, as ET articulam com essas instituições para assegurar a continuidade na administração medicamentosa.

**Figura 84-** Utentes em Programa de Tratamento com Metadona conforme o local de toma a 31 de dezembro de 2010 (IDT, I.P. e Parcerias)

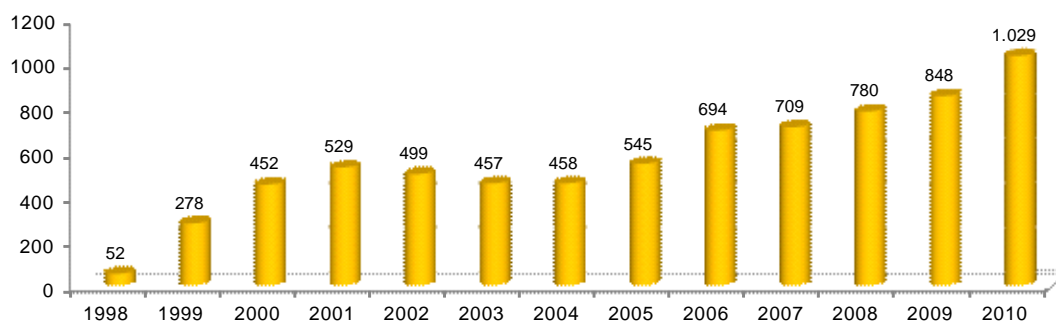


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

O Programa Terapêutico com Metadona nas Farmácias resulta de um protocolo entre o IDT, I.P., a ANF, o INFARMED e a Ordem dos Farmacêuticos.

Desde o início do programa até 31 de Dezembro de 2010, integraram este programa **504** farmácias, **780** farmacêuticos e **2.726** utentes.

**Figura 85 -** Evolução do Número de Utentes em Farmácias por Ano



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

## Direcção Geral dos Serviços Prisionais

O encaminhamento para tratamento é estimulado em todo o sistema prisional, além de assegurar a todos os novos reclusos a continuidade dos tratamentos farmacológicos iniciados em liberdade.

No que diz respeito ao tratamento, existem na Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) programas de Tratamento Orientados para a Abstinência (Unidades Livres de Droga e Casa de Saída) e programas Farmacológicos (com Agonistas Opiáceos e com Antagonistas Opiáceos) <sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Ver informação mais detalhada na *Parte A* – capítulo *Tratamento*, deste *Anexo*.

## Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

No âmbito do PPCDAFA<sup>67</sup>, o tratamento pode incluir: internamento em hospital militar, no serviço de psiquiatria, para desintoxicação médica e acompanhamento clínico; programa de tratamento e reabilitação biopsicossocial em unidade especializada; ação terapêutica de reabilitação educativa, com o aproveitamento de militares recuperados, em ações de aconselhamento e ajuda; acompanhamento médico periódico, em regime ambulatório; frequência de grupos de ajuda mútua (AA e NA).

Em 2010, realizaram-se nos três Ramos, nas respetivas Unidades Hospitalares e na UTITA, 131 consultas de psiquiatria (-20, que em 2009 e +54, que em 2008), por situações relacionadas com o consumo de álcool ou drogas, e o internamento de 20 militares (-26, que em 2009 e -3, que em 2008). De referir que estes valores não correspondem a indivíduos, uma vez que pode existir a repetição de ocorrências.

O Serviço de Utilização Comum das Forças Armadas para o tratamento e reabilitação psicossocial de alcoolismo e toxicodependência é a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), da Marinha. Esta Unidade possui um protocolo de colaboração com o IDT, I.P., na área do tratamento.

Em 2010, o programa de internamento manteve a estrutura do ano anterior. Ao longo do ano ocorreram 8 programas de tratamento (+1 programa que em 2009), envolvendo 17 militares das Forças Armadas (+4, que em 2009) e 3 da GNR (-2, que em 2009).

Relativamente ao protocolo firmado com o IDT, I.P., a UTITA realizou, no nível ambulatório, 540 consultas (-75, que em 2009) e, no nível internamento, recebeu 37 pacientes (igual ao ano anterior), por problemas relacionados com álcool e outras drogas.

---

<sup>67</sup> O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de Missão e Transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos. O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.





## Reinserção

### Resultado a atingir

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projetos de vida sustentados.

#### Objetivo

57. Assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
57.1. Facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego <sup>68</sup> .	2009-2012	IDT.I.P., ME, IEF, I.P. DGSP, DGRS, Outras entidades públicas e privadas	Parcerias estabelecidas. Documentos orientadores produzidos.	IDT, I.P. – Estabelecidas 64 novas parcerias. Encontram-se em vigor 82 parcerias celebradas em anos anteriores, neste âmbito; Consolidação dos canais de comunicação e de articulação entre IDT, I.P., Centros de Emprego e Centros de Formação, tendo-se produzido 1 documento orientador e existindo 10 CRI com canais de comunicação e de articulação estabelecidos; Consolidação da articulação entre as DR do IEF, I.P. e do IDT, I.P., com vista ao Planeamento, Acompanhamento e Avaliação do Programa Vida Emprego (PVE), ao nível regional, tendo-se realizado 16 reuniões conjuntas; Consolidação do funcionamento da Bolsa de Empregadores com todos os CRI a utilizar a mesma (cerca de 70% dos serviços do IDT, I.P. com intervenção em reinserção).  DGRS – diversos encaminhamentos, reuniões e articulações com vista a facilitar a inserção formativa e/ou profissional.
57.2. Estabelecimento de parcerias com entidades promotoras de respostas habitacionais <sup>69</sup> .		IDT.I.P., IHRU, I.P., ANM, Outras entidades públicas e privadas	Parcerias estabelecidas.	IDT, I.P. – Estabelecidas 8 parcerias, neste âmbito.

<sup>68</sup> Esta ação dá continuidade aos objetivos 70, 71 e 72 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

<sup>69</sup> Esta ação dá continuidade à ação 69.1 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

**Objetivo**

**57.** Assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>57.5.</b> Promoção de respostas que desenvolvam a rede de relações familiares, sociais e institucionais dos indivíduos <sup>70</sup> .		IDT, I.P., outras entidades públicas e privadas	N.º de respostas dinamizadas.	IDT, I.P. – Dinamização de intervenções sócio terapêuticas dirigidas aos utentes e familiares, em diversos serviços; Grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento em 21 serviços; Grupos de treino de aptidões sociais em funcionamento, com supervisão, em 5 serviços; Outras intervenções sócio terapêuticas em funcionamento, dirigidas aos utentes, em 19 serviços; Outras intervenções sócio terapêuticas em funcionamento, dirigidas às famílias, em 36 serviços.

**Resultado a atingir**

Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os atores na ótica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efetiva.

**Objetivo**

**58.** Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>58.1.</b> Adoção de um modelo de intervenção para a área da reinserção, que contemple a figura do gestor de caso, a abordagem familiar e o acompanhamento integrado do utente.		IDT, I.P., Respostas licenciadas	Documentos orientadores produzidos; Implementação do modelo.	IDT, I.P. – consolidação da implementação do modelo de intervenção para a área da reinserção, tendo sido implementado em todos os CRI.
<b>58.2.</b> Criação, adaptação e qualificação das respostas sociais e equipamentos em funcionamento, nomeadamente dos Apartamentos de Reinserção Social e Equipas de Intervenção Directa, às necessidades dos públicos-alvo <sup>71</sup> .	2009-2012	IDT, I.P., ISS, I.P., DGSS, outras entidades	Levantamento de necessidades. Documentos orientadores produzidos. N.º de respostas criadas. Guião de orientações técnico normativas produzidos.	IDT, I.P. – realizadas 4 reuniões de trabalho e produzido um documento orientador no sentido de criar condições para implementação de Unidades Residenciais de Longa Duração (URLD).

<sup>70</sup> Esta ação dá continuidade aos objetivos 74, 75 e 76 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

<sup>71</sup> Esta ação dá continuidade à ação 69.3 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

**Objetivo**

**58.** Garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>58.3.</b> Monitorização e avaliação dos Apartamentos de Reinserção e das Equipas de Intervenção Direta em funcionamento e dos apoios sociais em situação de crise e precariedade económica		ISS, I.P., IDT, I.P.	N.º de instrumentos produzidos. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. / ISS, I.P. – participação na monitorização e avaliação dos Apartamentos de Reinserção em funcionamento, tendo-se efetuado 4 reuniões conjuntas, com o ISS, I.P.  ISS, I.P. – realizadas 17 visitas de acompanhamento (11 a Apartamentos de Reinserção Social e 6 a Equipas de Intervenção Direta).
<b>58.4.</b> Promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista á integração das intervenções <sup>72</sup> .		IDT, I.P., ISS, I.P., IEFP, I.P., SCML, DGSP, DGRS, ACT, outras entidades	Documentos orientadores produzidos. N.º de projetos conjuntos. N.º de reuniões. Relatórios de avaliação.	IDT, I.P. / ISS, I. P. / SCML – Relatório de monitorização e avaliação do protocolo de articulação IDT, I.P./ ISS, I.P. / SCML; Promoção e dinamização da articulação intra e inter institucional, no âmbito do combate à pobreza e exclusão social; participação em todas as reuniões da Comissão de Acompanhamento Alargada da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) e do Núcleo Executivo da mesma; Em 92% de CRI com representação nos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA); Em 65% dos serviços com representação na Rede Social.  DGRS – Desenvolvimento de diversos projetos/parcerias, neste âmbito.

**Objetivo**

**59.** Promover a responsabilidade dos Sistemas Sociais na promoção de respostas de reinserção e prevenção da desinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>59.1.</b> Elaboração de um modelo de intervenção, tendo em vista o desenvolvimento de Programas de Prevenção em meio laboral, que concorram para a reinserção e a prevenção da desinserção <sup>73</sup>	2009-2012	IDT, I.P., ACT, entidades empregadoras, organizações sindicais, confederações patronais	Documento orientador produzido. N.º de projetos conjuntos.	IDT, I.P. – produzido um documento orientador “Segurança e saúde do trabalho e a prevenção do consumo de substâncias psicoativas: Linhas orientadoras, para intervenção em meio laboral”; Desenvolvimento do Projeto EURIDICE (Protocolo IDT, I.P. e CGTP).
<b>59.2.</b> Incentivo à dinamização de projetos de reinserção por entidades privadas sem fins lucrativos, baseados em diagnósticos de necessidades <sup>74</sup> .		IDT, I, P, Entidades privadas sem fins lucrativos	N.º de projetos apoiados.	IDT, I.P. – acompanhamento e avaliação do projeto experimental para a pré-profissionalização e estabilização de toxicodependentes sem enquadramento sociofamiliar, tendo-se realizado 3 visitas de acompanhamento ao projeto.

<sup>72</sup> Esta ação dá continuidade às ações 78.1 e 79.1 do Plano de Ação Horizonte 2008.

<sup>73</sup> Esta ação dá continuidade à ação 73.1 do Plano de Ação Horizonte 2008.

<sup>74</sup> Esta ação dá continuidade às ações 77.3 e 79.2 do Plano de Ação Horizonte 2008.

**Objetivo**

**59.** Promover a responsabilidade dos Sistemas Sociais na promoção de respostas de reinserção e prevenção da desinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>59.3.</b> Implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação dos projetos de intervenção.		IDT, I.P., outras entidades	Documentos orientadores produzidos. Projetos avaliados. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. - Avaliação do projeto e produzido 1 relatório de avaliação.
<b>59.4.</b> Colaboração na implementação, monitorização e avaliação do Plano de Respostas Integradas (PORI) com os outros vetores do Eixo da redução da Procura, em articulação com outras entidades <sup>75</sup> .		IDT, I.P., outras entidades	Relatório de atividades.	IDT, I.P. – 40 projetos em desenvolvimento, na área da Reinserção <sup>76</sup>

**Resultado a atingir**

Implementar o processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção.

**Objetivo**

**60.** Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>60.1.</b> Criação e adaptação de instrumentos e procedimentos de recolha de dados relativos aos resultados das intervenções <sup>77</sup> .	2009-2012	IDT, I.P.	N.º de instrumentos produzidos. Relatório de avaliação.	IDT, I.P. – realizados 168 encontros internos e 1 relatório a nível nacional, neste âmbito.

<sup>75</sup> Esta ação dá continuidade à ação 78.2 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

<sup>76</sup> Para outros dados indicadores, ver *Parte B* - capítulo *PORI*, deste *Anexo*.

<sup>77</sup> Esta ação dá continuidade à ação 34.3 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

**Objetivo**

**61.** Dotar os atores dos sistemas sociais de conhecimentos e competências no âmbito da intervenção em reinserção e prevenção da desinserção.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>61.1.</b> Promoção de intervenções formativas para a área da reinserção, dirigidas aos técnicos do IDT, I.P., entidades públicas e privadas <sup>78</sup> .	2009-2012	IDT, I.P., ISS, I.P., Entidades Promotoras de Projetos e/ou Respostas Sociais, Outras entidades públicas e privadas;	N.º de instituições envolvidas. N.º de intervenções formativas realizadas. N.º de técnicos abrangidos.	IDT, I.P. – envolvidas 247 instituições; Realizadas 48 intervenções formativas; Abrangidos 576 técnicos.
<b>61.2.</b> Dinamização de ações de divulgação de boas práticas de reinserção <sup>79</sup> .		IDT, I.P., ISS, I.P., outras entidades	N.º de ações dinamizadas. N.º de guiões de boas práticas.	IDT, I.P. - dinamizadas 24 ações; Elaborados 4 guiões de boas práticas.
<b>61.3.</b> Incentivo e apoio à investigação na área da reinserção.		IDT, I.P., outras entidades	N.º de estudos desenvolvidos. N.º de trabalhos divulgados.	IDT, I.P. – desenvolvidos 6 estudos; Divulgados 4 trabalhos.

<sup>78</sup> Esta ação dá continuidade à ação 37.2 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

<sup>79</sup> Esta ação dá continuidade à ação 77.2 do *Plano de Ação Horizonte 2008*.

## Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Espelhando uma parte fundamental do trabalho desenvolvido pelos técnicos das equipas de reinserção dos CRI e uma componente essencial da intervenção nesta área, foram efetuadas ao longo do ano cerca de **76.228 consultas a utentes** (70.868, em 2009), que possibilitaram o desenvolvimento dos percursos de inserção.

De forma a *garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], e muito em particular, *a adoção de um modelo de intervenção para a área da reinserção, que contemple a figura do gestor de caso, a abordagem familiar e o acompanhamento integrado do utente* [ação 58.1], a percentagem de aplicação do **Modelo de Intervenção para a área de Reinserção (MIR)**, em 2010, subiu para 93%<sup>80</sup> (71 serviços). Tal significa que em apenas 7% dos serviços (5 serviços), não foi utilizada a ficha do **Plano Individual de Inserção (PII)**, condição estabelecida para aferir da implementação do referido modelo.

A contratualização do PII, contemplada no *MIR*, tem subjacente, uma componente pedagógica e organizadora do processo de intervenção com o utente, devendo ser encarada como uma estratégia de compromisso das partes. Transversalmente a todo o percurso de inserção, considera-se fundamental a implementação de estratégias sistemáticas de acompanhamento e de mediação social.

Fruto da implementação do MIR, foram negociados e contratualizados PII com **3.457 utentes**. Considerando a relação entre o número de utentes com PII e o total de utentes ativos na reinserção, verifica-se que o rácio aumentou em 2010, tendo por referência os valores de 2009<sup>81</sup>, situando-se nos 24%.

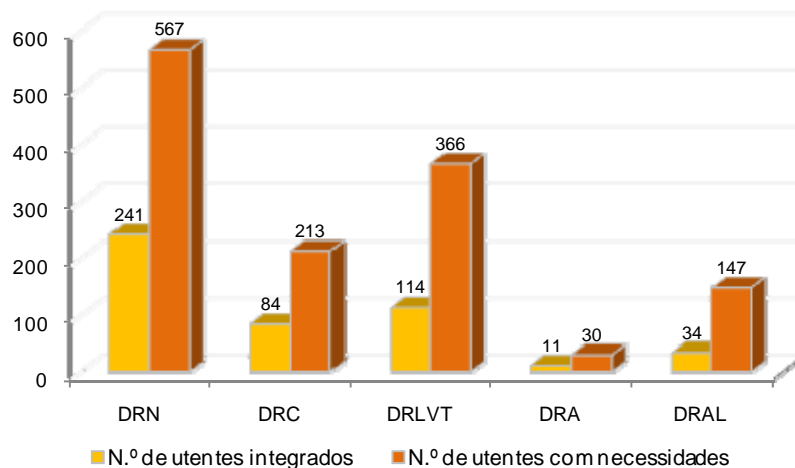
No sentido de *promover a implementação do processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção, designadamente através do acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções regionais e locais no âmbito da reinserção* [objetivo operacional 30] foi dada continuidade à implementação do **processo de monitorização das atividades e intervenções**, que permitiu realizar o acompanhamento da execução das ações planeadas. A recolha dos indicadores referentes às intervenções de reinserção, possibilitaram aferir as necessidades dos utentes ao longo dos percursos de reinserção e, simultaneamente, avaliar o grau de concretização das estratégias definidas e a capacidade do IDT I.P., e dos parceiros, para responder às necessidades identificadas.

<sup>80</sup> Consideraram-se todos os serviços locais do IDT, I.P. com intervenção em reinserção, incluindo as Equipas de Tratamento, Consultas Descentralizadas, Extensões, Unidades de Alcoologia, Comunidades Terapêuticas, no total de 76. Refere-se, ainda, que 100% dos CRI aplicaram o referido Modelo.

<sup>81</sup> Em 2009, a implementação de PII teve lugar apenas no 2º semestre do ano.

Ao nível da **habitação**, foram identificadas 1.323 necessidades em utentes com consumos de Substância Ilícitas (1.208, em 2009), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 37% (40%, em 2009). A distribuição regional destes indicadores é a seguinte:

**Figura 86** - Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.323)

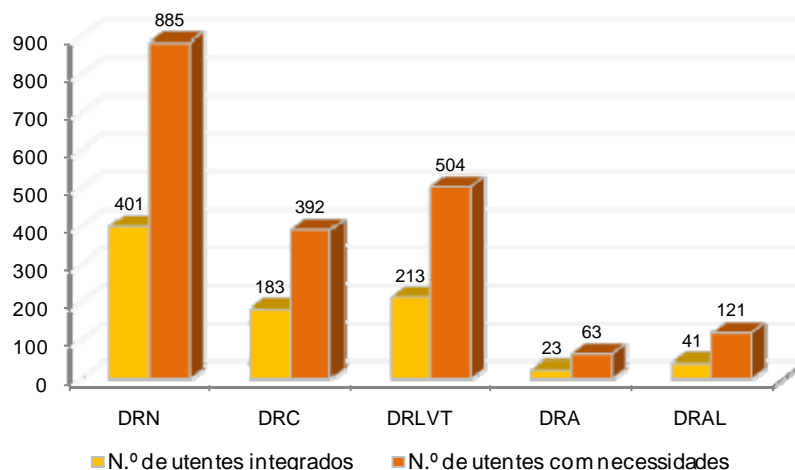


Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

Mais uma vez se verifica que as **respostas habitacionais ou de acolhimento são manifestamente escassas e insuficientes**. Importa ainda ressaltar que uma parte das respostas proporcionadas corresponde a situações de alojamento temporário.

Na área da **educação** foram identificadas 1.965 necessidades em utentes com consumos de Substâncias Ilícitas (1.996, em 2009), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 44% (31%, em 2009).

**Figura 87** - Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=1.965)



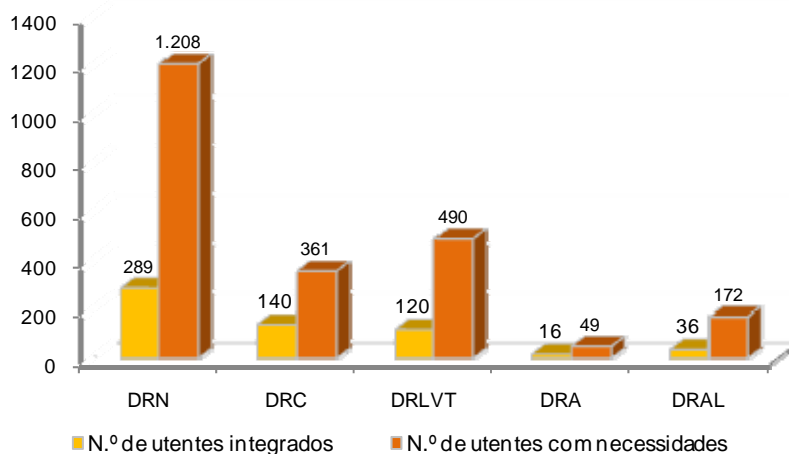
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P.

O recurso aos centros de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**, foi a resposta mais frequente (à semelhança do verificado em 2009), configurando uma solução flexível e mais adaptada ao perfil dos utentes.

Outra intervenção fundamental, que promove um conjunto de capacidades essenciais aos percursos de inserção, é a **intervenção socio terapêutica**. Em 2010, verificou-se um elevado número de necessidades diagnosticadas (3.956, em 2010 e 2.370, em 2009). Este tipo de necessidade pode ser satisfeito através de várias estratégias, individuais ou em grupo, sendo que foram desenvolvidas intervenções socio terapêuticas grupais que abrangeram 3.011 pessoas (1.835 em 2009).

No âmbito da **formação profissional**, foram diagnosticadas 2.280 necessidades em utentes com problemas de consumo de substâncias ilícitas (1.956, em 2009), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 26% (23%, em 2009).

**Figura 88** - Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=2.280)



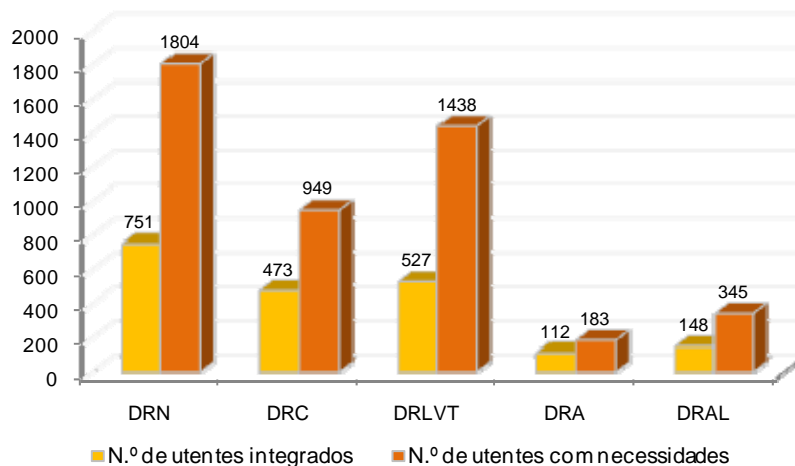
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Comparativamente ao ano anterior, os valores registados em 2010 foram superiores, quer ao nível das necessidades identificadas, quer ao nível do acesso à formação profissional. No entanto, apesar do ligeiro aumento, continuam a ficar sem resposta 74% dos utentes que apresentam necessidades de formação profissional.

A constatação desta dificuldade já tinha levado o IDT, I.P. a produzir a **Orientação Técnica n.º2/2009/DTR/NR**, com o objetivo de, por um lado, promover a criação e consolidação de canais de comunicação e de articulação entre os serviços regionais e locais dos IIEFP, I.P. e IDT, I.P., numa lógica de resposta integrada e, por outro, rentabilizar o programa Vida-Emprego, pois define linhas orientadoras e procedimentos inerentes ao seu funcionamento. Para avaliar os resultados atingidos e de que forma é que esta Orientação contribuiu para a facilitação do acesso dos utentes às respostas de formação, foi implementado um questionário junto dos CRI e analisadas as respostas em formato de relatório. Apesar de se ter verificado um aumento do rácio de satisfação das necessidades neste âmbito, este questionário evidenciou as fragilidades que ainda persistem na articulação interinstitucional e a necessidade de reforçar este trabalho com o IIEFP, I.P..

Ao nível do **emprego**, foram diagnosticadas 4.719 necessidades em utentes com consumos de substâncias ilícitas (3.880, em 2009), sendo a capacidade de resposta às necessidades diagnosticadas de 43% (39 %, em 2009).

**Figura 89** - Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas (N=4.719)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.: DTR/NR

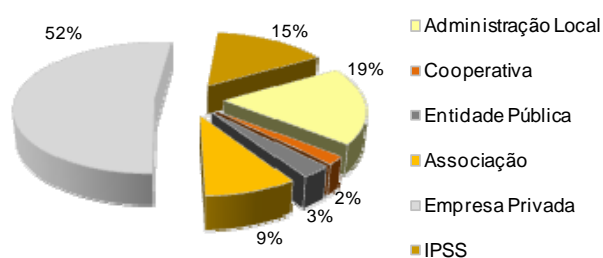
De acordo com os totais nacionais, verifica-se que houve um crescimento do número de necessidades diagnosticadas, assim como do número de utentes integrados em respostas de emprego. Também à semelhança dos anos anteriores, o mercado normal de trabalho, absorveu a maioria dos utentes que foram integrados em resposta de emprego, ou seja, cerca de 51%.

Contribuindo para *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], mais concretamente, permitindo a *facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego* [ação 57.1], o **programa Vida-Emprego**<sup>82</sup> (PVE) abrangeu 1.220 indivíduos em processo de reinserção, acompanhados pelas Equipas de Reinserção dos CRI e de outras unidades licenciadas ou financiadas pelo IDT, I.P..

Ainda no âmbito da dimensão emprego, e no sentido de facilitar o acesso dos utentes ao mercado de trabalho, importa destacar a aplicação informática **Bolsa de Empregadores**, ferramenta que permite partilhar entre todos os técnicos a informação relativa a entidades empregadoras parceiras do IDT, I.P. Em 2009 iniciou-se a sua utilização, mas foi em 2010 que se verificou uma adesão significativa dos técnicos, que inseriram 574 novas entidades empregadoras nesta base de dados nacional. Desta forma, a rede de parceiros do IDT, I.P. no âmbito do emprego é constituída **por 751 entidades empregadoras** (177, em 2009).

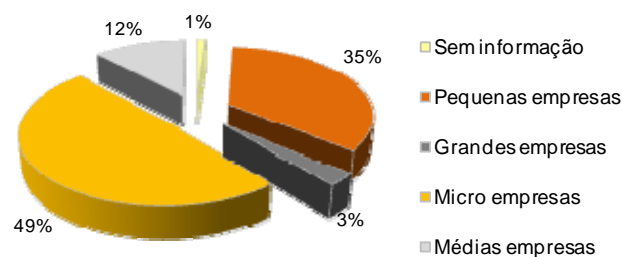
<sup>82</sup> Criado pela Resolução de Conselho Ministros n.º 136/98, de 4 de Dezembro. Coordenação conjunta do IEFP, I.P./IDT, I.P..

**Figura 90** - Natureza Jurídica das entidades inseridas na *Bolsa de Empregadores* (N=751)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

**Figura 91** - Dimensão das entidades inseridas na *Bolsa de Empregadores*, definida segundo o nº de trabalhadores (N=751)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Verifica-se que, a maioria das entidades empregadoras são empresas privadas (52%), e são micro empresas (49%), com menos de dez trabalhadores. No que respeita ao sector de atividade, 20% situam-se no sector das *Atividades de Saúde Humana e Apoio Social*, 18% na *Administração Pública e Defesa* e 11% em *Outras Atividades de Serviços*<sup>83</sup>.

Verifica-se, ainda, que da totalidade de entidades, 639 receberam utentes no âmbito do PVE, o que representa 85%.

Tendo em vista *garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], mais concretamente, contribuindo para a *criação, adaptação e qualificação das respostas sociais e equipamentos em funcionamento, nomeadamente dos Apartamentos de Reinserção Social e Equipas de Intervenção Direta, às necessidades dos públicos-alvo* [ação 58.2], no que respeita à avaliação dos Apartamentos de Reinserção Social, tinha sido elaborada, em 2009, uma proposta conjunta (IDT, I.P. e ISS, I.P.) de guião técnico, instrumentos de avaliação, instrumentos de registo para admissão, entre outros, aguardando-se, em 2010, *feedback* à proposta.

Em 2010 manteve-se, também, o protocolo de **articulação interinstitucional entre o IDT, I.P. o ISS, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**, com o objetivo de promover uma maior eficácia na intervenção junto dos indivíduos que recorrem aos serviços do IDT, I.P. com insuficientes recursos socioeconómicos, bem como promover o apoio integrado e facilitar o acesso destes indivíduos à rede de recursos e às medidas de proteção social.

A implementação desta metodologia, facilitou o atendimento nos serviços do ISS, I.P. e da SCML a cerca de **1.067 utentes** do IDT, I.P. (1.173, em 2009). Por sua vez, estes serviços encaminharam para o IDT, I.P. **205 novos utentes** (194, em 2009). Desta articulação resultaram **809 acompanhamentos** em conjunto pelos técnicos das entidades (992, em 2009).

<sup>83</sup> Tipologia definida na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas do INE (CAE Rev.3).

Foi elaborada, e submetida superiormente, uma proposta de Modelo de funcionamento de **Unidades Residenciais de Longa Duração** que define como destinatários da resposta, pessoas com um longo historial de vida associado ao consumo de substâncias psicoativas, em situação de Sem-Abrigo<sup>84</sup> ou em risco, e que apresentam um conjunto de fragilidades sociais cuja inversão se apresente muito difícil. Constitui fator determinante para admissão apresentar comprovada incapacidade de autonomização, ou seja, não ser capaz de viver sozinho e precisar de um contexto institucional prestador de cuidados, que garanta a estabilização dos processos de tratamento, a prevenção da recaída e que promova o bem-estar e a dignidade pessoal<sup>85</sup>.

Tendo em vista, nomeadamente a *promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista à integração das intervenções* [ação 58.4], o IDT, I.P. assegurou a participação no Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), na Comissão de Acompanhamento e no Núcleo Executivo da **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo** (ENIPSA).

De acordo com a informação disponível, estão constituídos 13 Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), responsáveis pela implementação da Estratégia a nível local, sendo que o IDT, I.P., participa em 8 deles.

Na sequência da divulgação realizada internamente ao IDT, I.P., do *conceito único de pessoa Sem-Abrigo e respetivos requisitos operacionais*, convidou-se os técnicos da área de missão da reinserção a participar na avaliação do grau de incorporação e utilização do referido conceito. O relatório desta avaliação encontra-se concluído e será divulgado em 2011, podendo no entanto adiantar-se que, das respostas recebidas, a grande maioria dos referidos técnicos (87%) conhece o conceito de pessoa sem-abrigo e que o utiliza para efeitos de contabilização e caracterização das situações de Sem-Abrigo.

A ENIPSA contempla uma dimensão de prevenção das situações de sem-abrigo muito importante e que se encaixa na realidade dos utentes dependentes, particularmente aqueles que estão em situação de internamento de curta, média ou longa duração, e que no momento da alta ou da rutura importa acautelar o enquadramento familiar ou habitacional. Trata-se de uma dimensão em que o IDT, I.P. e as Comunidades Terapêuticas com camas convencionadas têm um papel importante a desempenhar. Neste sentido, estão a ser preparadas orientações para atuar em situações de altas programadas, ou não, tendo em vista a prevenção de situações de sem-abrigo.

De referir, no que concerne ao **Meio Laboral**, que no ano de 2010, foram dados passos significativos para a consolidação e desenvolvimento da intervenção neste contexto. Ficou concluído e foi disseminado o documento *Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: Linhas Orientadoras para Intervenção em Meio Laboral*, considerado como referência nesta área.

Com base neste documento foi ministrada uma acção de formação dirigida aos técnicos do IDT, I.P. para que nas suas regiões apoiem as entidades empregadoras no desenvolvimento de programas de promoção da saúde e de prevenção das dependências. Foram ainda desenvolvidas outras ações neste domínio, nomeadamente no

---

<sup>84</sup> À luz do conceito de pessoa sem-abrigo, aprovado na ENIPSA.

<sup>85</sup> Trata-se de uma proposta de trabalho, a melhorar, que aguarda orientações para se dar continuidade aos trabalhos e voltar a chamar os parceiros externos, ISS,IP, DGSP, DGRS, DGSS, para reanalisar o conteúdo proposto e desenhar de forma articulada a operacionalização da mesma.

Serviço Regional da Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, Serviço de Apoio Psicossocial do Instituto da Segurança Social.

O IDT, I.P. apoiou cerca de 20 entidades empregadoras (públicas e privadas), que pediram apoio para intervir nas suas organizações neste âmbito.

O IDT, I.P. e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional deram continuidade ao desenvolvimento do Programa Interação, programa europeu (EURÍDICE: *European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment*), iniciado no nosso país em 2004. Este programa tem como objetivo a promoção de estilos de vida saudáveis, a modificação de atitudes, comportamento e fatores de risco face ao consumo de substâncias psicoactivas. Em 2010 o projeto decorreu em quatro autarquias e duas entidades empregadoras privadas.

## Instituto de Segurança Social, I.P.

O desenvolvimento de ações que concorrem para a Inserção Social dos indivíduos, com percursos de dependência de substâncias psicoativas traduz-se, cada vez mais, em abordagens sistémicas, que encaram o indivíduo como um todo e que procuram atuar ao nível das dimensões em carência, que constituem obstáculos a percursos de integração sustentados e duradouros.

Os sistemas sociais aparecem neste âmbito como uma dimensão que pode potenciar e facilitar os processos de inserção dos indivíduos. O caminho parece basear-se numa lógica onde a intervenção tenha em conta as causas efetivamente associadas a estes fenómenos, procurando estratégias globais, que contemplem as diversas dimensões da realidade dos atores e dos sistemas sociais e que atuem estruturalmente nos problemas dos indivíduos e das sociedades.

Ao nível da reparação de situações de exclusão social dos grupos associados ao fenómeno da toxicod dependência, a intervenção no âmbito da Ação Social não pode ser isolada, tornando-se cada vez mais necessário o trabalho em articulação com as entidades com responsabilidade nesta matéria. A intervenção da Segurança Social, permanece, assim, essencialmente direcionada para a vertente da reinserção social.

O Plano de Ação da Unidade de Promoção da Autonomia (PAUPA), enquanto Unidade orgânica central da área operativa Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), inscreve-se no subsistema da ação social, prevendo o acompanhamento da execução das metas previstas para o ISS, I.P., nomeadamente no Plano de Ação contra as Drogas e a Toxicod dependência (2009 - 2012).

No sentido de *garantir a eficiência e eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], foi dada continuidade ao Processo de Monitorização da Articulação Interinstitucional entre as 3 entidades envolvidas, IDT, I.P.,ISS, I.P. e SCML<sup>86</sup>, tendo sempre em vista a melhoria da qualidade de serviços prestados e a prevenção da duplicação de respostas sociais ao mesmo individuo/família. Este processo é entendido como exemplo de Boa Prática, no sentido em que reforça a lógica do trabalho integrado e acentua o paradigma da articulação interinstitucional. O relatório do processo de monitorização desta articulação está na fase final e será disponibilizado logo que concluído.

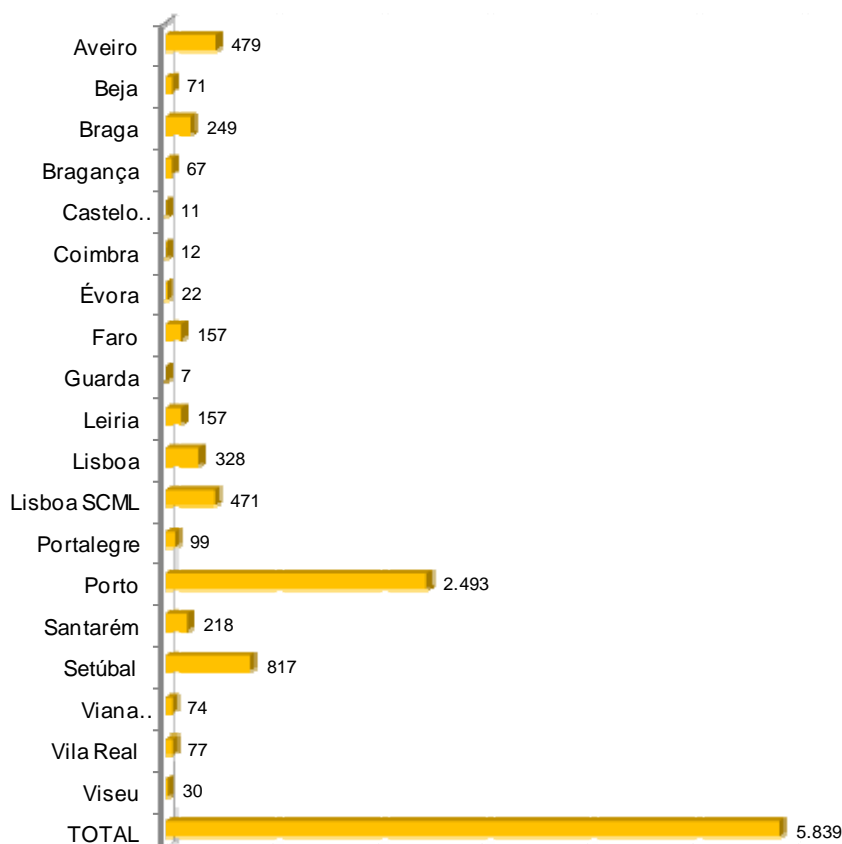
---

<sup>86</sup> Protocolo de colaboração interinstitucional assinado em 28 de Junho de 2007.

## Caracterização dos Beneficiários<sup>87</sup>

No decorrer do ano de 2010, foram apoiadas **5.839 pessoas** (4.907, em 2009).

**Figura 92** - Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por Distrito (N=5839)

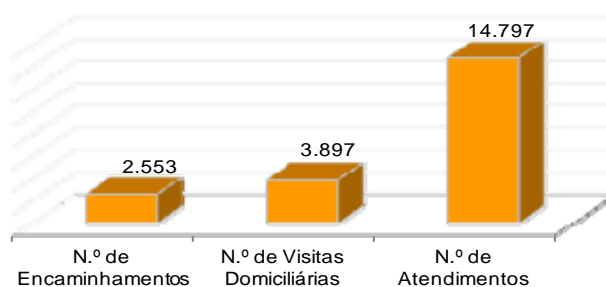


Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P.

## Atividades desenvolvidas

A intervenção da segurança social, no âmbito da toxicodependência, permanece essencialmente direcionada para a vertente do “atendimento/acompanhamento social” e pode ser associado a uma diversidade de significados como informação, orientação, encaminhamento, apoio social, interação positiva, inclusão social. Em 2010 registaram-se 14.797 Atendimentos (20.764, em 2009), 3.897 Visitas Domiciliárias (5.771, em 2009) e 2.553 Encaminhamentos para outras entidades (2.778, em 2009).

**Figura 93** – Distribuição da atividade desenvolvida (N=21.247)



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P.

<sup>87</sup> Dados relativos à caracterização dos beneficiários referente a género, idade, estado civil, descendência, habilitações literárias, situação profissional, coabitação e tipo de alojamento, podem ser consultados no Relatório Nacional de Atividades 2009 no âmbito da toxicodependência do ISS, I.P.

O encaminhamento dos beneficiários para outras instituições é feito primordialmente com a área da saúde, especificamente ao nível do tratamento e da articulação na definição de percursos de inserção com os Centros de Respostas Integradas (CRI). Em 2010, para os CRI, foram realizados 1438 encaminhamentos<sup>88</sup>, para hospitais, 207, para autarquias, 249, para tribunais, 52 e para a categoria Outros (inclui Unidade de Alcoologia e Centros de Emprego), 631.

### Tipologia dos apoios prestados

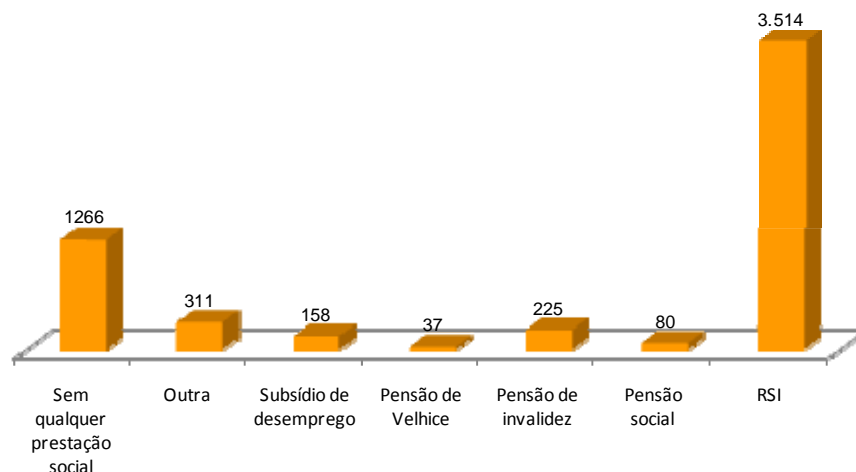
A inserção social complementa-se no acesso a sistemas sociais básicos que se podem agrupar em cinco grandes domínios: social, económico; institucional, territorial e o domínio das referências simbólicas<sup>89</sup>.

Os profissionais da segurança social desenvolvem a sua intervenção procurando soluções nos diferentes domínios. As necessidades ao nível da saúde são traduzidas em encaminhamentos para tratamento que frequentemente representam o início do processo de inserção.

Relativamente ao tratamento, a maioria das pessoas são acompanhadas pelos CRI em regime de ambulatório (3.435, em 2010 e 3.204, em 2009), seguindo-se os internamentos em Comunidades Terapêuticas (840, em 2010 e 704, em 2009).

Como se pode observar na figura seguinte, 60,2% das pessoas abrangidas são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (3.514). Salienta-se, ainda, que 22,6 % (1.266) deste grupo não auferem qualquer tipo de prestação social.

**Figura 94 – Prestações Sociais (N=5.591)**



Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P.

Quanto aos Programas/Planos de inserção RSI e Ação Social, é de referir que, em 2010, do total de pessoas apoiadas (90 %) contratualizaram quer ao nível da ação social (18%) quer no âmbito da medida do RSI (72%).

<sup>88</sup> Maioria dos quais ao abrigo do protocolo de Articulação IDT, I.P. / ISS, I.P. / SCML, conforme atrás referido.

<sup>89</sup> O Centro Distrital de Braga do ISS, I.P., não caracterizou os apoios relativamente ao tratamento, prestações sociais e programas/planos de inserção.

A intervenção com esta população passa também pelo encaminhamento para respostas sociais implementadas através do modelo da cooperação entre Estado e IPSS.

Para além das respostas específicas o acesso a respostas globais e inclusivas é também uma alternativa. Consta-se que, do total (561) 32% (229) das pessoas abrangidas frequenta refeitórios, 32% (234) estão integrados em comunidades de inserção, 22% (159) integram centros de alojamento temporário e 14% (100) beneficiam de outras respostas.

### Apoios Económicos

No ano de 2010, foram atribuídos **12.716** apoios<sup>90</sup> (11.420, em 2009), o que envolveu uma verba total de **3.109.738 €**<sup>91</sup>.

O distrito com maior número de prestações pecuniárias atribuídas foi o Porto (7.755) correspondendo a 61% seguido da SCML (1630), o Centro Distrital de Setúbal (1598), contudo com taxas de utilização significativamente inferiores, respetivamente 12,8% e 12,5%. O Centro Distrital do Porto absorveu aproximadamente 42% do valor total da verba despendida a nível nacional, seguido de Lisboa e Santarém, com dispêndio de 14,4% da verba pela SCML e 11% pelo Centro Distrital de Lisboa. Estes 2 distritos correspondem a 67,4% do total da verba nacional.

### Cooperação – Respostas Sociais

- **Acordos de Cooperação**

Os acordos de cooperação de apoio a pessoas toxicodependentes traduzem-se nas respostas sociais *Apartamentos de Reinserção Social* e *Equipas de Intervenção Direta*<sup>92</sup>. Existem alguns acordos de cooperação que resultam em respostas sociais inovadoras, que correspondem a necessidades diagnosticadas

De acordo com os dados fornecidos, estiveram em funcionamento, 56 acordos de cooperação<sup>93</sup>, designadamente, 28 Apartamentos de Reinserção Social, 26 Equipas de Intervenção Direta e 2 Respostas Inovadoras. Durante esse ano não foram celebrados novos acordos.

O *Apartamento de Reinserção Social* (ARS) é uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinado a acolher, temporariamente, pessoas que efetuaram tratamento e que se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar, profissional e de habitação. Os destinatários desta resposta social devem ser pessoas em processo de inserção, desprovidas de enquadramento familiar e habitacional e cujo PII preveja a inserção laboral, durante o tempo de permanência no equipamento. Esta resposta social está distribuída por

<sup>90</sup> O Centro Distrital de Viana do Castelo identificou o n.º total de apoios económicos mas não os distribuiu pela respetiva tipologia.

<sup>91</sup> A execução financeira inclui o montante despendido pela SCML, relativo apenas ao pagamento das Comunidades Terapêuticas (449.307,20 €).

<sup>92</sup> Despacho Conjunto n.º 134/2008, 14 de julho, fixa o regime de convenções com unidades privadas de Saúde no âmbito do tratamento da toxicodependência, tal como expresso no Decreto – Lei n.º 72/99 de 15 de março, que regula o sistema de apoio ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

<sup>93</sup> Fonte: Sistema de Informação da Segurança Social da Cooperação (SISS COOP).

12 distritos, sendo que a maior incidência é em Lisboa e Santarém, ambos com 6 Apartamentos de Reinserção Social. A nível nacional, estão em funcionamento 28 ARS, com capacidade total para 246 pessoas.

As **Equipas de Intervenção Direta** (EID), destinam-se a pessoas toxicodependentes e suas famílias, tendo como objetivos: fomentar a integração de toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e reinserção social; despistar situações de risco; sensibilizar para a mudança de comportamentos e incentivar a família e elementos extra - familiares significativos no processo de tratamento e inserção social. Esta resposta social está distribuída por 12 distritos, encontrando-se a funcionar 26 equipas. O distrito com maior incidência de acordos é o distrito de Faro com um total de 5 equipas, seguindo-se o distrito de Coimbra com 4 e o distrito de Lisboa com 3 acordos de cooperação.

As **Respostas Inovadoras** são respostas sociais que correspondem a necessidades identificadas no território, mas não tipificadas e por conseguinte não caracterizadas na nomenclatura das respostas sociais. A nível nacional existem 2 respostas, localizadas nos distritos de Aveiro e do Porto, respetivamente Comunidade de Inserção no concelho de Espinho e uma Equipa de Apoio a Crianças em risco, no Porto.

No decorrer de 2010, o ISS, I.P. em parceria com o IDT, IP, deu continuidade ao desenvolvimento de propostas de criação de *Fichas para a Avaliação e Acompanhamento* das respostas sociais específicas da área da toxicod dependência, apartamentos de reinserção social e equipas de intervenção direta, justificando a criação de um grupo de trabalho para avaliação dos acordos atípicos de acordo com as tipologias definidas: apartamentos de reinserção social, equipas de intervenção direta, comunidades de inserção e centros de alojamento temporários.

Pretende-se assim, avaliar se estas respostas sociais estão a cumprir os objetivos a que se destinam, com vista à apresentação de uma proposta global de reconversão de cada uma das respostas em avaliação.

- **Execução Financeira**

Em termos de execução financeira, no ano de 2010, de acordo com os dados fornecidos pelos Centros Distritais, o total de verba despendido nas respostas sociais da área da toxicod dependência foi de **3.016.864,88€**

O encargo anual total distribui-se da seguinte forma: Apartamentos de Reinserção Social **-1.516.026,96€**  
Equipas de Intervenção Direta - **1.352.452,00€**e Respostas Inovadoras **148.385,92€**

- **Apoio / Acompanhamento técnico às Instituições**

O acompanhamento técnico às instituições é normalmente materializado através de visitas de acompanhamento. Estas podem ocorrer por estarem programadas, por corresponderem a momentos de revisão de acordos, ou podem ainda ser efetuadas na sequência de solicitações da própria instituição ou de outras circunstâncias como processos de inspeção/fiscalização.

Em 2010 foram realizadas 17 visitas de acompanhamento, respetivamente 11 a apartamentos de reinserção social e 6 às equipas de intervenção direta. Estas visitas foram efetuadas pelos técnicos de acompanhamento da resposta social ou pelos técnicos interlocutores da toxicodependência, tendo sido, por vezes, realizadas por ambos, nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Portalegre e Santarém.

As visitas de acompanhamento, na sua maioria, procuraram garantir os aspetos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento e ao serviço abrangido pelo acordo, salientando-se a necessidade de através das mesmas se verificarem a adequação dos recursos humanos. Estas visitas de acompanhamento, mereceram especial atenção, essencialmente as que daí fizeram resultar a necessidade de revisão do acordo, designadamente no que dizia respeito à revisão de capacidade e consequentemente à afetação de recursos humanos.

## Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

A atuação desenvolvida pelo IEFP, I.P., no ano de 2010, centrou-se privilegiadamente na reinserção socioprofissional de pessoas com problemas de toxicod dependência em processo de recuperação.

No sentido de *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], e muito em particular, *facilitar o acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego* [ação 57.1], deu-se continuidade ao **Programa Vida-Emprego** (PVE), com o objetivo de potenciar a reinserção social e profissional de toxicod dependentes, como parte integrante do processo de tratamento da toxicod dependência. O PEV, destinado a toxicod dependentes que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, em comunidade terapêutica ou em regime ambulatorio, incluindo os toxicod dependentes em processo de tratamento no quadro do sistema prisional, abrangeu, através das suas medidas específicas de apoio à integração socioprofissional, um total de 1.220 pessoas, (1.099, em 2009) de acordo com a distribuição por medida e Delegação Regional do IEFP, I.P. que abaixo se apresenta.

**Quadro 170** - Distribuição de pessoas por medidas específicas de apoio e por Delegação Regional do IEFP, I.P.

Medida	Delegação Regional					Total
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Estágios de Integração Socioprofissional	241	124	204	80	62	711
Prémio de Integração Socioprofissional	3	2	1	2	0	8
Apoio ao Emprego	194	106	105	65	31	501
<b>Total</b>	<b>438</b>	<b>232</b>	<b>310</b>	<b>147</b>	<b>93</b>	<b>1.220</b>

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

De entre as medidas específicas do PEV destaca-se a medida *Estágios de Integração Socioprofissional* como aquela que maior número de pessoas abrangeu (711) e que correspondendo a uma formação prática em mercado de trabalho, se constitui como um meio de aproximação ao mesmo, tendo em vista a posterior inserção. Em comparação com 2009 o número de pessoas que beneficiou desta medida aumentou 21,3% (586, em 2009). As medidas *Apoio ao Emprego* e *Prémio de Integração Socioprofissional* que se traduzem, respetivamente, em apoios financeiros a entidades empregadores que integram toxicod dependentes em recuperação, mediante contrato a termo certo, no primeiro caso, e sem termo no segundo caso, envolveram, em conjunto, a integração laboral de 509 pessoas, o que merece igualmente destaque, num contexto de recessão do mercado de trabalho.

Em termos financeiros, durante o ano de 2010, os encargos do IEFP, I.P. com o desenvolvimento de medidas específicas facilitadoras da integração, mediada ou direta, no mercado de trabalho de pessoas com problemas de toxicod dependência em processo de recuperação corresponderam a um total de 3.611.261,20 € conforme quadro que abaixo se apresenta.

**Quadro 171 - Execução Financeira**

Medidas	Custos
Estágios de Integração Socioprofissional	1.832.609,06 €
Prémio de Integração Socioprofissional	75.459,04 €
Apoio ao Emprego	1.703.193,10 €
<b>Total</b>	<b>3.611.261,20 €</b>

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

No sentido da promover a reinserção socioprofissional de pessoas com problemas de toxicodependência em recuperação ou recuperadas, o IEFP, I.P., através dos seus serviços locais, favoreceu também a sua inserção em *medidas ativas de emprego e formação* de carácter geral, algumas das quais contemplando entre os seus destinatários, especificamente, ex-toxicodependentes, distinguindo-se como particularmente adequadas para enquadrar pessoas com problemas de toxicodependências as seguintes:

- **Apoio à contratação para adultos e públicos específicos** – medida específica e temporária de apoio ao emprego, desenvolvida no âmbito da Iniciativa Emprego 2009, consistindo em apoio às entidades empregadoras de direito privado que celebrassem contrato de trabalho sem termo ou a termo, designadamente, com ex-toxicodependentes, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e ex-reclusos, desempregados há pelo menos 2 anos, assim como com beneficiários de pensão de invalidez. Nas situações de celebração de contrato sem termo o apoio à entidade consistia num apoio financeiro no montante de 4.000 € em acumulação com a isenção de contribuições para a segurança social a cargo do empregador, pelo período de 36 meses. Nas situações de celebração de contrato a termo o apoio à entidade compreendia a redução de 65% das contribuições para a segurança social a cargo da entidade, durante o 1.º ano de contrato e de 80% nos anos seguintes.
- **Empresas de Inserção** – medida destinada a combater a pobreza e a exclusão social, através da inserção ou reinserção profissional, promover a aquisição e desenvolvimento de competências adequadas ao exercício de uma atividade e favorecer a criação de postos de trabalho e a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado. De entre os vários destinatários desta medida fazem parte, especificamente, os toxicodependentes em recuperação. Cada pessoa admitida numa Empresa de Inserção segue um Plano Individual que pode incluir:
  - a. Formação Profissional, que possibilite a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, com uma duração máxima de 6 meses;
  - b. Profissionalização, contemplando o exercício de uma atividade profissional na Empresa de Inserção, regulada por um contrato de trabalho a termo certo, não inferior a 6 nem superior a 24 meses.

- **Contrato Emprego-Inserção** – que tem como objetivos, promover a melhoria das competências socioprofissionais dos desempregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção e proporcionar uma aproximação ao mercado de trabalho, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades. Esta medida consiste na realização de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades locais e regionais, em entidades coletivas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período de 12 meses.
- **Cursos de Educação e Formação de Adultos** – direcionados para elevarem os níveis de habilitação escolar e profissional dos adultos. Destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que não possuam o 12.º, 9.º, 6.º ou 4.º ano de escolaridade ou qualificação profissional ou, ainda, quando esta não seja adequada para inserção no mercado de trabalho.
- **Cursos de Educação e Formação para Jovens** – que visam a recuperação dos défices de qualificação, escolar e profissional, de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos, inclusive, em risco de abandono escolar, ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o inferior ao 4.º ano de escolaridade e o ensino secundário, em função do exigido para cada tipologia de percurso, permitindo-lhes aumentar a possibilidade de integração no mercado de trabalho pela melhoria de competências que proporcionam.

A quantificação das pessoas com problemas de toxicod dependência abrangidas por estas medidas de emprego e formação ou, eventualmente, por outras de carácter geral, assim como aquelas que foram colocadas no mercado de trabalho ou intervencionadas, no âmbito da orientação profissional, não é possível ser efetuada, uma vez que não é possível, ao IEFP, I.P, proceder ao registo, no seu sistema de informação, de elementos que potenciem a discriminação, como sejam, os referentes a problemas de toxicod dependência.

## Direcção Geral de Reinserção Social

A intervenção da Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS), transversalmente à sua atuação e através das suas Equipas de Reinserção Social (ERS) e Centros Educativos (CE), apesar de não se encontrar direccionada apenas para tratar de questões sobre a temática das drogas e das toxicodependências, procura adequar as respostas também no domínio da saúde. Apesar da intervenção da DGRS ser individualizada, porque centrada no indivíduo é, afinal, coletiva, prosseguindo não só fins de prevenção especial como fins de prevenção geral. Com efeito ao executar uma decisão judicial de forma qualificada e tecnicamente ajustada às necessidades do mesmo, correspondendo dessa forma às exigências de reposicionamento do indivíduo/jovem ou adulto que se desviou da norma, promove-se necessariamente uma sociedade mais segura e mais solidária, porquanto ao prosseguir os seus objetivos fá-los com a intervenção em articulação comunitária, muitas das vezes em rede, com os serviços que servem o indivíduo. Efetivamente o desenvolvimento da rede de relações sociais e familiares resulta de um trabalho contínuo realizado em cada equipa, em cada CE da DGRS, revitalizando desse modo e maioria das vezes de forma não formatada/formalizada pelas unidades operativas que, nas respetivas localidades articulam diariamente com técnicos de outras instituições comunitárias, muito em particular com a Saúde, Educação e Emprego. Cabendo à DGRS a assessoria técnica aos tribunais e a monitorização de penas e medidas na comunidade aplicadas a jovens e adultos, a articulação e o encaminhamento dos “utentes” para diversas entidades da comunidade fazem parte das tarefas diárias dos técnicos de reinserção social, em cada ERS e CE, ao longo de todo o território nacional. Tal tarefa contribui para a facilitação do acesso a respostas de formação académica, profissional e emprego. Contribui também para o fortalecimento das relações sociais, familiares, educacionais e profissionais dos adultos e jovens, implicando, em termos operacionais, a articulação diária entre as várias Equipas e Centros Educativos. Esta atividade é dificilmente contabilizável, nem sempre existindo parcerias formais estabelecidas, sabendo-se no entanto que se encontravam em execução cerca de 20.000 penas e medidas a 31 de dezembro de 2010.

Tendo em vista *assegurar a existência de condições que promovam a autonomia e o exercício pleno da cidadania* [objetivo operacional 57], salientam-se os encaminhamentos, reuniões e articulação desenvolvidos com vista a facilitar a inserção formativa e/ou profissional, em que as ERS, contactam o IEFP, I.P., respetivos Centros de Emprego, o Programa Escolhas, o Programa Novas Oportunidades e a rede escolar do ensino público, havendo, ainda, articulação regular com entidades específicas, ao longo do país.

No sentido de *garantir a eficiência e a eficácia das respostas disponíveis* [objetivo operacional 58], no que diz respeito à *promoção da coordenação intrainstitucional e interinstitucional, com vista à integração das intervenções* [ação 58.4], foram desenvolvidos diversos projetos e parcerias, nomeadamente: parceria no Bairro da Cova da Moura, inserida na Iniciativa Bairros Críticos, o programa *CONTIGO*, sobre a temática violência de género (incluindo intervenção integrada sobre problemáticas aditivas), o desenvolvimento de 2 projetos de cooperação com países da América do Sul, relativos à Vigilância Eletrónica (no âmbito da Conferência dos Ministros da Justiça Ibero americanos-OMJIB), entre outros.

## Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar<sup>94</sup>

No âmbito do programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA)<sup>95</sup>, a reinserção constitui-se pelo conjunto de ações integradas que visam a reintegração socio-laboral do militar, bem como a prevenção da recaída.

Estas ações são organizadas e estruturadas pelo comando da Unidade, com a colaboração do seu NAC, de forma a dar continuidade ao trabalho de recuperação iniciado com a desintoxicação e o internamento. Inclui o apoio familiar e social, a reintegração profissional e o controlo toxico-analítico regular, mantendo-se a afiliação em grupos de ajuda mútua (AA e NA).

No meio laboral militar envolvem-se, assim, todos os elementos úteis à recuperação do indivíduo: hierarquia de comando, oficial de segurança, operador de prevenção, médico, capelão, serviço de ação social e responsável pela educação física, que reforçarão a manutenção da abstinência e a mudança para um estilo de vida livre de drogas e álcool.

---

<sup>94</sup> O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

<sup>95</sup> O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

## Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Na área do ensino/formação escolar, a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) deu continuidade a algumas atividades já desenvolvidas em anos anteriores e promoveu outras, sempre com o objetivo de criar condições para o aumento das competências e qualificações escolares da população prisional.

No ano letivo 2009/2010, encontravam-se a frequentar o ensino 2.264 alunos reclusos, com a seguinte distribuição:

**Quadro 172** - Alunos reclusos a frequentar o ensino em 2009/2010, por níveis de ensino

Níveis de ensino	N.º de Alunos
1º ciclo e EFA B1	560
2º ciclo e EFA B2	476
3º ciclo e EFA B3	654
Secundário (Recorrente e EFA)	438
Superior	42
<b>Total</b>	<b>2170</b>

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Em relação à Formação Profissional em contexto prisional, esta visa fornecer aos reclusos instrumentos potenciadores de uma melhor reintegração socioprofissional, nomeadamente através da aquisição de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista o desempenho profissional qualificado e o desenvolvimento pessoal e social.

Foram assim privilegiadas as formações de natureza mais flexível e de menor duração, em detrimento das ações mais longas e com percursos tipificados.

As Modalidades de Formação realizadas no ano de 2010 foram as seguintes:

- **Cursos de educação e formação para adultos de dupla certificação;**
- **Formação modular certificada;**
- **Formação para a inclusão.**

A estratégia da DGSP em matéria de formação passou, também, pelo reforço na implementação de ações de formação em parceria com novas entidades e na consolidação de outras que já colaboram há mais tempo no desenvolvimento e execução das intervenções formativas. No ano de 2010, foram abrangidos por ações de formação profissional 2.086 reclusos.

Na área do trabalho / atividade ocupacional, a DGSP, em 2010, procurou reforçar as redes de cooperação com o exterior, procurando não só aumentar a taxa de ocupação laboral dos reclusos mas sobretudo criar condições para uma melhor preparação profissional e futura reintegração socioprofissional, tendo a ocupação laboral em contexto prisional tido, ao longo de 2010, a seguinte distribuição:

**Quadro 173** - Distribuição da ocupação laboral em contexto prisional em 2010

Estabelecimentos Prisionais	Nº de reclusos em atividade laboral	
	1º Semestre	2º Semestre
Centrais	3177	3032
Especiais	497	550
Regionais	997	1017
<b>Total</b>	<b>4671</b>	<b>4599</b>

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Refira-se, ainda, o **Acordo de Colaboração** entre a DGSP (Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo) e a Delegação Regional do Norte do IDT, I.P. (CRI de Viana do Castelo) que tem por objetivo a prestação de cuidados de saúde e psicossociais, ao nível do tratamento e da reinserção, por parte dos técnicos das Equipas Especializadas de Tratamento e de Reinserção, designadamente apoio psicoterapêutico, medicamentoso e psicossocial aos doentes toxicodependentes ou alcoólicos que se encontram detidos no Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo.



## Redução da Oferta<sup>96</sup>

### Resultado a atingir

Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados.

#### Objetivo

**62.** Consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de actuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>62.1.</b> Reforço do funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização e coordenação da actividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respectivas atribuições e competências fixadas pelo DL 81/95, de 22 de abril.	2009-2012	PJ, GNR, PSP, DGAIEC e SEF	Relatórios Estatísticos TCD.	PJ/UNCTE – Realização do Relatório Anual TCD, de 1 relatório de âmbito semestral, e outros, referentes à georreferenciação dos resultados obtidos por cada Organismo (PJ, GNR, PSP); Mantido o reforço da centralização da informação e da atividade desenvolvida no âmbito das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCICs).
<b>62.2.</b> Reforço da centralização da informação através da inserção no Sistema Integrado de Informação Criminal de toda a informação disponível e relevante relacionada com a produção e tráfico de drogas e de precursores.		PJ, GNR, PSP, DGAIEC, SEF e AM	Relatórios de avaliação.	PJ/UNCTE – Centralizada, tratada e inserida no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), toda a informação respeitante à produção e tráfico de estupefacientes, possibilitando a coordenação das investigações desenvolvidas por todos os Órgãos de Polícia Criminal (OPCs).

<sup>96</sup> Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Apreensões Policiais, deste Volume.

**Objetivo**

**62.** Consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de actuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>62.3.</b> Desenvolvimento de projetos multidisciplinares, de actuação complementar, coordenada e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea.			N.º de projetos implementados.	PJ / GNR/ PSP/ DGAIEC - Número não quantificável de ações de recolha de informação, com especial incidência na expressividade do fenómeno por via marítima e por via aérea.  AM – implementado 1 projeto, neste âmbito.
<b>62.4.</b> Aumento da capacidade de análise de informação que permita uma permanente caracterização e avaliação de tendências, padrões evolutivos e ameaças.		PJ	N.º de relatórios elaborados.	PJ/UNCTE – Produção de relatórios operacionais sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas a operarem no nosso país; Produção de relatórios de carácter estratégico, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas. Produção de relatórios de informação estatística.
<b>62.5.</b> Inclusão da Autoridade Marítima nas Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta.	2009	PJ	Entrada em vigor da norma.	

**Objetivo**

**63.** Reforçar as actividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>63.1.</b> Aumento do número de ações de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha.	2009-2012	GNR, AM e PJ.	N.º de ações.	PJ - Tratamento e monitorização de inúmeras embarcações sob suspeita de estarem a ser utilizadas no tráfico transcontinental, no âmbito da participação da PJ no MAOC-N.  GNR – realizadas 8.184 ações.  AM – 65.700 ações, neste âmbito.
<b>63.2.</b> Instalação do Sistema de Vigilância e Controlo de Costa (SIVICC).	2010	GNR	Entrada em funcionamento do sistema.	GNR – funcionamento limitado do SIVICC.

<b>Objetivo</b>				
<b>63. Reforçar as actividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>63.4.</b> Aumento do número de ações de fiscalização em voos procedentes de países considerados de risco.	2009-2012	PJ, DGAIEC e SEF	N.º de voos fiscalizados.	PJ – Efetuadas mais de 285 operações de controlo, recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros suspeitos de envolvimento no tráfico de droga.
<b>63.5.</b> Desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos e regulares, designadamente nas costas algarvia e vicentina e na zona dos Açores.		PJ, GNR, SEF e AM	N.º de projetos implementados.	PJ/GNR/DGAIEC/SEF – Ações que visam a prevenção e a repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores <sup>97</sup> . AM – 1.085 projetos, neste âmbito.
<b>63.6.</b> Aumento do número de contentores controlados por RX.		DGAIEC	N.º de contentores controlados.	DGAIEC – controlados 2.130 contentores.
<b>63.8.</b> Aumento do número de ações de controlo e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos.		PJ, DGAIEC, SEF, PSP e GNR	N.º de ações de fiscalização.	PJ/UNCTE – Recolha, de forma sucessiva e direcionada, de informação criminal associada à eventual utilização das estruturas aeroportuárias para a prossecução do tráfico de droga. DGAIEC – Controlos regulares nestes locais, de acordo com o tráfego existente e origens de voos.
<b>63.9.</b> Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal.	2009-2012	PJ, GNR, DGAIEC e AM	Relatórios de avaliação.	PJ – Reuniões de âmbito nacional e regional, no seio das UCICs (nas quais as diversas entidades trocam informação, discutem questões operacionais) e de âmbito estratégico, articulando desse modo, as valências da fiscalização, da vigilância, do controlo e da investigação criminal. AM – 30 relatórios de avaliação, neste âmbito.

<sup>97</sup> Estes esforços encontram-se articulados de forma permanente com a estrutura internacional MAOC –N.

**Objetivo**

**64.** Intensificar as ações de recolha de informação, investigação e repressão sobre as actividades de estruturas criminosas que utilizem o território nacional como ponto de apoio tendo em vista a introdução de estupefacientes noutros Estados Membros da União Europeia e países terceiros.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>64.1.</b> Desenvolvimento de ações e projetos específicos visando recolher informação sobre as actividades de grupos criminosos.	2009-2012	PJ	N.º de ações e projetos desenvolvidos.	PJ – procedeu-se à identificação e investigação de 34 grupos organizados, a operar no tráfico internacional, no âmbito da elaboração do <i>Organize Crime Threat Assessment</i> (OCTA).
<b>64.2.</b> Desenvolvimento, designadamente em cooperação com as autoridades de outros países sempre que se justifique, de investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos.			N.º de investigações desenvolvidas e estruturas criminosas desmanteladas. N.º de apreensões de droga com destino a outros países e quantidades apreendidas.	PJ – Desenvolvimento de várias investigações que implicaram a articulação e coordenação de esforços com diversas congéneres estrangeiras e agências internacionais, particularmente com as autoridades espanholas; foi dado cumprimento no estrangeiro a 3 Cartas Rogatórias e efetuadas 7 reuniões de coordenação com autoridades estrangeiras.

**Objetivo**

**65.** Prevenir e reduzir a produção e o tráfico de cannabis, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<b>65.1.</b> Identificação e desmantelamento de eventuais estruturas criminosas responsáveis pelo cultivo, produção e transformação de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas, procedendo à detenção dos seus responsáveis bem como à apreensão das substâncias produzidas e dos materiais utilizados.	2009-2012	PJ	Relatórios estatísticos TD.	PJ – Produção, de forma regular, de relatórios operacionais sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas a operarem em território nacional; Produção de relatórios de carácter estratégico e de relatórios de informação estatística, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas.
<b>65.5.</b> Aumento da capacidade de recolha e de análise de informação ao nível operacional.		PJ, PSP e GNR	Relatórios de avaliação.	PJ/UNCTE – Recolhida, tratada, avaliada, analisada, coordenada e difundida toda a informação criminal, referente ao fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores, enviada pelos operadores do sistema nacional de repressão do fenómeno da droga.

<b>Objetivo</b>				
<b>65. Prevenir e reduzir a produção e o tráfico de cannabis, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>65.6.</b> Intensificação do desenvolvimento de operações regulares destinadas a prevenir e reprimir o tráfico de estupefacientes, em especial de drogas sintéticas.		PJ, PSP e GNR.	N.º de operações realizadas.	PJ – Desenvolvidas algumas operações de prevenção e repressão do fenómeno, em festivais e espaços de diversão noturna.
<b>65.7.</b> Desenvolvimento de projetos e programas de combate à utilização das novas tecnologias na produção e tráfico ilícitos de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.		PJ, GNR e PSP	N.º de programas e projetos implementados	PJ – Atualização do estudo (identificação e caracterização) das várias situações em que foi possível identificar e dismantelar, no período de 2000 a 2009, relativo a espaços de produção de drogas sintéticas – Laboratórios de Cozinha.
<b>65.8.</b> Intensificação da recolha de notícias e a produção de informações a montante da investigação criminal, que permita: - a identificação de redes de narcotráfico; - a identificação de novos <i>modi operandi</i> designadamente ao nível da ocultação; - a identificação de novas linhas de tendência e de evolução e; - a caracterização da ameaça.		SIS e SIED	N.º de informações produzidas.	SIS / SIED - recolha, tratamento e avaliação da informação, relativa à identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas dedicadas ao tráfico e produção, bem como, avaliação e caracterização da ameaça decorrente da atividade das estruturas criminosas em território nacional.

<b>Objetivo</b>				
<b>66. Aumentar a actividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>66.1.</b> Reforço e intensificação das políticas de prevenção do consumo de estupefacientes em locais públicos, habitualmente utilizados para esse fim, reafirmando, em articulação com as CDT, o desvalor legal do consumo e da posse de drogas.	2009-2012	GNR, PSP e IDT, I.P.	N.º de ações desenvolvidas. Relatórios de avaliação. Relatórios TCD.	GNR – realizadas 38 ações, 3.130 relatórios TCD e elaborados 2007 autos.

<b>Objetivo</b>				
<b>66. Aumentar a actividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>66.2.</b> Reforço da prevenção do tráfico de distribuição directa a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias.		GNR e PSP	N.º de ações desenvolvidas. Relatórios de avaliação. Relatórios TCD.	GNR – efetuadas 1320 ações.  PSP – Garantida a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade; Em 2010, lançou a nível nacional, a operação Recreio Seguro II – com o seguinte lema: “ <i>A violência não entra na escola</i> ” (que decorreu entre 3 de Maio e 18 de Junho).

<b>Objetivo</b>				
<b>67. Prevenir e combater o desvio e contrabando de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico ilícito de drogas.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>67.2.</b> Implementação de mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, o comércio, a indústria e a Polícia Judiciária em matéria de produção, comercialização, importação e exportação de precursores.		DGAIEC, ASAE e PJ	Relatórios de avaliação.	PJ – Estreita comunicação e cooperação estabelecida, no âmbito da UCIC e, bilateralmente, entre a PJ e a DGAIEC.  DGAIEC - 1 relatório de avaliação, relativo a 1 projeto de cooperação com os operadores económicos.
<b>67.3.</b> Intensificação do controlo e a fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação.	2009-2012	DGAIEC e ASAE	N.º de Ações realizadas.	DGAIEC - desenvolvido 1 projeto a nível comunitário, de controlo de precursores de droga.

<b>Objetivo</b>				
<b>68. Prevenir e combater o branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores.</b>				
<b>Ação</b>	<b>Calendário</b>	<b>Entidade Responsável</b>	<b>Instrumento de avaliação/ Indicador</b>	<b>Execução em 2010</b>
<b>68.1.</b> Manutenção e reforço dos mecanismos e suportes operacionais destinados a investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes e de precursores.	2009-2012	PJ	Relatórios de avaliação.	PJ - no que concerne aos mecanismos que a UIF desenvolve na prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, esta esteve envolvida em cerca de 23 ações de formação para as entidades sujeitas. Ao nível da cooperação internacional respeitante à troca de informação com as congéneres verificaram-se 127 pedidos recebidos, tendo enviado 94. Recebidas pela UIF 10.623 operações, comunicadas acima de determinados montantes que a lei determina como indicadores de análise de risco. Proposta da UIF à Autoridade Judiciária para suspensão do montante global de cerca de 20 milhões de euros <sup>98</sup> , no âmbito da análise das comunicações recebidas.
<b>68.2.</b> Desenvolvimento de projetos visando detetar e desmembrar <i>cash flows</i> de origem criminosa com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da UE.		PJ e DGAIEC	Relatórios de avaliação.	PJ – recebidos cerca de 2.150 registos das Alfândegas, relativos à deteção e controlo de entradas e saídas de dinheiro.
<b>68.3.</b> Reforço da capacidade de recolha e análise de informação, incluindo a montante da investigação criminal, que permita uma permanente caracterização, identificação e avaliação das estruturas económicas associadas às organizações criminosas.		PJ, SIS e SIED	Relatórios de avaliação.	PJ – permanente cooperação entre as unidades operacionais da PJ que investigam o crime de tráfico de droga e seus precursores, e a UIF, tendo esta última, satisfeito todas as solicitações (nos limites do permitido pelo quadro legal) relativas a informação financeira e patrimonial, solicitadas pelos serviços operacionais.  SIS / SIED – recolha, tratamento e avaliação da informação para identificação e caracterização da promoção de situações de branqueamento de capitais e o risco subjacente a este tipo de atuação (resultante das atividades das estruturas criminosas ligadas ao tráfico) garantindo-se, também, a monitorização contínua de situações passíveis de utilização, por parte daquelas estruturas, do território nacional como plataforma de branqueamento de capitais.

<sup>98</sup> Estes valores reportam-se ao total de casos, independentemente do crime precedente.

**Objectivo**

**69.** Identificar possíveis ligações entre a produção e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo.

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2010
<p><b>69.1.</b> Implementação e consolidação de mecanismos de recolha e análise que permitam identificar possíveis ligações entre produção e tráfico de droga e o financiamento do terrorismo, designadamente ao nível da:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas da criminalidade organizada e comum com organizações terroristas e</li> <li>- Avaliação permanente do peso relativo do tráfico de estupefacientes no financiamento do terrorismo.</li> </ul>	2009-2012	PJ, SIS e SIED.	Relatórios de avaliação.	SIS / SIED – recolha, tratamento e avaliação da informação com vista à identificação de estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas, bem como, deteção de possíveis ligações e avaliação da relação entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo.

## Polícia Judiciária

### Caracterização, evolução e tendências do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes

A luta contra o tráfico de estupefacientes mantém-se como o objetivo prioritário na generalidade dos Estados Membros, em matéria de segurança e de justiça, continuando-se a assistir ao investimento de recursos significativos na sua prevenção e repressão, designadamente, no aperfeiçoamento das técnicas e metodologias de intervenção operacional, na melhoria dos sistemas de bases de dados, das técnicas de análise de informação e no aumento da cooperação internacional.

Apesar de todos os esforços levados a efeito para reduzir drasticamente as quantidades de drogas produzidas e traficadas, tal ainda não foi possível. No entanto, de acordo com os últimos relatórios publicados pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), parece manter-se a tendência para a estabilização e até contenção do problema das drogas, refletida nos recentes sinais, designadamente, no que respeita à diminuição da produção estimada de ópio, no Afeganistão e de cocaína, na Colômbia.

No que respeita às zonas onde as drogas são produzidas, não se registam, nos últimos anos, alterações dignas de maior relevo, mantendo-se a sua produção basicamente nos mesmos países, embora, no que respeita à produção dos estimulantes tipo anfetamínico, se continue a observar uma maior diversidade geográfica.

O tráfico de estupefacientes em Portugal, em 2010, não registou alterações significativas nas tendências ou prevalências, continuando a identificar-se três grandes níveis de intervenção:

- **Tráfico Internacional:** organizações internacionais que procedem ao transporte intercontinental de estupefacientes por via aérea e via marítima, visando a sua introdução e distribuição no espaço europeu, mediante utilização do território nacional.
- **Tráfico de grande e média dimensão com distribuição nacional/regional:** grupos e organizações que adquirem, internamente ou no estrangeiro, quantidades significativas de estupefacientes, visando a sua colocação no mercado ilícito de consumo interno, garantindo o funcionamento dos circuitos de abastecimento regional, necessários à satisfação das necessidades da procura.
- **Tráfico de pequena dimensão de distribuição local:** indivíduos e grupos responsáveis pela preparação, distribuição final e venda direta ao consumidor.

No que respeita à **heroína** e ao **ecstasy**, as lógicas negociais verificadas em território nacional, dinamizam grupos diferentes, em função dos níveis (referenciados atrás) em que se posicionam no abastecimento do mercado de consumo, mantendo-se uma dinâmica intensa com a Espanha e Holanda, quer com recurso à via terrestre, quer à via aérea. O tráfico de **haxixe** e de **cocaína** têm uma dinâmica semelhante, embora, atendendo à zona geográfica onde são produzidos e transformados, respetivamente no continente africano e no continente sul-americano, o território nacional continental continua a ser visto, essencialmente, como ponto de entrada e de trânsito, particularmente para a Europa.

O **haxixe** é, essencialmente, transportado por via marítima e introduzido em território continental com recurso a desembarques efetuados na costa. Por vezes, verifica-se também, a utilização da via aérea não comercial para introdução de **haxixe** em território nacional e/ou para efetuar o trânsito deste estupefaciente, para outros países. Existem cada vez mais situações de grupos de média dimensão que recorrem a correios de droga, para, por via terrestre, através de Espanha, chegarem a Marrocos e aí, procederem ao transporte, muitas vezes no interior do corpo humano, de quantidades significativas de **haxixe**.

A **cocaína** é transportada em quantidades bastante significativas, por via marítima, ora recorrendo a desembarques, ora com crescente recurso a contentores, nos quais esta substância é transportada, em conjunto com mercadorias legais, utilizando para o efeito empresas legítimas de importação e exportação, ou constituindo propositadamente empresas para o efeito. Por outro lado, a via aérea tem sido bastante utilizada, para introdução de quantidades significativas de **cocaína**, nos diversos mercados europeus, constituindo os aeroportos nacionais, pontos de trânsito e redirecionamento. Esta forma de transporte tem constituído um meio rápido, direto e imediato de abastecimento dos mercados. Nos últimos anos, na generalidade dos países europeus, tem-se registado um grande aumento do número de apreensões de **cocaína**, proveniente de diversos países da África Ocidental, designadamente por via aérea. Este facto vem confirmar que aquela região está a ser cada vez mais utilizada por organizações criminosas, que se dedicam ao tráfico transcontinental de **cocaína** e vem, também, reforçar a informação reportada pelas agências europeias de que o continente africano, nomeadamente os países localizados na costa ocidental, têm sido utilizados como pontos de armazenagem de **cocaína** por organizações criminosas lideradas por europeus e sul-americanos.

Atendendo às características geográficas de Portugal Continental, este tem sido, essencialmente, um local de introdução de **cocaína e haxixe**, decorrendo, no território nacional, em simultâneo, a orquestração de estruturas de logística, com recurso a indivíduos de nacionalidade portuguesa e de outros países, ao serviço de organizações que, em regra, se encontram sediadas fora do espaço nacional.

### Objetivos, orientações e prioridades

O tráfico de droga constitui um dos paradigmas da manifestação da globalização do crime organizado. Efetivamente, é um dos fenómenos clandestinos que melhor espelha a complexidade, o entrosamento e a influência exercida entre as dimensões local e global.

Atendendo à configuração do fenómeno e aos instrumentos jurídicos e de natureza operacional, desenvolvidos nos planos internacional e nacional, o Estado Português procurou implementar um sistema integrado de repressão do tráfico de droga, coordenado pela Polícia Judiciária, acometendo a várias entidades a responsabilidade, diferenciada e complementar, de prevenir e reprimir o fenómeno.

A atividade desenvolvida pela PJ/UNCTE orientou-se, no sentido de serem alcançados os seguintes objetivos programáticos, ao nível da investigação criminal:

- Dinamização da **pró-atividade** no processo de recolha de informação na área dos crimes da competência da UNCTE, face à constatação de novas ameaças e mutações nos padrões conhecidos;
- **Redefinição das competências** das secções em obediência ao princípio da especialização, orientando-as para os vetores do tráfico de estupefacientes por **via marítima**, por **via aérea** e por **via terrestre**;
- **Aumento da percentagem de processos-crime com proposta de acusação**, como indicador de qualidade da investigação efetuada e da efetiva e correta recolha da prova;
- **Reforço da prevenção e investigação do tráfico de ecstasy e das novas drogas de síntese**;
- **Reforço** do dinamismo e a eficácia do **combate ao tráfico** de estupefacientes tendentes a **aumentar** as quantidades de **estupefaciente apreendido**, o número de **apreensões** de estupefacientes e o número de **detenções**.

Tendo em vista *consolidar o modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de atuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal* [objetivo operacional 62], e muito em particular, *reforçar o funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), dos mecanismos de racionalização e coordenação da atividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes* [ação 62.1], a PJ/UNCTE, para além do Relatório Anual TCD, tem realizado um relatório de âmbito semestral e outros referentes à georreferenciação dos resultados obtidos por cada organismo, em particular a PJ, a GNR e a PSP, procedendo à divulgação desses documentos para as entidades referidas e outras, com interesse na matéria, mantendo-se, desse modo, o reforço da centralização da informação e da atividade desenvolvida no âmbito das UCICs.

A informação respeitante à produção e tráfico de estupefacientes é centralizada na UNCTE/PJ<sup>99</sup>, tratada e inserida no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) [ação 62.2], possibilitando, assim, uma efetiva coordenação, ao nível nacional, das investigações desenvolvidas por todos os OPC, no âmbito da repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e, também, uma melhor análise do fenómeno e avaliação da ameaça.<sup>100</sup>

Visando *reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], no âmbito da participação da PJ no MAOC-N, procedeu-se, em 2010, ao tratamento e monitorização de inúmeras embarcações, sob suspeita de estarem a ser utilizadas para tráfico transcontinental [ação 63.1]. Nesse ano, foram efetuadas cerca de **285 operações** de controlo, recolha de informação, seguimento e vigilância de passageiros suspeitos de envolvimento no tráfico de droga [ação 63.4].

<sup>99</sup> Conforme decorre do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril.

<sup>100</sup> A centralização desta informação permite a realização de relatórios estatísticos e de carácter monográfico, de âmbito operacional e estratégico.

De referir, no âmbito do mesmo objetivo [ação 63.5] a estreita colaboração, entre a PJ, a Unidade de Controlo Costeiro da GNR, a DGAIEC e o SEF, pela qual, no seio das UCICs e de forma bilateral se têm desenvolvido ações que visam a prevenção e a repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores. Tais esforços encontram-se articulados de forma permanente com a estrutura internacional MAOC-N.

Contribuindo para *intensificar as ações de recolha de informação, investigação e repressão sobre as atividades de estruturas criminosas que utilizem o território nacional como ponto de apoio tendo em vista a introdução de estupefacientes noutros Estados Membros da União Europeia e países terceiros* [objetivo operacional 64], identificaram-se e investigaram-se, em 2010, 34 grupos organizados, a operar, no âmbito do tráfico internacional [ação 64.1]. Desenvolveram-se várias investigações que impuseram a articulação e coordenação de esforços com congéneres de outros países e agências internacionais, em particular com autoridades espanholas, tendo sido dado cumprimento no estrangeiro a 3 Cartas Rogatórias e efetuadas 7 reuniões de Coordenação com autoridades estrangeiras.

Para *prevenir e reduzir a produção e o tráfico de cannabis, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional* [objetivo operacional 65], a Secção Central de Informação Criminal (SCIC) da UNCTE, tem produzido relatórios operacionais sobre as atividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas, a operarem no nosso território [ação 65.1]. Tem também produzido relatórios de carácter estratégico, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas, bem como relatórios de informação estatística, procedendo à divulgação dos mesmos pelos diversos operadores do sistema nacional de repressão do fenómeno do tráfico de droga. Refira-se, ainda, no âmbito deste objetivo [ação 65.7], que se efetuou a atualização do estudo (identificação e caracterização) relativo às várias situações em que foi possível identificar e desmantelar, espaços de produção de drogas sintéticas (Laboratórios de Cozinha), no período entre 2000 e 2009.

No sentido de *prevenir e combater o desvio e contrabando de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico ilícito de drogas* [objetivo operacional 67], destaca-se a estreita cooperação, estabelecida no âmbito da UCIC e, bilateralmente, entre a PJ e a DGAIEC [ação 67.2], não tendo sido, em 2010, detetadas estruturas de produção ou transformação de drogas [ação 67.4].

Com vista a *prevenir e combater o branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores* [objetivo operacional 68], as investigações pelo crime de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e seus precursores são, na PJ, sempre complementadas por uma prévia pesquisa e avaliação, de eventual património pertencente aos suspeitos, a fim de maximizar o impacto repressivo da investigação criminal. A UIF é a autoridade central nacional competente para a recolha, análise e difusão da informação relativa ao branqueamento e financiamento do terrorismo<sup>101</sup> e

<sup>101</sup> Nos termos da alínea 10) do artigo 2º da Lei nº 25/2008, de 5 de junho. Como qualquer Unidade de Informação Financeira, este departamento desempenha um papel nuclear no sistema preventivo do branqueamento e do financiamento do terrorismo, competindo-lhe a leitura de todas as operações financeiras comunicadas pelos operadores definidos na lei e o consequente diagnóstico de ilicitude. Compete-lhe, portanto, a ligação entre a prevenção do branqueamento e do financiamento do terrorismo e as atividades de prevenção e investigação criminal desses fenómenos.

detém, ainda, competência para o tratamento da informação relativa às infrações tributárias de maior gravidade, o que sendo uma competência atípica entre as congéneres, constitui uma ferramenta muito importante para os fins prosseguidos.<sup>102</sup> No que concerne aos mecanismos que a UIF desenvolve na prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo [ação 68.1], em 2010, esta esteve envolvida em cerca de **23 ações de formação** para as entidades sujeitas. Ao nível da cooperação internacional, respeitante à troca de informação com as congéneres, no ano em referência, verificaram-se **127 pedidos recebidos**, tendo **enviado 94**. Relativamente a comunicações suspeitas a UIF recebeu em 2010, cerca de **10.623 de operações** comunicadas acima de determinados montantes que a lei determina como indicadores de análise de risco. Da análise das comunicações recebidas, a UIF propôs à Autoridade Judiciária competente, a suspensão do montante global de mais de **20 milhões de euros**. Estes valores reportam-se ao total de casos, independentemente do crime precedente. A UIF recebe informação proveniente das Alfândegas tendo em vista a deteção e controlo de entradas e saídas de dinheiro, designadamente, de/e com destinos de risco fora da UE, tendo recebido, no ano em referência, cerca de **2150 registos das Alfândegas** relativos a esta realidade [ação 68.2]. Esta informação é tratada e analisada na UIF, procedendo-se ao cruzamento com informação recebida das entidades sujeitas nos termos da lei, nomeadamente comunicações de operações suspeitas.

De referir que existe uma permanente cooperação entre as unidades operacionais da PJ, que investigam o crime de tráfico de droga e seus precursores e a UIF, tendo esta última, satisfeito todos os pedidos (nos limites do permitido pelo quadro legal) relativos a informação financeira e patrimonial, solicitados pelos serviços operacionais [ação 68.3].

## Resultados

### • Detenções e dismantelamento de estruturas criminosas

No ano de 2010, a atuação da PJ afetou importantes estruturas criminosas, responsáveis pela introdução de haxixe e cocaína no espaço europeu e pelo abastecimento ao nível nacional e regional de diversos tipos de drogas, designadamente de cocaína, heroína e de haxixe, tendo sido identificados, pelo menos, 34 grupos organizados, a operar ao nível do tráfico internacional. Em cooperação com outras congéneres, contribuiu ativamente para o dismantelamento de organizações criminosas noutros países.

Registou-se um decréscimo de 3,6% relativamente ao número de detidos, em comparação com o ano de 2009. Do total dos inquéritos por tráfico de estupefacientes concluídos pela PJ, em 2010, 55,7% saíram para o Ministério Público com proposta de dedução de acusação.

<sup>102</sup> Nele está instalado o Grupo Permanente de Ligação, órgão constituído por representantes da Polícia Judiciária, Direcção Geral dos Impostos e Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. Tendo em vista a troca de informação criminal e tributária relevante, nele estão instaladas as bases de dados pertencentes a cada uma das entidades, operadas em exclusivo pelos seus funcionários representantes.

- **Combate ao branqueamento de capitais e apreensões de bens**

A apreensão e o confisco de bens e vantagens, resultantes da atividade do tráfico de estupefacientes é uma das formas mais eficazes de prevenir e reprimir esta atividade ilícita e combater o crime organizado, tendo sido concentrados significativos esforços neste domínio.

Numa outra vertente importante da luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e branqueamento de capitais em que o crime precedente era o tráfico, a PJ apreendeu e confiscou dinheiro, bens, valores e objetos resultantes do tráfico ou utilizados nesta prática criminal.

## Guarda Nacional Republicana

O combate ao tráfico e consumo de estupefacientes tem constituído um objetivo ao qual a GNR tem vindo a conferir especial cuidado, dentro da sua competência legal. A matéria da droga e da toxicodependência, é um dos pontos fulcrais da atuação e investigação da GNR, a nível preventivo e dissuasivo, nos locais habituais de consumo, bem como, nos locais de entrada de estupefacientes em território nacional – vias terrestres de ligação a Espanha e faixa costeira.

Com vista ao *reforço das atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], contribuindo para o *aumento do número de ações de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha* [ação 63.1] a GNR, em 2010, efetuou, através da Unidade de Controlo Costeiro, **8.184 ações** de vigilância, controlo e fiscalização.

Com o objetivo de *aumentar a atividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga* [objetivo operacional 66], nomeadamente *reforçando e intensificando as políticas de prevenção do consumo de estupefacientes em locais públicos, habitualmente utilizados para esse fim, reafirmando, em articulação com as CDT, o desvalor legal do consumo e da posse de drogas* [ação 66.1], foram efetuadas **38 ações, 3.130 relatórios TCD** e elaborados **2.007 autos**. No âmbito do mesmo objetivo mas com vista a *reforçar a prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias*, [ação 66.2], foram desenvolvidas **1.320 ações**.

## Polícia de Segurança Pública

Na atividade de investigação criminal, levada a cabo pelo Sistema de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública (PSP), enquanto forma de identificação de autores de vários ilícitos criminais relacionados com os produtos estupefacientes, quer ao nível do consumo, quer do tráfico, foram inúmeras as intervenções que permitiram a conclusão dos respectivos inquéritos crime, bem como, a apreensão dos estupefacientes movimentados nas referidas atividades criminais.

*Visando aumentar a atividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga [objetivo operacional 66], concretamente reforçando a prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias [ação 66.2], no ano letivo de 2010/2011 a PSP continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade. Especificamente direcionada para a prevenção de comportamentos de risco, prevenção e combate ao consumo de estupefacientes foi realizada uma operação “Recreio Seguro II” com o seguinte lema: “A violência não entra na escola”. Assim, entre 3 de maio e 18 de junho, os Comandos da PSP, através do ajustado emprego dos meios humanos e materiais de que dispunham<sup>103</sup>, adequaram e concentraram a sua capacidade operacional, de forma a incrementar o sentimento de segurança nas imediações dos espaços escolares, prevenindo a violência e criminalidade<sup>104</sup>, promovendo um combate sistemático ao pequeno tráfico de droga e venda ilegal de álcool e tabaco. De referir, também, a deteção e sinalização do consumo de substâncias ilícitas e álcool, promovendo os correspondentes processos contraordenacionais e o encaminhamento para as Comissões de Dissuasão de Toxicodependência (CDT).*

Estas Operações Policiais conjugaram uma vertente eminentemente preventiva e pedagógica, consubstanciada na execução de ações de sensibilização pela PSP, em parceria com as escolas e autarquias locais, com uma vertente fiscalizadora e dissuasora do cometimento de ilícitos criminais, infrações ao Código de Estrada e, ainda, à legislação relacionada com o licenciamento e regulação da atividade de estabelecimentos de restauração e de bebidas alcoólicas, situados junto às áreas escolares.

O objetivo principal destas Operações Policiais foi garantir a consolidação de um sentimento de segurança, nas escolas, na área de responsabilidade da PSP.

<sup>103</sup> Nomeadamente os elementos do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade - Escola Segura, as Esquadras de Investigação Criminal e as Equipas de Intervenção Rápida.

<sup>104</sup> Por exemplo de pequenos furtos (carteiras, telemóveis, mochilas, acessórios de roupa), junto às escolas, especialmente do 2.º e 3.º ciclo.

## Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

No sentido de *reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu* [objetivo operacional 63], nomeadamente contribuindo para *aumentar o número de contentores controlados por RX* [ação 63.6] foram controlados **2.130 contentores** por este meio. Contribuindo para a *aumentar o número de ações de controlo e fiscalização em pequenos aeroportos e aeródromos* [ação 63.8], de referir que a DGAIEC efetua controlos regulares nestes locais, de acordo com o tráfego existente e respetivas origens de voos.

Para *prevenir e combater o desvio e contrabando de precursores e outras substâncias utilizadas no fabrico de drogas ilícitas* [objetivo operacional 67], e no sentido de contribuir para *implementar mecanismos de ligação e reporte permanente entre as entidades de controlo e fiscalização, o comércio, a indústria e a PJ, em matéria de produção, comercialização, importação e exportação de precursores* [ação 67.2], foi elaborado um relatório de avaliação, relativo a um projeto de cooperação com os operadores económicos, no âmbito do desenvolvimento do Curso de “Formação Eletrónica Sobre o Controlo de Precursores de Droga”. Refira-se, ainda, que com vista a *intensificar o controlo e a fiscalização do comércio de precursores, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros, ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação* [ação 67.3], foi desenvolvido um projeto a nível comunitário, de controlo de precursores de droga.

## Direcção Geral de Autoridade Marítima

No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a Direcção Geral de Autoridade Marítima (DGAM), no ano de 2010, através da sua estrutura operacional, Polícia Marítima, distribuída por toda a faixa litoral do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em 28 comandos locais, no desenvolvimento das suas atribuições, efetuou no espaço de jurisdição, **65.700 ações** de patrulhamento na vigilância/fiscalização (49.707 ações em 2009), em atividade preventiva e repressiva da qual resultou a apreensão de quantidades significativas de droga, contribuindo, desta forma, para a diminuição da oferta. Das ações desenvolvidas, **1085 foram especificamente dirigidas ao combate ao narcotráfico** (1.075 ações específicas em 2009), resultando este valor, em grande parte, do trabalho realizado no âmbito do **Programa Frontex**. A DGAM participou, ainda, na operação *European Global Operation Deployment*, no âmbito da presidência espanhola da UE.

No cumprimento da Diretiva de Política Naval para a DGAM e na persecução do carácter de complementaridade da componente operacional do sistema de forças da Marinha/Comando Naval e os órgãos operativos da DGAM, desenvolveu-se estreita cooperação que se revelou profícua.

Encontra-se definida a funcionalidade do elemento da Polícia Marítima de permanência no Centro de Operações Marítimas (COMAR), designadamente, a ligação a outras entidades e órgão de polícia criminal que permite agilizar a intervenção em qualquer espaço de jurisdição, nomeadamente no mar territorial, com os meios disponíveis na DGAM, na perspetiva de combate ao narcotráfico e outras ações pertinentes, em complemento das ações de rotina.

A Escola da DGAM ministrou aos agentes da polícia marítima formação na área de investigação criminal, deteção, reconhecimento e identificação de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como, procedimento processual nas referidas áreas.

Encontram-se nomeados dois oficiais superiores de ligação, em permanência à UCAT e ao MAOC-N, existindo, por outro lado, uma comunicação direta com a UCAT, via correio electrónico, através do Piquete do Comando Local da Polícia Marítima de Lisboa. Existe, ainda, um protocolo estabelecido entre a Direcção Geral da Autoridade Marítima e a Polícia Judiciária – UNCTE.

A permanência no COMAR de um graduado da Polícia Marítima, responsável por fazer a ligação com todas as entidades com poderes de autoridade marítima, permitiu agilizar a capacidade de intervenção no espaço de jurisdição.

Destaca-se, também, a participação de elementos e meios da AM no SEABORDER 2010, exercício conjunto entre Portugal e Espanha, no âmbito do fórum 5+5 Defesa, em que um dos objetivos do exercício é o combate ao narcotráfico.

Contribuindo para a *consolidação do modelo de prevenção e combate ao tráfico de estupefacientes em vigor, mantendo e reforçando os níveis de atuação complementar e coordenadas das diversas entidades com competências em matéria de fiscalização e investigação criminal* [objetivo operacional 62], e concretamente, no *desenvolvimento de projetos multidisciplinares, de atuação complementar, coordenada e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes, designadamente por via marítima e por via aérea* [ação 62.3], a DGAM implementou um projeto, neste âmbito.

Tendo em vista reforçar as atividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu [objetivo operacional 63], através do *aumento do número de ações de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha* [ação 63.1] registaram-se **65.700 ações** (49.707, em 2009), neste âmbito. De referir, no âmbito do mesmo objetivo mas contribuindo para o *desenvolvimento de projetos operacionais conjuntos e regulares, designadamente nas costas algarvia e vicentina e na zona dos Açores* [ação 63.5], que foram implementados **1085 projetos** (1031, em 2009) e, contribuindo para o *Aumento dos índices de cooperação e articulação entre as diversas entidades com competências ao nível da fiscalização, vigilância, controlo e investigação criminal* [ação 63.9], foram efetuados **30 relatórios de avaliação** (23, em 2009).

### Encargos financeiros

No decurso de 2010 a Autoridade Marítima Nacional, suportou encargos financeiros estimados em cerca de **330.000,00 €** (320.000,00 € em 2009), relativamente a custos com pessoal, material, combustíveis e outros consumíveis.

Constituindo a costa portuguesa um alvo apetecível para os narcotraficantes, em especial a costa sul de Portugal e, ao esforço efetuado pela Polícia Marítima no combate a este tipo de ilícitos com a necessidade de um reforço de policiamento noutros espaços tradicionalmente menos usados, pese embora, um menor esforço orçamental em matérias como os combustíveis, estima-se um nível financeiro idêntico para 2011.

## Serviço de Informações de Segurança

No sentido de *prevenir e reduzir a produção e o tráfico de cannabis, cocaína, heroína, drogas sintéticas e demais drogas ilícitas em território nacional* [objetivo operacional 65] e, mais concretamente, *intensificando a recolha de notícias e a produção de informações a montante da investigação criminal, que permita: a identificação de redes de narcotráfico, a identificação de novos modi operandi designadamente ao nível da ocultação, a identificação de novas linhas de tendência e de evolução e a caracterização da ameaça* [ação 65.8], o Serviço de Informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), procederam à recolha, tratamento e avaliação da informação, relativa à identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas dedicadas ao tráfico e produção, bem como, avaliação e caracterização da ameaça decorrente da atividade das estruturas criminosas em território nacional.

No que *respeita à prevenção e combate ao branqueamento de capitais gerados pela produção e tráfico ilícitos de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e de precursores* [objetivo operacional 68], procedeu-se à recolha, tratamento e avaliação da informação para identificação e caracterização da promoção de situações de branqueamento de capitais e o risco subjacente a este tipo de atuação (resultante das atividades das estruturas criminosas ligadas ao tráfico) garantindo-se, também, a monitorização contínua de situações passíveis de utilização, por parte daquelas estruturas, do território nacional como plataforma de branqueamento de capitais.

Contribuindo para *identificar possíveis ligações entre o produto e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo* [objetivo operacional 69], recolheu-se, tratou-se e avaliou-se informação com vista à identificação de estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas, bem como, deteção de possíveis ligações e avaliação da relação entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo, de forma permanente.



## Dotação Orçamental

### Dotação orçamental do IDT, I.P. em 2010

Em 2010, a dotação orçamental do IDT, I.P. com origem no Orçamento de Estado foi de 45.777.895€ e com origem em Receitas Próprias 29.741.257 €. A receita afecta ao PIDDAC, com origem na Participação Nacional, foi de 804.659 €

A dotação orçamental do IDT, I.P. em 2010 consta do quadro seguinte:

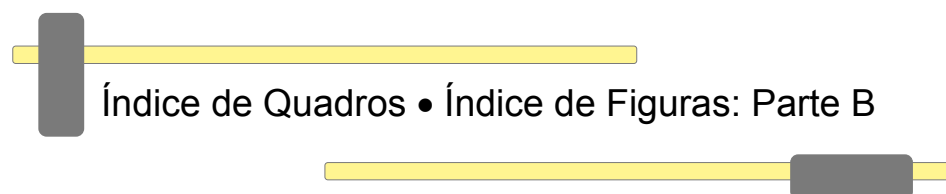
**Quadro 174 - Dotação Orçamental do IDT, I.P.**

<b>Receita Total</b>	<b>76.323.811 €</b>
Origem – Orçamento de Estado	45.777.895€
Origem – Receitas Próprias	29.741.257€
Investimento <sup>105</sup> <b>Programa Toxicodependências</b> <i>Alargamento da Rede Pública de Tratamento de Toxicodependentes</i>	
Comparticipação Nacional	804.659€
Comparticipação Comunitária	0€

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

<sup>105</sup> PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.





Índice de Quadros • Índice de Figuras: Parte B



## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Parte B – Respostas e Intervenções</b> .....	153
<b>Áreas Transversais</b>	
<b>Informação, Investigação, Formação e Avaliação</b> .....	175
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	180
Quadro 139    Investimento Financeiro, por Tipologia de Formação e por Ano .....	183
<b>Áreas de Missão</b>	
<b>Redução da Procura</b>	
<b>Dissuasão</b> .....	219
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	221
Quadro 140    Situação Face ao consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio .....	222
Quadro 141    Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Toxicodependentes .....	223
Quadro 142    Susp. prov. de processo de Indiciados Primários Não Toxicodependentes .....	223
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar .....	224
Quadro 143    Despesas por eixos de intervenção .....	226
Quadro 144    Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2006 e 2010 .....	226
<b>Redução de Riscos e Minimização de Danos</b> .....	229
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	232
Quadro 145    Número de utentes beneficiários de cada um dos Programas .....	236
Quadro 146    Número de utentes beneficiários de Apoio Psicossocial, Cuidados de Saúde e de Encaminhamentos .....	237
Quadro 147    Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial .....	237
Quadro 148    Número de utentes do PSO-BLE que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial .....	238
Quadro 149    Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde .....	238
Quadro 150    Número de utentes do PSO-BLE que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde .....	239
Quadro 151    Número de utentes para serviços diversos .....	239
Quadro 152    Número de utentes do PSO-BLE encaminhados para serviços diversos .....	239
Quadro 153    Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Apoio Psicossocial .....	240
Quadro 154    Número de utentes que beneficiaram das diversas atividades de Cuidados de Saúde .....	241
Quadro 155    Número de utentes encaminhados para serviços diversos .....	241
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA .....	245
Quadro 156    Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, Por Ano .....	246
Quadro 157    Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, Por Distrito e Região Autónoma .....	246
<b>Tratamento</b> .....	251
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	256
Quadro 158    Tempos de Espera para Programas Terapêuticos com Metadona, Desabilitação e Comunidade Terapêutica .....	257
Quadro 159    Utentes em Tratamento com Administração Vigiada de Medicamentos (TOD) - 2010 .....	258
Quadro 160    Testes Rápidos efetuados aos Utentes Novos .....	258
Quadro 161    Utentes Novos reativos para VIH .....	258
Quadro 162    Testes Rápidos efetuados aos Utentes em Seguimento .....	259
Quadro 163    Utentes em Seguimento reativos para VIH .....	259
Quadro 164    Unidades de Desabilitação Públicas - 2010 .....	260
Quadro 165    Unidades de Desabilitação Privadas com Camas Convencionadas – 2010 .....	260
Quadro 166    Comunidades Terapêuticas Públicas – 2010 .....	261
Quadro 167    Comunidades Terapêuticas Privadas com Camas Convencionadas – 2010 .....	261
Quadro 168    Centros de Dia Públicos – 2010 .....	261

Quadro 169	Centros de Dia Privados com Lugares Convencionados – 2010 .....	262
<b>Reinserção</b>	.....	<b>267</b>
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P. ....		285
Quadro 170	Distribuição de pessoas por medidas específicas de apoio e por Delegação Regional do IEFP, I.P. ....	285
Quadro 171	Execução Financeira .....	286
Direcção Geral dos Serviços Prisionais .....		290
Quadro 172	Alunos reclusos a frequentar o ensino em 2009/2010, por níveis de ensino.....	290
Quadro 173	Distribuição da ocupação laboral em contexto prisional em 2010.....	291
<b>Dotação Orçamental do IDT, I. P.</b> .....		<b>313</b>
Quadro 174	Dotação Orçamental do IDT, I.P. ....	313

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Parte B – Respostas e Intervenções</b> .....	153
<b>Áreas Transversais</b>	
<b>Informação, Investigação, Formação e Avaliação</b> .....	175
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	180
Figura 58      Distribuição da Formação dirigida a profissionais IDT, I.P. e CDT, por tipologia e por ano .....	183
<b>Áreas de Missão</b>	
Redução da Procura	
<b>Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI</b> .....	193
Figura 59      Esquema operacional do PORI .....	193
Figura 60      Programas de Respostas Integradas (PRI) por Distrito .....	194
Figura 61      Projetos cofinanciados a decorrer em 2010.....	194
Figura 62      Total de indivíduos abrangidos, por eixo de intervenção .....	195
Figura 63      Total de indivíduos abrangidos.....	196
Figura 64      Tipo de ações desenvolvidas nos projetos, por região .....	196
Figura 65      Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação .....	197
Figura 66      Total de indivíduos abrangidos.....	197
Figura 67      Tipo de respostas desenvolvidas pelos projetos, por região.....	198
Figura 68      Total de indivíduos abrangidos em 2010 .....	198
Figura 69      Tipos de ações desenvolvidas nos projetos, por região .....	199
Figura 70      Distribuição dos indivíduos abrangidos, por tipo de ação .....	200
Figura 71      Total de indivíduos abrangidos.....	200
Figura 72      Distribuição dos indivíduos abrangidos pelos Programas de Manutenção com Agonistas Opiáceos.....	201
Figura 73      Tipologia de Entidades que constituem os Núcleos Territoriais.....	202
<b>Prevenção</b> .....	205
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	208
Figura 74      Atendimento Telefónico.....	211
<b>Dissuasão</b> .....	219
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	224
Figura 75      Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2006 e 2010, por regimes de prestação de serviço .....	225
Figura 76      Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2006 e 2010 .....	226
<b>Redução de Riscos e Minimização de Danos</b> .....	229
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	232
Figura 77      Distribuição de Projetos a nível nacional .....	235
Figura 78      Tipo e número de respostas implementadas no âmbito da Rede Nacional de RRMD, por região .....	235
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA .....	245
Figura 79      Seringas recolhidas / Totais do País de 1993 a 2010.....	245
Figura 80      Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e Região Autónoma.....	247
Figura 81      Comparativo entre Farmácias, Parcerias e Postos Móveis.....	248
<b>Tratamento</b> .....	251
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. ....	256
Figura 82      Consultas/Intervenções por grupo profissional nos CRI .....	260
Figura 83      Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos a 31 de dezembro de 2010.....	262
Figura 84      Utentes em Programa de Tratamento com Metadona conforme o local de toma a 31 de dezembro de 2010.....	263

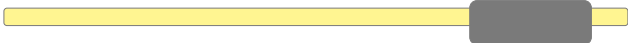
Figura 85	Evolução do Número de Utentes em Farmácias por Ano .....	263
<b>Reinserção</b>	.....	267
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	.....	272
Figura 86	Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas .....	273
Figura 87	Utentes com necessidades/integrados em respostas de educação, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas .....	273
Figura 88	Utentes com necessidades/integrados em respostas de formação profissional, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas.....	274
Figura 89	Utentes com necessidades/integrados em respostas de emprego, por Região, com problemas ligados ao consumo de substâncias ilícitas .....	275
Figura 90	Natureza jurídica das entidades inseridas na Bolsa de Empregadores.....	276
Figura 91	Dimensão das entidades inseridas na Bolsa de Empregadores, definida segundo o n.º de trabalhadores.....	276
Instituto de Segurança Social, I. P.	.....	279
Figura 92	Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por Distrito.....	280
Figura 93	Distribuição da atividade desenvolvida .....	280
Figura 94	Prestações Sociais .....	281



Fontes • Referências Bibliográficas

Sinais Convencionais • Lista de Siglas e Abreviaturas

• Definição de Termos





## FONTES

### Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Os dados respeitantes aos **utentes em tratamento da toxicod dependência** são provenientes do **Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)** e das **Delegações Regionais do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.**, das **Unidades Licenciadas** e da **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos ao Núcleo de Estatística do IDT, I.P., para análise.
- Os dados sobre as **notificações do VIH** são provenientes do **Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I.P.) / Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I.P..
- Os dados respeitantes às **mortes** são provenientes do **INE, I.P.** e das **Delegações do Norte, Centro e Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, I.P.)** e fornecidos em suporte papel e em suporte informático, respetivamente ao IDT, I.P..
- Os dados relativos a **processos de contraordenação por consumo de drogas**, são provenientes do **Gabinete de Apoio à Dissuasão do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P. (GAD/IDT, I.P.)** e fornecidos anualmente ao Núcleo de Estatística do IDT, I.P. em suporte informático, para análise.
- Os dados respeitantes às **apreensões policiais** ao abrigo da Lei da Droga, são provenientes da **Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE/PJ)** e fornecidos anualmente ao IDT, I.P. em suporte informático, para análise.
- Os dados relativos às **decisões judiciais** ao abrigo da Lei da Droga são extraídos de cópia das decisões enviadas pelos **Tribunais** ao IDT, I.P., para análise.
- Os dados referentes a **reclusos condenados** são provenientes da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I.P..

## Parte B – Respostas e Intervenções

- Os dados relativos ao IDT, I.P. são extraídos do *Relatório de Actividades de 2010* do IDT, I.P.;
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida;
- Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- Direcção Geral de Autoridade Marítima;
- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- Direcção Geral de Política Externa;
- Direcção Geral de Reinserção Social;
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais;
- Guarda Nacional Republicana;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Instituto de Segurança Social, I.P.;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- Instituto Português da Juventude, I.P.;
- Polícia de Segurança Pública;
- Polícia Judiciária;
- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa;
- Serviço de Informação de Segurança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Balsa, C. Vital C., Urbano C., Pascueiro L., (2008). *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral. Portugal 2007*, Lisboa: IDT, I. P..
- Calado, V. (2006). *Drogas Sintéticas: Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço*. Lisboa: IDT.
- Feijão, F. (2008). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2008). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2009). *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas, Portugal - 2007. Relatório Preliminar* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2006). *Os Adolescentes e a Droga - Portugal 2003* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Fernandes, L.; Carvalho, M. (2003). *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*. Lisboa: IDT.
- Fernandes, L.; Silva, M. (2009). *O que a Droga Fez à Prisão. Um Percorso a Partir das Terapias de Substituição Opiácea*. Lisboa: IDT, I. P..
- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Kokkevi A., Morgan M. & Narusk A. (1997). *The 1995 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 26 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Andersson B., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Morgan M. (2000). *The 1999 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 30 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.

- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Ahlström S., Balakireva O., Kokkevi A. & Morgan M. (2004). *The ESPAD Report 2003. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
  - Hibell, B., Guttormsson U., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Kraus L. (2009). *The 2007 ESPAD Report. Substance Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
  - Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (2011). *Unidades de Desabilitação Públicas 2010. Grupo de Trabalho Harmonização da Recolha de Dados nas Unidades de Desabilitação Públicas*. [http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Documents/ReducaoProcuraConsumos/Relatório\\_UD\\_2010.pdf](http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Documents/ReducaoProcuraConsumos/Relatório_UD_2010.pdf).
  - Instituto Nacional de Estatística (2011). *Estimativas Provisórias de População Residente, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios - 2010*. Lisboa: INE.
  - Matos, M., Simões C., Carvalhosa S., Reis C. (2000). *Aventura Social & Saúde. A Saúde dos Adolescentes Portugueses. Estudo Nacional da Rede Europeia HBSC/OMS (1998)*. Lisboa: FMH/PEPT - Saúde.
  - Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2003). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses (Quatro Anos Depois)*. Lisboa: FMH.
  - Matos, M., Simões C., Gaspar T., Tomé G., Ferreira M., Linhares F., Diniz J. & Equipa do Projecto Aventura Social (2006). *Aventura Social & Saúde. Consumo de Substâncias nos Adolescentes Portugueses: Relatório Preliminar*. [http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Relatorio\\_Preliminar\\_IDT\\_2006.pdf](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Relatorio_Preliminar_IDT_2006.pdf)
  - Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2010). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses Relatório do Estudo HBSC 2010*. Lisboa: FMH.
  - Negreiros, J., Magalhães, A. (2009). *Estimativas da Prevalência do Consumo Problemático de Drogas. Portugal 2005*. Lisboa: IDT, I. P..
  - Polícia Judiciária (2009). *Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal: 2008. Relatório Anual Estatística - TCD*. Lisboa: PJ.
- Torres, A., Cruz, R., Maciel, D., Sousa, I. (2009). *Drogas e Prisões: Portugal 2001-2007*. Lisboa: IDT, I. P..

## SINAIS CONVENCIONAIS

..	Resultado nulo
...	Segredo estatístico
—	Dados não disponíveis
•	Total não correspondente à soma das parcelas indicadas
Desc.	Desconhecido
Estr.	Estrangeiro
F	Sexo feminino
M	Sexo masculino
MF	Sexos masculino e feminino
Nac.	Nacional
Traf.-Cons.	Traficante-Consumidor



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>2C-B</b>	• 4-Bromo-2,5-dimetoxifenetilamina
<b>ADR</b>	• Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
<b>ANF</b>	• Associação Nacional de Farmácias
<b>APDES</b>	• Agência Piaget para o Desenvolvimento
<b>ARS</b>	• Administração Regional de Saúde
<b>AWF</b>	• <i>Analysis Work Files EUROPOL</i>
<b>CAD</b>	• Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce da Infecção de VIH-SIDA
<b>CAT</b>	• Centro de Atendimento a Toxicodependentes
<b>CD</b>	• Centro de Dia
<b>CDP</b>	• Centros de Diagnóstico Pneumológico
<b>CDT</b>	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
<b>CICAD</b>	• Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
<b>CID</b>	• Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
<b>CIES</b>	• Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
<b>CNsida</b>	• Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
<b>CRI</b>	• Centro de Respostas Integradas
<b>CS</b>	• Centros de Saúde
<b>CT</b>	• Comunidade Terapêutica
<b>CTCICDT</b>	• Comissão Técnica do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência
<b>DGAIEC</b>	• Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
<b>DGES</b>	• Direcção Geral do Ensino Superior
<b>DGIDC</b>	• Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
<b>DGPRM</b>	• Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
<b>DGRS</b>	• Direcção Geral de Reinserção Social
<b>DGPE</b>	• Direcção Geral de Política Externa
<b>DGS</b>	• Direcção Geral de Saúde
<b>DGSP</b>	• Direcção Geral dos Serviços Prisionais
<b>DGSS</b>	• Direcção Geral da Segurança Social
<b>DMFRI</b>	• Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
<b>DMT</b>	• Dimetilriptamina
<b>DR</b>	• Delegação Regional
<b>DRA</b>	• Delegação Regional do Alentejo
<b>DRAL</b>	• Delegação Regional do Algarve
<b>DRC</b>	• Direcção Regional de Centro

<b>DRLVT</b>	• Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
<b>ECATD</b>	• Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga
<b>EDDRA</b>	• Exchange on Drug Demand Reduction Action
<b>ENIPSA</b>	• <i>Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo: prevenção, intervenção e acompanhamento</i>
<b>EP</b>	• Estabelecimento Prisional
<b>EPR</b>	• Estabelecimento Prisional Regional
<b>ESPAD</b>	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
<b>ET</b>	• Equipas de Tratamento
<b>EUA</b>	• Estados Unidos da América
<b>EURÍDICE</b>	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
<b>EUROJUST</b>	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
<b>EUROPOL</b>	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
<b>FESAT</b>	• <i>European Foundation of Drug Helplines</i>
<b>GAD</b>	• Gabinete de Apoio à Dissuasão
<b>GCPCTFA</b>	• Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo
<b>GHD</b>	• Grupo Horizontal Drogas
<b>GNR</b>	• Guarda Nacional Republicana
<b>GSJ</b>	• Gabinetes de Saúde Juvenil
<b>HBSC/OMS</b>	• <i>Health Behaviour in School-age Children</i>
<b>IDT, I.P.</b>	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
<b>IEFP, I.P.</b>	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.
<b>IHRU, I.P.</b>	• Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
<b>INCB</b>	• International Narcotics Control Board
<b>INE, I. P.</b>	• Instituto Nacional de Estatística, I. P.
<b>INML, I. P.</b>	• Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.
<b>INFARMED, I. P.</b>	• Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P.
<b>INME</b>	• Inquérito Nacional em Meio Escolar
<b>INPG</b>	• Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Geral
<b>INSA, I.P.</b>	• Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.
<b>INTERPOL</b>	• <i>International Criminal Police Organization</i>
<b>IPJ, I.P.</b>	• Instituto Português da Juventude, I. P.
<b>ISS, I.P.</b>	• Instituto de Segurança Social, I. P.
<b>KLOTHO</b>	• Programa de Identificação Precoce da Infecção VIH e Prevenção direccionado a Utilizadores de Drogas
<b>LAFTM</b>	• Laboratório de Análise Fármaco-Toxicológicas da Marinha

<b>LSD</b>	• Dietilamida do Ácido Lisérgico
<b>mCPP</b>	• 1-3-clorofenil-piperazina
<b>MDA</b>	• Metilenedioxianfetamina
<b>MDMA</b>	• Metilenedioximetanfetamina
<b>ME</b>	• Ministério da Educação
<b>MIR</b>	• Modelo de Intervenção em Reinserção
<b>MJ</b>	• Ministério da Justiça
<b>MNE</b>	• Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>MS</b>	• Ministério da Saúde
<b>NAT</b>	• Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes
<b>NE</b>	• Núcleo de Estatística
<b>NEI</b>	• Núcleo de Estudos e Investigação
<b>NPISA</b>	• Núcleo de Planeamento e Intervenção para os Sem-Abrigo
<b>NU</b>	• Nações Unidas
<b>NUTS</b>	• Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OEDT</b>	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
<b>OMA</b>	• Organização Mundial das Alfândegas
<b>ONG</b>	• Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	• Organização das Nações Unidas
<b>PA</b>	• Portador Assintomático
<b>PA</b>	• Plano de Actividades
<b>PAH 2008</b>	• Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008
<b>PALOP</b>	• Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PIAC</b>	• Projecto Integrado de Apoio à Comunidade
<b>PIAM</b>	• Projecto Integrado de Atendimento Materno
<b>PIF</b>	• Programa de Intervenção Focalizada
<b>PJ</b>	• Polícia Judiciária
<b>PORI</b>	• Plano Operacional de Respostas Integradas
<b>PRI</b>	• Programa de Respostas Integradas
<b>PSO – BLE</b>	• Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
<b>PSP</b>	• Polícia de Segurança Pública
<b>PTAO</b>	• Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos
<b>PVE</b>	• Programa Vida-Emprego
<b>QUAR</b>	• Quadro de Avaliação e Responsabilização
<b>RRMD</b>	• Redução de Riscos e Minimização de Danos
<b>RC</b>	• Registo Central
<b>RSI</b>	• Rendimento Social de Inserção

<b>RVCC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências</li></ul>
<b>SC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Serviços Centrais</li></ul>
<b>SCIC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secção Central de Informação Criminal</li></ul>
<b>SCML</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Santa Casa da Misericórdia de Lisboa</li></ul>
<b>SEF</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras</li></ul>
<b>SENAD</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Secretaria Nacional de Política sobre Drogas</li></ul>
<b>SIDA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida</li></ul>
<b>SIED</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Serviço de Informações Estratégicas de Defesa</li></ul>
<b>SIIC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema Integrado de Informação Criminal</li></ul>
<b>SIM</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema de Informação Multidisciplinar</li></ul>
<b>SIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Serviço de Informações de Segurança</li></ul>
<b>SNIDT</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências</li></ul>
<b>SPA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Substâncias psicoactivas</li></ul>
<b>TIC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tecnologias da Informação e Comunicação</li></ul>
<b>UA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade de Alcoologia</li></ul>
<b>UCIC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta</li></ul>
<b>UCAT</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade de Combate Anti-Terrorismo</li></ul>
<b>UD</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade de Desabilitação</li></ul>
<b>UE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• União Europeia</li></ul>
<b>UNCTE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes</li></ul>
<b>UNL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universidade Nova de Lisboa</li></ul>
<b>UNODC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i></li></ul>
<b>UP</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universidade do Porto</li></ul>
<b>UTITA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo</li></ul>
<b>VIH</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vírus de Imunodeficiência Humana</li></ul>

## DEFINIÇÃO DE TERMOS

Por **apreensão** entende-se a ação que é levada a cabo por órgãos com responsabilidades na prevenção e investigação criminal das atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11, em que é detetada qualquer das substâncias compreendidas nas Tabelas anexas a este DL.

Por **caso sintomático não-SIDA**, entende-se a notificação do caso diagnosticado com a infeção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), incluído no Grupo III (Linfadenopatia Persistente Generalizada) e Grupo IV (IVa, IVc2, IVe) da classificação dos Centers for Disease Control, para fins de vigilância epidemiológica.

Por **caso de SIDA** entende-se a notificação do caso diagnosticado com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), obedecendo aos critérios da Organização Mundial de Saúde/Centers for Disease Control.

Por **circunstância agravante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma penalizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **circunstância atenuante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma desculpabilizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **cúmulo jurídico** entende-se a pena única aplicada pelo Tribunal como penalização conjunta por dois ou mais crimes praticados.

Por **indivíduo acusado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos” e levado a Tribunal por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **indivíduo condenado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos”, julgado e com pena condenatória, por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **novo utente (utente em primeira consulta)** entende-se o utente que tem pela primeira vez um acto terapêutico numa estrutura da rede pública de tratamento da toxic dependência, e para o qual é preenchido um processo individual de utente.

Por **polidrogas** entendem-se as ocorrências de posse de mais do que um tipo de droga.

Por **portador assintomático**, entende-se o caso diagnosticado com a infeção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e num estadio da infeção em que ainda não apresenta sintomas.

Por **presumível infrator** entende-se o indivíduo que foi identificado ou detido por elementos das forças policiais por atividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com exceção das tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **prevalência de consumo** entende-se taxa de consumo que informa de toda e qualquer experiência de consumo em determinado período, independentemente do modo, quantidade e frequência dos consumos.

Por **processo “findo”** entende-se o processo objeto de uma decisão judicial, em que já não é possível haver recurso.

Por **processo de contraordenação** entende-se o processo instaurado pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a um indivíduo identificado como consumidor pelas autoridades competentes, ao abrigo da Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **quantidade significativa** entende-se no caso da heroína e cocaína as quantidades superiores a 100 g e no caso da cannabis as superiores a 1000 g, de acordo com os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas. No caso do ecstasy e de acordo com o critério utilizado pela Polícia Judiciária, foram consideradas como mais significativas, as apreensões envolvendo quantidades superiores a 250 comprimidos.

Por **sanção** entende-se a decisão punitiva (pecuniária e/ou não pecuniária) proferida pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito das contraordenações por consumo de drogas.

Por **sentença** entende-se a decisão final do Tribunal relativa a um indivíduo envolvido num processo crime.

Por **tipo de droga** entende-se todas as unidades/modalidades de uma mesma droga.

Por **utente em tratamento no ano**, entende-se o utente que recorreu às unidades de consulta na rede pública, pelo menos uma vez no ano.

